



PROJETO DE APOIO À CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO NOS PALOP E TIMOR-LESTE (PACED)

IMDA-FED/2014/341-147

Relatório Final



1 de outubro de 2014 a 30 de junho de 2022

Ação financiada pela UE

Entidade cofinanciadora e gestora:



Título: Relatório Final (1 de outubro de 2014 a 30 de junho de 2022)
PROJETO DE APOIO À CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO NOS PALOP E TIMOR LESTE (PACED)

Fotos da capa:

Ao centro: 3º fórum de juízes de língua portuguesa, 2019

À esquerda:

Entrega de viaturas à Polícia Judiciária da Guiné-Bissau, 2018

Entrega de viaturas à Polícia Criminal de São Tomé e Príncipe, 2018

Primeiro encontro anual de juízes caboverdianos na cidade da Praia, 2022

À direita:

Conferência "Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste: O PACED como instrumento de governação, de capacitação e de cooperação", em Angola, 2021

2ª fase de formações CEJ/EPJ em Moçambique, 2019

3ª fase de formações CEJ/EPJ em Timor-Leste, 2022

Edição: © Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., 2022

Data: novembro de 2022

Aviso de responsabilidade:

Nem o Camões, I.P., nem qualquer indivíduo agindo em nome do mesmo é responsável pela utilização que possa ser dada às informações que se seguem. As designações e a apresentação dos materiais e dados usados neste documento não implicam a expressão de qualquer opinião da parte do Camões, I.P., da Cooperação Portuguesa ou do Ministério dos Negócios Estrangeiros relativamente ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou zona, ou suas autoridades, bem como a expressão de qualquer opinião relativamente à delimitação das suas fronteiras ou limites. A referência a projetos, programas, produtos, ferramentas ou serviços específicos não implica que estes sejam apoiados ou recomendados pelo Camões, I.P., concedendo-lhes preferência relativamente a outros de natureza semelhante, que não são mencionados ou publicitados.

Contactos: Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. | Ministério dos Negócios Estrangeiros | Rua Rodrigues Sampaio, nº 113 - 3º, 1150-279 Lisboa, Portugal | Tel. +351 21 310 91 85 | Fax: +351 21 314 39 |

Website: www.instituto-camoes.pt

Declaração de exoneração de responsabilidade:



Este documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. As opiniões nele expressas não refletem necessariamente a posição oficial da União Europeia.

APRESENTAÇÃO

O presente relatório decorre do cumprimento do ponto 4.1 do Artigo 4.º das Condições Gerais do Acordo de Delegação IMDA-FED/2014/341-147, celebrado entre a União Europeia e o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., relativamente ao período de implementação do PACED compreendido entre 1 de outubro de 2014 a 30 de junho de 2022 e foi elaborado nos termos do disposto no ponto 4.8 do Artigo 4.º das referidas Condições Gerais.

Para efeitos do ponto 4.10 do Artigo 4.º e do Artigo 20.º das citadas Condições Gerais, o presente relatório é acompanhado, respetivamente, por uma Declaração de Gestão e pelo pedido de pagamento do saldo final.

O Parecer de Auditoria a que se refere o ponto 4.12 do Artigo 4.º será enviado nas condições previstas no ponto 4.13 do mesmo artigo.

Em 29 de dezembro de 2022

O Presidente,

João
Ribeiro de
Almeida

Assinado de forma
digital por João
Ribeiro de Almeida
Dados: 2022.12.29
15:15:15 Z

João Ribeiro de Almeida

LISTA DE ACRÓNIMOS

ACP - África, Caraíbas e Pacífico

AJA - Associação dos Juizes de Angola

AMB - Escola Nacional da Magistratura

AMJ - Associação Moçambicana de Juizes

AMJTL - Associação de Magistrados Judiciais de Timor-Leste

ASL-UC - Academia Sino-Lusófona da Universidade de Coimbra

ASMAGUI - Associação Sindical da Magistratura Judicial da Guiné-Bissau

ASSFP - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

ASSIMAJUS - Associação Sindical dos Magistrados Judiciais São-Tomenses

CEB/DTA - Corruption and Economic Crime Branch, Division for Treaty Affairs

CEJ - Centro de Estudos Judiciários

CENFOJ - Centro Nacional de Formação Judiciária

CES - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

CFJJ - Centro de Formação Jurídica e Judiciária

CGPJ - Consejo General del Poder Judicial (Espanha)

CMJPLOP - Conferência dos Ministros da justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa

CNJ - Conselho Nacional de Justiça do Brasil

COPEDEM - Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa

CSM - Conselho Superior da Magistratura Judicial

DGAJ - Direção-Geral da Administração da Justiça

DPRJ - Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

EAD - Ensino à distância

EAT - Equipa de assistência técnica

ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

ENM - Escola Nacional de Magistratura

EPJ - Escola de Polícia Judiciária, agora designada, Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (IPJCC)

FDB - Faculdade de Direito de Bissau

FDUJES - Faculdade de Direito da Universidade de Huambo (Angola)

FED - Fundo Europeu de Desenvolvimento

GJIN - Global Judicial Integrity Network

GRACE - Global Resource for Anti-Corruption and Youth Empowerment

IACA - International Association for Court Administration

ICAR - International Centre for Asset Recovery

ICJ - Instituto da Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

IDEIA - Instituto Direito e Inteligência Artificial

IDM - Instituto para Democracia Multipartidária

IDPEE - Instituto de Direito Penal Económico e Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

IGFEJ - Instituto de Gestão Financeira e de infraestruturas da Justiça

iJusLab - Laboratório de Inovação da Justiça Federal de São Paulo

IMDA - Indirect Management Delegation Agreement

INEJ - Instituto Nacional de Estudos Judiciários

IPJCC - Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais

ISS - Institute for Security Studies

MAOC-N - Centro de Análises e Operações Marítimas-Narcóticos

MPRJ - Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

OABRJ - Ordem dos Advogados do Brasil - secção do Rio de Janeiro

OLP - Observatório da Legislação Portuguesa

PACED - Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito

PALOP/TL - Países Africanos de Língua oficial Portuguesa e Timor-Leste

PCIC - Polícia Científica de Investigação Criminal

PGR - Procuradoria-Geral da República

PIR PALOP-TL - Programa Indicativo Regional de Cooperação da União Europeia com os PALOP e Timor-Leste

PJ - Polícia Judiciária

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RDP - Rádio Difusão Portuguesa

ROM - Results-Oriented Monitoring

RTP - Rádio e Televisão de Portugal

STJ - Supremo Tribunal de Justiça

TJRJ - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

TRC - Tribunal da Relação de Coimbra

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UIAJ - União Ibero Americana de Juízes

UIF - Unidade de Informação Financeira

UIJLP - União Internacional dos Juízes de Língua Portuguesa

UIM - União Internacional de Magistrados

UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

UTN - Unidades Técnicas Nacionais

I. PARTE NARRATIVA

A. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e em Timor-Leste (PACED, PALOP/TL) contribuiu para a afirmação e consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste, através da melhoria da capacidade destes países para prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente o tráfico de estupefacientes.

O projeto contribui para o reforço e modernização, em conformidade com as melhores práticas internacionais, do quadro jurídico e a organização administrativa dos PALOP e Timor-Leste em matéria de prevenção e luta contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente tráfico de estupefacientes.

As atividades desenvolvidas possibilitaram o fortalecimento das capacidades institucionais e humanas das instituições relevantes dos PALOP e Timor-Leste e a atualização e modernização dos seus procedimentos operacionais, sendo que a cooperação e a colaboração entre instituições homólogas dos PALOP e Timor-Leste, bem como entre si e das organizações externas e internacionais relevantes, foi igualmente reforçada, com base em diretrizes comuns.

Em novembro de 2007 foi assinado o Memorando de Entendimento entre os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), Timor-Leste (TL) e a União Europeia que reconhecia a governação democrática como um fator fundamental para o desenvolvimento e na luta contra a pobreza. Nesse âmbito, um montante indicativo de 7 milhões de euros foi reservado para o Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito, financiado através dos recursos do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) destinados à cooperação PALOP/TL - UE 2008/2013.

Em dezembro de 2013 foi celebrada a Convenção de Financiamento entre a União Europeia e os PALOP/TL, representados pelo Ordenador Nacional de Angola, para a consolidação do Estado de Direito nos PALOP e TL, no quadro do 10.º FED.

Finalmente, em outubro de 2014, a União Europeia e o Camões, I. P. assinaram o Acordo de Delegação de Gestão Indireta que estabelece como objetivo geral do projeto contribuir para a afirmação e consolidação do Estado de Direito nos PALOP/TL. Para este fim, foi definido como objetivo específico a melhoria da capacidade dos PALOP/TL para prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente tráfico de estupefacientes.

O projeto utilizou a capacitação como ferramenta para fortalecer os conhecimentos e as competências dos/as diferentes parceiros, em especial através da formação de formadores e da constituição da 1.ª bolsa de formadores dos PALOP/TL nas áreas dos instrumentos legais, administrativos e processuais de combate à corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes, da análise estratégica e operacional e do desenvolvimento dos mecanismos de identificação e deteção das situações respeitantes ao mesmo tipo de criminalidade.

No que respeita ao reforço e modernização, em conformidade com as melhores práticas internacionais, do quadro jurídico dos PALOP e de TL em matéria de prevenção e luta contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente tráfico de estupefacientes, realça-se o pioneirismo e a

importância do trabalho desenvolvido no âmbito do Grupo de Trabalho de Harmonização Legislativa dos crimes de corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes, já que este trabalho foi considerado incontornável nos diferentes processos de revisão legislativa em curso nos países parceiros.

Ainda neste âmbito foi possível, não apenas assegurar a inclusão de Timor-Leste na Plataforma Legis PALOP, que passou, a LEGIS PALOP+TL, mas também atualizar, completar e inserir na base de dados toda a legislação relevante sobre corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de estupefacientes existente nos cinco PALOP e em TL.

A realização do 1.º Curso de Pós-graduação online sobre o Regime Jurídico da Prevenção e da Luta Contra a Corrupção, o Branqueamento de Capitais e o Crime Organizado, resultante de uma parceria entre a Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos, no Huambo, e o Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com o apoio do PACED, que contou com docentes portugueses e angolanos, responsáveis pela coapresentação dos diferentes módulos, consubstanciou uma abordagem inovadora e cuja sustentabilidade ficou patente ainda durante o período de implementação do projeto, com a realização da 2.ª edição, seguindo os moldes da 1.ª, mas com recurso exclusivo a fontes de financiamento da própria instituição de ensino superior.

Foi igualmente possível aprofundar a cooperação e a colaboração entre instituições homólogas dos PALOP e de Timor-Leste, entre si e com as organizações externas e internacionais relevantes, não apenas com a realização dos 12 fóruns de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas entre juizes, magistrados do Ministério Público, elementos das Unidades de Informação Financeira e Polícias de Investigação Criminal, mas com a realização de outros fóruns sobre temáticas das Unidades de Informação Financeira, em parceria com o projeto IArms, da INTERPOL.

O recurso à bolsa de formadores por parte de outras entidades, nacionais e internacionais, consubstancia a validação de uma estratégia de saída bem-sucedida e da sustentabilidade das atividades, também patente nas sinergias e dinâmicas que se afiguram após o término do projeto, fundadas na aposta na formação de formadores, na sua capacidade de replicar os ensinamentos construídos ao nível interno, mas também, internacionalmente, em qualquer ambiente, na normalização da participação de especialistas dos diferentes países em atividades internacionais. Por fim, também na constituição de equipas mistas de formação - caso paradigmático da equipa composta por um elemento da Polícia Judiciária de Cabo Verde e um elemento da Polícia Judiciária de Portugal na parceria desenvolvida junto dos serviços laboratoriais da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe -, aprofundando e potenciando a cooperação Sul-Sul.

O PACED adotou uma abordagem necessariamente integrada das suas atividades, garantindo a melhoria do ambiente legal e da organização administrativa, o fortalecimento das capacidades institucionais e atualização dos procedimentos operacionais e o reforço da cooperação regional PALOP e Timor-Leste. Os resultados obtidos são suscetíveis de provocar mudança e são sustentáveis após o ciclo de vida do projeto.

A utilização de plataformas e soluções informáticas normalizaram a realização das atividades à distância, principalmente depois da situação epidemiológica provocada pelo Coronavírus SARS-COV-2 e doença COVID-19, possibilitando incrementar este tipo de atividades no futuro, sendo que, através do PACED, foi também garantida a existência dos recursos mínimos suficientes para desenvolver formações à distância na generalidade dos parceiros que ainda não dispunham dessas ferramentas, como foi o caso do Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Moçambique e da Guiné-Bissau, numa atividade organizada em parceria com o PNUD.

Neste âmbito, merece uma referência autónoma a construção de todo um novo Ciclo de Conferências dedicado à problemática da “COVID-19 e Estado de Direito” onde os diferentes parceiros do PACED, juntamente com outros peritos internacionais abordaram o impacto da pandemia no Estado de Direito, sob diferentes perspetivas, desde a saúde pública, aos serviços prisionais, igualdade de género, formação judiciária, etc., produzindo-se o primeiro “Estudo sobre o impacto da pandemia nas atividades do poder judiciário nos Países de Língua Portuguesa” - a primeira grande recolha e análise de dados produzida neste âmbito específico entre os países de Língua Portuguesa, levada a cabo pelo Laboratório de Inovação da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo (iJuspLab), em parceria com o PACED.

A realidade epidemiológica, que marcaria toda a fase final (os últimos 27 meses) de implementação do Projeto, não impediu que os seus objetivos tivessem sido alcançados em grande extensão, com a execução técnica do projeto a ascender aos 98,8% (com 107 das 108 atividades realizadas) e a execução financeira a 90,31%.

Assim, no que respeita à capacitação dos parceiros do projeto, importa assinalar os 2.543 quadros nacionais formados (2.374 presencialmente e 168 online), ao que acrescem os 8.625 participantes (1.814 presencialmente e 6.811 online) nas diferentes conferências temáticas organizadas, num total de 11.168 participantes.

Quanto ao desenvolvimento das atividades, acreditamos que o sucesso do PACED está intimamente ligado à complementaridade entre as diferentes ações e ao facto de elas surgirem com uma cadência observável, o que possibilitou a criação de uma verdadeira rede de conhecimento nas suas temáticas de intervenção e que, pela primeira vez, ligou os diferentes intervenientes ao nível legislativo, judicial, administrativo e de investigação criminal, num objetivo comum e numa vontade de criar ou reforçar as relações de cooperação, ao nível interno, regional e internacional.

Ao nível do impacto (objetivo geral), o projeto contribuiu para a afirmação e consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste, através da melhoria da capacidade destes países para prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente o tráfico de estupefacientes. Ao nível do Resultado (objetivo específico), o projeto melhorou a capacidade dos PALOP-TL para prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, lavagem de capitais e crime organizado, especialmente tráfico de estupefacientes.

R1: Quadro jurídico e a organização administrativa dos PALOP e Timor-Leste em matéria de prevenção e luta contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente tráfico de estupefacientes, são reforçados e modernizados em conformidade com as melhores práticas internacionais.

A realização das conferências internacionais e a relevância que lhes foi atribuída pelos participantes possibilitaram melhorar o conhecimento dos decisores políticos e altos dirigentes dos poderes legislativos e executivos dos PALOP e de TL sobre as melhores práticas internacionais em matéria de quadro jurídico e

regulamentar e de organização administrativa relacionada com a prevenção, a criminalização e a punição do branqueamento de capitais e principal crime subjacente, incluindo a corrupção e tráfico de estupefacientes.

Foi igualmente possível assegurar a sustentabilidade da “nova” Legis PALOP+TL, não apenas contribuindo para a sua completude, mas para a efetiva inclusão de um novo parceiro, Timor-Leste.

Na verdade, a concretização desta atividade possibilitou assegurar o acesso ao direito positivo dos nossos países parceiros onde quer que nos encontremos, garantindo, desta forma, a sua análise crítica, comparativa e, necessariamente, assegurando, por esta via, a sua evolução.

R2: Capacidades institucionais e humanas das instituições relevantes dos PALOP e Timor-Leste são fortalecidas e os seus procedimentos operacionais são atualizados e modernizados.

Foi possível desenvolver capacidades humanas, através da formação de formadores, no domínio mais operacional, por um lado, e mais jurisdicional, por outro, nos dois ciclos de formações nacionais em cada país, sendo que, em Angola e Moçambique, a realização desta atividade abrangeu diversas províncias. De sublinhar, também, uma atenção especial à temática da organização e gestão dos tribunais, dos serviços do Ministério Público e serviços de investigação criminal, gestão processual (englobando, pela 1.ª vez, oficiais e técnicos de justiça), incluindo o estatuto das magistraturas e a deontologia profissional.

A elevação do nível de equipamento necessário para potenciar os resultados ligados a outras atividades teve também uma atenção especial do Projeto, fomentando mudanças organizacionais relevantes. A constituição do Laboratório da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, foi um dos resultados não inicialmente esperados, mas concretizado.

O 1.º Curso de Capacitação Formativa e Judiciária de Técnicos e Oficiais de Justiça de Angola, permitiu responder a uma área fulcral para a concretização dos resultados do projeto, aplicando-se a metodologia já experienciada com as formações nacionais e em articulação entre o Centro de Formação da Direção-Geral de Administração da Justiça (DGAJ), do Ministério da Justiça de Portugal, e o Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ) do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos de Angola. Este curso possibilitou a constituição de uma bolsa de formadores nacionais que integra 28 elementos, coautores do 1.º Manual de Prática Processual Penal de Angola, a utilizar nas posteriores formações nacionais, a desenvolver já fora do período de implementação do projeto.

O PACED apoiou também a conceção e implementação de mecanismos adequados de participação, empenho e sensibilização dos cidadãos, das organizações da sociedade civil e dos meios de comunicação social, bem como mecanismos de responsabilização e controle social no sistema de prevenção e luta contra o branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de drogas.

A versão final da campanha foi socializada em dezembro de 2018, mas perspetivando-se muito onerosa a transmissão televisiva e radiofónica, solicitou-se, em março de 2019, aos países parceiros que pudessem assumir esta campanha. O primeiro país a responder afirmativamente ao repto lançado foi Angola que, em maio de 2019, arrancou com a divulgação total da campanha (rádio e televisão) em horário nobre. Posteriormente, São Tomé e Príncipe iniciou, igualmente, a transmissão dos spots de televisão e rádio, assumindo a campanha institucionalmente, enquanto atividade do Ministério da Justiça.

Tendo em vista maximizar os ganhos da campanha que foi desenvolvida, estabeleceu-se em julho de 2019 uma parceria com a RTP África, que assegurou a transmissão de todos os spots televisivos por aquele canal de televisão, com milhões de telespetadores em todos os países parceiros. Em simultâneo, iniciou-se, igualmente, a divulgação dos spots de rádio e televisão na página eletrónica do projeto.

Já os materiais de leitura rápida, adotados como uma continuidade da imagem e das mensagens constantes da campanha televisiva, foram distribuídos em todos os eventos públicos do Projeto, também com acesso através de QR code.

Também com o objetivo de contribuir para a sensibilização sobre as problemáticas do Estado de Direito e Boa Governança, lançámos em parceria com a RDP África um novo programa intitulado «Estado de Direito Somos Nós», conduzido pela jornalista Ana Paula Gomes, que consistiu numa série de dez episódios, emitidos entre os dias 3 e 14 de maio de 2021, às 6:20 com repetição às 11:20 (hora de Lisboa), com o objetivo de contribuir para a tomada de consciência das sociedades civis de que a consolidação do Estado de Direito é uma tarefa de todos, indissociável dos valores da democracia, da paz, da justiça social e da defesa dos Direitos Humanos. Em simultâneo, este programa deu voz aos pontos focais e parceiros do PACED que, na sua atividade profissional, trabalham para a concretização destes objetivos.

R3: Cooperação e a colaboração entre instituições homólogas dos PALOP e Timor-Leste, bem como entre si e das organizações externas e internacionais relevantes são reforçadas com base em diretrizes comuns, nos temas do projeto.

Outra atividade que alcançou plenamente os seus objetivos foi a realização dos seminários abertos a quadros políticos, nomeadamente partidos políticos, deputados e outros dirigentes da administração pública, e magistratura, em cada um dos países parceiros, sobre os mecanismos de boa governação global estabelecidos pelas organizações internacionais. Estes seminários tinham em vista reforçar, por um lado, a cultura de adequação das agendas/propostas das organizações internacionais aos contextos e necessidades específicas de cada país nas temáticas do projeto e, por outro, a capacidade de transmissão, pelos países, das prioridades das suas próprias agendas estratégicas nacionais, num esforço que deve ser conjunto e de responsabilidade partilhada.

Numa área onde a linguagem é muitas vezes cifrada ou onde a falta de cuidado na atenção ao particular torna, muitas vezes, as políticas e medidas globais adotadas distantes das necessidades dos países e inadequadas para a resolução dos problemas a que se dirigem, foram realizados seis seminários, possibilitando que os atores com competência ou especial ligação às temáticas em causa e, em geral, aqueles que intervêm no processo de auscultação, refletissem sobre as melhores estratégias a adotar para colocar nas agendas das organizações internacionais, não só as prioridades nacionais, mas também os conteúdos e as metodologias de ação que consideram mais adequadas para responder aos problemas dos diferentes países.

Finalmente, e seguindo uma orientação de redução da pegada ecológica/carbono nas atividades do projeto, apostou-se na realização de atividades híbridas, em especial depois de março de 2020, e na divulgação dos produtos (manuais ou brochuras) através de pequenos cartões com a imagem da capa da edição e ligação ao documento através de QR Code, produzindo-se um número limitado de exemplares de cada edição para cada um dos países parceiros e preferindo-se a utilização de materiais ecologicamente certificados.

B. RELATÓRIO DESCRITIVO

O PACED - Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito teve como objetivo geral contribuir para a afirmação e consolidação do Estado de Direito nos PALOP/TL, através da melhoria da capacidade destes países para prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente o tráfico de estupefacientes.

Teve um orçamento global de 8,4 milhões de euros (7 milhões financiados pela União Europeia ao abrigo do 10.º FED e 1,4 milhões de euros pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., dos quais 8,05 milhões de euros administrados diretamente pelo Camões, I. P.

Para a prossecução do objetivo identificado acima os países acordaram na implementação de atividades em torno de três resultados específicos:

- **R1:** quadro jurídico e a organização administrativa dos PALOP e Timor-Leste em matéria de prevenção e luta contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente tráfico de estupefacientes, são reforçados e modernizados em conformidade com as melhores práticas internacionais;
- **R2:** capacidades institucionais e humanas das instituições relevantes dos PALOP e Timor-Leste são fortalecidas e os seus procedimentos operacionais são atualizados e modernizados;
- **R3:** cooperação e a colaboração entre instituições homólogas dos PALOP e Timor-Leste, bem como entre si e das organizações externas e internacionais relevantes são reforçadas com base em diretrizes comuns, nos temas do projeto.

O presente relatório corresponde ao **Relatório Final**, reportando o período compreendido entre **1 de outubro de 2014 e 30 de junho de 2022**, perfazendo um total de **93 meses**.

O ciclo de implementação do PACED foi sucessivamente ampliado (sendo que o acordo inicial previa um período de implementação de 44 meses) através da celebração de várias adendas:

- 1.ª Adenda, celebrada em 12.12.2017, ampliou o período de implementação para 63 meses;
- 2.ª Adenda, celebrada em 23.12.2019, ampliou o período de implementação para 75 meses;
- 3.ª Adenda, celebrada em 28.12.2020, ampliou o período de implementação para 87 meses;
- 4.ª Adenda, celebrada em 29.12.2021, fixou o período final de implementação em 93 meses, ou seja, até 30 de junho de 2022.

Todos os elementos contratuais podem ser consultados em: <https://www.paced-paloptl.com/paced/documentos-de-projeto>

O último relatório apresentado, o 8.º Relatório, reportava os avanços transversais e as atividades realizadas em face dos resultados até 30 de setembro de 2021, pelo que importará elencar autonomamente, não obstante integração no computo final geral, os avanços transversais e as atividades realizadas entre 1 de outubro de 2021 e 30 de junho de 2022:

(1) Avanços transversais:

- Conclusão dos Seminários abertos a quadros políticos sobre os mecanismos de boa governação global e dos Encontros de Conhecimento e Partilha, atividades que são desenvolvidas em parceria

com diversas entidades nacionais dos diferentes países parceiros e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra;

- Conclusão das atividades de formação nacional, com a atividade realizada em Timor-Leste, nas áreas da prevenção e combate à criminalidade económico-financeira e tráfico de drogas, com a realização da 3.ª fase – de avaliação – atividade que conta com a tutoria do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e do Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (IPJCC);
- Apresentação dos relatórios finais da 3.ª fase - de avaliação - das formações nacionais, desenvolvidas nos diferentes países parceiros do PACED, pelos representantes do Centro de Estudos Judiciários e do Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais;
- Elevada apropriação no que respeita ao processo de harmonização legislativa;
- Aprofundamento da integração com diferentes parceiros internacionais, salientando-se as atividades realizadas em parceria com o Basel Institute on Governance, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Observatório da Legislação Portuguesa, da JurisNova e do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o Programa de Armas de Fogo da INTERPOL, a Academia Sino-Lusófona da Universidade de Coimbra (ASL-UC), em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ), a Ordem dos Advogados do Brasil - secção do Rio de Janeiro (OABRJ), a Internacional Association for Court Administration (IACA) em parceria com Justiça Federal e o iJusLab (Laboratório de Inovação da Justiça Federal de São Paulo), a Global Resource for Anti-Corruption and Youth Empowerment (GRACE) e o Corruption and Economic Crime Branch, Division for Treaty Affairs (CEB/DTA);
- Conclusão das diversas formações/aquisições à medida das diferentes entidades nacionais;
- Lançamento de três novos manuais:
 - “Manual de Formação de Formadores: Capacitação nas áreas do Tráfico de Estupefacientes, da Corrupção e do Branqueamento de Capitais e com conhecimento dos instrumentos legais, administrativos e processuais em vigor nos países de língua oficial portuguesa”, resultante das ações de capacitação desenvolvidas pelo CEJ, no âmbito do PACED, nas áreas da corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes, com conhecimento dos instrumentos legais, administrativos e processuais adequados ao tratamento da tipologia destes casos para funcionários do sistema bancário e financeiro, investigação criminal, magistrados do Ministério Público e Juízes.

Este Manual digital está disponível para consulta e download, de forma gratuita, no site do PACED em: https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/paginacao-manual-cej1versaofinal151021.pdf.

- Tradução para língua portuguesa do Manual Maritime Crime: A Manual for Criminal Justice Practitioners/ "Criminalidade Marítima: Manual para Profissionais da Justiça Criminal" (3 ed.), elaborado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime).

Este Manual digital está disponível para consulta e download, de forma gratuita, no site do PACED em: https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/unodc-

[criminalidade-maritima-manual-para-profissionais-da-justica-criminal-trad-da-3%C2%AA-ed-em-lingua-inglesa-vf.pdf](https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/manual-criminalidade-maritima-manual-para-profissionais-da-justica-criminal-trad-da-3%C2%AA-ed-em-lingua-inglesa-vf.pdf).

- Manual do Processo Penal Angolano, este 1.º Manual do novo Processo Penal da República de Angola, resulta de uma solicitação das autoridades angolanas face à necessidade de formação especializada, surge no âmbito do 1.º curso de Capacitação Formativa e Judiciária de Técnicos e Oficiais de Justiça de Angola, ministrado pelo Centro de Formação da Direção-Geral de Administração da Justiça (DGAJ) do Ministério da Justiça de Portugal, em articulação com o Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ) do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos de Angola, que possibilitou a constituição de uma bolsa de formadores nacionais angolanos, técnicos e oficiais de justiça de diferentes instituições, designadamente: Tribunal Supremo, Conselho Superior da Magistratura Judicial, Procuradoria-Geral da República, Serviço de Investigação Criminal e tribunais provinciais. Esta atividade promovida pelo PACED está em linha com o esforço de se centrar a atuação no reforço da capacidade institucional das autoridades competentes ao nível legislativo, executivo e judiciário, promovendo o intercâmbio, a partilha de conhecimento e de boas práticas. Neste espírito tem sido possível realizar diferentes ações que representam uma verdadeira mudança de paradigma no que respeita à cooperação para o desenvolvimento. O Manual, produzido pelos 28 técnicos e oficiais de justiça que participaram na supracitada formação, subdivididos em três grupos, cada um responsável pelas diferentes fases do processo penal, é um bom exemplo dessa mudança de paradigma e dos resultados que se podem alcançar. Trata-se do primeiro manual de formação construído de raiz, no que respeita à formação especializada destes profissionais, realizado por técnicos angolanos para formação de colegas angolanos em ações de formação nacionais que, esperamos, decorrerão não apenas em Luanda, mas também em outras províncias do país.

Este Manual digital está disponível para consulta e download, de forma gratuita, no site do PACED em: https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/manual-processo-penal-angola-vf.pdf.

(2) Atividades realizadas:

Atividades face aos Resultados:

Resultado 1:

- Realizada a Conferência Internacional: Consolidação Do Estado De Direito Nos Palop e em Timor-Leste: O Paced Como Fator de Mudança na Governação, Capacitação e Cooperação - 16 de novembro de 2021, em Luanda, Angola.

Resultado 2: foi possível garantir um nível elevado de execução, através de:

- Conclusão das atividades **2.2.1** e **2.2.2**, com a realização da 3ª Fase, de avaliação, das ações de formação nas áreas da prevenção e combate à criminalidade económico-financeira e tráfico de drogas, com tutoria do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e do Instituto de Polícia Judiciária e

- Ciências Criminais (IPJCC), em Moçambique (entre 27 de setembro e 1 de outubro de 2021), em Angola (entre 15 e 19 de novembro de 2021) e em Timor-Leste (de 30 de maio a 3 de junho de 2022);
- Conclusão da atividade 2.1.1, com a realização dos segundos Encontro de Conhecimento, Partilha de Experiências e de Boas Práticas - Prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, em Angola (6 e 7 de outubro de 2021) e em Timor-Leste (27 de abril de 2022);
 - No âmbito da atividade **2.1.5**, entrega de bibliotecas jurídicas às instituições parceiras do PACED em Timor-Leste). O acervo bibliográfico entregue inclui obras de referência na área do Direito Penal e Direito Civil, dicionários jurídicos e edições temáticas apoiadas pelo PACED que integram a plataforma LEGIS-PALOP+TL, base de dados jurídica oficial que contém legislação, jurisprudência e doutrina dos PALOP e TL (6 de outubro de 2021);
 - No âmbito da atividade **2.1.5**, decorreu, no dia 7 de fevereiro de 2022, no Auditório do Ministério da Justiça em Díli, a cerimónia de entrega de equipamento laboratorial destinado à Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC) de Timor-Leste. Este equipamento veio reforçar as capacidades no âmbito da investigação criminal e luta contra o tráfico de estupefacientes da PCIC, inserido no âmbito do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED). A cerimónia, presidida pelo Ministro da Justiça de Timor-Leste, Manuel Cárceres da Costa, contou com a intervenção do Diretor Nacional da PCIC, Vicente Fernandes e Brito, do Embaixador de Portugal em Díli, José Pedro Machado Vieira, e do Embaixador da Delegação da União Europeia em Timor-Leste, Andrew Jacobs.
- Participaram, ainda, nesta cerimónia, o Diretor de Programas do Serviço Ordenador Nacional e altos dignatários das instituições parceiras do PACED, nomeadamente, o Tribunal de Recurso, a Procuradoria-Geral da República, o Centro de Formação Jurídica, e judiciária, e a Unidade de Informação Financeira, representando assim a entrega deste equipamento, um apoio mais amplo do PACED de resposta às necessidades dos parceiros nacionais timorenses.
- O equipamento entregue, que consiste num cromatógrafo gasoso e espectrómetro de massas, combina os recursos de cromatografia em fase gasosa e espectrometria de massa, possibilitando identificar diferentes substâncias em amostras específicas, contribuindo para a deteção e identificação de diferentes drogas, investigação de incêndios, análise ambiental ou investigação de explosivos.
- Na sua intervenção, o Ministro da Justiça de Timor-Leste referiu que as parcerias desenvolvidas têm “disponibilizado à nossa equipa um conjunto de técnica, de saber fazer, que têm reforçado a confiança no serviço prestado pela PCIC”, manifestando o seu apreço pelo “apoio constante” garantido “por Portugal e pela UE em Timor-Leste, em termos gerais, no setor judicial, e especificamente na criação e fortalecimento da PCIC”.
- Já o Embaixador de Portugal em Díli, referiu que o “fortalecimento das instituições que são o garante do Estado de Direito em Timor-Leste foi, desde sempre, um dos campos de atuação prioritária da União Europeia e, ao nível bilateral, da Cooperação Portuguesa”, sendo que “a criação e consolidação da própria PCIC, órgão de polícia criminal, beneficiou dos apoios português e europeu, tendo esta vindo a honrar os princípios que orientaram a sua criação e que a conduzem na sua missão”, consubstanciando uma “fonte de inspiração” não apenas a nível nacional mas também internacional. Finalmente, o Embaixador da União Europeia em Díli, saudou o facto de cinco dos seis países envolvidos no PACED, entre eles Timor-Leste, terem melhorado a sua posição no Índice de Perceção da Corrupção relativo a 2021, referindo que esperava “continuar a trabalhar lado a lado para reforçar a proteção dos direitos humanos e da paz em Timor-Leste”;

- No âmbito da atividade **2.1.5**, teve lugar, em Bissau, entre os dias 24 e 26 de novembro de 2021, a ação de formação, desenhada por solicitação das autoridades da Guiné-Bissau (Polícia Judiciária da Guiné-Bissau), denominada “Curso de Formação contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados”, numa iniciativa do Programa de Armas de Fogo da INTERPOL em coordenação com o PACED e a Polícia Judiciária da Guiné-Bissau.

A formação teve lugar no seguimento da 1.ª Reunião Regional Contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados, que juntou as polícias de investigação criminal dos PALOP e de Timor-Leste nos dias 6 e 7 de julho de 2021, e destinou-se às autoridades policiais com competência no combate a este tipo de criminalidade, designadamente, a Polícia Judiciária e Polícia de Ordem Pública.

O Curso de Formação contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados teve por objetivo o apoio e aprimoramento da capacidade nas áreas vinculadas à investigação do tráfico de armas de fogo e crimes relacionados, incluindo a identificação, rastreamento e investigação de armas de fogo, bem como comparação forense e balística.

A sessão de encerramento e de entrega de certificados aos cerca de 25 formandos contou com a presença da Diretora Nacional da Polícia Judiciária da Guiné-Bissau, Teresa Alexandrina da Silva, do Coordenador do Programa IArms da Interpol, Joaquim Rodrigues, além de representantes do Gabinete Nacional da Interpol, da Embaixada de Portugal e da Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau;
- No âmbito da atividade **2.1.5**, entrou em funcionamento, no dia 22 de dezembro de 2021, a plataforma de seguimento das operações financeiras, da Unidade de Informação Financeira (UIF), bem como o respetivo portal, designado “UIF360”, cujo acesso poderá ser efetuado em <https://uif.gov.st> e <https://uif.gov.st/uif360>.

Esta ferramenta, financiada através do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED), permitirá à UIF efetuar o cruzamento e reporte de informação e detetar movimentos suspeitos, integrando igualmente uma base de dados que cumpre os protocolos de proteção de informação financeira, reforçando o sistema de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo do país;
- No âmbito da atividade **2.1.5**, no dia 27 de maio de 2022, no Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ) de Cabo Verde, decorreu a cerimónia de entrega de equipamento informático destinado aos Tribunais de Cabo Verde, no âmbito do projeto PACED.

A Ministra da Justiça de Cabo Verde, Joana Rosa, e o Presidente do CSMJ, Bernardino Delgado, estiveram presentes na cerimónia e consideraram que “os equipamentos vão ajudar na redução das pendências e da morosidade processual.”

Os equipamentos ora entregues - colunas e microfones de audiência, amplificadores digitais e computadores, dotados de gravadores, processamento e reproduzidor áudio - têm como objetivo dotar várias salas de audiência de plenas funcionalidades digitais, entre outras, para a gravação de julgamentos;
- No âmbito da atividade **2.1.5** teve lugar no dia 27 de junho de 2022, no Auditório do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., em Lisboa, num evento realizado à margem da Conferência dos Oceanos, a cerimónia de apresentação da tradução para língua portuguesa do Manual Maritime Crime: A Manual for Criminal Justice Practitioners/ "Criminalidade Marítima: Manual para Profissionais da Justiça Criminal" (3 ed.), elaborado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime).

A tradução para língua portuguesa deste manual ficará disponível em formato digital com acesso livre no site da UNODC e no site do PACED em: <https://www.paced->

paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/unodc-criminalidade-maritima-manual-para-profissionais-da-justica-criminal-trad-da-3%C2%AA-ed-em-lingua-inglesa-vf.pdf.

A apresentação pública desta obra contou com a intervenção de Fernando Loureiro Bastos, professor na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, revisor científico desta tradução, que sublinhou a sua importância e o papel que desempenhará, não apenas na formação académica dos profissionais, mas, essencialmente, enquanto ferramenta de auxílio prático para a resolução de casos reais.

Por seu lado, Paulo Santos, Diretor de Serviços para os Assuntos Políticos Europeus da Direção-Geral de Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, regozijou-se com a concretização de um projeto essencial para o fortalecimento do multilinguismo no sistema das Nações Unidas, e da língua portuguesa em especial, tendo também destacado a utilidade desta tradução para todos os atores do judiciário nos países de língua portuguesa.

Siri Njune, Chefe do Programa Global Contra a Criminalidade Marítima da UNODC, valorizou o contributo desta tradução para o sucesso das formações organizadas nos países de língua oficial portuguesa, potenciando também o desenvolvimento futuro da própria ferramenta, uma vez que o Manual da UNODC não consubstancia um documento fechado.

Finalmente, a Vice-Presidente do Camões, I.P., Cristina Moniz, relevou esta atividade na semana em que é concluída a implementação do PACED, reforçando a essência não introvertida que este projeto soube adotar ao estabelecer e potenciar a interceção de resultados com outros projetos, programas e organizações internacionais;

- No âmbito da atividade **2.1.5** e integrado na Capacitação Formativa e Judiciária de Técnicos e Oficiais de Justiça de Angola, cuja primeira fase arrancou a 23 de novembro de 2020, decorreu no dia 30 de junho de 2022, no Auditório do Instituto Nacional de Estudos Judiciários, em Luanda, a cerimónia de apresentação do Manual do Processo Penal Angolano e de entrega dos certificados da formação de formadores a Técnicos e Oficiais de Justiça no âmbito do PACED.

A Diretora Geral-Adjunta de Estudos e Investigação Judiciária, Adélia Maria Pires da Conceição de Carvalho, deu início às intervenções, focando o trabalho de formação de formadores que foi desenvolvido e o facto de em parceria se ter conseguido dar corpo a um Manual que será muito relevante no futuro. Por seu lado, o Ordenador Nacional Suplente do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) de Angola, António de Jesus Marcolino Pombal, sublinhou a relevância que as atividades desenvolvidas no âmbito do PACED tiveram para os países parceiros, especialmente, numa área tão sensível como é a da justiça.

O representante do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., Ministro Conselheiro da Embaixada de Portugal em Angola, José Manuel Correia, sublinhou que, “no momento em que juntos encerramos o período de implementação do PACED, com a colaboração de todos aqui presentes, alcançámos 94,2% de execução técnica, 90,8 % de execução financeira e tivemos 2.541 participantes nas atividades formativas e 9.610 participantes nas diferentes conferências, workshops e seminários nacionais e internacionais”.

Na sua intervenção, a Embaixadora da União Europeia em Angola, Jeannette Seppen, enfatizou o facto de o PACED ser um dos projetos mais bem-sucedidos da cooperação da União Europeia - PALOP TL: “um projeto de sucesso, amplamente reconhecido pelos beneficiários e parceiros”, sendo devida uma “palavra de agradecimento ao Camões, I.P. pelo trabalho que tem desenvolvido”.

Também presente, o Ordenador Nacional de Moçambique, Embaixador Mário Saraiva Ngwenya, teve a oportunidade de referir que o Projeto PALOP/TL UE, onde o PACED se integra, comemorará este

mês 30 anos de existência, sendo uma honra associar o lançamento deste importante Manual ao arranque das comemorações.

Para além dos oradores, o evento contou também com a presença de altos representantes das entidades parceiras do PACED em Angola, da Secretaria para os Assuntos Judiciais e Jurídicos da Casa Civil do Presidente da República, do Tribunal Supremo, da Procuradoria-Geral da República e da Unidade de Informação Financeira daquele país.

A produção de manuais específicos para as instituições parceiras do PACED no âmbito da prevenção e luta contra a corrupção, o branqueamento de capitais e a criminalidade organizada, em particular, o tráfico de estupefacientes, consubstanciou uma das prioridades do projeto, juntando-se este 1.º Manual do Processo Penal Angolano a outras 9 publicações lançadas no âmbito do PACED e que têm acesso universal e gratuito no sítio do projeto, no separador “Publicações”.

Resultado 3:

- Conclusão da atividade **3.2.1** com a realização do seminário aberto a quadros políticos, nomeadamente partidos políticos, deputados e outros dirigentes da administração pública e magistratura sobre os mecanismos de boa governação global, estabelecidos pelas organizações internacionais:
 - a) Em **Angola**, Seminário *online* sobre Cooperação Internacional, Governação e Estado de Direito, nos dias 20 e 21 de outubro de 2021, com organização do Observatório Permanente da Justiça do CES, de Portugal, em parceria com o Centro de Estudos de Ciências Jurídico-Económicas e Sociais (CEJES) da Universidade Agostinho Neto, de Angola, e o apoio da RTP África, esta iniciativa visou promover o debate sobre o envolvimento nacional e local na construção das agendas de cooperação internacional e a adequação das agendas das organizações internacionais às prioridades e contextos de cada país.
O Seminário, com mais de 470 participantes, contou com a participação de prestigiados oradores como Carlos Lopes, Professor da Mandela School of Public Governance da University of Cape Town, que identificou uma sucessão de ameaças ao multilateralismo, realçando que a sustentabilidade da ordem mundial tal como a conhecemos não deve ser tomada como garantida, e Boaventura de Sousa Santos, Diretor Emérito do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, que refletiu sobre os desafios da cooperação jurídica em tempos de «dramatização» e mediatização da justiça;
 - b) Em **Timor-Leste**, Seminário online sobre Cooperação Internacional, Governação e Estado de Direito, no dia 9 de junho de 2022, com organização do Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, de Portugal, em parceria com o Ministério da Justiça, de Timor-Leste. A sessão de abertura foi presidida por Marcelina Tilman, Diretora-Geral do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, de Timor-Leste, contando ainda com intervenções do Embaixador da União Europeia em Díli, Andrew Jacobs, da Adida para a Cooperação junto da Embaixada de Portugal em Díli, Cristina Faustino, do Coordenador do PACED, João Pedro Campos e da Coordenadora do Observatório Permanente da Justiça, Conceição Gomes.
- No âmbito da atividade **3.1.1** o PACED teve a oportunidade de participar na XVII Conferência de Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP), decorreu em formato híbrido, a 4 de março de 2022, em Luanda, e marcou o final da Presidência de Cabo Verde e a passagem para a nova Presidência, assumida por Angola. A Equipa do PACED (Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos

PALOP e Timor-Leste) fez-se representar pelo Consultor Científico, Juiz Conselheiro Nuno Coelho e pelo Coordenador-Geral, João Pedro Campos.

No decurso da Conferência, os Ministros da Justiça tomaram nota do balanço das atividades do PACED, tendo-se congratulado com a relevância dos trabalhos desenvolvidos.

No que respeita ao processo de construção da plataforma de formação e cooperação da Conferência, cuja titularidade se encontra sob alçada da CMJPLOP desde fevereiro de 2021, os Ministros da Justiça consideraram que devem ser realizados todos os esforços no sentido de garantir a sua efetiva operacionalização;

- No âmbito da atividade **3.3.1** o PACED participou na Semana de Direitos Humanos, incluída no Programa de Apoio à Integração da Guiné-Equatorial (PAIGE) da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), que decorreu em Malabo, entre os dias 4 e 8 de abril de 2022, o PACED teve a oportunidade de partilhar as principais metodologias adotadas pelo projeto, assim como os resultados mais relevantes já alcançados;

A participação do PACED no PAIGE, foi assegurada pelo representante do ponto focal da Presidência da República de Angola e pelo coordenador do PACED, com o objetivo de contribuir para a divulgação do projeto e a participação dos parceiros junto de redes e organizações internacionais;

- A atividade **3.6.2** *não concluída*.

- Realização de vários seminários internacionais temáticos, destacando-se:

- a) Conferência Internacional sobre “(Acesso à) Justiça e Digitalização: desafios pós-pandemia”, organizada pela Academia Sino-Lusófona da Universidade de Coimbra (UC) em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a Ordem dos Advogados do Brasil e o PACED, a 4 de outubro de 2021.

A conferência inaugural foi proferida pela Ministra da Justiça e Assuntos Constitucionais e Religiosos de Moçambique, Helena Mateus Kida, que firmou também um acordo de cooperação com a UC. A conferência de encerramento esteve a cargo da Presidente do Supremo Tribunal Administrativo de Portugal, Dulce Neto.

Na sua intervenção, o Coordenador do PACED, destacou a relevância do “Estudo sobre o impacto da pandemia nas atividades do poder judiciário nos Países de Língua Portuguesa”, desenvolvido numa parceria entre a IACA (International Association for Court Administration), o IBRAJUS (Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário), o Laboratório de Inovação da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo (iJusLab) e o PACED, que constitui a primeira grande recolha e análise de dados produzida neste âmbito específico entre os países de Língua Portuguesa;

- b) Seminário de Pesquisas Empíricas aplicadas a Políticas Judiciárias – Impacto da Covid-19 no Poder Judiciário, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça da República Federativa do Brasil, com o objetivo de divulgar e debater os resultados alcançados com as pesquisas realizadas pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias, a 24 de novembro de 2021.

A “Pesquisa Internacional do Judiciário Durante a Pandemia de Covid-19” foi promovida pela International Association for Court Administration (IACA) em parceria com Justiça Federal e o iJusLab (Laboratório de Inovação da Justiça Federal de São Paulo) e teve por objetivo avaliar (i) acesso à Justiça, (ii) gestão do trabalho, e (iii) infraestrutura tecnológica do Poder Judiciário de 28 países após a declaração de pandemia pelo Coronavírus em março de 2020.

Já a pesquisa “Resposta Judiciária à Pandemia da Covid 19 – Países Lusófonos”, desenvolvida em parceria com e o PACED – Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e em Timor-Leste, segue a metodologia da pesquisa internacional ao aplicar o questionário entre 30 de novembro de 2020 e 15 de fevereiro de 2021, utilizando os três parâmetros citados.

Neste âmbito, o coordenador do PACED, João Pedro Campos, destacou a importância deste estudo que constituiu a primeira grande recolha e análise de dados produzida neste âmbito específico entre os países de Língua Portuguesa.

As conclusões do estudo assinalam que todos os países se esforçaram para assegurar o amplo acesso à justiça, apesar das dificuldades de diminuição da força de trabalho, ausência ou parcial existência de processos eletrónicos e de recursos tecnológicos, o que revela o compromisso das instituições com o funcionamento do Judiciário, e, portanto, com os direitos fundamentais em tempos de crise humanitária;

- c) “E-Curso de Legística” que contou com a participação de 19 elementos designados pelas diferentes entidades parceiras do PACED. Realizado em parceria com o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o Observatório da Legislação Portuguesa (OLP) e a Nova School of Law, terminou, no dia **20 de dezembro 2021**, Este E-Curso surge no seguimento do Webinar "A importância da legística na prevenção e combate à corrupção", que teve lugar no dia 14 de julho de 2021 e possibilitou a capacitação, aperfeiçoamento e atualização, dentro de uma esfera comparada, sobre as temáticas da Better Regulation e da legística material e formal;
- d) Webinar intitulado “O contributo da legística para a construção do Estado de Direito”, realizado a 22 de fevereiro de 2022, contou com a participação de cerca de 200 participantes. Este webinar, transmitido pela Justiça TV, teve como oradores António Delicado, do ICJP e Luís Cezerilo, Diretor Nacional de Assuntos Parlamentares do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos da República de Moçambique, tendo sido possível debater a importância da legística para a construção do Estado de Direito, passando-se em revista, não apenas a realidade de Moçambique, mas também os principais princípios que subjazem às melhores práticas no desenvolvimento da produção legislativa e na importância em inscrever como prioridade o registo da pegada legislativa.
Esta atividade surge no seguimento do Webinar - A importância da legística na prevenção e combate à corrupção, que teve lugar no passado dia 14 de julho de 2021 e do E-Curso de Legística” que contou com a participação de 19 elementos designados pelas diferentes entidades parceiras do PACED e que terminou no dia 20 de dezembro 2021;
- e) Seminário de Apresentação do Sistema de Gestão de Armamento e Munições - SiGAM, desenvolvido pela Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC) de Timor-Leste, teve lugar no dia 8 de março de 2022, por videoconferência e contou com a participação de 18 representantes das Polícias de Investigação Criminal de todos os países parceiros do PACED e foi realizado em parceria com o Programa de Armas de Fogo da Organização Internacional de Polícia Criminal – INTERPOL. Foi efetuada a apresentação do SiGAM e apontadas as suas virtualidades no que respeita ao controlo de armas de fogo adstritas à utilização dos órgãos de polícia criminal. Por seu lado, a apresentação do Programa de Armas de Fogo da INTERPOL focou o reforço das capacidades nas áreas vinculadas à investigação do tráfico de armas de fogo e crimes relacionados, incluindo a identificação, rastreamento e investigação de armas de fogo, bem como comparação forense e balística.

Das intervenções resultou um claro interesse em futuramente virem a beneficiar também do Sistema de Gestão de Armamento e Munições - SiGAM, desenvolvido pela PCIC de Timor-Leste;

- f) Comemoração do Dia da Língua Portuguesa, no dia 12 de maio de 2022, com o ponto focal do PACED junto do Banco Nacional de Angola, Oswaldo Pedro dos Santos, juntou-se à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ao Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), ao Global Resource for Anti-Corruption and Youth Empowerment (GRACE) e à Corruption and Economic Crime Branch, Division for Treaty Affairs (CEB/DTA), para uma mesa redonda sob o tema "A participação dos jovens em iniciativas de luta contra a corrupção nos países da CPLP: Passado - Presente - Futuro."

Neste evento, focou-se o papel importante que os jovens e as organizações representativas dos jovens podem desempenhar no desenvolvimento de políticas públicas de prevenção do crime e promoção de uma cultura de legalidade.

O combate à corrupção foi apontado como essencial ao reforço da qualidade da democracia e à plena realização do Estado de Direito, assegurando uma efetiva igualdade de oportunidades, promovendo maior justiça social, favorecendo o crescimento económico, fortalecendo as finanças públicas e aumentando o nível de confiança dos cidadãos nas instituições democráticas.

Monitoria e avaliação do projeto:

A monitoria do PACED foi realizada aos seguintes níveis:

a) Monitoria das atividades

Foi centrada nos processos, este seguimento teve como objetivo fornecer uma informação de leitura rápida e de fácil compreensão aos pontos focais para uma visão das atividades do PACED no conjunto dos países.

b) Medição dos efeitos imediatos das atividades

Esta monitoria foi feita através da aplicação de inquéritos por questionário após a realização das atividades. O tratamento e análise dos resultados dos relatórios era depois integrado no relatório de cada atividade.

O seguimento dos indicadores da matriz do quadro lógico é registado nesta matriz de monitoria que se encontra estruturada em torno de três separadores:

- i. Indicadores de impacto;
- ii. Seguimento dos indicadores ao nível do Objetivo Específico;
- iii. Indicadores ao nível do resultado. Para além dos indicadores constantes da MQL, foram introduzidos outros após avaliação da coordenação do projeto. Aqui é também feito o seguimento dos produtos.

c) Medição dos efeitos mediatos das atividades

Com este seguimento procurou-se não apenas medir os resultados relacionados com a aquisição de conhecimentos e de competências, mas os efeitos relacionados com o aumento de conhecimentos e de

competências na atividade profissional. Para além disso e no que à harmonização legislativa diz respeito, interessou-nos perceber em que medida as propostas de harmonização legislativa foram sendo acolhidas nos ordenamentos jurídicos nacionais. Pressupôs-se que entre a realização da atividade e o início dos efeitos teria de haver tempo para o surgimento dos resultados esperados.

Este seguimento é assegurado em relação a três atividades do projeto e é parte integrante do Plano Global de Trabalhos:

- atividade 1.3 e 1.5- seguimento das propostas de harmonização legislativa;
- atividade 2.1.3- ações de formação em gestão e organização dos tribunais, serviços do Ministério Público e de investigação criminal;
- atividade 2.2.1- programa de formação com o CEJ;
- atividade 2.2.2- programa de formação com a EPJ/IPJCC;
- atividade 1.3 e 1.5- seguimento das propostas de harmonização legislativa.
 - Este seguimento realizou-se através de missões da equipa de assistência técnica (em consulta com os diferentes Gabinetes de Política Legislativa e com as comissões relevantes dos parlamentos nacionais) aos países parceiros com o objetivo de monitorizar a adoção das normas ou diplomas que assegurem a harmonização legislativa, mas também com a realização do 1.º Encontro do Grupo de Trabalho de Harmonização Legislativa dos crimes de corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes, realizado a 16 de julho de 2020, por videoconferência, e no qual foi possível fazer um balanço bastante positivo acerca dos níveis de transposição do projeto de harmonização legislativa nos ordenamentos jurídicos nacionais.
- atividade 2.1.3- ações de formação em gestão e organização dos tribunais, serviços do Ministério Público e de investigação criminal;
- atividade 2.2.1- programa de formação com o CEJ;

Este seguimento comporta vários momentos:

- Construção de *baselines*:
 - Através de um questionário aplicado aos responsáveis das instituições;
 - Através de questionário aplicado aos formandos que participaram na primeira fase da formação (constituídos sob forma de amostra para efeito de comparação com resultados finais).
- Seguimento imediato: sendo que parte dos indicadores foram transpostos para o seguimento da MQL. No entanto, porque os relatórios comportam um volume muito considerável de seguimento dos indicadores não é dispensável a leitura dos relatórios;
- Seguimento mediato:
 - Realizado na terceira fase permitindo compreender em que medida as ações de formação promoveram um aumento de conhecimentos e de competências sustentáveis no tempo;
 - Aferir do aparecimento de novos processos de investigação criminal referente à tipologia de crimes abordados pelo PACED;
 - Criação de redes de partilha de conhecimentos entre formandos e entre formandos e formadores nacionais;

- Os formandos reconhecem que a participação nas ações de formação contribuiu para a forma como tratam os processos;
- Os formadores capacitados no âmbito do PACED estão a colaborar com atividades formativas fora do projeto.

Durante o período de implementação do PACED decorreram os seguintes exercícios de monitoria e avaliação:

- Em **2017** a avaliação orientada para os resultados/**Results-Oriented Monitoring (ROM)**

Esta avaliação detetou fragilidades a vários níveis, designadamente, quanto ao próprio desenho do projeto e quanto à pouca exploração de complementaridades com outros projetos e intervenções. No que respeita ao desenho do projeto, fruto de um hiato temporal demasiado longo entre a assinatura da Convenção de Financiamento e a descrição da ação, não ocorreu uma “efectiva actualização ou uma proposta de revisão das actividades”, sendo que o Acordo de Cooperação Delegada não anexa um quadro lógico atualizado.

“Relativamente aos indicadores do quadro lógico original da convenção de financiamento, observa-se que ao nível de objectivos (geral e específico) são adequados, mas na sua maioria qualitativos e de difícil medição objectiva (priorização das temáticas, melhoria do quadro jurídico, aumento da cooperação), embora se reconheça um esforço no sentido de identificar indicadores e fontes de verificação que permitam aferir a contribuição do projecto para os seus objectivos (melhoria nos índices internacionais sobre boa governação e estado de direito, número de convenções ratificadas e diplomas legais aprovados, aumento percentual de casos julgados, etc.). Quanto aos indicadores de resultados, há uma tentativa de os quantificar (número de estudos/documentos/recomendações produzidas e 2/3 destes aprovados/adoptados) embora não tenham sido explicitados indicadores específicos para cada um dos resultados ou por país. Por outro lado, muitos indicadores referem-se à satisfação dos participantes nas formações, sem que seja possível medir objectivamente a contribuição das mesmas para os respectivos resultados. Por fim, o quadro lógico não vinha acompanhado por uma linha de base e por valores de referência na sua formulação original. Apenas posteriormente, a gestão do projecto definiu algumas metas que servem para verificar e acompanhar a entrega dos diferentes produtos previstos (tais como: número de conferências, de acções de formação, de participantes, etc.), embora não sejam objecto de um plano formal de monitoria.”

Desta ROM resultou um “Plano de seguimento” com vários vetores, sendo que todos eles foram tendencialmente observados, apenas não tendo sido possível concluir, em tempo útil, o exercício de revisão do Quadro Lógico.

- Em **2019** a “**Avaliação intercalar do Programa de Apoio a Consolidação do Estado de Direito (PACED) nos países PALOP/TL, maio-agosto 2019**”

Esta avaliação a meio percurso, referiu que o projeto “contribuiu para a manutenção, ou mesmo a elevação do funcionamento das instituições beneficiárias, a harmonização dos quadros jurídicos nacionais, a formação de capital humano, e o início da colaboração entre instituições homólogas dos PALOP/TL.”

Apesar das condições prevaletentes no início da execução e da incerteza quanto ao desenvolvimento da pandemia, tem sido possível alicerçar o combate à corrupção, ao

branqueamento de capitais e à criminalidade organizada, em todas as áreas de contato e influencia do PACED, ligando também o seu objetivo geral ao desenvolvimento sustentável e à equidade, fruto do capital de confiança que se vem construindo junto dos parceiros e rede PACED, dinamizada pelos pontos focais.

Diminuição da Pegada Ecológica

Seguindo uma orientação de redução da pegada ecológica/carbono nas atividades do projeto apostou-se na divulgação dos manuais ou das brochuras através de pequenos cartões com a imagem da capa da edição e ligação ao documento através de QR Code, produzindo-se um número limitado de exemplares de cada edição para cada um dos países parceiros e preferindo-se a utilização de materiais ecologicamente certificados.



Figura 1 - Exemplo de divulgação de Manual através de QR code (2022)



Figura 2 - Brochuras produzidas no âmbito da atividade 2.4.1.1 (com Qr Code)

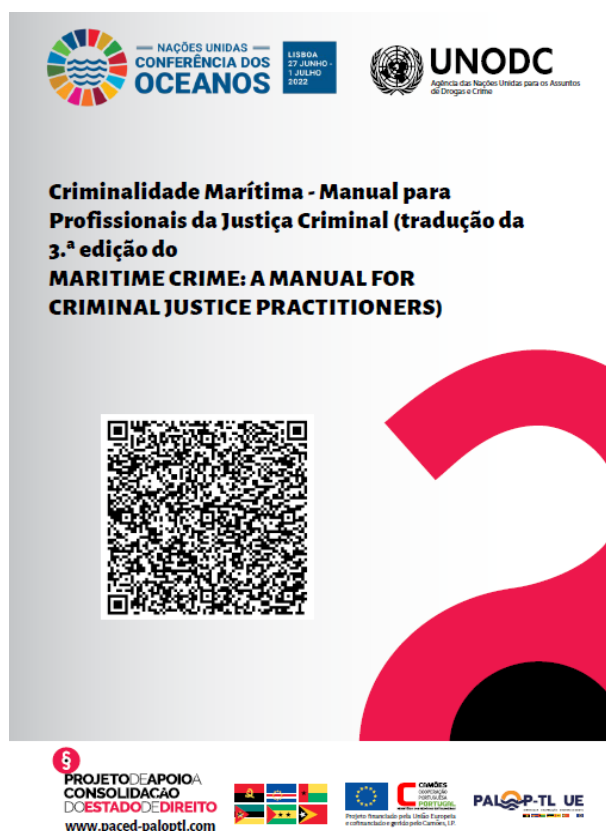


Figura 3 - Pormenor de cartaz de atividade com QR Code (2022)

Desde a realização do 3.º Fórum das Polícias de Investigação Criminal, todos os manuais do PACED têm estado disponíveis, através de imagem dos manuais com inscrição do QR Code, possibilitando aceder rapidamente ao texto final, medida com impacto direto na redução da pegada de carbono do projeto.

Finalmente, apostou-se fortemente na priorização pela realização das atividades em ambiente digital ou semipresencial garantindo uma diminuição muito significativa da pegada de carbono, fazendo decrescer este efeito colateral negativo.

Este esforço foi aprofundado com a situação epidemiológica provocada pelo Coronavírus SARS-COV-2 e doença COVID-19, interrompidas que ficaram as ligações aéreas, rapidamente se adotou a realização de atividade em formato inteiramente digital ou híbrido, possibilitando, da mesma forma, aumentar exponencialmente o número de participantes nas atividades, em especial, permitido que os parceiros nos diferentes países acompanhassem as atividades que estavam a ser desenvolvidas em simultâneo em diferentes geografias, mesmo que, no caso de Timor-Leste, com uma grande diferença horária.

Esta nova situação, prontamente aproveitada pelo PACED, tem nas seguintes atividades, o seu exemplo mais conseguido:

- Todas as edições do PACED estão disponíveis em formato e-book;
- Os questionários de satisfação passaram a ser realizados através da utilização de formulários “Google”;
- O 3.º e 4.º Fórum das UIF e o 4.º Fórum das PIC foram realizados em ambiente digital;

- As atividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra migraram e concluíram-se em ambiente digital;
- A 1.ª Pós-Graduação nas temáticas do PACED foi realizada em formato híbrido (com presença física no Huambo e à distância);
- A formação teórica da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe foi realizada *online*, possibilitando que o apoio posteriormente assegurado no local, por via de um especialista de Laboratório da Polícia Judiciária de Portugal e de Cabo Verde, pudesse incidir sobre o “fazer”, no exercício diário das funções;
- Finalmente, também em ambiente digital foi desenvolvido todo o Curso de Formação de Oficiais e Técnicos de Justiça de Angola, num esforço coroado de êxito, com a edição do Manual de Prática Processual Penal de Angola, produzido pelos 28 formadores deste 1.º Curso de Formação, na qualidade de coautores.

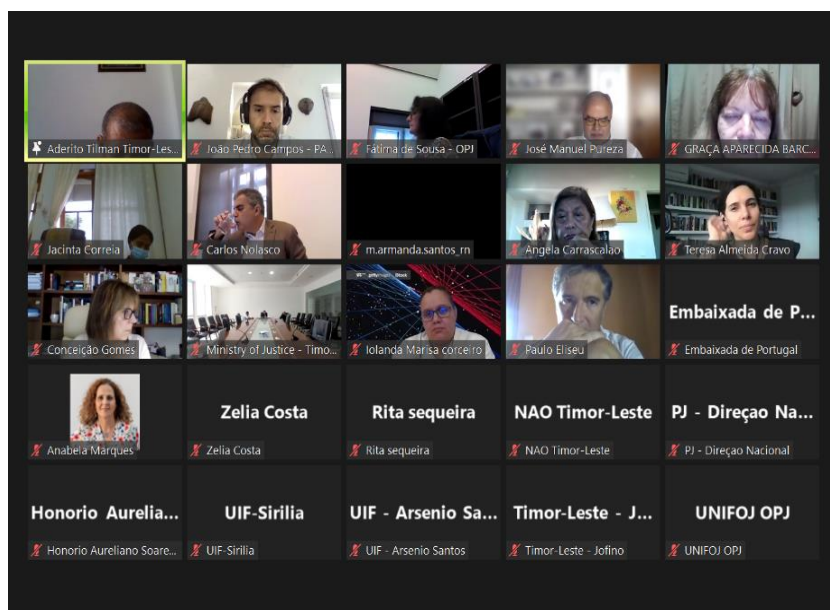


Figura 4 - Exemplo de atividade desenvolvida em ambiente digital (2022)

11. Dicas e sugestões úteis para reduzir a sua pegada de carbono

PAGED - CO₂

A preocupação com o meio ambiente está cada vez mais presente no nosso dia-a-dia. As mudanças climáticas e o aquecimento global podem afetar nosso bem-estar e qualidade de vida. A utilização de transportes públicos, a economia no uso de água, energia e a reciclagem de lixo são alguns exemplos de gestos simples com que podemos colaborar para a saúde do nosso planeta. Quando viajamos, seja em férias ou em negócios, não podemos simplesmente deixar essa preocupação em casa. Aqui ficam algumas formas simples de diminuir a nossa pegada de carbono:

Desligar da corrente

Mesmo que o seu telemóvel esteja carregado, se continuar ligado à corrente, está a consumir energia. Assim sendo, desligar telemóvel, computador e tablet da corrente, quando termina o seu carregamento, pode de facto poupar muita energia.

Apagar a luz

Desligar as luzes e o ar condicionado quando sai do quarto. Em alguns hotéis isso é feito de forma automática, mas noutros não. Na verdade, nunca é demais lembrar: a iluminação é responsável por 11% da energia usada, pelo que pode fazer uma enorme diferença.

Faça como se estivesse em casa

Tome banhos rápidos e, quando possível, reutilize toalhas e roupas de cama ao invés de trocá-las diariamente. Assim, também contribui para diminuir o uso de detergente e produtos de limpeza que podem poluir rios e lagos locais. Evite o uso de produtos descartáveis de plástico oferecidos nas unidades hoteleiras, trazendo a sua escova de dentes e os seus produtos de higiene.

Pense antes de imprimir

Antes de imprimir documentos, reflita se a impressão é mesmo necessária.

Figura 5 - Informações úteis distribuídas no âmbito da Formação de Especialistas (Lisboa, 2019)

Execução financeira

- **Custos efetivamente incorridos:** a execução financeira do projeto ascendeu a 7.303.010 EUR ou 90,72% do total do projeto à data de 30 de dezembro de 2022, referente a atividades concluídas, adjudicadas e faturadas no período de implementação do projeto. A execução contida no período a partir de 1 de outubro de 2021 corresponde a 736.531 EUR (9,1% do total do projeto).
- **Compromissos assumidos,** correspondem a 244.022,97 EUR no período a partir de 1 de outubro de 2021 (3,0% do total do projeto).

Tendo em conta a execução demonstrada pelo projeto bem como a não utilização da reserva para contingências, estão assim reunidas as condições para ser solicitado um pagamento final no montante de 105.083,05 EUR, conforme o artigo 20 das Condições Gerais do IMDA.

Adicionalmente, salienta-se que no final deste relatório, cerca de 54% das verbas (4.354.653 EUR) foram despendidas diretamente nos países parceiros em prol de pessoas singulares e coletivas com domicílio fiscal nos diferentes países parceiros, com benefício direto para as economias desses países.

C. FICHA RESUMO DA AÇÃO

TÍTULO	PACED – Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste
PAÍS/REGIÃO	PALOP-TL
OBJETIVO INTERVENÇÃO DA	Objetivo geral: Contribuir para a afirmação e a consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste. Objetivo Específico: Melhorar a capacidade dos PALOP-TL para prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, lavagem de capitais e crime organizado, especialmente tráfico de estupefacientes.
GRUPOS-ALVO E/OU BENEFICIÁRIOS FINAIS	PJ-IPJCC, CEJ, IGFEJ e DGAJ (entidades tuteladas pelo MJ de PT), CES da Universidade de Coimbra, LegisPALOP + TL, CSM (PT), Tribunal da Relação de Coimbra, IFB, IDPEE da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, ICJP e ICJ da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, RTP (África e Internacional), RDP (África e Internacional), MAOC-N, UNODC, PNUD, Rede Integridade Judicial, CMJPLOP, UIJLP, ASMAGUI, IACA, Conselho Nacional de Justiça do Brasil, ENFAM, COPEDEM, ENM, Universidade Federal de Minas Gerais, União Ibero Americana de Juízes, Tribunal da Justiça Minas Gerais, Escola Nacional da Magistratura (AMB), Escola Judicial do TRT-MG, Comissão de Startups da OAB-MG, Instituto IDEIA – Direito e Inteligência Artificial, Justiça TV, Network Timor - Lei & Justiça, Faculdade de Direito da Universidade de Huambo (Angola), Faculdade de Direito de Bissau (Guiné-Bissau), Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos, Procuradoria-Geral da República (Portugal), Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (Portugal), Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Artes da Universidade de Cabo Verde, Associação Moçambicana de Juízes (AMJ), Associação Sindical da Magistratura Judicial da Guiné-Bissau (ASMAGUI), Associação Sindical dos Magistrados Judiciais São-Tomenses (ASSIMAJUS), Associação dos Juízes de Angola (AJA) e Associação de Magistrados Judiciais de Timor-Leste (AMJTL).
EIXO/ÁREA	Eixo da Boa Governação (PIR PALOP-TL)
ODS	Objetivo 16 “Paz, Justiça e Instituições eficazes, em particular: 16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos; 16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado; 16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas; 16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis; 16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.
DURAÇÃO CALENDÁRIO PREVISTO	<i>Período operacional: 01-10-2014 a 30-06-2022</i> <i>Período de encerramento: 30-06-2022 a 31-12-2022</i>
CUSTO DA AÇÃO	EUR 8.050.000,00 (não inclui auditoria e avaliação final externas)
DOCUMENTO DE PROGRAMAÇÃO	PIR PALOP-TL
PLANO DE FINANCIAMENTO:	União Europeia (FED) – EUR 6,65 milhões (83%) Camões, I.P. – EUR 1,4 milhões (17%)
MODO DE GESTÃO	Gestão Indireta: Acordo de Delegação (IMDA)
ENTIDADE GESTORA	Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

CÓDIGOS SETORIAIS CAD/OCDE	Governo e Sociedade Civil: 15113; 15130			
	Objetivos estratégicos gerais	Objetivo não visado	Objetivo importante	Objetivo principal
	Desenvolvimento participação/boa governação			X
	Ajudas domínio ambiente			
	Igualdade género (incluindo participação mulheres desenvolvimento)		X	
	Desenvolvimento Comércio			
	Saúde reprodutiva, materno-infantil			
	Marcadores Convenção Rio	Objetivo não visado	Objetivo importante	Objetivo principal
	Diversidade biológica	X		
	Luta contra desertificação	X		
	Mitigação alterações climáticas	X		
	Adaptação alterações climáticas	X		
	PARCEIROS	<p>Angola:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Ministério da Economia e Planeamento – Banco Nacional de Angola – Presidência da República – Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos – Procuradoria-Geral da República de Angola – Unidade de Informação Financeira – Ministério do Interior - Serviço de Investigação Criminal (SIC) – Tribunal Supremo <p>Cabo Verde</p> <ul style="list-style-type: none"> – Conselho Superior de Magistratura Judicial – Procuradoria-Geral da República – Unidade de Informação Financeira – Direção de Política de Justiça - Ministério da Justiça e Trabalho – Banco de Cabo Verde <p>Guiné-Bissau:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Ministério da Justiça – Polícia Judiciária <p>Moçambique:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Ministério da Justiça e Assuntos Constitucionais e Religiosos – Tribunal Supremo – Serviço Nacional de Investigação Criminal – Procuradoria-Geral da República – Gabinete de Informação Financeira de Moçambique – GIFIM <p>São Tomé e Príncipe:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul – Banco Central de São Tomé e Príncipe – Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos – Procuradoria-Geral da República – Supremo Tribunal de Justiça 		

Timor Leste:

- Ministério da Justiça
- Tribunal de Recurso
- Procuradoria-Geral da República
- Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC)
- Unidade de Informação Financeira

Portugal:

- Polícia Judiciária/Instituto da Polícia Judiciária e Ciências Criminais (ex. Escola de Polícia Judiciária)
- Centro de Estudos Judiciários
- Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça
- Direção-Geral da Administração da Justiça
- Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
- LegisPALOP + TL
- Conselho Superior da Magistratura (PT)
- Tribunal da Relação de Coimbra
- Instituto de Formação Bancária
- IDPEE da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- ICJP da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- ICJ da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- RTP (África e Internacional), RDP (África)
- Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões
- Banco de Portugal

D. DESCRIÇÃO

Nome do Coordenador do PP: João Pedro Campos

Nome do Gestor/a do PP: Lucília Mendes

Nome do(s) entidade(s) executora(s) do PP: Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Designação do PP: PACED – Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste

Data de início e termo do período coberto pelo presente relatório: 01/10/2014 a 30/06/2022

Data de início e termo do PP: 2/10/2014 a 30/06/2022

País(es) ou região(ões)-alvo: PALOP TL

Beneficiários do PP:

Beneficiários diretos: 12.151 (2.541 quadros nacionais formados + 9.610 participantes nas conferências temáticas)

Beneficiários indiretos: população dos PALOP e TL: 69.455.775

E. EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

1. Descrição das atividades realizadas em relação às previstas para o respetivo período de execução com a valoração do nível de realização das mesmas – realizado, não realizado, parcialmente realizado

Esta secção encontra-se dividida em duas subsecções, a primeira sobre as atividades preparatórias e transversais, a segunda sobre as atividades inscritas no Plano Global de Trabalhos e realizadas entre 1 de outubro de 2014 a 30 de junho de 2022.

1. Medidas preparatórias e transversais

Nesta secção são identificadas as medidas relacionadas com a equipa de assistência técnica, ou das Unidades Técnicas Nacionais e ainda as medidas transversais que tiveram por objetivo preparar as atividades principais, como por exemplo as missões da equipa de assistência técnica ou os Comitês de Seguimento Técnico e de Pilotagem.

1.1 Fase de Arranque e constituição da equipa de assistência técnica

Dada a complexidade das tarefas e ações previstas, o projeto integrou um período de preparação (*inception phase*) que ao longo de cinco meses assegurou a implementação de um conjunto de atividades preparatórias:

- a constituição da equipa de assistência técnica;
- a constituição das Unidades Técnicas Nacionais
- a elaboração do manual de procedimentos;
- o plano de comunicação, visibilidade e gestão do conhecimento;
- a realização de uma missão circular de diagnóstico tendo em vista a atualização do diagnóstico realizado em 2009, por forma a assegurar a adequação das atividades às necessidades específicas dos países e regionalmente, na luta contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, em particular tráfico de estupefacientes;
- a elaboração dos planos de ação detalhados.

A *inception phase* arrancou efetivamente no início de outubro de 2015 com o início da contratação da equipa de assistência técnica e com a realização da missão circular de diagnóstico, que se prolongou até fevereiro de 2016.

Relativamente à equipa de assistência, em 1 de outubro de 2015, depois de em novembro de 2014 ter sido iniciado o procedimento de contratação ao abrigo da Lei n.º 13/ 2004, de 14 de abril, iniciava funções a chefe de equipa de assistência técnica (Coordenadora PACED).

Também no último trimestre do ano de 2015, procedeu-se à integração de José Mouraz Lopes, juiz Conselheiro no Tribunal de Contas de Portugal, e de Nuno Coelho, então juiz desembargador no Tribunal da Relação do Porto (desde agosto Tribunal da Relação de Lisboa, atualmente, juiz Conselheiro no Tribunal de Contas de Portugal) na equipa de assistência técnica, na qualidade de consultores científicos do projeto.

Esta integração teve um impacto muito positivo, conferir um grande dinamismo e influenciando positivamente, quer ao desenho das atividades, quer a interação inicial com todos os parceiros nos diferentes países.

O atraso na contratação do coordenador do PACED viria a ter reflexo na cadência de outras iniciativas previstas para a fase de arranque. Ainda assim, o compromisso e empenho do Camões, I. P. possibilitaram que outras atividades arrancassem, como se poderá constatar mais à frente neste relatório.

Em dezembro de 2016, para além da coordenadora e dos dois consultores científicos a equipa de assistência técnica já constituída por uma técnica administrativa e por uma perita de comunicação.

Em dezembro de 2017 a equipa de assistência técnica encontrava-se completa e era composta por uma coordenadora, pelos dois consultores científicos, uma perita financeira, duas assistentes de administração e logística e uma perita de comunicação.

A 30 de setembro de 2018 integravam a equipa: uma coordenadora, os dois consultores científicos, uma perita financeira, duas assistentes de administração e logística e uma perita de comunicação.

A 30 de setembro de 2019 integravam a equipa: um coordenador, que iniciara funções em março de 2019, os dois consultores científicos, uma perita de comunicação e dois assistentes de administração e logística.

A 31 de dezembro de 2020, exerciam funções, para além da equipa anterior, um perito financeiro, desde novembro de 2019.

A composição da EAT manteve-se inalterada até ao final do ano de 2021, com o Coordenador e o perito financeira a assegurarem os últimos seis meses de implementação do PACED, ou seja, entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2022.

1.2 Constituição das Unidades Técnicas Nacionais

A par dos atrasos registados acima, verificaram-se também atrasos na indicação dos pontos focais pelos diferentes países, sendo que em abril de 2015, Moçambique e Timor-Leste não tinham, ainda, indicado qualquer ponto focal.

Entre outubro de 2015 e setembro de 2016, assistiu-se a uma verdadeira reorganização e recomposição das unidades técnicas nacionais, respondendo em alguns casos a uma maior adequação da resposta nacional às exigências do projeto e em outros casos às dinâmicas próprias dos processos políticos.

Depois desta data, a composição institucional das Unidades Técnicas Nacionais foi-se mantendo não obstante a substituição de alguns pontos focais, como por exemplo o ponto focal da Procuradoria-Geral da República de Cabo Verde que foi designado como Procurador-Geral da República.

Curiosamente, de todos os pontos focais designados, apenas os dois representantes da Guiné-Bissau, respetivamente, da Polícia Judiciária (hoje em dia com funções de Diretor Nacional da Polícia Judiciária da República da Guiné-Bissau) e do Ministério da Justiça, se mantiveram desde o início ao encerramento do Projeto.

À data do fim do período de implementação do Projeto a constituição das UTN era como segue:

Instituição	Nome	Posto	
Angola			
1	Procuradoria-geral da República	André Brito	Procurador da República e Diretor do Gabinete de Intercâmbio e Cooperação Internacional da Procuradoria
2	Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos	Kiandara Nascimento	Diretor Nacional de Política de Justiça interino
3	Tribunal Supremo	Daniel Modesto Geraldes	Juiz Conselheiro
4	Banco Nacional de Angola	Elavoko João	Subdiretor do Departamento de Supervisão das Instituições Financeiras

	Instituição	Nome	Posto
5	Unidade de Informação Financeira	Francisca Brito	Diretora
6	Serviço de Investigação Criminal	Tomás Agostinho	Diretor do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa
Cabo Verde			
7	Procuradoria-Geral da República	Elisa Mendes	Procuradora-Geral Adjunto
8	Ministério da Justiça e do Trabalho	Benvindo Oliveira	Diretor-Geral de Política de Justiça
9	Conselho Superior de Magistratura Judicial	Rosa Vicente	Juíza de Direito
10	Banco de Cabo Verde	Silvino Fernandes	Assessor Técnico
11	Unidade de Informação Financeira	Dulce Neia Correia	Coordenadora do Gabinete de Prevenção e Controlo
Guiné-Bissau			
12	Ministério da Justiça	Julinho Braz da Silva	Diretor-Geral da Política de Justiça
13	Polícia Judiciária	Domingos Correia	Diretor Nacional Adjunto
Moçambique			
14	Tribunal Supremo	António Namburete	Juiz Conselheiro
15	Procuradoria-Geral da República	José Senda	Diretor do Gabinete de Cooperação Internacional
16	Centro de Formação Jurídica e Judiciária	Elisa Samuel	Diretora
17	Serviço Nacional de Investigação Criminal	Lino Ferrão	Inspetor de Investigação e Instrução Criminal
18	Gabinete de Informação Financeira	Paulo Munguambe	Diretor dos Serviços de Estudos e Cooperação
São Tomé e Príncipe			
19	Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos	Esmeralda dos Anjos Diogo	Diretora do Gabinete de Estudos e Política Legislativa
20	Ministério das Finanças, Comércio e da Economia Azul	Agostinho Bernardo	Diretor do Gabinete do Ministro
21		Adelino Castelo David	Coordenador de projetos
22	Banco Central de São Tomé e Príncipe	Aldro Neto	Consultor
Timor-Leste			
23	Tribunal de Recurso	Higino Soares	Diretor de Recursos Humanos
24	Procuradoria-Geral da República	Angelina Saldanha	Inspetora do Ministério Público

	Instituição	Nome	Posto
25	Centro de Formação Jurídica e Judiciária, em representação do Ministério da Justiça	Antonino Gonçalves	Diretor
26	Polícia Científica de Investigação Criminal	Vicente Brito	Diretor
27	Unidade de Informação Financeira	Maria Sarmiento	Diretora

1.3 Missões da equipa de assistência técnica

1.3.1 Missão circular de diagnóstico

Entre o final de setembro e dezembro de 2015 teve lugar a missão circular de diagnóstico com o objetivo de atualizar o levantamento realizado em 2009 e detalhar as atividades a implementar. Esta missão circular de diagnóstico foi coordenada pelos consultores científicos do Projeto e integraram uma consultora em gestão do ciclo do projeto e a coordenadora do PACED com o objetivo de apoiarem o enquadramento dos resultados apurados, numa ótica de gestão do projeto.

No essencial a missão compreendeu cinco fases:

Primeira fase: Fase de pesquisa;

Segunda fase: Fase de coordenação/ articulação com os principais *stakeholders* e auscultação prévia das instituições-chave com competência nas matérias tratadas pelo PACED em cada um dos países parceiros. Esta fase concretizou-se através do envio de um questionário a ser preenchido pelas instituições relevantes;

Terceira fase: Fase de execução das missões no terreno em todos os países beneficiários, conforme tabela abaixo:

País	Datas de missão
Angola	De 28 de setembro de 2015 a 02 de outubro de 2015
Cabo Verde	De 19 a 22 de outubro de 2015
Guiné-Bissau	De 24 a 27 de novembro de 2015
Moçambique	De 11 a 16 de outubro de 2015
São Tomé e Príncipe	De 16 a 19 de novembro de 2015

Quarta fase: Fase de conclusão: com a divulgação das primeiras versões de cada um dos seis relatórios elaborados a cada uma das Unidades Técnicas Nacionais para contributos e validação prévia.

Quinta-fase: Fase de integração dos contributos recebidos de cada uma das Unidades Técnicas e apresentação das versões finais de cada um dos relatórios.

Dos relatórios e das propostas neles apresentadas ficava claro que não se esperava resolver todos os problemas relacionados com as matérias em causa em cada um dos países parceiros através do PACED, mas procura-se envidar esforços e atuar cirurgicamente, e através de uma lógica de cooperação e reforço mútuo

entre os países, para promover uma alavancagem institucional. No conjunto dos seis relatórios procurou-se perspetivar as necessidades comuns e as repostas similares dos sistemas legislativo e executivo, bancário e financeiro, controlo de finanças públicas, investigação criminal e judicial relativamente a cada uma das atividades inicialmente propostas no acordo de delegação de gestão indireta.

Não obstante os problemas específicos do contexto de cada um dos países parceiros, o PACED procurou focar-se no que poderia ser um denominador comum numa lógica regional e uma resposta similar.

A partir destas conclusões a equipa elaborou um plano global de trabalhos, através do qual foram propostas ações concretas a implementar no quadro de cada uma das 16 atividades constantes do anexo I, do acordo de delegação celebrado entre a União Europeia e o Camões, I. P., sendo que o Plano Global de Trabalhos viria a ser validado em 23 de junho de 2016, no primeiro Comité de Pilotagem.

Durante o período de implementação do Projeto foram realizadas missões da equipa de assistência técnica a todos os países parceiros, sendo que numa lógica de racionalidade logística, assim como económica, sempre que foi possível, realizaram-se as missões em simultâneo com outras atividades do Projeto:

1.3.2 Missão da EAT a Angola (14 a 18 de novembro de 2016)

A missão a Angola integrou a Coordenadora Geral e foi realizada em simultâneo com a deslocação do consultor científico, juiz Desembargador Nuno Coelho no âmbito da missão circular no quadro das atividades "1.3.1 Regime harmonizado sobre branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de estupefacientes", "1.3.2 Reforço, harmonização e/ou criação de proposta de legislação sobre proteção de testemunhas" e "1.5.1. Reforço, harmonização e/ou criação de proposta de legislação tipo sobre apreensão e declaração de perda de bens e recuperação de ativos".

Foram objetivos da missão:

- Proceder ao balanço do projeto com os Serviços do Ordenador Nacional de Angola para o FED e com os pontos focais do Projeto
- Garantir a recolha legislativa no quadro da atividade preparatória subjacente às subactividades 1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1
- Iniciar a preparação das ações de formação nacionais a realizar em Angola no quadro do programa de formação em parceria com o Centro de Estudos Judiciários, (atividade 2.2.1.2)
- Iniciar a preparação das ações de formação nacionais a realizar em Angola no quadro do programa de formação em parceria com a Escola de Polícia Judiciária, (atividade 2.2.2.2)
- Discutir a aquisição de equipamentos de peritagem, no quadro da ação 2.1.4.3.

1.3.3 Missão da EAT a Cabo Verde (27 novembro a 2 de dezembro de 2016)

Esta missão decorreu praticamente em simultâneo com a:

- realização da Conferência sobre "Estado de Direito e Criminalidade Organizada" e;
- deslocação do consultor científico, juiz Conselheiro Mouraz Lopes no âmbito da missão circular no quadro das subactividades "1.3.1 Regime harmonizado sobre branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de estupefacientes", "1.3.2 Reforço, harmonização e/ou criação de proposta de legislação sobre proteção de testemunhas" e "1.5.1. Reforço, harmonização e/ou criação de proposta de legislação tipo sobre apreensão e declaração de perda de bens e recuperação de ativos".
- deslocação do consultor científico, juiz Desembargador Nuno Coelho, no âmbito da Conferência sobre "Criminalidade Organizada e Estado de Direito, em que participou como orador".

Esta missão teve assim o duplo objetivo de:

- colaborar com o Ministério da Justiça e Trabalho na preparação dos trabalhos da Conferência;
- garantir a recolha legislativa no quadro das atividades 1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1.

1.3.4 Missão da EAT à Guiné-Bissau (14 a 18 de dezembro de 2016)

Apesar de a deslocação do consultor científico, juiz Desembargador Nuno Coelho ter sido realizada no quadro da missão circular de diagnóstico no quadro das subactividades 1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1, aproveitou-se a sua deslocação para tratar de outros assuntos relacionados com o envolvimento da equipa de assistência técnica na preparação das atividades.

Foram assim objetivos desta missão:

- assegurar a recolha legislativa no âmbito das atividades “1.3.1 Regime harmonizado sobre branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de estupefacientes”, “1.3.2 Reforço, harmonização e/ou criação de proposta de legislação sobre proteção de testemunhas” e “1.5.1. Reforço, harmonização e/ou criação de proposta de legislação tipo sobre apreensão e declaração de perda de bens e recuperação de ativos”
- Iniciar a preparação das ações de formação nacionais a realizar na Guiné-Bissau no quadro do programa de formação em parceria com o Centro de Estudos Judiciários, (atividade 2.2.1.) e no quadro do programa de formação em parceria com a Escola de Polícia Judiciária (atividade 2.2.2.).
- preparar a conferência nacional “Cooperação Judiciária e Policial” a ter lugar em Bissau no primeiro semestre do próximo ano
- preparar as especificações técnicas do equipamento a adquirir no âmbito das subactividades 2.1.4 e 2.1.4.3.

1.3.5 Missão da EAT a São Tomé e Príncipe (11 a 14 de dezembro de 2016)

A missão a São Tomé e Príncipe integrou a Coordenadora Geral e foi realizada em simultâneo com a deslocação do consultor científico, juiz Conselheiro Mouraz Lopes no âmbito da missão circular no quadro das atividades “1.3.1 Regime harmonizado sobre branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de estupefacientes”, “1.3.2 Reforço, harmonização e/ou criação de proposta de legislação sobre proteção de testemunhas” e “1.5.1. Reforço, harmonização e/ou criação de proposta de legislação tipo sobre apreensão e declaração de perda de bens e recuperação de ativos”.

Foram objetivos da missão:

- assegurar recolha legislativa no âmbito das atividades 131, 132 e 151 (como identificadas no parágrafo acima)
- preparar as atividades de formação nacional (âmbito atividades 221- em parceria com o Centro de Estudos Judiciários e 222- em parceria com a Escola de Polícia Judiciária
- discutir o perfil do assistente técnico que se deslocará ao país para apoiar a Unidade de Informação Financeira na estratégia de integração regional, no quadro da subactividade 1.1.3
- preparar as especificações técnicas do equipamento a adquirir no âmbito das subactividades 2.1.4 e 2.1.4.3.

1.3.6 Missão da EAT à Guiné Bissau (1 a 5 de maio de 2017)

Integraram esta missão a coordenadora e a perita de comunicação, Margarida Oliveira. A partir do dia 3 de maio esta equipa passou a ser acompanhada dos consultores científicos.

Foi objetivo da missão apoiar o Supremo Tribunal de Justiça e pontos focais do PACED na Guiné-Bissau, Julinho Braz da Silva pelo Ministério da Justiça e Domingos Correia pela Polícia Judiciária, na organização

da conferência sobre "Cooperação Judiciária e Policial" (atividade 1.1.2.3). Foi também objetivo da missão fazer um balanço do projeto com as instituições parceiras nacionais e Delegação da União Europeia em Bissau.

1.3.7 Missão da EAT a Angola (1 a 7 de junho de 2017)

Esta missão decorreu em simultâneo com a realização da conferência sobre "Governança e organização da justiça criminal" e seminário formativo (atividade 2.1.3.1) e nesse sentido a missão teve como objetivo colaborar com as instituições nacionais na organização da atividade, aproveitando também para proceder a um balanço do projeto junto dos principais interlocutores.

Participaram na missão de assistência técnica a técnica responsável pela supervisão do projeto na sede, a coordenadora e a perita de comunicação a que se juntaram a partir do dia 4 de junho os consultores científicos do PACED, Conselheiro Mouraz Lopes e Desembargador Nuno Coelho.

1.3.8 Missão da EAT a Moçambique (22 a 30 de setembro de 2017)

Esta missão decorreu em simultâneo com a realização da conferência sobre "Governança e Organização da Justiça Criminal" e seminário formativo (atividade 2.1.3.4). Esta atividade realizou-se em Nampula nos dias 26 e 27 de setembro (a conferência sobre organização e gestão da justiça criminal no dia 26 de setembro e o seminário formativo no dia 27 do mesmo mês) e em Maputo (a conferência no dia 28 e o seminário no dia 29 de setembro). Participaram nesta missão, a técnica responsável pela supervisão do projeto na sede, a coordenadora e a perita de comunicação. Juntaram-se à equipa, tendo participado nas reuniões de trabalho, os consultores científicos.

O principal objetivo da missão passou por colaborar com as instituições nacionais na organização da atividade. No entanto, a estada da equipa permitiu ainda fazer um balanço do projeto e preparar as atividades a terem lugar a médio prazo no país, junto dos principais interlocutores, tendo para o efeito sido realizadas reuniões no dia 29 de setembro com as seguintes instituições.

1.3.9 Missão da EAT a Timor-Leste (20 a 23 de fevereiro de 2018)

A missão decorreu com o duplo objetivo de apoiar a organização da conferência e seminário formativo sobre organização da justiça criminal a ter lugar em dia entre os dias 6 e 9 de março (atividade 2.1.3.6) e fazer um seguimento das atividades do projeto já realizadas e das atividades a realizar durante 2018, junto dos pontos focais.

Participaram na missão a Gestora do Programa que acompanha o projeto na sede, Cristina Bandeira, a Coordenadora do projeto e signatária do relatório, Maria Teresa Santos e a assistente de Administração e Logística Diana Antunes.

1.3.10 Missão da EAT a Angola (10 a 12 de abril de 2018)

A missão teve por objetivo de preparar, com os pontos focais do país, as atividades a decorrerem em Angola durante 2018, em particular as ações de formação CEJ e EPJ a arrancarem no mês de maio. A missão teve ainda como objetivo familiarizar o projeto com a nova ponto focal da Unidade de Informação Financeira e com o novo Presidente do Tribunal Supremo, duas instituições-chave para a viabilização das atividades e dos seus efeitos junto das instituições nacionais.

1.3.11 Missão da EAT a São Tomé e Príncipe (junho de 2018)

A missão da equipa de assistência técnica teve como principal objetivo fazer o seguimento das propostas de harmonização legislativa referente aos crimes de corrupção, branqueamento de capitais, tráfico de

estupefaciente, proteção de testemunhas e perda de bens e recuperação de ativos (atividades 1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1). A missão aconteceu em simultâneo com a realização do Comité de Seguimento Técnico e Comité de Pilotagem que se realizou em São Tomé e Príncipe, em junho de 2018.

Foi objetivo da missão de seguimento perceber até que ponto estava em curso um trabalho de transposição do processo de harmonização legislativa para a legislação nacional e sensibilizar a primeira Comissão da Assembleia Nacional para a importância deste processo.

1.3.12 Missão da EAT a Moçambique (julho 2018)

Esta missão de seguimento das propostas de harmonização legislativa referente aos crimes de corrupção, branqueamento de capitais, tráfico de estupefaciente, proteção de testemunhas e perda de bens e recuperação de ativos (atividades 1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1) foi acoplada à realização da atividade 1.1.2.4, conferência nacional que se realizou no país sob o tema "A intervenção do Estado, da sociedade e do Direito no combate à corrupção".

Foi objetivo da missão perceber até que ponto estava em curso um trabalho de transposição do processo de harmonização legislativa para a legislação nacional. Esta missão correspondeu à realização de uma reunião única com o Diretor Nacional dos Assuntos Jurídicos e Constitucionais, no dia 2 de julho de 2018.

Foram envidados esforços para a realização de uma reunião com a primeira Comissão, que não foi possível devido à ausência do seu Presidente de Maputo durante a estada da equipa do PACED.

1.3.13 Missão da EAT a Timor-Leste (19 a 29 de julho de 2018)

Esta missão decorreu com o objetivo de preparar as ações de formação a realizar no quadro das parcerias com o Centro de Estudos Judiciários e Escola de Polícia Judiciária previstas para o final de setembro em Timor-Leste.

A missão foi assegurada pelo juiz de Direito Diogo Ravara em nome e em representação da equipa de assistência técnica e também na qualidade de formador do Centro de Estudos Judiciários.

1.3.14 Missão da EAT a Angola (24 a 26 de setembro de 2018)

Esta missão surge no seguimento das propostas de harmonização legislativa referente aos crimes de corrupção, branqueamento de capitais, tráfico de estupefaciente, proteção de testemunhas, perda de bens e recuperação de ativos (atividades 1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1) e foi acoplada à realização da atividade 1.1.2.1, conferência nacional subordinada ao tema da perda de bens e recuperação de ativos e da atividade 3.5.4 primeira edição do Fórum dos Juizes.

1.3.15 Missão da EAT a Cabo Verde (12 a 17 de outubro de 2018)

A missão teve como objetivos: (1) Preparar a atividade 2.1.3.2 relativa à conferência e seminário formativo que se realizou na Cidade do Mindelo entre os dias 16 e 19 de outubro; (2) Fazer o seguimento das propostas de harmonização legislativa produzidas no quadro das atividades 1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1.; e (3) Promover sinergias e complementaridades com outros projetos em curso.

1.3.16 Missão da EAT a Moçambique (março de 2019)

A missão teve por objetivo participar na XIII Reunião dos Ordenadores Nacionais dos PALOP e Timor-Leste com a União Europeia (RON), que teve lugar na cidade de Maputo, no dia 7 de março e, em simultâneo, no dia 8 de março, foi possível reunir com os pontos focais do país, não apenas tendo em vista apresentar a nova coordenação, mas passando em revista as atividades do Projeto.

Na reunião com o Diretor dos Serviços de Estudos e Cooperação do Gabinete de Informação Financeira de Moçambique foi possível dar início à construção de uma parceria Sul-Sul no respeito à Assistência à Unidade de Informação Financeira de São Tomé e Príncipe.

1.3.17 Missão da EAT a Angola (março de 2019)

A missão da equipa de assistência técnica teve como principal objetivo fazer o seguimento das propostas de harmonização legislativa referente aos crimes de corrupção, branqueamento de capitais, tráfico de estupefaciente, proteção de testemunhas e perda de bens e recuperação de ativos (atividades 1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1). Sublinha-se que a missão de seguimento da harmonização legislativa, prevista para abril de 2019, foi antecipada.

A missão teve ainda como objetivo familiarizar o projeto com o novo ponto focal da Procuradoria-Geral da República, instituição para a viabilização das atividades e dos seus efeitos junto das instituições nacionais e preparar, com os pontos focais do país, as atividades a desenvolver em Angola durante 2019, em particular o encontro de conhecimento e partilha organizado pelo CES, o 3.º Fórum das Unidades de Informação Financeira.

Em reunião com o Senhor Secretário de Estado da Justiça foi igualmente delineado o plano tendente a assegurar a futura transmissão dos *spots* do Projeto na televisão e na rádio públicas de Angola.

No âmbito da avaliação dos trabalhos realizados, foi manifestada a vontade de dar continuidade ao Projeto por um hiato temporal mais alargado.

Foi igualmente possível reunir com o Diretor do Apoio Parlamentar da Assembleia Nacional de Angola que facultou a versão em discussão relativa ao novo Código Penal, que integra já parte do trabalho de harmonização legislativa desenvolvido pelo PACED.

1.3.18 Missão da EAT a Angola (maio de 2019)

Missão de acompanhamento da atividade 2.1.1 “Promoção de encontros de conhecimento e de partilha de experiências/boas práticas no âmbito das competências conjuntas dos vários interlocutores dos sistemas, nas áreas do PACED” e do desenho da atividade 2.1.5. Assistência técnica à medida (Angola) - Capacitação de oficiais de justiça no âmbito da tramitação processual em Processo Penal aplicável à criminalidade organizada, em especial ao tráfico de estupefacientes, à corrupção e à lavagem de dinheiro

1.3.19 Missão da EAT a São Tomé e Príncipe (30 de maio a 4 junho 2019)

A missão possibilitou a preparação e o acompanhamento das ações de formação nacionais promovidas no quadro dos programas de formação com o Centro de Estudos Judiciários (CEJ), atividade 2.2.1.7 e com a Escola de Polícia Judiciária (EPJ) atividade 2.2.2.5.

Para além desta atividade e aproveitando as sinergias necessariamente geradas com as atividades anteriores, em simultâneo, decorreu a missão de seguimento das propostas e harmonização legislativa referente aos crimes de corrupção, branqueamento de capitais, tráfico de estupefaciente, proteção de testemunhas, perda de bens e recuperação de ativos (atividades 1.3.1.3, 1.3.2.3 e 1.5.1.3).

1.3.20 Missão da EAT a Timor-Leste (23 a 27 de setembro de 2019)

A missão possibilitou a participação na cerimónia de conclusão da atividade 1.2.2, ou seja, do “Alargamento da base de dados Legis-PALOP a Timor-Leste”, no âmbito da qual o Camões, I. P. celebrou um contrato de prestação de serviços para a extensão da Legis-PALOP a Timor-Leste com a empresa Ecosphere, Consultores em ambiente e desenvolvimento, Lda. em novembro de 2015, que decorreu no dia 26 de setembro, no Ministério da Justiça, em Díli.

Assim, para além da participação nesta atividade e aproveitando as sinergias necessariamente geradas com as atividades anteriores, em simultâneo, decorreu a missão de seguimento das propostas de harmonização legislativa referente aos crimes de corrupção, branqueamento de capitais, tráfico de estupefaciente, proteção de testemunhas, perda de bens e recuperação de ativos (atividades 1.3.1.3, 1.3.2.3 e 1.5.1.3).

1.3.21 Missão da EAT à Guiné-Bissau (28 a 31 de outubro de 2019)

A missão decorreu em simultâneo com o acompanhamento da atividade 2.1.3.3 - Seminário de formação em Organização e Gestão dos Tribunais, Serviços do Ministério Público e Serviços de Investigação Criminal, Gestão Processual, incluindo Estatuto das Magistraturas. Bissau e da Conferência subordinada ao tema "Organização e gestão da justiça criminal - Reforço das capacidades e da integridade do sistema judicial e do sistema de investigação criminal. Iniciativa desenvolvida em parceria com o Ministério da Justiça da República da Guiné-Bissau, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Conselho Superior da Magistratura Judicial, a Procuradoria-Geral da República, a Polícia Judiciária da República da Guiné-Bissau e a ASMAGUI (Associação Sindical da Magistratura Judicial da Guiné-Bissau).

Participaram na missão o Coordenador-Geral, João Campos, o consultor científico Mouraz Lopes e o consultor científico Nuno Coelho.

1.3.22 Missão da EAT a Angola (5 a 7 de fevereiro de 2020)

A missão possibilitou realizar o seguimento das propostas de harmonização legislativa referente aos crimes de corrupção, branqueamento de capitais, tráfico de estupefacientes, proteção de testemunhas, perda de bens e recuperação de ativos (atividades 1.3.1.3, 1.3.2.3, 1.5.1.3 e 2.1.3.1) e preparar as atividades a decorrer em Angola ao longo do ano de 2020, designadamente, o Terceiro Fórum das Unidades de Informação Financeira (atividade 3.5.1.), a 15 e 16 de abril; a Formação de Oficiais de Justiça de Angola (atividade 2.1.5.), em abril e junho; e a semana de atividades de encerramento do projeto, de 23 a 27 de novembro, incluindo a Conferência final (atividade 1.1.1.1), o Comité de Pilotagem e o Comité de Seguimento Técnico.

Esta missão teve a particularidade de, pela primeira vez, integrar um elemento de uma Unidade Técnica Nacional e um outro país, não visita. O Dr. Domingos Correia, Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária da República da Guiné-Bissau acedeu em participar, tendo-se revelado uma enorme mais valia para o reforço da cooperação.

1.3.23 Missão da EAT a São Tomé e Príncipe (9 a 12 março de 2020)

A missão decorreu em simultâneo com o acompanhamento das atividades 1.1.2.5, 2.1.3.5 e 3.3.1 - Ação de Formação, Seminário Formativo (Governação e Organização da Justiça Criminal) e Conferência Internacional (A Justiça criminal e os sistemas penal e financeiro de prevenção e combate ao branqueamento de capitais).

A missão da equipa de assistência técnica teve como principal objetivo fazer o seguimento das propostas de harmonização legislativa referente aos crimes de corrupção, branqueamento de capitais, tráfico de estupefaciente, proteção de testemunhas e perda de bens e recuperação de ativos (atividades 1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1), não se registando qualquer desenvolvimento digno de nota.

A missão teve ainda como objetivo acompanhar a entrega de equipamento à Polícia Judiciária, a preparação de um novo e eventual ciclo de formação à distância para os futuros técnicos do laboratório de polícia, bem como articular com a Unidade de Informação Financeira de São Tomé os passos seguintes para se realizar a 2.ª fase de apoio que se encontra contratualizada.

No âmbito da avaliação dos trabalhos realizados e em reunião com a Senhora Ministra da Justiça e Trabalho, foi manifestada a vontade de dar continuidade ao Projeto.

1.3.24 Missão da EAT Moçambique (8 a 11 de dezembro de 2020)

A missão decorreu no âmbito da entrega de equipamento informático ao Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Moçambique, para apetrechamento das salas virtuais, garantindo a plena fruição dos sistemas de ensino e aprendizagem à distância (EAD) com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação por parte dos centros de formação parceiros, com implicação direta no pleno aproveitamento e utilização da Plataforma de Formação e Cooperação no âmbito do PACED, havendo complementaridade com ações desenvolvidas por outros parceiros de cooperação.

Neste caso o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) garantirá a aquisição dos equipamentos necessários para garantir o acesso permanente à internet, bem como os necessários ao funcionamento de qualquer plataforma.

No dia 9 de dezembro de 2020, teve lugar a realização de um seminário alusivo ao “Papel dos Tribunais Internacionais na Efetivação dos Direitos Humanos e na Consolidação do Estado de Direito” que contará com a participação do Presidente do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos, entre outras individualidades.

No dia 10 de dezembro de 2020, no âmbito das comemorações do Dia Internacional dos Direitos Humanos, teve lugar a cerimónia de lançamento do “Comentário à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e do Protocolo adicional do Tribunal Africano”, que contou com o apoio financeiro do PACED. Esta obra é coordenada pelo Professor Doutor Paulo Pinto de Albuquerque, Ex-juiz do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e Professor Catedrático da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e conta com mais de 68 “comentadores” na sua maioria parceiros do PACED.

1.3.25 Missão da EAT à Guiné-Bissau (26 a 30 de julho de 2021)

A missão decorreu em simultâneo com o acompanhamento das atividades 2.2.1 e 2.2.2., que consubstanciaram a realização da 3ª Fase, de avaliação, das ações de formação nas áreas da prevenção e combate à criminalidade económico-financeira e tráfico de drogas, com tutoria do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e do Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (IPJCC).

A missão da equipa de assistência técnica teve como principal objetivo fazer o seguimento das propostas de harmonização legislativa referente aos crimes de corrupção, branqueamento de capitais, tráfico de estupefaciente, proteção de testemunhas e perda de bens e recuperação de ativos (atividades 1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1), sendo que o quadro de desenvolvimento político nacional tem impossibilitado qualquer desenvolvimento legislativo digno de nota, não obstante ter sido possível sensibilizar quer o Presidente da 1.ª Comissão da Assembleia Nacional Popular, que o Presidente do Grupo de trabalho responsável pela redação da nova legislação penal e processual penal da Guiné-Bissau.

Participaram na missão o Coordenador-Geral, João Campos, que se fez acompanhar nos diferentes encontros pelo Dr. Rui Cardoso, do CEJ.

1.3.26 Missão da EAT a São Tomé e Príncipe (23 a 27 de agosto de 2021)

A missão decorreu em simultâneo com o acompanhamento das atividades 2.2.1 e 2.2.2., que consubstanciaram a realização da 3ª Fase, de avaliação, das ações de formação nas áreas da prevenção e combate à criminalidade económico-financeira e tráfico de drogas, com tutoria do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e do Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (IPJCC).

A missão da equipa de assistência técnica teve como principal objetivo fazer o seguimento das propostas de harmonização legislativa referente aos crimes de corrupção, branqueamento de capitais, tráfico de estupefaciente, proteção de testemunhas e perda de bens e recuperação de ativos (atividades 1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1), tendo a equipa de assistência técnica do PACED, liderada pelo consultor científico Juiz Conselheiro Mouraz Lopes, realizado vários encontros de trabalhos, designadamente com o Presidente e a Vice-Presidente da 1.ª Comissão da Assembleia Nacional, com a Senhora Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos e com o Senhor Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul. Foi destacada a urgência em se concluírem os processos legislativos em curso. O designado “pacote legislativo de combate à corrupção” viria a ser apresentado à Assembleia Nacional menos de um mês depois da missão.

À margem deste encontro, decorreu a entrega, à Procuradoria-Geral da República de São Tomé e Príncipe, de equipamento e *software* informático de análise fundamentais para o combate à criminalidade organizada, designadamente, ao branqueamento de capitais, assim como a missão de seguimento do processo de harmonização legislativa, tendo a equipa de assistência técnica do PACED, liderada pelo consultor científico Juiz Conselheiro Mouraz Lopes, realizado vários encontros de trabalhos, designadamente com o Presidente e a Vice-Presidente da 1.ª Comissão da Assembleia Nacional, com a Senhora Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos e com o Senhor Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

1.3.27 Missão da EAT a Moçambique (27 de setembro a 1 de outubro de 2021)

A missão decorreu em simultâneo com o acompanhamento das atividades 2.2.1 e 2.2.2., que consubstanciaram a realização da 3ª Fase, de avaliação, das ações de formação nas áreas da prevenção e combate à criminalidade económico-financeira e tráfico de drogas, com tutoria do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e do Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (IPJCC).

A 3.ª fase das formações contou com a participação dos especialistas moçambicanos que integram a bolsa de 44 formadores na área penal criada no âmbito do PACED e de cerca de 30 formandos que participaram nas formações nacionais desenvolvidas em 2017 e 2018, em Maputo e em diferentes províncias de Moçambique.

À margem desta atividade, o Coordenador-Geral do PACED, manteve encontros de trabalho ao mais alto nível com as entidades parceiras do projeto, nomeadamente, com o Presidente do Tribunal Supremo, Adelino Muchanga, o Vice-Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, Filimão Suaze, e a Procuradora-Geral da República (PGR), Beatriz Buchili, que destacaram o apoio do projeto à reforma legislativa moçambicana e o seu incontornável papel na formação de magistrados.

A Procuradora-Geral da República sublinhou ainda a importância do reforço das redes de cooperação no âmbito do bloco regional PALOP-TL, fundamental nos recentes casos de investigações conjuntas com Angola e São Tomé e Príncipe. Reflexo deste incremento de cooperação foi a participação do Secretário-Geral do Ministério da Justiça e Assuntos Constitucionais de Moçambique, Didier Malunga, acompanhado pela Diretora do Gabinete Central do Combate à Corrupção, Ana Gemo, no Seminário Ensaio para um plano estratégico de prevenção e repressão à corrupção em Angola, realizado a 17 de junho de 2021, organizado pelo PACED em parceria com a Secretaria para os Assuntos Judiciais e Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República de Angola.

1.3.28 Missão da EAT à Guiné-Bissau (24 a 26 de novembro de 2021)

A missão decorreu em simultâneo com o acompanhamento da atividade 2.1.5. - Curso de Formação contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados realizou-se, entre os dias 24 e 26 de novembro de 2021, em

Bissau, numa iniciativa do Programa de Armas de Fogo da INTERPOL em coordenação com o PACED e por solicitação da Polícia Judiciária da Guiné-Bissau.

A sessão de encerramento e de entrega de certificados aos cerca de 25 formandos contou com a presença da Diretora Nacional da Polícia Judiciária da Guiné-Bissau, Teresa Alexandrina da Silva, do Coordenador do Programa IArms da Interpol, Joaquim Rodrigues, além de representantes do Gabinete Nacional da Interpol, da Embaixada de Portugal e da Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau.

A formação teve lugar no seguimento da 1.ª Reunião Regional Contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados, que juntou as polícias de investigação criminal dos PALOP e de Timor-Leste nos dias 6 e 7 de julho de 2021, e destinou-se às autoridades policiais com competência no combate a este tipo de criminalidade, designadamente, a Polícia Judiciária e Polícia de Ordem Pública.

O Curso de Formação contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados teve por objetivo o apoio e aprimoramento da capacidade nas áreas vinculadas à investigação do tráfico de armas de fogo e crimes relacionados, incluindo a identificação, rastreamento e investigação de armas de fogo, bem como comparação forense e balística.

No âmbito desta deslocação, foi igualmente possível acompanhar, no dia 25 de novembro de 2021, a XIV Reunião de Ordenadores Nacionais (RON) do Fundo Europeu de Desenvolvimentos dos PALOP e Timor-Leste e a União Europeia (UE).

O encontro foi antecedido por uma reunião técnica, no dia 24 de novembro de 2021, onde participaram elementos dos serviços de Ordenadores Nacionais dos PALOP e Timor-Leste, bem como representantes das Delegações da UE nestes países, e dos serviços da DG INTPA (Department for International Partnerships)

A Guiné-Bissau, enquanto presidência rotativa do programa PALOP-TL, copresidiu com a União Europeia à RON que analisou os projetos em curso e perspetivou o futuro da cooperação no período 2021-2027.

Nas conclusões da reunião, os Ordenadores Nacionais dos PALOP e de Timor-Leste, bem como a UE, reafirmaram a vontade política de prosseguir a sua parceria e reiteraram o desejo de explorar, conjuntamente, o desenvolvimento de ações específicas em áreas de grande potencial e interesse comum, tal como a governação económica, o Estado de Direito, a cultura e o emprego.

1.3.29 Missão da EAT a Timor-Leste (30 de maio a 3 de junho de 2022)

A missão decorreu em simultâneo com o acompanhamento das atividades 2.2.1 e 2.2.2., que consubstanciaram a realização da 3ª Fase, de avaliação, das ações de formação nas áreas da prevenção e combate à criminalidade económico-financeira e tráfico de drogas, com tutoria do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e do Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (IPJCC).

No dia 3 de junho de 2022, no auditório do Ministério da Justiça, em Díli, decorreu a cerimónia de apresentação dos relatórios finais da 3.ª fase - de avaliação - das formações nacionais, desenvolvidas nos diferentes países parceiros do PACED, pelo Centro de Estudos Judiciários e pelo Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais.

A cerimónia foi presidida pelo Ministro da Justiça de Timor-Leste, Tiago Amaral Sarmento, que considerou que “o projeto cumpriu os objetivos, fortalecendo as capacidades humanas e institucionais do país”, contando ainda com a intervenção do Embaixador da União Europeia em Timor-Leste, Andrew Jacobs, que focou “a importância do PACED no quadro dos esforços coletivos para combater a corrupção e a fraude”. Também presentes: a Embaixadora de Portugal em Timor-Leste, Manuela Bairos, que recordou “que o apoio de Portugal a Timor-Leste na consolidação do Estado de Direito tem sido uma prioridade desde a primeira hora, sendo essencial para o desenvolvimento político e económico do país”; o Presidente do Tribunal de Recurso, Deolindo dos Santos, que sublinhou que “o PACED ajudou a reforçar capacidades dos agentes da justiça e defendeu ser essencial manter esse esforço de capacitação”; e a Procuradora-Geral Adjunta da

República, Zélia Trindade, que “destacou a importância do projeto para melhorar a qualidade da intervenção do Ministério Público no combate à criminalidade, especialmente no que respeita à corrupção, motivo pelo qual importa dar continuidade a estas iniciativas”.

As atividades formativas desenvolvidas no âmbito do PACED, beneficiaram mais de 2500 quadros nacionais dos seis países parceiros e contaram com mais de 8450 participantes. Na sequência destas ações de formação foi constituída um bolsa de formadores, que inclui 44 formadores nacionais dos diferentes países parceiros do PACED, dos quais 8 elementos de Timor-Leste.

No âmbito desta deslocação, foi igualmente possível realizar a entrega simbólica de equipamento informático que seria destinado ao Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Timor-Leste (CFJJ), para provimento das salas virtuais, de forma a garantir a plena fruição dos sistemas de ensino e aprendizagem a distância com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação.

Finalmente, nos dias 27 e 28 de maio de 2022, decorreram em Timor-Leste as comemorações do Dia da Europa - que se celebra a 9 de maio - num formato que incluiu uma mostra permanente de todos os projetos financiados pela União Europeia e implementados em Timor-Leste, nas quais participou o PACED.

Nesta ocasião, foram apresentados os principais resultados já alcançados, através da exibição de spots temáticos do projeto e vídeos das últimas atividades. Em Timor-Leste, o PACED colabora numa base regular e ativa com diversas autoridades nacionais, nomeadamente com o Ministério da Justiça, Tribunal de Recurso, Procuradoria-Geral da República, Polícia Científica de Investigação Criminal e Unidade de Informação Financeira.

1.3.30 Missão da EAT a Angola (30 de junho de 2022)

No âmbito desta deslocação, no dia 30 de junho de 2022, decorreu no Auditório do Instituto Nacional de Estudos Judiciários, em Luanda, a cerimónia de apresentação do Manual do Processo Penal Angolano e de entrega dos certificados da formação de formadores a Técnicos e Oficiais de Justiça no âmbito do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste (PACED).

A Diretora Geral-Adjunta de Estudos e Investigação Judiciária, Adélia Maria Pires da Conceição de Carvalho, deu início às intervenções, focando o trabalho de formação de formadores que foi desenvolvido e o facto de em parceria se ter conseguido dar corpo a um Manual que será muito relevante no futuro. Por seu lado, o Ordenador Nacional Suplente do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) de Angola, António de Jesus Marcolino Pombal, sublinhou a relevância que as atividades desenvolvidas no âmbito do PACED tiveram para os países parceiros, especialmente, numa área tão sensível como é a da justiça.

O representante do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., Ministro Conselheiro da Embaixada de Portugal em Angola, José Manuel Correia, sublinhou que, “no momento em que juntos encerramos o período de implementação do PACED, com a colaboração de todos aqui presentes, alcançámos 94,2% de execução técnica, 90,8 % de execução financeira e tivemos 2.541 participantes nas atividades formativas e 9.610 participantes nas diferentes conferências, workshops e seminários nacionais e internacionais”.

Na sua intervenção, a Embaixadora da União Europeia em Angola, Jeannette Seppen, enfatizou o facto de o PACED ser um dos projetos mais bem-sucedidos da cooperação da União Europeia - PALOP TL: “um projeto de sucesso, amplamente reconhecido pelos beneficiários e parceiros”, sendo devida uma “palavra de agradecimento ao Camões, I.P. pelo trabalho que tem desenvolvido”.

Também presente, o Ordenador Nacional de Moçambique, Embaixador Mário Saraiva Ngwenya, teve a oportunidade de referir que o Projeto PALOP/TL UE, onde o PACED se integra, comemorará este mês 30 anos de existência, sendo uma honra associar o lançamento deste importante Manual ao arranque das comemorações.

Para além dos oradores, o evento contou também com a presença de altos representantes das entidades parceiras do PACED em Angola, da Secretaria para os Assuntos Judiciais e Jurídicos da Casa Civil do Presidente da República, do Tribunal Supremo, da Procuradoria-Geral da República e da Unidade de Informação Financeira daquele país.

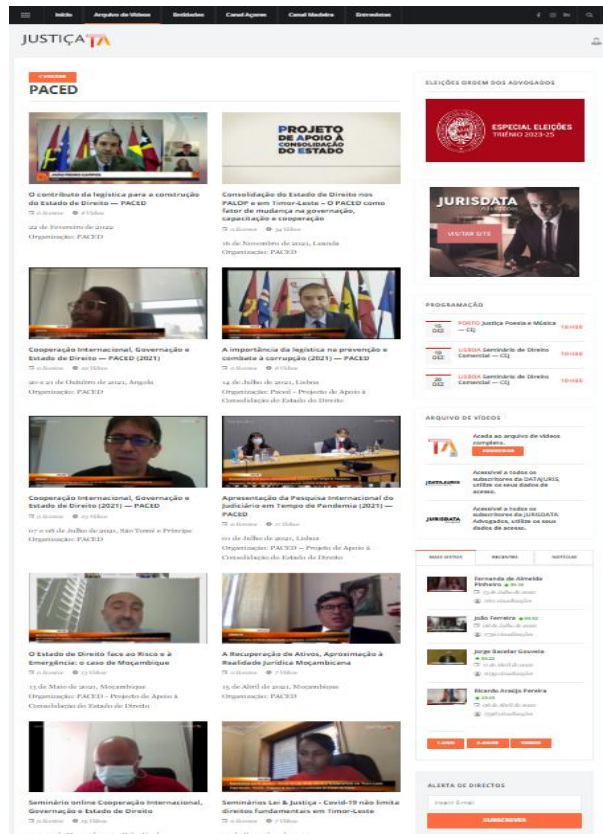
A produção de manuais específicos para as instituições parceiras do PACED no âmbito da prevenção e luta contra a corrupção, o branqueamento de capitais e a criminalidade organizada, em particular, o tráfico de estupefacientes, consubstanciou uma das prioridades do projeto, juntando-se este 1.º Manual do Processo Penal Angolano a outras 9 publicações lançadas no âmbito do PACED e que têm acesso universal e gratuito no sítio do projeto, no separador “Publicações”.

1.4 Arquivo online do projeto

O arquivo *online*, na área reservada do sítio eletrónico do projeto (<https://www.paced-paloptl.com/area-privada/>) foi atualizado com os termos de referência, relatórios das atividades e programas das conferências, permitindo o acesso por parte dos pontos focais e delegações da União Europeia nos países parceiros do programa.

Foram também iniciados os procedimentos necessários tendentes a garantir que o acervo constante do sítio do PACED (<https://www.paced-paloptl.com>) seja conservado depois do fim do período de implementação do projeto (durante dois anos).

O arquivo das atividades realizadas em parceria com a Justiça TV pode ser encontrado em: <https://justicatv.com/site/arquivo.php?cat=1141>



1.5 Relatórios de execução técnica e financeira

Durante o período de implementação do PACED foram apresentados oito relatórios de execução técnica e financeira:

- 1.º Relatório (1 de outubro de 2014 a 30 de setembro de 2015);
- 2.º Relatório (1 de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2016);
- 3.º Relatório (1 de outubro de 2016 a 31 de dezembro de 2016);
- 4.º Relatório (1 de outubro de 2016 a 31 de dezembro de 2017);
- 5.º Relatório (1 de outubro de 2017 a 30 de setembro de 2018);
- 6.º Relatório (1 de outubro de 2018 a 30 de setembro de 2019);
- 7.º Relatório (1 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2020);
- 8.º Relatório (1 de janeiro de 2021 a 30 de setembro de 2021).

2. Atividades principais

Esta subseção será dividida em duas partes. A primeira parte sobre as atividades relativas à estrutura de decisão do projeto e mais particularmente aos Comitês (seguimento técnico e de pilotagem) realizados, a reuniões *ad hoc* realizadas por solicitação de diferentes entidades, v.g. Ordenadores Nacionais - FED ou estruturas equivalentes, ao envio dos sumários de execução técnica e financeira (*Roadmap* PACED) e a apresentação do PACED no âmbito do Dia da Europa, assim como num evento no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE) - que decorreu entre janeiro e junho de 2021- e a segunda parte correspondente a um ponto de situação das atividades inscritas no Plano Global de Trabalhos.

1ª PARTE

1.º Encontro de pontos focais (22 de junho 2016)

No dia 22 de junho de 2016 teve lugar o primeiro encontro de pontos focais, em Lisboa o qual funcionou como antecâmara de preparação do Comité de Pilotagem que viria a realizar-se no dia seguinte. O encontro contou com a participação de 20 dos 21 pontos focais. Durante este encontro foram discutidos os seguintes pontos da agenda:

- Regulamento do Comité de Seguimento Técnico;
- Regulamento do Comité de Pilotagem;
- Ponto de situação do projeto;
- Plano Global de trabalhos;
- Plano Bianual de Atividades;
- Possibilidade de extensão do período de implementação do PACED.

No final os pontos focais recomendaram a aprovação pelo Comité de Pilotagem das propostas de regulamento, do Plano Global de Trabalhos e Plano Bianual.

1.º Comité de Pilotagem (23 de junho de 2016)



Figura 6 - 1.º Comité de Pilotagem (Lisboa, 23.6.2016)

No dia 23 de junho de 2016 reuniu o Comité de Pilotagem, também em Lisboa.

A abertura dos trabalhos foi assegurada pelo representante da Delegação da União Europeia em Angola, Dr. Paulo Leitão, pelo representante do Ordenador Nacional para o FED de Angola, o Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos Dr. Rui Mangueira e pela Ministra da Justiça de Portugal, Dr.ª Francisca Van Dunem.

A condução dos trabalhos esteve a cargo do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, e do Vice-Presidente do Camões, I.P., Dr. Gonçalo Teles Gomes.

À equipa da Assistência Técnica do PACED, adiante designada EAT, coube a apresentação de cada um dos pontos da agenda.

Os resultados do Comité de Pilotagem passaram pela:

- Aprovação dos regulamentos do Comité de Seguimento Técnico e do Comité de Pilotagem com as alterações sugeridas durante o encontro de pontos focais.
- Validação do Plano Global de Trabalhos com integração das recomendações saídas do encontro de pontos focais e introduzidas as seguintes alterações:
 - alteração do título da conferência nacional em Moçambique para “Estado de Direito, corrupção e cooperação judiciária em matéria penal”.
 - Antecipação das ações de formação nacional em Moçambique para o período entre março e junho de 2016.
 - Clarificação da referência à ausência da Lei de Proteção de Testemunhas, já que Moçambique por exemplo conta já com uma Lei de Proteção de testemunhas.
- Validação do Plano Bianual de Atividades com integração das recomendações saídas do encontro de pontos focais e clarificada a referência à lei da proteção de testemunhas.

2.º Comité de Seguimento Técnico (16 de fevereiro de 2017)

Dando seguimento ao previsto no acordo de delegação e ao inscrito no regulamento deste Comité, no dia 16 de fevereiro de 2017 teve lugar o Comité de Seguimento Técnico com recurso ao sistema de videoconferência, disponibilizado por cada uma das Delegações da União Europeia nos países parceiros. Este Comité concluiu com um balanço muito positivo das atividades realizadas, tendo-se também debruçado sobre as atividades a realizar no primeiro semestre do ano, e sobre o Plano Anual de Atividades para o período entre outubro de 2017 e setembro de 2018. Foram também discutidas as datas para a realização do próximo Comité de Seguimento Técnico e Comités de Pilotagem.

3.º Comité de Seguimento Técnico (6 de julho de 2017)

O Comité de Seguimento Técnico presencial teve lugar no dia 6 de julho de 2017, no auditório do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, em Lisboa. É sintomático notar que dos 25 pontos focais existentes à data de realização do Comité, 24 estiveram presentes. Importa também destacar que para além dos Serviços do Ordenador Nacional de Angola (que partilha com o Camões, I.P. a responsabilidade pela execução do projeto) também os serviços do Ordenador Nacional de Moçambique (que tem a coordenação do programa de cooperação entre a União Europeia e os PALOP e Timor-Leste) e do Ordenador Nacional de São Tomé e Príncipe estiveram presentes. O Ordenador Nacional de Timor-Leste fez-se representar pela Embaixadora acreditada no país.

Para além do balanço positivo do projeto, procedeu-se em revista as atividades a realizar no segundo semestre de 2017 e o Plano de Atividades a implementar entre outubro de 2017 e setembro de 2018. Outro dos pontos deste Comité foi o reconhecimento da importância da harmonização legislativa que deverá ter em conta as especificidades de cada um dos países parceiros. O último ponto passou pela discussão do cenário de plataforma a ser construído no âmbito do projeto, tendo este Comité recomendado ao Comité de Pilotagem a construção do cenário de plataforma que para além da componente de formação inclui a componente de cooperação.

2.º Comité de Pilotagem (7 de julho de 2017)

O Comité de Pilotagem teve lugar no dia 7 de julho de 2017, também em Lisboa, no auditório do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua. Os trabalhos foram conduzidos pelo Secretário de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial de Angola, Pedro Luís da Fonseca e pela Diretora da Serviços da Cooperação, do Camões, I.P. De notar a participação do Ministro da Justiça e Direitos Humanos de Angola, Rui Mangureira, na abertura dos trabalhos, mas também a participação do Ministro dos Assuntos Constitucionais e Religiosos de Moçambique, Isaque Chande, da Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos de São Tomé e Príncipe, Ilza Amado Vaz, do Secretário de Estado do Interior de Angola, José Vau, da Vice-Governadora do Banco Nacional de Angola, Susana Camacho Monteiro, da Diretora da Agência Principal de Bissau, BCEAO, Helena Nosoline Embaló, do Administrador do Banco de Moçambique, Alberto Sidónio Bila, da Diretora do Gabinete Central de Combate à Corrupção, Ana Maria Gemo Bié e do Administrador do Banco Central de São Tomé e Príncipe, Gareth Guadalupe e que no seu todo evidenciam a expressão política e a relevância do projeto nos países parceiros.

Neste Comité foi aprovado o Plano de Atividades para o período entre outubro de 2017 e setembro de 2018, foi reconhecida a importância da harmonização legislativa que deverá ter em conta as especificidades de cada um dos países parceiros, e aprovou-se a construção do cenário de plataforma que prevê a componente de comunicação, formação e de cooperação. Face ao forte apelo da Delegação da União Europeia em Luanda (DUE) e do representante do SON Angola foi acordado que os Comités (presenciais) de 2018 seriam realizados num dos países parceiros que se disponibilizasse para acolher estes

encontros, ficando a DUE em Luanda de analisar a possibilidade de financiamento de fontes alternativas complementares para cobrir eventuais custos adicionais (por forma a não ter impacto na realização técnica das atividades já programadas). A equipa de assistência técnica ficou encarregue de auscultar os países sobre o interesse e disponibilidade para acolher estes eventos no decurso do próximo ano, tendo Cabo Verde e São Tomé e Príncipe confirmado a sua abertura para acolher os Comitês presenciais. A DEL UE Luanda deixou também a recomendação no sentido de o Camões, I.P. avançar com a maior brevidade possível com o pedido de adenda ao acordo de delegação.

4.º Comité de Seguimento Técnico (22 de março de 2018)

Dando seguimento ao previsto no acordo de delegação e ao inscrito no regulamento do Comité, no dia 22 de março de 2018 teve lugar o Comité de Seguimento Técnico com recurso ao sistema de videoconferência, disponibilizado por cada uma das Delegações da União Europeia nos países parceiros¹. Participaram no Comité 19 pontos focais. Marcaram também presença, a equipa do projeto, o Chefe de Divisão e a Diretora de Serviços do Camões, os Serviços do Ordenador Nacional de Angola, da Delegação da União Europeia em Luanda e demais Delegações nos restantes países parceiros.

Este Comité fez um balanço positivo das atividades. Da ordem de trabalhos constou igualmente uma apresentação dos resultados preliminares da ROM que decorreu no último trimestre de 2017. Foi aprovado o calendário detalhado de atividades até setembro de 2018 e decidido que o próximo Comité de Seguimento Técnico e de Pilotagem presenciais seriam realizados em São Tomé e Príncipe, em junho de 2018.

5.º Comité de Seguimento Técnico (14 de junho de 2018)

O Comité de Seguimento Técnico presencial teve lugar no dia 14 de junho de 2018, em São Tomé, São Tomé e Príncipe.

Um total de 26 instituições focais fizeram-se representar. Também o Ordenador Nacional de Angola marcou presença, assim como a Delegação da União Europeia.

Os trabalhos deste Comité incidiram sobre os seguintes pontos:

- Atividades realizadas e resultados alcançados
- Resultados da Monitoria Orientada para os Resultados (ROM)
- Atividades a realizar até setembro de 2018
- Ponto de situação da plataforma e proposta de modelo de governação
- Discussão do Plano Anual de Trabalhos- outubro de 2018 a dezembro de 2019

Deste Comité saíram as seguintes recomendações:

- 1) O Comité de Seguimento Técnico fez uma avaliação positiva da execução do PACED.
- 2) O Comité de Seguimento Técnico deu nota ao Comité de Pilotagem da não receção dos relatórios da ROM por país.
- 3) O Comité de Seguimento Técnico recomendou ao Comité de Pilotagem que se solicitasse o envio dos relatórios da ROM por país a todos os pontos focais.
- 4) O Comité de Seguimento Técnico propôs ao Comité de Pilotagem que fosse aprovada uma recomendação para introdução da obrigatoriedade do envio dos relatórios ROM a todos os pontos focais para conhecimento e possibilidade de reação antes do fecho da versão final dos mesmos.

¹ Exceção para São Tomé e Príncipe, já que não existe neste país nenhuma Delegação da UE, tendo em alternativa sido utilizados os serviços de videoconferência do PNUD.

- 5) O Comité de Seguimento Técnico recomendou ao Comité de Pilotagem que se aprovasse o modelo de governação da componente de formação da plataforma.
- 6) O Comité de Seguimento Técnico recomendou ao Comité de Pilotagem que os pontos focais do PACED se articularassem com os pontos de contacto da rede de cooperação jurídica e judiciária para o alinhamento de uma posição única por país relativamente ao modelo de governação da componente de formação da plataforma junto da Secretária da rede de cooperação jurídica e judiciária.
- 7) O Comité de Seguimento Técnico recomendou ao Comité de Pilotagem a aprovação do Plano de Atividades a realizar entre outubro 2018 e dezembro 2019.
- 8) O Comité de Seguimento Técnico propôs ao Comité de Pilotagem que recomendasse a extensão do projeto até 2020 por forma a executar integralmente as atividades inscritas no PGT aprovado em sede de Comité de Pilotagem em 2016.
- 9) O Comité de Seguimento Técnico recomendou ao Comité de Pilotagem a validação da realização dos Comités de Seguimento Técnico e de Pilotagem em 2019 com recurso ao sistema de videoconferência.

3.º Comité de Pilotagem – junho de 2018

O Comité de Pilotagem teve lugar no dia 15 de junho de 2018, também em São Tomé, São Tomé e Príncipe. Estiveram presentes neste Comité:

Angola:

- Margarida Jordão de Barros, Inspectora-geral do Ministério do Interior, Ministério do Interior/SIC
- Pedro Narciso da Silva, Chefe do Departamento Administrativo do Gabinete de Intercâmbio e Cooperação, Ministério do Interior/SIC
- Orlando Fernandes, Secretário de Estado para a Justiça, Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

Cabo Verde:

- Benvindo Oliveira, Diretor da Política de Justiça e ponto focal PACED
- Silvino Fernandes, Assessor, Banco de Cabo Verde e ponto focal PACED

Guiné-Bissau

- Degol Mendes, Diretor Geral da Administração da Justiça, Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
- Domingos Sambú, Coordenador do Gabinete de Luta contra a Corrupção e Delitos Económicos, Procuradoria-Geral da República

Moçambique:

- Helena Mateus Kida, Vice-Ministra, Ministério do Interior
- Fernando Mbebe, Ministério do Interior
- Lúcio da Cruz, Ministério do Interior
- Ana Gemo Bié, Procuradora-Geral Adjunta e Diretora do Gabinete Central de Combate à Corrupção, Procuradoria-Geral da República

São Tomé e Príncipe

- Ilza Amado Vaz, Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos

- Dilson Tiny, Administrador, Banco Central de São Tomé e Príncipe Timor-Leste
- Raquel da Costa, Diretora de Administração e Recursos Humanos, Banco Central

Marcaram também presença os Serviços do Ordenador Nacional de Angola e da Delegação da União Europeia em Luanda. Os trabalhos do Comité foram presididos pelo Vice-Presidente do Camões, I. P., Gonçalo Teles Gomes.

Deste Comité saíram as seguintes conclusões e decisões:

- 1) O Comité de Pilotagem fez uma avaliação positiva da execução do PACED.
- 2) O Comité de Pilotagem solicitou que fossem enviados a todos os pontos focais dos países o relatório da ROM.
- 3) O Comité de Pilotagem recomendou que os exercícios da ROM passassem a incluir, na sua metodologia como procedimento obrigatório o envio dos relatórios ROM a todos os pontos focais para conhecimento e possibilidade de reação antes do fecho da versão final dos mesmos.
- 4) O Comité de Pilotagem aprovou o modelo de governação da componente de formação da plataforma consubstanciado na transferência da mesma para a Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária da CPLP e delegação da sua gestão para o IGFEJ e CEJ por um período de 10 anos, solicitando à coordenação do PACED que fosse elaborado um Plano de Ação e regulamento desta componente da plataforma, como forma de aprofundar o seu funcionamento.
- 5) O Comité de Pilotagem solicitou aos pontos focais do PACED que se articulassem com os pontos de contacto da rede de cooperação jurídica e judiciária para o alinhamento de uma posição única por país, relativamente ao modelo de governação da componente de formação da plataforma, junto da Secretária da Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária.
- 6) O Comité de Pilotagem aprovou o Plano de Atividades a realizar entre outubro 2018 e dezembro 2019.
- 7) O Comité de Pilotagem recomendou a extensão do projeto até dezembro de 2020 por forma a executar integralmente as atividades inscritas no PGT aprovado em sede de Comité de Pilotagem em 2016.
- 8) O Comité de Pilotagem validou a realização dos Comités de Seguimento Técnico e de Pilotagem em 2019 com recurso ao sistema de videoconferência.

6.º Comité de Seguimento Técnico (CST) – 8 de junho de 2021

Dando seguimento ao previsto no acordo de delegação e ao inscrito no regulamento deste Comité, no dia 8 de junho de 2021 teve lugar o Comité de Seguimento Técnico com recurso ao sistema de videoconferência.² Participaram no Comité 20 pontos focais, entre 37 participantes.

Marcaram também presença, a EAT do projeto, o gestor do projeto junto Camões, I.P., todos os Serviços de Ordenador Nacional, as Delegação da União Europeia e os Serviços de Cooperação das diferentes embaixadas de Portugal nos países parceiros.

Este Comité fez um balanço positivo das atividades e não foram levantadas objeções ao Calendário de atividades proposto.

² Com exceção de São Tomé e Príncipe, tentou-se garantir a ligação através do sistema de comunicação da União Europeia junto dos Serviços do Ordenador Nacional, mas o mesmo não se encontrava funcional, tendo em alternativa sido utilizado uma ligação telefónica.

4.º Comité de Pilotagem – 9 de junho de 2021



Figura 7 - 4.º Comité de Pilotagem (online, 9.6.2021)

O Comité de Pilotagem teve lugar no dia 9 de junho de 2021 com recurso ao sistema de videoconferência. O Comité de Pilotagem foi antecedido pelo Comité de Seguimento Técnico (CST), no dia 8 de junho de 2021, com recurso à mesma tecnologia.

Os trabalhos do Comité de Pilotagem foram conduzidos pela Senhora Vice-Presidente, Dra. Cristina Moniz, que apresentou a ordem dos trabalhos, foi dada a palavra ao Ordenador Nacional Suplente para o FED de Angola, Dr. António Pombal, e à Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania de Angola, Dra. Ana Celeste Januário, para a abertura.

Seguiram-se as intervenções das restantes delegações, por ordem alfabética.

O Comité de Pilotagem aprovou as seguintes Conclusões Operacionais:

- A estratégia e direção do projeto e ao desempenho das atividades reportadas ao Comité de Seguimento Técnico realizado a 8 de junho de 2021;
- Plano de Atividades para o ano de 2021 assim como o respetivo Orçamento;
- O Plano de Atividades contempla a supressão da atividade 2.1.3.7. (*Mentorship* a fim de verificar/apoiar a integração das ações de formação no desempenho profissional), de improvável concretização no atual contexto pandémico, canalizando a verba disponível para o reforço da atividade 2.1.5;
- O reforço financeiro da atividade 2.1.5 (Atividades à medida) através da alocação de verbas sobrantes usando os mesmos critérios definidos para a atividade 2.1.4, sendo que o saldo discriminado seria comunicado às entidades parceiras;
- Em face do resultado "criação de redes temáticas e instalações de videoconferência completas em todos os PALOP/TL" constante da MQL para o qual não foi desenhada nenhuma atividade específica, o CP determina a criação da subatividade 3.6.2.1. tendo em vista a criação de instalações de videoconferência em todos os PALOP/TL, designadamente, nas instituições responsáveis pela formação jurídica e judiciária, ou equivalentes;
- Concordância com a adaptação da atividade 3.4 (Identificar os pontos fortes e fracos e as lacunas existentes na coordenação e articulação entre entidades nacionais, regionais e internacionais e preparar um plano de ação para resolver as deficiências detetadas) que resultou na elaboração do

manual digital "Da Formação à Cooperação: Guia para a formação e cooperação judiciárias na área penal nos países de Língua Portuguesa" que inclui as conclusões dos fóruns realizados;

- O CP aponta a necessidade de ser ultimada, com urgência, a atividade 3.6.2 (Criação de um projeto sustentável de plataforma internet que possa vir a facilitar o intercâmbio e a criação de redes temáticas e de comunicação audiovisual entre todos os PALOP e TL);
- O CP insta à criação de um grupo de trabalho para a organização da conferência de encerramento (novembro 2021, em Luanda);
- O CP aprova a realização, com a brevidade possível, de uma missão de seguimento do Regime harmonizado sobre branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de estupefacientes na Guiné-Bissau;
- No âmbito da atividade 1.1.3 de apoio à UIF de São Tomé e Príncipe, que previa uma segunda missão de assistência técnica, o CP concorda com a adaptação desta atividade tendo em vista garantir a construção/implementação de uma Plataforma Informática, Portal da UIF - STP;
- Tendo em vista o desenvolvimento de um futuro projeto de cooperação no setor da Boa Governação e Estado de Direito, os membros do CP comprometem-se a identificar e recolher informação sobre necessidades específicas e áreas prioritárias de intervenção das entidades que representam, no âmbito das temáticas e objetivo geral do PACED, designadamente no que respeita à recuperação de ativos e sua administração, cibercriminalidade e técnicas e meios especiais de investigação, que serão posteriormente remetidas aos serviços dos diferentes ordenadores nacionais e posteriormente enviadas às diferentes delegações da União Europeia.

Participação PACED no Dia da Europa em Angola, Luanda – 8 de maio de 2019



Figura 8 - Participação PACED no Dia da Europa em Angola (Luanda, 8.5.2019)

Realizou-se no dia 8 de maio de 2019, em Luanda, na República de Angola, o evento comemorativo do Dia da Europa.

O Dia da Europa, comemorado todos os anos a 9 de maio, celebram-se a paz e a unidade do continente europeu. Esta data assinala o aniversário da histórica «declaração Schuman».

A Delegação da União Europeia em Luanda associou-se às comemorações deste ano, convidando alguns dos 12 Projetos de Cooperação desenvolvida com Angola e financiados pela União Europeia, para estarem presentes numa exposição conjunta que contou com centenas de convidados.

No stand do PACED esteve disponível informação em folhetos e pequenas publicações dando conta das atividades realizadas, exibindo-se uma apresentação geral do Projeto, incluindo resultados já alcançados.

Em simultâneo, decorreu a exibição ao público da versão final dos spots alusivos às temáticas do PACED e que, em breve, começarão a ser exibidos na Televisão Pública de Angola.

A representação do PACED foi assegurada pelo Dr. Kiandara do Nascimento, Diretor Nacional de Política de Justiça interino e pelo Dr. Itiandro Simões, Secretário para os Assuntos Judiciais e Jurídicos de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, pontos focais do PACED na Unidade Técnica Nacional de Angola, em colaboração com os serviços de cooperação da Embaixada de Portugal em Luanda, representados pela Dra. Teresa Mateus, Adida da Cooperação e pelo Dr. Rodrigo Subtil, Técnico de Cooperação da Embaixada de Portugal em Luanda.

Apresentação PACED – SON – Angola – 22 de outubro de 2020

Em articulação com o Ordenador Nacional (ON) do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) da República de Angola, junto do Ministério da Economia e Planeamento, foi organizado no dia 22 de outubro de 2020 um webinar de apresentação dos resultados do PACED dirigido a todos os funcionários do referido Ministério da Economia e Planeamento.

O Seminário teve a seguinte agenda:

- Informação Global
- Atividades Realizadas
- Principais Resultados Alcançados
- Parcerias Estabelecidas
- Principais Lições Aprendidas
- Extensão para 2021
- Estratégia de Saída e Sustentabilidade

Apresentação PACED - Serviços do Ordenador Nacional do FED para Timor-Leste - 9 de fevereiro de 2021

Em articulação com os Serviços do Ordenador Nacional do FED para Timor-Leste, foi organizado no dia 9 de fevereiro de 2021, uma Reunião de Coordenação Técnica do Programa PALOP-TL, com os seguintes resultados esperados:

- Delineação do plano de implementação.;
- Avaliação da iniciativa de valor acrescentado em Timor-Leste;
- Concertação e alinhamento de posições dos intervenientes para reforçar a apropriação da cooperação;
- Avaliação do impacto do COVID-19 na implementação dos projetos;
- um webinar de apresentação dos resultados do PACED dirigido a todos os funcionários do referido Ministério da Economia e Planeamento.

Participação na Feira de projetos online da Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau - maio de 2020

Com a propagação da Pandemia COVID-19, a União Europeia cancelou todos os tradicionais eventos de comemoração do Dia da Europa, 9 de maio.

Todavia, a Delegação da União Europeia junto da República da Guiné-Bissau não quis deixar de assinalar este dia, especialmente num momento de crise e emergência geral, e de sublinhar os nossos valores comuns, e nomeadamente a solidariedade que têm demonstrado os nossos parceiros, no domínio da saúde, mas também na área socioeconómica e de governação.

Respondendo ao repto lançado e em articulação com os parceiros nacionais foi possível garantir a participação do PACED na tradicional Feira de projetos, mas em formato online - assinalando diariamente a partir do dia 9 de maio na página do Facebook da Delegação da União Europeia.

O vídeo resumo do projeto PACED foi disponibilizado através da ligação: [#FeiraProjetosUEGuineBissau](https://www.facebook.com/DelegacaoUEGuineBissau/)

Mostra de projetos de cooperação financiados pela União Europeia, integrada na II Edição do Díli Film Festival – 10 de outubro de 2020



Figura 9 - Participação do PACED na mostra de projetos de cooperação financiados pela União Europeia, integrada na II Edição do Díli Film Festival (Díli, 10.10.2020)

Tendo em vista assegurar a participação do PACED , no âmbito da mostra de projetos de cooperação financiados pela União Europeia, integrada na II Edição do Díli Film Festival, que decorreu no dia 10 de outubro de 2020, nos jardins da Fundação Oriente, em Díli, e em resposta a convite da União Europeia, foi possível garantir a montagem de um stand de divulgação do PACED onde estiveram disponíveis informações sobre as atividades do projeto, folhetos de sensibilização contra a corrupção, o branqueamento de capitais e a criminalidade organizada, assegurando-se, também, a projeção contínua dos quatro spots temáticos do projeto.

Apresentação PACED - Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE)

No dia 6 de maio de 2021, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE) - que vigora entre janeiro e junho de 2021- o Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste (PACED) foi convidado a participar na conferência “Modernizar os sistemas de justiça da União Europeia através do fortalecimento da formação dos profissionais da justiça”, que contou com a abertura do Secretário de Estado da Justiça de Portugal, Mário Belo Morgado e do Comissário para a Justiça, Didier Reynders.

No âmbito do grupo temático dedicado ao “Estado de Direito e Direitos Humanos fundamentais”, o coordenador do projeto, João Pedro Campos, partilhou a experiência do PACED e o seu contributo para o fortalecimento da formação dos profissionais da justiça dos PALOP e de Timor-Leste.

A apresentação incluiu a primeira exibição do filme de resultados do PACED (ver atividade 2.4.1.)

Participação do PACED participa nas comemorações do Dia da Europa em Timor-Leste



Figura 10 - Participação do PACED nas comemorações do Dia da Europa em Timor-Leste (Díli, 27 e 28 de maio de 2022)

Nos dias 27 e 28 de maio de 2022, decorreram em Timor-Leste as comemorações do Dia da Europa - que se celebra a 9 de maio - num formato que incluiu uma mostra permanente de todos os projetos financiados pela União Europeia e implementados em Timor-Leste, nas quais participou o Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste (PACED).

Nesta ocasião, foram apresentados os principais resultados já alcançados, através da exibição de spots temáticos do projeto e vídeos das últimas atividades. Em Timor-Leste, o PACED colabora numa base regular e ativa com diversas autoridades nacionais, nomeadamente com o Ministério da Justiça, Tribunal de Recurso, Procuradoria-Geral da República, Polícia Científica de Investigação Criminal e Unidade de Informação Financeira.

Participação do PACED nas Reuniões dos Ordenadores Nacionais dos PALOP e Timor-Leste com a União Europeia



Figura 11 - Participação do PACED nas Reuniões dos Ordenadores Nacionais dos PALOP e Timor-Leste com a União Europeia (Bissau, 24.11.2021)

- Decorreu, no dia 25 de novembro de 2021, em Bissau, a XIV Reunião de Ordenadores Nacionais (RON) do Fundo Europeu de Desenvolvimentos dos PALOP e Timor-Leste e a União Europeia (UE). O Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., fez-se representar pela sua Diretora Serviços de Cooperação Multilateral e Europeia, Manuela Ferreira, e pela Chefe de Divisão dos Assuntos Europeus, Maria Letícia Bairrada, bem como pelas equipas de gestão e coordenação dos projetos PACED – Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito e PROCULTURA – Promoção do Emprego nas Atividades Geradoras de Rendimento no Setor Cultural nos PALOP e Timor-Leste. O encontro foi antecedido por uma reunião técnica, no dia 24 de novembro de 2021, onde participaram elementos dos serviços de Ordenadores Nacionais dos PALOP e Timor-Leste, bem como representantes das Delegações da UE nestes países, e dos serviços da DG INTPA (Department for International Partnerships)

A Guiné-Bissau, enquanto presidência rotativa do programa PALOP-TL, copresidiu com a União Europeia à RON que analisou os projetos em curso e perspetivou o futuro da cooperação no período 2021-2027.

Nas conclusões da reunião, os Ordenadores Nacionais dos PALOP e de Timor-Leste, bem como a UE, reafirmaram a vontade política de prosseguir a sua parceria e reiteraram o desejo de explorar, conjuntamente, o desenvolvimento de ações específicas em áreas de grande potencial e interesse comum, tal como a governação económica, o Estado de Direito, a cultura e o emprego.



Figura 12 - Participação do PACED nas Reuniões dos Ordenadores Nacionais dos PALOP e Timor-Leste com a União Europeia (Maputo, 8.3.2019)

- Os Ordenadores Nacionais do FED dos PALOP e Timor-Leste e a União Europeia reuniram-se em Maputo a 8 de março de 2019 para discutir o presente e o futuro do Programa Indicativo Regional dos PALOP e Timor-Leste, no âmbito do Fundo Europeu para o Desenvolvimento (FED). O Camões, I.P. esteve representado através do seu Vice-Presidente, Gonçalo Teles Gomes. O encontro foi antecedido por uma reunião técnica a 7 de março, onde participaram elementos dos serviços de Ordenadores Nacionais ou representantes dos PALOP e Timor-Leste, bem como representantes das Delegações da União Europeia nos PALOP e Timor-Leste, e dos serviços da DEVCO. Nesta reunião, os pontos de agenda passaram pela discussão de projetos novos e em curso do programa indicativo regional do FED. O Camões, I.P. assegurou a apresentação do novo projeto PROCULTURA, financiado pela União Europeia e gerido e cofinanciado pelo Camões, I.P., que tem por objetivos a criação de emprego e rendimento nos setores culturais e implementado entre 2019 e 2023. Foi também efetuado o ponto de situação do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED), projeto cofinanciado pela União Europeia (no montante de EUR 5 milhões através do 10.º FED) e cofinanciado e administrado pelo Camões, I.P. (em EUR 1,4 milhões). Neste ponto, os representantes dos PALOP e Timor-Leste e da União Europeia assinalaram os bons resultados alcançados pelo projeto até à data.

Sumários de execução técnica e financeira (Roadmap PACED)



5 PROJETO DE APOIO À CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO



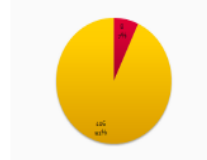
SUMÁRIO DE EXECUÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

maio de 2022

Execução Técnica

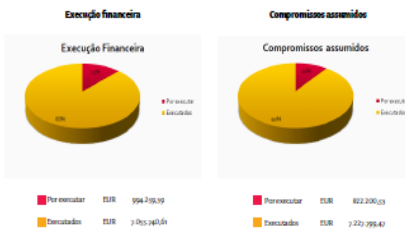
Execução tendo por referência as atividades programadas para o período outubro 2015 – junho 2022

Atividades programadas para o período: 114¹
Atividades não realizadas: 8
Atividades concluídas ou em curso: 106
Taxa de execução: 93,1 %



Execução Financeira

Orçamento em € 8.520.000 | Execução: 7.859.418²



PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS

- 13.1 Conferência tripartida «Coordenação do Estado de Direito no PALOP em Têr» realizada em formato híbrido de 14 de novembro de 2021.
- 13.1.1 Conferência «Perda de bens e recuperação de ativos» setembro de 2016, Luanda, Angola.
- 13.1.2 Seminário «Criminalidade Organizada e Estado de Direito» 29 e 30 novembro 2016, Praia, Cabo Verde.
- 13.1.3 Conferência «Cooperação Jurídica e Política» 3 e 4 de maio de 2017, Bissau, Guiné-Bissau.
- 13.1.4 Conferência de Intervenção de Estado, da Sociedade e do Direito no combate à corrupção 3 e 4 de julho de 2018, Maputo, Moçambique.
- 13.1.5 Conferência «Prevenção e combate ao branqueamento de capitais através de sistemas práticos» 11 e 12 de março de 2020, São Tomé e Príncipe.
- 13.1.6 Seminário «Tribunais e Estado de Direito» 22, 28 e 29 de julho de 2016, DL, Timor-Leste.
- 13.2 Plano de assistência técnica à Unidade de Informação Financeira 17 a 21 de abril 2017, São Tomé e Príncipe e convertida a 3.ª fase na construção da plataforma informática de comunicação de operações suspeitas (S) alojada e em fase de construção).
- 13.2.1 Consolidação da Legi-PALOP Identificação, coleta, processamento e entrega na base de dados Legi-e-ncor da legislação relevante sobre corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes.
- 13.2.2 Estado da Legi-PALOP Timor-Leste 1) Conclusão da inscrição e classificação da legislação e jurisprudência publicadas em Timor-Leste nas duas últimas décadas em maio de 2019. No total foram inseridas e classificadas 2264 atos normativos e 1415 acórdãos (trabalho realizado a posteriori em novembro); 2) Publicação (em eBook e papel) das edições produzidas no âmbito do Legi-PALOP + TL.
- 13.2.3 Angola: Acompanhamento realizado junto do Ministério da Justiça e da Assembleia Nacional. O regime harmonizado foi integrado no processo de revisão dos códigos Penal e Processual Penal. Apreciação dos seguintes diplomas: Lei n.º 10/14, de 28 de dezembro, sobre o Esquema de Prevenção e Punição da Corrupção de Bens, criando o Serviço Nacional de Recuperação de Ativos; Lei n.º 1/20, de 22 de janeiro, Lei da Proteção das Vítimas, Testemunhas e Arguidos envolvidos em Processos Penal; Lei n.º 2/20, de 22 de janeiro, Lei da Videovigilância e a Lei n.º 1/20, de 27 de janeiro, Lei da Prevenção do Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Atoms de Cinturão Médio.
- 13.2.4 Cabo Verde: Regime harmonizado está a ser implementado e aprovado. Foi concretizada uma consultoria no âmbito do projeto, por solicitação do Ministério da Justiça Trabalho, tendo em vista garantir a plena harmonização do regime de combate ao tráfico de produtos estupefacientes.
- 13.2.5 Moçambique: Acompanhamento realizado segundo da Missão EAT em dezembro de 2020. Aprovada Lei 20/2018, de 19 de junho, que altera o diploma que cria o Gabinete de Informação Financeira de Moçambique – GIFA; Lei n.º 10/2018, de 2 de agosto, estabelece o regime jurídico de Prevenção, Repressão e Combate ao Terrorismo e Atos Correlatos; a Lei n.º 2/2019, de 6 de novembro, que estabelece os princípios de cooperação Jurídica e Judiciária Internacional em Matéria Penal; Apreciação do Código Penal e do Código Processual Penal tal como a aprovação do Código de Processo Penal foram promulgadas em dezembro de 2019 (Lei n.º 24/2019, de 14 de dezembro; Lei n.º 22/2019, de 26 de dezembro e Lei n.º 25/2019, de 27 de dezembro).
- 13.2.6 São Tomé e Príncipe: Acompanhamento dos trabalhos junto do Ministério da Justiça e da Assembleia Nacional. O projeto legislativo de combate à corrupção foi submetido pelo Governo à Assembleia Nacional em setembro de 2021.

Figura 13 - Exemplo de um dos Roadmap periódicos partilhado

Tendo em vista possibilitar o acompanhamento da execução (técnica e financeira) do PACED, e para além da permanente atualização, com possibilidade de se exportar informação, do “PACED em números” em: <https://www.paced-paloptl.com/paced-em-numeros>, sendo que o valor de execução financeira passou, igualmente a estar disponível no site, foram disseminados os seguintes Roadmaps:

- Roadmap de junho 2020;
- Roadmap de outubro 2020;
- Roadmap de janeiro 2021;
- Roadmap de março 2021;
- Roadmap de maio 2021;
- Roadmap de setembro 2021;
- Roadmap de novembro 2021 (Anexo 1);
- Roadmap de fevereiro 2022 (Anexo 2);
- Roadmap de maio 2022 (Anexo 3).

2ª PARTE

Resultado 1 - O quadro jurídico e a organização administrativa dos PALOP e de TL em matéria de prevenção e luta contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente tráfico de estupefacientes são reforçados e modernizados em conformidade com as melhores práticas internacionais

Atividade 1.1 Melhorar o conhecimento dos decisores políticos e altos dirigentes dos poderes legislativos e executivos dos PALOP e de Timor-Leste, sobre as melhores práticas internacionais em matéria de quadro jurídico e regulamentar e de organização administrativa relacionada com a prevenção, a criminalização e a punição de branqueamento de capitais e principal crime subjacente, incluindo a corrupção e tráfico de estupefacientes

1.1.1 Conferência internacional



Figura 14 - Conferência Internacional de encerramento (Luanda, 16.11.2021)

A Conferência Internacional “Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste: O PACED como fator de mudança na governação, capacitação e cooperação”, no âmbito do PACED – Projeto de Apoio à

Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste, teve lugar no dia 16 de novembro de 2021, em Luanda.

Centrada na experiência de execução do PACED, a conferência reuniu altos representantes dos sistemas judiciais dos PALOP e Timor-Leste e deu corpo a uma reflexão conjunta em torno das expectativas, resultados obtidos e ferramentas utilizadas neste projeto centrado na prevenção e no combate à corrupção, branqueamento de capitais e criminalidade organizada, em especial o tráfico de estupefacientes.

A sessão de abertura foi presidida pelo Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República de Angola, Adão de Almeida, que reafirmou o compromisso de Angola com o processo de consolidação do Estado de Direito.

Fazendo um balanço do PACED, a Embaixadora da União Europeia em Angola, Jeanette Seppen, afirmou «que se trata de dos projetos mais bem-sucedidos na cooperação entre a União Europeia e os países de língua oficial portuguesa e Timor-Leste».

“O PACED é um dos projetos mais bem-sucedidos na cooperação entre a União Europeia e os países de língua oficial portuguesa e Timor-Leste”, **Jeanette Seppen**

O Comissário Europeu para a Justiça, Didier Reynders, numa mensagem gravada, destacou que as formações desenvolvidas no âmbito do PACED são um bom exemplo de como devem ser procuradas sinergias através de financiamentos europeus para a área da justiça.

De igual modo, a Ministra da Justiça de Portugal, Francisca Van Dunem, e o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, Francisco André, sublinharam os bons resultados alcançados no reforço do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste.

O Procurador-Geral da República de Angola, Helder Pitta Gróz, sublinhou que o PACED em Angola foi «um despertar para a necessidade de formação específica» dos quadros para melhor enfrentar certos tipos de criminalidade.

“Para Angola o PACED foi um despertar para a necessidade de formação específica» dos quadros para melhor enfrentar certos tipos de criminalidade”, **Helder Pitta Gróz**

Por seu turno, o Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos de Angola, Francisco Queiroz, realçou a oportunidade de reforço das redes de amizade e cooperação entre os PALOP e Timor-Leste que travam esta luta comum pela consolidação do Estado Democrático e de Direito.

Destacam-se, ainda, as conferências proferidas pelos professores Carlos Feijó e Fernando Loureiro Bastos, além das presenças da Ministra da Justiça de Cabo Verde, Joana Amado (*online*), da Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos de São Tomé e Príncipe, Ivete Santos Lima, do Vice-Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos de Moçambique, Filimão Suaze, e de Procuradores-Gerais da República dos PALOP, entre outros.

Na sua intervenção, o Diretor do Centro de Estudos Judiciais (CEJ) de Portugal, João da Silva Miguel, apresentou o “Manual de Formação de Formadores: Capacitação nas áreas do Tráfico de Estupefacientes, da Corrupção e do Branqueamento de Capitais e com conhecimento dos instrumentos legais, administrativos e

processuais em vigor nos países de língua oficial portuguesa”, resultante das ações de capacitação desenvolvidas pelo CEJ, no âmbito do PACED, nas áreas da corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes, com conhecimento dos instrumentos legais, administrativos e processuais adequados ao tratamento da tipologia destes casos para funcionários do sistema bancário e financeiro, investigação criminal, magistrados do Ministério Público e Juízes.

Este Manual digital está disponível para consulta e **download**, de forma gratuita no site do PACED em: https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/paginacao-manual-cej1versaofinal151021.pdf (Anexo 4)

A iniciativa, em modelo híbrido, contou com cerca de 350 participantes, foi organizada em parceria com o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos de Angola, o Banco Nacional de Angola, a Procuradoria-Geral da República de Angola, a Unidade de Informação Financeira, o Ministério do Interior e o apoio da RTP África.

Foi construído um micro site específico para esta Conferência Internacional: <https://www.paced-paloptl.com/conferencia-internacional-consolidacao-do-estado-de-direito-nos-palop-e-em-timor-leste>

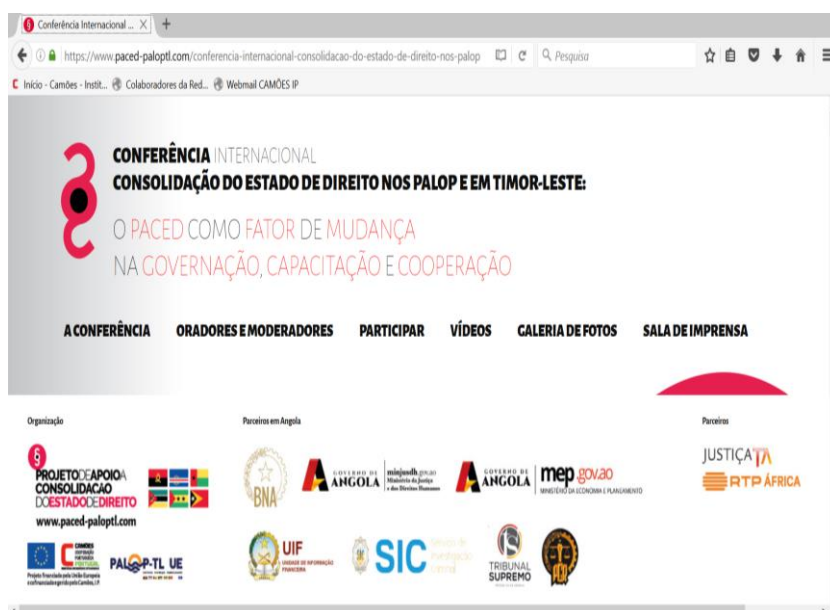


Figura 15 - Micro site Conferência Internacional (2021)

Neste micro site estão disponíveis todos os materiais da Conferência, designadamente o programa, as biografias dos oradores e moderadores, as instruções para a participação, os vídeos de todas as intervenções, a galeria de fotos e a sala de imprensa, com uma recolha das notícias relacionadas com a realização desta conferência em Luanda.

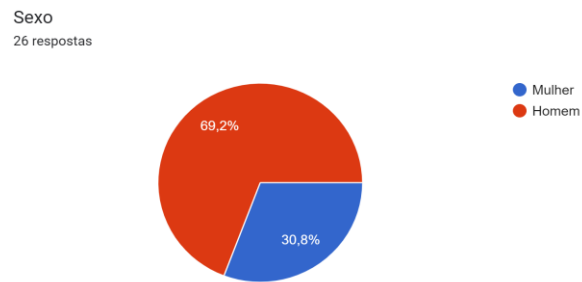


Figura 16 - Desagregada por sexos da participação (Conferência Internacional, Luanda (2021))



Figura 17 - Nível de satisfação geral (Conferência Internacional, Luanda (2021))

1.1.2 Conferências nacionais

1.1.2.1 Conferência “Perda de bens e recuperação de ativos”, 25 de setembro de 2018, Luanda, Angola



Figura 18 - Conferência “Perda de bens e recuperação de ativos” (Luanda, 25.9.2018)

Esta conferência não estava prevista no Plano de Atividades para 2017/18. No entanto, face à pertinência do tema e face à realização do primeiro Fórum dos juízes dos PALOP sobre o mesmo assunto, em Luanda (atividade 3.5.4.), as autoridades nacionais optaram pela realização da sua conferência nacional no final de setembro e imediatamente antes do Fórum dos Magistrados Judiciais, o que permitiu também projetar internacionalmente esta atividade.

De facto, vocação para gerar elevados proventos económicos é uma das principais características da criminalidade organizada, da corrupção e da criminalidade económica e financeira. Estima-se que, todos os anos, os países em desenvolvimento percam entre 20 e 40 biliões de dólares à custa da apropriação indevida de capital, suborno e outras práticas. Por isso, a repressão dessa criminalidade não será plenamente eficaz se não se voltar para a recuperação de fundos, isto é, dos bens e produtos gerados pelas atividades ilícitas. O momento político, económico e institucional que Angola atravessa dá sentido à prossecução da recuperação de ativos e a perda de bens. Assim, e porque a concretização das políticas públicas necessárias

nestes domínios, de forma a consolidar o Estado de direito, não pode deixar de ser integrada numa lógica de articulação institucional entre as várias instituições nacionais envolvidas as autoridades nacionais optaram pela realização de uma conferência sobre este tema

A instituição parceira nacional responsável pela organização do evento foi o Ministério da Justiça e Direitos Humanos, com o apoio das demais instituições parceiras no país, incluindo o Tribunal Supremo, a Procuradoria-Geral da República, os Serviços de Investigação Criminal e a Unidade de Informação Financeira.

A conferência teve lugar no dia 25 de setembro de 2018, tendo-se desdobrado nos seguintes painéis e contado com os seguintes oradores:

1.º Painel: Recuperação de ativos e Estado de direito

*A perda de bens e recuperação de ativos em Angola

Orador: Manuel Bambi, Procurador da República (Angola)

*Estado de Direito: patologias e controlos públicos

Orador: José Mouraz Lopes, Juiz Conselheiro no Tribunal de Contas e Consultor Científico do PACED (Portugal)

*A perda de bens e recuperação de ativos e a garantia dos direitos fundamentais

Orador: José Martinho Nunes, Juiz Conselheiro do Tribunal Supremo (Angola)

*O regime de repatriamento de capitais. A lei angolana.

Orador: Comunicação não apresentada

Moderador: João Manuel Lourenço, Advogado e Professor Universitário (Angola)

2.º Painel: Recuperação de ativos e cooperação internacional

*Perda de bens e recuperação de ativos: uma abordagem comparada das novas respostas penais

Orador: Nuno Coelho, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa e Consultor Científico do PACED (Portugal)

*O regime de perda alargada no âmbito da prevenção e repressão do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo

Orador: Itiandro Slovan Simões, Secretário para os Assuntos Judiciais e Jurídicos do Presidente da República (Angola)

*Combate à lavagem de dinheiro na experiência comparada

Orador: Fausto De Sanctis, Juiz Desembargador do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região, São Paulo (Brasil)

Moderador: Victorino Mário, Diretor Nacional de Resolução Extrajudicial de Litígios (Angola)

3.º Painel: Recuperação de ativos e justiça criminal

*A prova e a garantia patrimonial na criminalidade económico-financeira

Orador: Júlio César Ferreira de Melo, Juiz Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (Brasil)

*Os meios de garantia patrimonial e a recuperação de ativos na justiça criminal angolana Orador: José Atanásio Alfredo, Diretor do Gabinete Jurídico dos Serviços de Investigação Criminal, Ministério do Interior (Angola)

*Gestão da investigação e julgamento no branqueamento de capitais

Orador: Renato Barroso, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Évora (Portugal)

Moderador: Ricardo João, Chefe do Departamento de Análise da Unidade de Informação Financeira (Angola)

A abertura oficial da conferência sobre “Perda de Bens e Recuperação de Ativos” que decorreu no Palácio da Justiça, em Luanda, esteve a cargo do Ministro da Justiça e Direitos Humanos de Angola, Francisco Queiroz.

Assistiram a esta conferência 207 pessoas, com representação ao mais alto nível, a cerimónia de arranque contou também com a presença do Juiz Presidente do Tribunal Supremo, Rui Ferreira, do vice-Procurador-Geral da República, Luís Mota Liz, do Embaixador de Portugal em Angola, João Caetano da Silva e do Chefe da Delegação da União Europeia em Angola, Tomáš Uličný.

1.1.2.2 Conferência “Estado de Direito e Criminalidade organizada”, 29 e 30 de novembro de 2016, Praia, Cabo Verde



Figura 19 - Conferência “Estado de Direito e Criminalidade organizada” (Praia, Cabo Verde, 29 e 30.11.2016)

Dando seguimento ao inscrito no Plano Global de Trabalhos, nos dias 29 e 30 de novembro de 2016 teve lugar a conferência nacional “Estado de Direito e Criminalidade organizada”.

A posição geoestratégica e extensa fronteira marítima de Cabo Verde e as dificuldades de financiamento das suas forças de segurança (em particular a marítima) tornam o país atrativo para o narcotráfico transnacional. Para além dos possíveis efeitos nefastos com o aumento do consumo interno de estupefacientes, as redes de criminalidade transnacional que sustentam o tráfico representam também uma ameaça direta e indireta às instituições do Estado. Esta Conferência teve como principal objetivo refletir sobre as respostas de políticas públicas aos temas em questão.

Tendo em mente uma abordagem de apropriação das iniciativas por atores nacionais, a Conferência foi promovida pelo Ministério da Justiça e Trabalho de Cabo Verde, com o apoio do PACED. Apoiaram também a realização da iniciativa a Procuradoria-Geral da República de Cabo Verde, o Conselho Superior de Magistratura Judicial e a Organização das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, escritório de Cabo Verde.

A fim de promover a discussão e reflexão em torno das questões já referidas foram concebidos os seguintes painéis de debate e convidados a participar os seguintes oradores:

1.º Painel – O Estado, as políticas públicas e a cooperação internacional face à criminalidade organizada

Moderador: Luís Landim, Procurador-Geral Adjunto de Cabo Verde

- A cooperação internacional na área da criminalidade organizada
Orador: José Eduardo Guerra, Procurador da República e Adjunto do Membro Nacional de Portugal, Eurojust
- Criminalidade organizada: uma perspetiva criminológica
Orador: Mário José Moreira, Coordenador do Projeto WACI (Iniciativa da Costa Ocidental Africana - Combate ao Crime Organizado), escritório da UNODC, Guiné-Bissau

2.º Painel – Os mecanismos de investigação criminal

Moderador: António Sebastião Sousa, Procurador da República e Diretor Nacional da Polícia Judiciária de Cabo Verde

- Os meios de prova especiais na criminalidade organizada
Orador: Franklin Furtado, Procurador-Geral Adjunto de Cabo Verde
- A garantia judiciária no âmbito da criminalidade organizada
Orador: José Mouraz Lopes, Consultor Científico do PACED e Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas de Portugal

3.º Painel: O julgamento e a decisão judicial

Moderador: Albertino Mendes, Procurador da República de Cabo Verde

- Questões processuais e de prova. O tratamento processual dos casos relativos à criminalidade organizada
Orador: Marcello Miller, Procurador da República do Brasil
- Soluções e resolução dos casos relativos à criminalidade organizada
Orador: Ângela Rodrigues, Juíza de Direito, do primeiro Juízo-Crime do Tribunal da Comarca da Praia, Cabo Verde

4.º Painel – A administração da justiça e os sistemas judiciários: organização, garantias e efetividade da justiça criminal

Moderador: Sofia Lima, Bastonária da Ordem dos Advogados de Cabo Verde

- Os princípios estruturantes da justiça e da atividade jurisdicional
Orador: Nuno Coelho, Consultor Científico do PACED e Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa, Portugal
- O sistema de informatização dos tribunais criminais em Cabo Verde
Orador: Simão Santos, Juiz Desembargador do Tribunal de Relação do Barlavento e Presidente do Sistema de Informatização da Justiça, Cabo Verde Debate

5.º Painel: O reforço do sistema de justiça criminal e a sua segurança

Moderador: Manuel António Alves, Subintendente da Polícia Nacional de Cabo Verde e Comandante da Guarda Fiscal

- O sistema de segurança das autoridades judiciárias e policiais
Orador: Constantino José Mendes, Superintendente-Chefe e Comandante da Unidade Especial de Polícia, Portugal

- A cooperação interinstitucional entre a segurança e a justiça no domínio criminal
Orador: Carlos Alexandre Reis, Conselheiro de Segurança Nacional, Cabo Verde

A sessão de abertura contou com a presença do Primeiro-Ministro, do Embaixador da União Europeia na Cidade da Praia e da Embaixadora de Portugal. A cerimónia de encerramento foi presidida pelo Presidente da República e contou também com a participação do Ministro da Administração Interna.

A conferência teve como grupo-alvo magistrados judiciais, magistrados do Ministério Público e polícias, em particular os de investigação criminal. De acordo com as folhas de presença recolhidas durante o dia e meio da conferência, assistiram uma média de 103 pessoas por dia.

Foi produzida uma publicação com as comunicações apresentadas durante a conferência sob a seguinte descrição bibliográfica: Criminalidade Organizada e Estado de direito - Seminário Internacional realizado nos dias 29 e 30 de novembro de 2016 na cidade da Praia, Cabo Verde, AAVV, Camões, I.P. - Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito (Lisboa, 2017). Disponível em: https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/paced_confcv.pdf

1.1.2.3 Conferência “Cooperação judiciária e policial”, 3 e 4 de maio de 2017, Bissau, Guiné-Bissau



Figura 20 - Conferência “Cooperação judiciária e policial” (Bissau, 3 e 4.5.2017)

Foi objetivo específico desta conferência refletir sobre o tema da cooperação policial e judiciária e dessa forma sobre as respostas institucionais, judiciárias e policiais exigidas no combate à corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes que no caso particular da Guiné-Bissau exige um esforço acrescido de todas as instituições competentes para essa matéria, mormente das autoridades judiciárias e policiais, pela expressão que a criminalidade organizada e o tráfico de droga transcontinental vem assumindo no país.

A instituição parceira nacional responsável pela organização do evento foi o Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau.

A conferência teve lugar nos dias 03 e 04 de maio de 2017, tendo-se desdobrado nos seguintes painéis e contado com os seguintes oradores:

1.º DIA

1.º Painel -A Cooperação judiciária e policial internacional

Moderador: Aimadu Sauane, Juiz Desembargador, Tribunal da Relação de Bissau (Guiné-Bissau)

A importância de uma rede de cooperação judiciária de cariz criminal

Orador: José Lopes da Mota, Procurador-Geral Adjunto (Portugal)

A cooperação policial internacional

Orador: José Fernandes, Unidade de Cooperação Internacional no Gabinete Nacional INTERPOL e Inspetor-Chefe da Polícia Judiciária (Portugal)

A relevância das políticas públicas na política criminal

Orador: José Mouraz Lopes, Juiz Conselheiro no Tribunal de Contas e Consultor Científico do PACED (Portugal)

2.º Painel -A Cooperação internacional na área criminal enquanto mecanismo da consolidação do Estado de direito

Moderador: Teresa Alexandrina da Silva, Procuradora Geral Adjunta (Guiné-Bissau)

A cooperação internacional no combate à criminalidade organizada

Orador: Mário Moreira, Coordenador da UNODC na Guiné-Bissau

Corrupção e Estado de direito: uma abordagem internacional e dos mecanismos de cooperação

Orador: Nuno Coelho, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa e Consultor Científico do PACED (Portugal)

3.º Painel: Os mecanismos da cooperação internacional e o processo penal

Moderador: Domingos Correia, Inspetor da Polícia Judiciária (Guiné-Bissau)

Os mecanismos de prova no âmbito da cooperação internacional

Orador: Hermenegildo Pereira, Conselheiro no UNIOGBIS e Ex-Procurador da República (Guiné-Bissau)

Os controlos judiciais no âmbito dos instrumentos de investigação na criminalidade complexa

Orador: Julião Vieira Insumbo, Procurador-Geral Adjunto e Diretor-Adjunto do Centro Nacional de Formação Judiciária (Guiné-Bissau)

2.º DIA

4.º Painel: Cooperação internacional, fronteiras e migrações

Moderador: Juca Armando Nancassa, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (Guiné-Bissau)

O poder judicial num mundo de questionamento de fronteiras

Orador: José Igreja Matos, Juiz Desembargador e Presidente da Associação Europeia de Juizes (Portugal)

A situação do tráfico de seres humanos na Guiné-Bissau: o caso das crianças Talibé

Orador: Ussumane Embalo, Representante do IMC - Instituto da Mulher e da Criança (Guiné-Bissau)

A contribuição da rede WACAP (West African Network of Central Authorities and Prosecutors) para o crescimento da cooperação judicial internacional na África Ocidental

Orador: Veronic Wright, Coordenadora da rede WACAP (Senegal)

Conferência de encerramento

A cooperação judiciária na experiência do tribunal da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

Orador: Benfeito Mosso Ramos, Juiz Conselheiro e Ex-vice-presidente da CEDEAO (Cabo Verde)

A escolha dos painéis reflete as mais atuais discussões e reflexões em torno da cooperação judiciária e policial em matéria penal, tendo-se procurado trazer um enfoque capaz de abranger as melhores práticas internacionais a este nível, mas também as potencialidade e desafios experienciados pela Guiné-Bissau na matéria em questão.

A escolha dos oradores obedeceu a vários critérios. Por um lado, reforçar o peso do evento com oradores internacionais e da região cujo conhecimento e competência são reconhecidos nas matérias em causa. Por outro lado, trazer personalidades com peso internacional com o objetivo de reforçar o impacto da iniciativa e a projeção do judiciário guineense. Pretendeu-se também reforçar laços regionais com a presença de uma oradora da *West African Network of Central Authorities and Prosecutors* (WACAP) e com a participação do Conselheiro Benfeito Mosso Ramos, ex-vice-presidente do tribunal da CEDAO. Procurou-se ainda reconhecer e valorizar os conhecimentos e competências nacionais com a participação de oradores nacionais, mas também como forma de conquistar compromissos públicos das instituições para com os temas do projeto.

A sessão de abertura foi presidida por Sua Excelência o Conselheiro Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau, Paulo Sanhá e contou com a participação dos Embaixadores da União Europeia, Vítor Madeira dos Santos e de Portugal, António Leão da Rocha. Seguiu-se uma breve apresentação do PACED com o objetivo de situar os participantes nas atividades do projeto.

Estiveram presentes nesta conferência uma média de 120 pessoas.

Foi produzida uma publicação com as comunicações apresentadas durante a conferência sob a seguinte descrição bibliográfica: *Cooperação Judiciária e Policial - Seminário Internacional realizado nos dias 3 e 4 de maio de 2017 em Bissau, Guiné-Bissau, AAVV, Camões, I.P. - Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito* (Lisboa, 2017). Disponível em: https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/paced_confgb.pdf

1.1.2.4 Conferência “A intervenção do Estado, da Sociedade e do Direito no combate à corrupção”, 3 e 4 de julho de 2018, Maputo, Moçambique

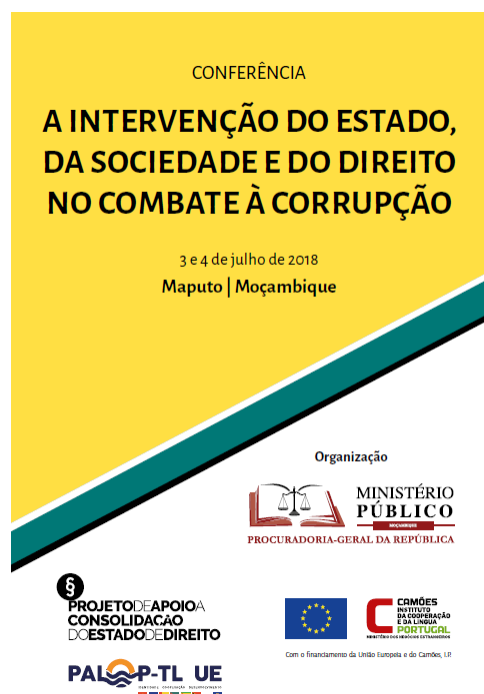


Figura 21 - Programa da Conferência (Maputo, 3 e 4.6.2018)

O combate à corrupção passa pela consolidação do Estado de Direito, pelo papel regulador, repressivo e de prevenção que pode prosseguir através das políticas públicas, mas passa também pela sociedade, pelo setor privado, pelo papel e pela intervenção da sociedade civil. O combate a este tipo de criminalidade e que papel para o Estado para a Sociedade e para o Direito foi o tema escolhido pelas autoridades moçambicanas para a realização da sua conferência nacional no quadro do PACED.

A instituição parceira nacional foi a Procuradoria-Geral da República, tendo contado com o empenho de todas as demais instituições pontos focais: Tribunal Supremo, Centro de Formação Jurídica e Judiciária, Gabinete de Informação Financeira de Moçambique, Serviço Nacional de Investigação Criminal.

A conferência teve lugar nos dias 3 e 4 de julho de 2018, tendo-se desdobrado nos seguintes painéis e contado com os seguintes oradores:

Conferência inaugural:

*Boa governação, democracia e desenvolvimento

Orador: Casimiro Ferreira, Professor Doutor, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

1.º Painel: Estado de Direito, democracia e governação

*Democracia, cidadania e controlo

Orador: José Abudo, Juiz Conselheiro jubilado do Tribunal Administrativo (Moçambique)

*Estado de Direito: patologias e controlos públicos

Orador: José Mouraz Lopes, Juiz Conselheiro no Tribunal de Contas e Consultor Científico do PACED (Portugal)

*O Estado, o poder e o corrupto(r) (segundo a narrativa literária)

Orador: Severino Ngoenha, Reitor da UDM - Universidade Técnica de Moçambique (Moçambique)

2.º Painel: A corrupção e o seu tratamento económico, político e jurídico

*Ética, transparência e concorrência: o compromisso das empresas

Orador: Salimo Abdula, Presidente da Confederação Empresarial da CPLP (Moçambique)

*Perda de bens e recuperação de ativos: uma abordagem comparada das novas respostas penais

Orador: Nuno Coelho, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa e Consultor Científico do PACED (Portugal)

*A investigação criminal dos crimes de corrupção

Orador: Lino Mathe, Magistrado do Ministério Público, Gabinete Provincial Combate à Corrupção (Moçambique)

*Transparência, integridade e controlo social

Orador: Abdul Carimo, Jurista (Moçambique)

3.º Painel: Cooperação judiciária em matéria penal

*A cooperação internacional em matéria penal na CPLP

Oradora: Joana Ferreira, Procuradora da República, Diretora do Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria-Geral da República (Portugal)

*As garantias de defesa perante a criminalidade complexa

Orador: Flávio Lopes Menete, Bastonário da Ordem dos Advogados, (Moçambique)

*O contexto normativo internacional relativo à luta contra o tráfico de estupefacientes, corrupção e branqueamento de capitais

Oradora: Helena Susano, Juíza de Direito, Docente e Coordenadora da Jurisdição Penal do Centro de Estudos Judiciários (Portugal)

*Prova e julgamento nos crimes económicos

Orador: Manuel Guidione Bucuane, Juiz Desembargador do Tribunal Administrativo (Moçambique)

Conferência de encerramento

*Hércules e Hidra: Estado de Direito e criminalidade económica transacional ante a dispersão do poder e crença mitológica no Direito Penal

Oradora: Inês Ferreira Leite, Professora Doutora, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Portugal)

A cerimónia de abertura foi presidida pela Procuradora-Geral da República de Moçambique que assinalou a pertinência da realização desta conferência sobre corrupção num momento pautado pela vontade coletiva de se combater este flagelo no país. Beatriz Buchili assinalou os avanços registados, destacando a reforma legislativa, a ratificação de instrumentos jurídicos internacionais que fortalecem o combate ao fenómeno e a criação de instituições vocacionadas para a prevenção da criminalidade económico-financeira. Estiveram também presentes nesta cerimónia, o Secretário Permanente do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, a Embaixadora de Portugal em Maputo e o representante da União Europeia Geert Anckaert.

Assistiram a esta conferência 192 pessoas.

1.1.2.5 Conferência “Prevenção e combate ao branqueamento de capitais: sistema financeiro e penal”, 11 e 12 de março de 2020, São Tomé, São Tomé e Príncipe



Figura 22 - Conferência “Prevenção e combate ao branqueamento de capitais: sistema financeiro e penal” (São Tomé e Príncipe, 11 e 12.3.2020)

A Conferência nacional de São Tomé e Príncipe teve como temática central, em observância do Plano Global de Trabalhos, a “Prevenção e combate ao branqueamento de capitais: sistema financeiro e penal”.

Foi objetivo específico desta conferência:

- Contribuir para a melhoria do ambiente de governação na matéria das políticas públicas criminais, especialmente em matéria de prevenção e combate à corrupção;
- Contribuir para priorização das políticas públicas em matéria de prevenção e combate à corrupção, com vista ao reforço e consolidação do Estado de direito;
- Promover o diálogo entre instituições do Estado e organizações da sociedade civil em torno das questões emergentes da prevenção e do combate à corrupção.

A conferência decorreu nos dias 11 e 12 de março de 2020 em São Tomé e Príncipe, em parceria com o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, o Supremo Tribunal de Justiça, a Procuradoria-Geral da República e a Associação Sindical dos Magistrados Judiciais de São Tomé e Príncipe, contando com os seguintes painéis:

1.º Painel – A justiça criminal e o sistema penal: os mecanismos de cooperação internacional

Moderador: Vera Cravid, Magistrada do Ministério Público (STP)

- **A organização da justiça criminal face à cooperação internacional**
Orador: José Lopes da Mota, Conselheiro STJ (Portugal)
- **A experiência da cooperação judiciária internacional em contexto europeu**
Orador: Galileo D'Agostino, Juiz do Tribunal Superior de Roma (Itália)
- **A importância de uma reforma da justiça para São Tomé e Príncipe**

Orador: Justino Veiga, Assessor da Ministra da Justiça (STP) e Joana Marques Vidal, Ex Procuradora Geral da República de Portugal e consultora das Nações Unidas

2.º Painel – Os sistemas financeiro e penal de prevenção e combate ao branqueamento de capitais

Moderador: Ângela da Graça Viegas Santiago, consultora do Banco Central de STP

– **O Sistema global de prevenção e combate ao branqueamento de capitais**

Orador: Carlos Sarmiento, Inspetor-Chefe da Polícia Judiciária, membro da delegação portuguesa ao GAFI e representante da Unidade de Informação Financeira no Comité Executivo da Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo

– **As avaliações periódicas de risco e sua preparação**

Orador: Francisca de Brito, Diretora da Unidade de Informação Financeira da República de Angola

– **O sistema de prevenção e combate ao branqueamento de capitais em São Tomé e Príncipe**

Orador: Flávio Viegas Pinto, assessor jurídico do Banco Central de STP

3.º Painel – Organização da Justiça Criminal e Integridade Judicial

Moderador: André Aragão, Advogado, Ex bastonário da OASTP

– **A formação judiciária em contexto de cooperação**

Orador: Jorge Martin, Diretor da Escola Judicial do CGPJ (Espanha)

– **A experiência da *Global Judicial Integrity Network***

Orador: José Igreja Matos, Vice-Presidente da União Internacional de Magistrados (Consultor da referida Rede)

– **Reforma da organização judiciária santomense: história e presente**

Orador: Silvestre Leite, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (STP)

A escolha dos painéis foi previamente partilhada com os parceiros nacionais e resultou da preocupação em garantir o aprofundamento da reflexão em torno das temáticas da prevenção e combate ao branqueamento de capitais, em especial no sistema financeiro e penal, com a participação de especialistas nacionais e internacionais.

No que respeita à análise da reforma da organização judiciária e da justiça santomense, ficou a cargo do Dr. Silvestre Leite, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça (STP) e do Dr. Justino Veiga, Assessor do Ministério da Justiça.

Por outro lado, a participação da Diretora da Unidade de Informação Financeira de Angola, Dra. Francisca de Brito, garantiu, simultaneamente, aquele desiderato, mas também o reforço dos laços regionais existentes. Destacam-se, igualmente, as intervenções do Dr. Flávio Viegas Pinto, assessor jurídico do Banco Central de STP, do Conselheiro José Lopes da Mota, Conselheiro STJ (Portugal), do Juiz do Tribunal Superior de Roma (Itália), Galileo D'Agostino, da Senhora Ex Procuradora Geral da República de Portugal e consultora das Nações Unidas para São Tomé e Príncipe, Dra. Joana Marques Vidal e do Inspetor-Chefe da Polícia Judiciária, membro da delegação portuguesa ao GAFI e representante da Unidade de Informação Financeira no Comité Executivo da Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo, Carlos Sarmiento.

Finalmente, no que respeita à importância da formação para as temáticas desenvolvidas, destacam-se as intervenções do Diretor da Escola Judicial do CGPJ (Espanha), Jorge Martin, do Vice-Presidente da União Internacional de Magistrados e consultor da *Global Judicial Integrity Network*, José Igreja Matos.

A sessão de abertura foi presidida por Sua Excelência a Senhora Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, contando com a participação do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Procurador-Geral da República, do Embaixador da Portugal em São Tomé e Príncipe e do representante do Escritório da União Europeia em São Tomé e Príncipe, da Delegação da União Europeia no Gabão.

“O PACED tem desempenhado um papel fulcral no que respeita ao acesso ao conhecimento, na capacitação e na eficácia fundamentais para alcançarmos os resultados que temos alcançado, designadamente na recuperação de ativos de elevado valor financeiro”. “O Ministério Público (de São Tomé e Príncipe) tem uma gratidão enorme ao PACED”, **Kelve Nobre de Carvalho**

Estiveram presentes 233 pessoas entre magistrados do Ministério Público, magistrados judiciais, técnicos e dirigentes do Ministério da Justiça e do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul, técnicos e dirigentes do Unidade de Informação Financeira de São Tomé e Príncipe, oficiais de justiça, polícias de investigação criminal, Banco Central de São Tomé e Príncipe, advogados, professores das faculdades de direito, alunos, representantes dos grupos parlamentares e líderes religiosos.

A comunicação do Senhor Procurador-Geral da República de São Tomé e Príncipe (no âmbito da recolha de declarações sobre os resultados do PACED) pode ser encontrada em: <https://www.paced-paloptl.com/paced/resultados-alcancados/resultados-paced-intervencao-do-pgr-de-sao-tome-e-principe-sobre-o-paced>

1.1.2.6 Conferência “Tribunais no Estado de Direito”, 27, 28 e 29 de julho de 2016, Díli, Timor-Leste



Figura 23 - Conferência “Tribunais no Estado de Direito” (Díli, 27 a 29.7.20216)

Durante a missão circular de diagnóstico realizada entre o final de setembro e dezembro de 2016, a equipa tomou conhecimento da intenção do Tribunal de Recurso de realizar um seminário sobre o papel dos Tribunais no Estado de Direito. Esta iniciativa ia plenamente ao encontro da atividade 1.1 no quadro do resultado 1 do projeto: “O quadro jurídico e a organização administrativa dos PALOP e de Timor-Leste, em matérias de prevenção e luta contra a corrupção, lavagem de dinheiro e crime organizado (especialmente de estupefacientes) são reforçados e modernizados em conformidade com as melhores práticas internacionais. Face a esta convergência de objetivos e tendo em vista o reforço das iniciativas locais, a sua apropriação e sustentabilidade dos efeitos, decidiu-se pela integração deste seminário no Plano de Global de Trabalhos do PACED.

Dando seguimento ao cronograma do Plano Global de Trabalhos, a conferência nacional teve lugar nos dias 27, 28 e 29 de julho de 2016, em Díli.

O Seminário teve por objetivo promover o aprofundamento e a interligação dos temas da independência judicial e do Estado de Direito, partindo-se de uma lógica de consolidação e efetivação do sistema judicial no contexto timorense e as condições para o seu reforço. Decorrente desta premissa, a organização da iniciativa ficou ancorada na recém-criada associação da Magistrados Judiciais de Timor-Leste e na União Internacional dos Juizes de Língua Portuguesa, duas organizações da Sociedade Civil, procurando o envolvimento de atores do Estado, numa lógica de sensibilização e de compromisso.

Este compromisso e envolvimento foi concretizado de duas formas. Por um lado, associando o Ministério da Justiça e a Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa à organização do seminário e por outro contando com a sua presença na cerimónia de abertura. Importa referir que a cerimónia de abertura foi presidida pelo Presidente da República, tendo nela participado ainda o representante da Delegação da União Europeia em Díli, o Embaixador de Portugal em Díli, o representante do Tribunal de Recurso, um representante da União Internacional de Juizes de Língua Portuguesa e um representante da Associação de Magistrados de Timor-Leste.

Procurou-se igualmente a valorização do sistema judicial timorense através da ligação a importantes redes regionais, como a dos Países de Língua Oficial Portuguesa (através do estreitamento do capital social, garantiu-se a participação de juizes da Associação de Magistrados do Brasil, da Associação de Magistrados de Moçambique) mas também a outras redes e pertenças que possam contribuir para reconhecer e valorizar a independência do judicial, como a presença das prestigiadas *International Bar Association* e da *International Association of Judges*.

Estiveram presentes uma média de 107 pessoas por dia, o que expressa de forma clara o interesse na temática e a sua importância no contexto nacional.

O seminário constituiu-se como a primeira atividade pública do projeto, tendo-se aproveitado para logo no primeiro dia se fazer uma breve apresentação do projeto, pela Assistente Técnica do PACED, Eng.ª Ana Mouro Gomes.

De referir por último que a contribuição do PACED para o Seminário consistiu no apoio à participação de oito oradores, ou moderadores, do espaço da língua portuguesa:

- i. Juiz Conselheiro José Mouraz Lopes no Tribunal de Contas de Portugal;
- ii. Juiz Desembargador Nuno Coelho da União Internacional de Juizes de Língua Portuguesa;
- iii. Juiz Desembargador João Gil Oliveira do Tribunal 2.ª Instância da Região Administrativa Especial de Macau;
- iv. Juiz Desembargador José Igreja Matos da *International Association of Judges*;
- v. Professor Eduardo Vera Cruz Pinto, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Portugal;
- vi. Juiz de 1.ª Instância Paulo Chan da Região Administrativa Especial de Macau;

- vii. Juíza Desembargadora Maria das Dores Gomes e Silva de Cabo Verde;
- viii. Juíza de Direito Joana Liasse de Moçambique.

Para além do apoio do PACED, o Seminário contou ainda com o apoio da *The Asia Foundation*, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e da *Timor Telecom*.

Foi produzida uma publicação com as comunicações apresentadas durante a conferência sob a seguinte descrição bibliográfica: Tribunais no Estado de Direito - Seminário Internacional realizado entre 27 e 29 de junho de 2016 em Díli, Timor-Leste, AAVV, Camões, I.P. - Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito (Lisboa 2017). Esta publicação está disponível no site do projeto em: https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/paced_conf1l_2016_vf.pdf

1.1.3 Assistência técnica a São Tomé e Príncipe para apoio à estratégia de supervisão regional.

O Grupo de Ação Financeira (GAFI) encaminhou São Tomé e Príncipe para se associar ao Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Dinheiro (GIABA), como membro, dada a sua proximidade a esta sub-região e uma vez que não era membro de nenhuma organização regional de combate ao branqueamento regional e ao financiamento do terrorismo. Em dezembro de 2012, o país foi objeto de uma primeira avaliação mútua para identificar as forças e fraquezas do seu sistema de prevenção e de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo. O relatório espelha as dificuldades do país em ir ao encontro das recomendações do GAFI. No entanto, face à ausência de apoios financeiros por parte da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) (uma vez que o país não faz parte da CEDEAO) São Tomé e Príncipe tem de recorrer ao orçamento-geral de Estado para responder às recomendações do GAFI. Contudo, os desafios que o país enfrenta na mobilização de recursos para financiar as ações do seu orçamento-geral do Estado tem comprometido a aquisição dos serviços de assistência técnica e dos meios necessários para operacionalizar a Unidade de Informação Financeira e aproximá-la das recomendações da GAFI.

A atividade 1.1.3 procurou apoiar a Unidade de Informação Financeira na identificação de respostas para responder aos desafios que lhe são colocados. Foi assim que, entre os dias 17 e 21 de abril de 2017 se deslocou a São Tomé e Príncipe a consultora Maria Célia Ramos com o objetivo de realizar uma missão de assistência técnica à Unidade de Informação Financeira de São Tomé e Príncipe com os seguintes objetivos:

- Auscultar a UIF. sobre os desafios que enfrenta no desempenho da sua atividade;
- Auscultar as instituições nacionais sobre as suas relações com a UIF e as atividades desta;
- Identificar instituições de financiamento internacionais e mecanismos de apoio a São Tomé e Príncipe na estratégia de melhoria do funcionamento da UIF;
- Refletir com a U.I.F sobre a forma de melhorar a resposta às recomendações do Grupo de Ação Financeira (GAFI).

Desta missão saíram as seguintes recomendações:

- Aperfeiçoamento da Lei n.º 8/13, de 15 de outubro, que estabelece os elementos básicos e fundamentais que caracterizam o sistema de prevenção e repressão do Branqueamento de Capitais (BC) e Financiamento do Terrorismo (FT);
- Produção de nova legislação com a seguinte finalidade:
 - Estabelecer um organismo a nível nacional, no qual tenham assento responsáveis das mais relevantes entidades que fiscalizam e supervisionam o sistema de prevenção do BC e FT, que permita ter uma compreensão rigorosa e avaliar os riscos a que o País está sujeito no que

- respeita ao BC e FT e estabelecer políticas gerais de combate a estes fenómenos criminais, respondendo às exigências das Recomendações nos 10 e 20 do GAFI;
- Aprovar legislação que permita congelar de imediato fundos ligados ao terrorismo ou ao financiamento do terrorismo, pertencentes ou ligados a pessoas e entidades constantes das listas emitidas e publicadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e referidas na Recomendação no 6 do GAFI;
 - Aprovar legislação que permita congelar fundos de pessoas ou entidades ligadas à proliferação de armas de destruição massiva e ao seu financiamento, de acordo com as listas aprovadas e emitidas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e referidas na Recomendação no 7 do GAFI;
 - Assegurar que a UIF, a Polícia de Investigação Criminal, e as entidades financeiras e não financeiras designadas têm acesso fácil e rápido às listas de entidades sancionadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas relativamente a terrorismo, financiamento do terrorismo e armas de destruição massiva e respetivo financiamento, referidas nas Recomendações nos 6 e 7 do GAFI;
 - Que o Banco Central promova uma maior sensibilização de todas as entidades financeiras sujeitas à Lei sobre os seus deveres de prevenção de BC e FT e estabeleça, a breve trecho, inspeções on site e dedicadas, destinadas a verificar se as entidades sujeitas estão suficientemente apetrechadas em meios materiais, humanos e políticas internas, para aplicar as normas legais e regulamentares nesta matéria;
 - Que a UIF desenvolva ações de esclarecimento e sensibilização dirigidas às entidades não financeiras identificadas, de molde a promover o conhecimento dos deveres de prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo constantes da lei e melhorar a sua observância por parte das entidades sujeitas.

O relatório apresentado pela consultora foi objeto de reação e de contraditório por parte do Diretor da Unidade de Informação Financeira de São Tomé e Príncipe.

De acordo com o Plano Global de Trabalhos deveria ser organizada uma nova missão de seguimento. Todavia, e depois de se ter construído a possibilidade de a missão de seguimento integrar elementos de unidades de informação financeira de outros países parceiros, designadamente de Moçambique, com vasta experiência em avaliação internacional, ao mesmo tempo que se fortalecia a cooperação Sul-Sul, não se logrou realizar a missão nos termos previstos e por solicitação das autoridades de São Tomé e Príncipe, formalizada no Comité de Pilotagem de 9 de junho de 2021, a atividade 1.1.3 foi adaptada tendo em vista garantir a construção/implementação de uma Plataforma Informática, Portal da UIF-STP.

Esta ferramenta permite à UIF efetuar o cruzamento e reporte de informação e detetar movimentos suspeitos, integrando igualmente uma base de dados que cumpre os protocolos de proteção de informação financeira, reforçando o sistema de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo do país.

A plataforma de seguimento das operações financeiras, à Unidade de Informação Financeira (UIF), bem como o respetivo portal, designado “UIF360”, encontra-se disponível, desde o dia 22 de dezembro de 2021, e o acesso poderá ser efetuado em <https://uif.gov.st> e <https://uif.gov.st/uif360>.

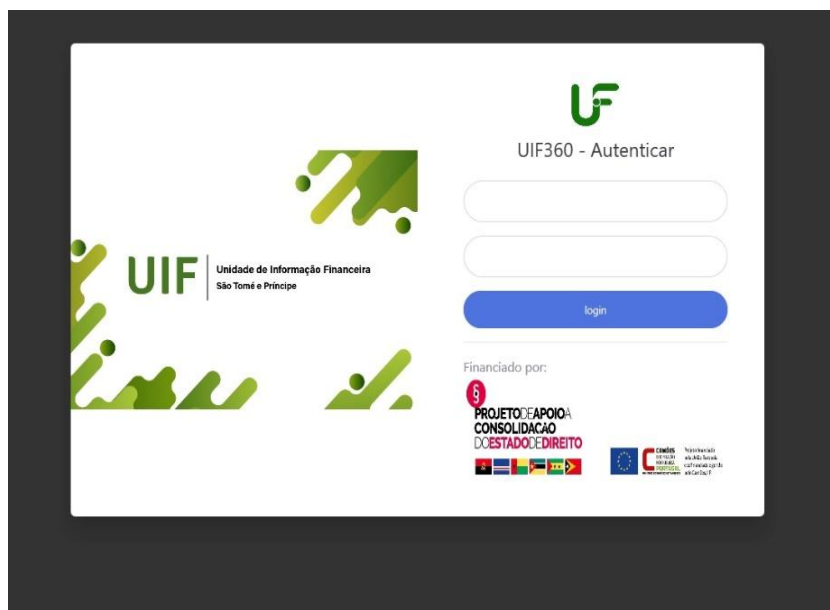


Figura 24 - Vista da página de acesso à Plataforma de seguimento das operações financeiras da Unidade de Informação Financeira (UIF) de São Tomé e Príncipe

Atividade 1.2 Identificar, coletar processar e inserir na base de dados Legis-PALOP a legislação relevante sobre corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes existente nos seis PALOP e TL

1.2.1 Atualização e consolidação da base de dados com legislação proveniente dos PALOP/ Consolidação da Legis-PALOP

A base de dados jurídica Legis-PALOP nasce no âmbito do projeto de apoio ao desenvolvimento dos sistemas judiciários dos PALOP, no âmbito do programa indicativo regional PALOP UE II, financiado no quadro do 9.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e pelo então Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento. Decorridos seis anos sobre o seu lançamento *online*, a Legis-PALOP constitui-se como uma importante plataforma de conhecimento e de partilha de informação jurídica entre os cinco países africanos de língua oficial portuguesa. Está disponível a subscritores coletivos ou individuais mediante o pagamento de uma subscrição, com o duplo objetivo de contribuir para sustentabilidade do projeto e para aumentar os conhecimentos dos cidadãos dos PALOP e TL e de cidadãos fora do espaço regional, constituindo-se como veículo de apoio ao desenvolvimento cívico e económico destes países.

A base de dados encontra-se sob a tutela dos Ministros da Justiça dos PALOP, apoiada por unidades técnicas nacionais operacionais e de gestão, UTO-G em cada um dos cinco países e por uma unidade técnica operacional e de gestão regional, UTO-G regional, radicada na sede da Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (adiante designada CPLP).

O trabalho em rede entre as unidades técnicas operacionais e de gestão (constituídas por equipa multidisciplinares nos cinco PALOP) e um conjunto de instituições académicas, instituições judiciais, imprensas nacionais e Ordens dos Advogados garante a alimentação e atualização da maior base de dados jurídica online dos PALOP, que inclui legislação, jurisprudência e doutrina.

Em reconhecimento da importância deste instrumento de cidadania e desenvolvimento dos países, a União Europeia e o Camões, I. P. acordaram na continuação do seu financiamento no âmbito do PACED, nomeadamente para a identificação, coleta, processamento e inserção na base de dados Legis-PALOP da legislação relevante sobre corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes existente nos seis PALOP TL, daqui resultando duas tarefas fundamentais:

1. Atualização e consolidação da base de dados com legislação proveniente dos PALOP;
2. Integração de legislação da República Democrática de Timor Leste na base dados, que até à data tem estado ausente.

A fim de assegurar a execução da primeira tarefa o Camões, I. P. propôs a celebração de um memorando de entendimento com a CPLP para a atribuição do apoio financeiro para a gestão e manutenção da Legis-PALOP, pelas unidades técnicas operacionais e de gestão.

A fim de assegurar a realização da segunda tarefa, o Camões, I. P. lançou o procedimento de contratação que resultou na contratação de serviços de assistência técnica adjudicado à empresa Ecosphere com a qual foram acordadas as seguintes obrigações e entrega de produtos:

1. Obrigações

- a. Integração da legislação da República Democrática de Timor-Leste na base de dados Legis-PALOP:
 - i. programação informática;
 - ii. recolha da informação jurídica (legislação, jurisprudência e doutrina);
 - iii. tradução de legislação em vigor que não esteja em língua portuguesa;
 - iv. inserção e classificação da informação jurídica;
 - v. reforço do Thesaurus jurídico;
 - vi. constituição da equipa nacional (UTO-G) – identificação das entidades, celebração de parcerias e elaboração do regulamento interno na UTO-G;
- b. Autonomização da unidade técnica operacional e de gestão de Timor-Leste, reforço da capacitação e sustentação:

- i. apoio no arranque funcional;
- ii. desenvolvimento do plano de formação institucional;
- iii. elaboração do modelo de sustentação;
- iv. produção do plano de marketing e de instrumentos de divulgação (brochuras, kits);
- v. proposta de sistema de incentivos/ força de vendas.

2. Produtos:

- a. base de dados Legis-PALOP reformulada e incluindo Timor Leste;
- b. manual de utilização do novo sistema;
- c. manual de inserção de informação jurídica;
- d. manual de classificação jurídica;
- e. manual de gestão de utilizadores;
- f. manual de formação Legis-PALOP;
- g. proposta de modelo de gestão do Legis-PALOP em Timor Leste;
- h. plano de marketing e plano de comunicação do Legis-PALOP em Timor Leste, na Oceânia e Sudoeste Asiático.

Com estas medidas contribuiu-se para a consolidação da Legis-PALOP e ainda para o seu reforço e ampliação do seu universo através da integração do ordenamento jurídico de Timor-Leste na base de dados. Procedeu-se igualmente à atualização do *software* da base de dados, o que possibilitou uma nova imagem e uma utilização mais *user friendly* do site onde está alojada, apostando-se na também na divulgação da maior base de dados jurídica dos PALOP + TL.

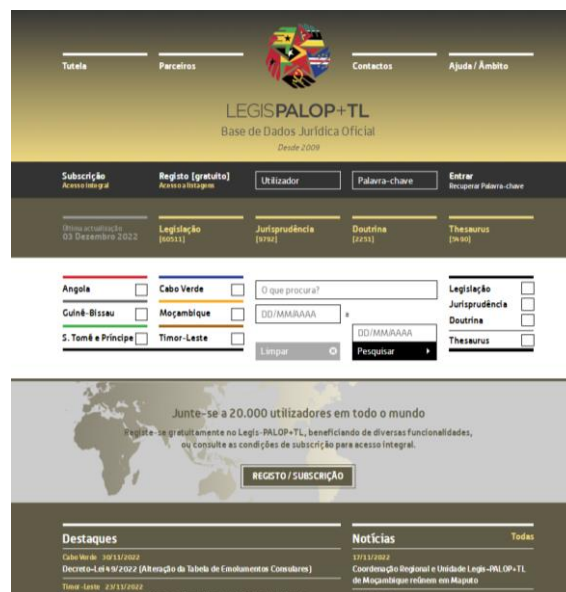


Figura 25 - Vista da página de acesso à Plataforma LegisPALOP+TL

Finalmente, e para concluir esta atividade, as edições «Guia para Investir nos PALOP e Timor-Leste» e «Quadro jurídico sobre o branqueamento de capitais, combate à corrupção e ao tráfico de droga nos PALOP e em Timor-Leste» foram apresentadas, no dia 13 de julho de 2021, na XLII Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, à margem da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que decorreu em Luanda.

Estas edições estão disponíveis online, de forma gratuita, e podem ser acedidas a partir de Guia para Investir nos PALOP e Timor-Leste e de Quadro jurídico sobre o branqueamento de capitais, combate à corrupção e ao tráfico de droga nos PALOP e em Timor-Leste.

O vídeo da atividade pode ser consultado em: <https://youtu.be/BU-b1OLyHDo>

As publicações fazem parte da LEGIS-PALOP+TL, Base de Dados Jurídica Oficial, que contém legislação, jurisprudência e doutrina de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e, desde junho de 2018, Timor-Leste e podem ser consultadas no site da LegisPALOP+TL e no site do PACED em:

- https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/quadro-juridico3edicao.pdf
- https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/guia_160x226final260521.pdf



Figura 26 - Apresentação das edições «Guia para Investir nos PALOP e Timor-Leste» e «Quadro jurídico sobre o branqueamento de capitais, combate à corrupção e ao tráfico de droga nos PALOP e em Timor-Leste» (Luanda13.7.2021)

Seguindo uma orientação de redução da pegada de carbono das atividades do projeto, também no que respeita a esta edição se apostou na sua divulgação através de pequenos cartões com a imagem da capa da edição e ligação através de QR Code, produzindo-se um número muito limitado (25 exemplares de cada edição para cada um dos países parceiros) de exemplares em papel, não obstante, preferindo-se a utilização de matérias ecologicamente certificadas. Este lançamento encerrou a atividade 1.2.2.



Figura 27 - Cartões QR Code das Edições LegisPALOP+TL

1.2.2 Alargamento da base de dados Legis-PALOP a Timor-Leste

Esta atividade foi concretizada pela Ecopshere- Consultores em ambiente e desenvolvimento, Lda., através do contrato celebrado com o Camões, I. P. a 6 de novembro de 2015.

As principais atividades realizadas no período incluíram:

1. Missão a Díli: 26 de fevereiro a 2 de março de 2018
2. Legis-PALOP passou, desde 14 de junho de 2018, a integrar o ordenamento jurídico de Timor-Leste e a designar-se Legis-PALOP+TL o que envolveu as seguintes atividades:
 - a. Conclusão do desenvolvimento de uma nova aplicação informática (www.legis-palop.org) que envolveu designadamente: melhorar o sistema informático tornando-o mais rápido e atualizado do ponto de vista tecnológico; introdução de mais um país na base de dados e no sistema informático (legislação, jurisprudência e doutrina de Timor Leste) ficando com funcionalidades semelhantes aos restantes países; integração de Timor-Leste no thesaurus que é comum aos diversos ordenamentos jurídicos; correção de aspetos de utilização, normais durante a fase de início de utilização, bem como melhorias de diversas situações;
 - b. Atualização dos Manuais de Inserção da Informação Jurídica e de Classificação Jurídica e sua apresentação às UTOG nacionais;
 - c. Formação e capacitação das UTOG nacionais no uso da nova aplicação informática;
 - d. Alteração do logótipo e de todos os instrumentos de divulgação e comercialização do Legis-PALOP incluindo brochura e *newsletter*;
 - e. Lançamento do Legis-PALOP+TL em cerimónia oficial que teve lugar no dia 14 de junho de 2018: <https://www.legis-palop.org/np4/267.html>;
 - f. Thesaurus jurídico: Criação de cerca de 100 descritores específicos de Timor-Leste dada a constatação de que este ordenamento jurídico apresenta figuras jurídicas específicas do seu contexto histórico-político. Foram igualmente feitas as respetivas indexações para Legislação, Jurisprudência e Doutrina;
 - g. Inserções e Classificações (Legislação, Jurisprudência e Doutrina).

Desta forma, procedeu-se à inserção de cerca de 2600 diplomas e cerca de 700 atos de jurisprudências com anonimização das referências à vida privada dos sujeitos processuais, dos quais estão classificados cerca de 1000 atos normativos e mais de 100 atos de jurisprudência.

Procedeu-se igualmente à identificação e criação de 64 fichas de Doutrina, e as respetivas correlações com a Legislação e Jurisprudência bem como indexação ao Thesaurus jurídico.

Em conclusão, em 26 de setembro de 2019, em Díli, tem lugar o lançamento oficial da plataforma Legis-PALOP+TL, numa cerimónia presidida pelo Ministro da Justiça de Timor-Leste, Manuel Cárceres da Costa. A extensão da Legis-PALOP a Timor-Leste concretizou-se com o apoio da União Europeia (no âmbito do 10.º Fundo Europeu para o Desenvolvimento) e do Camões, I.P., através do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED), passando a designar-se Legis-PALOP+TL. Neste momento, a referida base de dados jurídica integra a legislação e jurisprudência publicadas em Timor-Leste nas duas últimas décadas, num total de mais de 3.500 de documentos legais.

Atividade 1.3 Identificar a Legislação a criar, a fortalecer e/ou com falta de harmonização sobre corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes

O sistema jurídico dos PALOP e de Timor-Leste é dotado de certa coesão conferida pelo facto de “o mesmo Direito ter vigorado ou ainda vigorar, bem como de as suas fontes legais se exprimirem numa língua comum e de os juristas formados nesses sistemas partilharem quadros mentais similares”³. “A proximidade dos esquemas constitucionais e de diversos institutos jurídicos, de diverso cariz disciplinar é um dado. Trata-se de um sistema que tem por base, para além da notória facilidade de comunicação entre os juristas respetivos, e até da possibilidade de qualquer jurista de um desses ordenamentos exercer, sem grande esforço, a sua profissão nos demais, também uma autonomia linguística e doutrinária (...)”⁴. Não obstante, cada um dos países é confrontado com “*forças centrífugas* que operam no sentido de uma diferenciação dos respetivos sistemas jurídicos”⁵.

A harmonização jurídica e institucional é um elemento fundamental para a cooperação efetiva, em particular no caso dos crimes com uma natureza transnacional. A harmonização dos regimes de branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de estupefacientes deverá estar em condições de responder ao desafio da cooperação regional entre os PALOP e TL e ao mesmo tempo respeitar os diferentes espaços de pertença onde de inserem e as especificidades locais, levando em conta os instrumentos jurídicos de carácter regional e mundial que vinculam os vários Estados.

NOTA: Como referido no Plano Global de Trabalhos validado em sede do Comité de Pilotagem, no dia 23 de junho de 2016, as propostas legislativas para o reforço do quadro normativo contra a corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes nos PALOP e em Timor-Leste estão propostas no quadro da atividade 1.3 e 1.5. Tendo em consideração a diversidade geográfica, política, económica dos países parceiros, não é considerado viável e adequada a existência de um plano piloto.

Assim, sendo e tendo em conta que esta alteração não altera os objetivos da ação, antes contribui para o seu reforço e que desta informação foi dado conhecimento à Delegação da União Europeia em Luanda, através de comunicação remetida por mensagem de correio eletrónico do Camões I. P. de 21 de abril de 2016, consideram-se observados os procedimentos constantes do n.º 3, do artigo 13, das Condições Gerais.

Esta subactividade contou com três fases:

Primeira fase: Análise legislativa, documental e bibliográfica relevante, durante a qual devem também, na medida do possível, ser ouvidos e integrados os comentários, preocupações e

³ Dário Moura Vicente (2010) *O lugar dos sistemas jurídicos lusófonos entre as famílias jurídicas*. In Jorge Miranda (Ed)., Estudos em homenagem ao prof. Doutor Martim de Albuquerque - volume I Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. p. 24

⁴ José Mouraz Lopes e Nuno Coelho (2015). O diálogo judicial internacional e a formação de juizes: a lusofonia e a Europa, *Julgar On Line*, disponível em <http://julgar.pt/o-dialogo-judicial-internacional-e-a-formacao-de-juizes-a-lusofonia-e-a-europa/>

⁵ Dário Moura Vicente (2010) *O lugar dos sistemas jurídicos lusófonos entre as famílias jurídicas*. In Jorge Miranda (Ed)., Estudos em homenagem ao prof. Doutor Martim de Albuquerque - volume I Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. p. 27

prioridades dos interlocutores relevantes nos países parceiros. Para o efeito foi realizada uma missão circular de diagnóstico aos países parceiros.

Esta fase foi finalizada com a apresentação de três (na verdade quatro) propostas legislativas:

- Branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de estupefacientes;
- Proteção de testemunhas;
- Recuperação de ativos e perda de bens.

Segunda fase: A proposta de regime harmonizado sobre corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes foi trabalhada com técnicos do Gabinete de Política Legislativa dos Ministério da Justiça de cada um dos países parceiros com o objetivo de assegurar a harmonização das propostas e ao mesmo tempo conformá-las com as especificidades de cada um dos países.

Entre os dias 13 e 24 de novembro de 2017, em Lisboa foi aprovado o regime harmonizado e consensualizada a sua transposição, no âmbito de um grupo de trabalho com a seguinte composição:

País		Nome	Instituição	Cargo
Angola	1	José Nascimento	Direção Nacional de Política de justiça	
	1	Dombele Mbanga		
Cabo Verde	1	Benvindo do Rosário Figueiredo Oliveira	DGPJ, Ministério da Justiça e Trabalho	Diretor-Geral de Política de Justiça (jurista)
	1	José Lopes da Graça	Ministério da Justiça e Trabalho	Jurista
Guiné-Bissau	1	Julinho Braz da Silva	Ministério da Justiça	Diretor de Serviços de Política de Justiça
	1	Eduardo João Mancanha	Procurador da República	
Moçambique	1	Tuarique Abdala	Direção Nacional de Assuntos Jurídicos e Constitucionais	Diretor
	1	Paciência Phir Amade		
São Tomé e Príncipe	1	Mondlane Lopes Tomé	Diretor do Gabinete de Estudos e Política Legislativa	Diretor
	1	Fábio Sardinha Santos	Procurador Adjunto	
Timor-Leste	1	Pedro Barreto	Direção Nacional de Assessoria Jurídica e Legislação	
	1	Vicente Brito	Polícia Científica e de Investigação Criminal	Diretor

Terceira fase: teve como objetivo prestar o apoio necessário para facilitar a aprovação das propostas em cada um dos países parceiros. Esta fase teve também um pendor de seguimento dos efeitos.

O Projeto de Harmonização do Regime Legal no Espaço das Ordens Jurídicas PALOP/TL sobre:

- Branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de estupefacientes;
- Proteção de testemunhas;
- Recuperação de ativos e perda de bens.

Está disponível em:

https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/docunico_regimeharmonizado.pdf

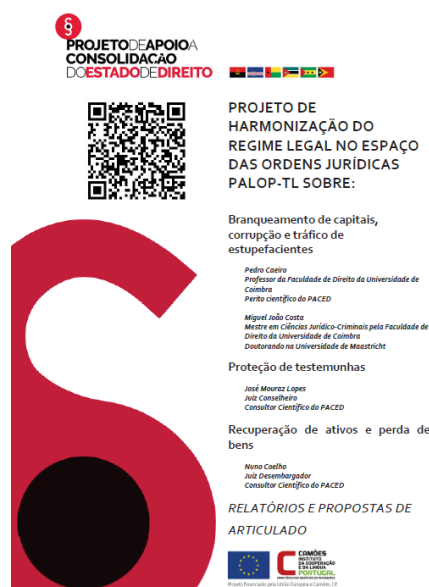


Figura 28 - Projeto de Harmonização do Regime Legal no Espaço das Ordens Jurídicas dos PALOP/TL nas temáticas do PACED

1.3.1 Reforço, harmonização e/ou criação de proposta de legislação sobre proteção de testemunhas

O tráfico de droga, corrupção e outras formas de crime grave e organizado estão presentes em muitos países, com custos para a segurança dos seus cidadãos e para o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, a capacidade do sistema de justiça criminal para investigar e julgar estas formas de crime é limitada e para muitos países, a via possível passa pela colaboração das testemunhas (vítimas e demais implicados) por forma a obter informação e recolher prova fundamental para o julgamento dos casos⁶. A proteção de testemunhas aparece, assim, como fundamental na luta contra o crime organizado⁷. A abordagem clássica da segurança pessoal das testemunhas em processo criminais desta natureza não oferece as garantias suficientes quando se sabe, pela experiência, que a cooperação na descoberta da verdade não se demonstra viável sem um ambiente de confiança com a justiça pública (com o Estado) que tem de zelar pela proteção dos direitos fundamentais e da integridade pessoal, familiar e até económica de quem se propõe a falar em tribunal. Os programas de proteção de testemunhas servem inúmeros propósitos. Eles visam essencialmente compor um balanço de políticas e soluções legislativas que consigam conciliar os valores e os interesses em confronto,

⁶ Karen Kramer. (s/d) .Witness Protection as a Key tool in addressing serious and organized crime (http://www.unafei.or.jp/english/pdf/PDF_GG4_Seminar/Fourth_GG4Seminar_P3-19.pdf).

⁷ Felföldi Enikő (2006). The rising importance of the protection of witnesses in the European Union. *Revue internationale de droit penal* volume 77. p.313

tanto na perspectiva da prossecução dos objetivos da política criminal, como nas garantias de defesa do arguido sem detrimento da própria defesa e integridade das próprias testemunhas do processo, que se constituem sempre como um meio de prova essencial para a descoberta da verdade sobre os factos, em processos de grande complexidade e tensão social⁸.

A maior parte dos países tem estabelecido e revisto os critérios para a proposta e a aceitação do regime de proteção de testemunhas, condizente com as abordagens sobre este tema que têm sido adotados no cenário internacional, como o Tribunal Penal Internacional, as Nações Unidas⁹, o Conselho da Europa (nomeadamente na jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos) ou a própria União Europeia. De acordo com a 25.^a recomendação da Estratégia da União Europeia para o *Início do Novo Milénio na Prevenção e Controlo do Crime Organizado* deve ser criado um instrumento para a proteção de testemunhas e de pessoas que participem ou tenham participado em organizações criminosas e que estejam preparadas para cooperar com o processo judicial através do fornecimento de informação que possa contribuir para privar as organizações criminais dos seus recursos e dos proventos do crime”. Adicionalmente, dada a dimensão transnacional deste tipo de criminalidade, pode acontecer que proteção de testemunhas e de colaboradores da justiça e das pessoas próximas delas só seja eficaz fora das fronteiras nacionais, o que suscita a maior necessidade de cooperação judicial.

A vocação para gerar elevados proveitos económicos é uma das principais características da criminalidade organizada, da corrupção e da criminalidade económica e financeira. Estima-se que, todos os anos, os países em desenvolvimento percam, aproximadamente, entre 18 e 37 biliões de euros à custa da apropriação indevida de capital, suborno e outras práticas. Por isso, a repressão dessa criminalidade não será plenamente eficaz se não se voltar para a recuperação de fundos, isto é, dos bens e produtos gerados pelas atividades ilícitas, sob pena de, para além de todos os questionamentos éticos e de justiça (“o crime compensa”), permanecerem os fluxos económicos e organizativos que permitem os diversos tráficos que está inerente a estas atividades: tráfico de influências, capitais, pessoas, estupefacientes, etc. A efetividade da justiça criminal, sobretudo no crime organizado, não se tornará uma realidade se, a par do sancionamento com as penas adequadas, os agentes criminosos não sofrerem o abalo económico resultante da perda a favor do Estado ou das vítimas dos bens ou produtos que hajam obtido.

O estabelecimento de regimes eficazes de apreensão e confisco ou perda de bens tem, por isso, sido uma constante, quer nos principais instrumentos internacionais produzidos no seio da ONU quer no cenário dos diversos direitos regionais. Poderá mesmo dizer-se que se vai firmando a ideia, nestes domínios, de superação da prisão como fulcro da reação penal em favor de soluções que viabilizem o “asfixiamento económico” do agente do crime, isto é, que facilitem a apreensão dos bens, produtos e instrumentos da sua atividade criminosa, atual ou passada, e a sua perda ou confisco.

A importância de um quadro jurídico comum no âmbito do espaço jurídico dos PALOP e Timor-Leste, assume-se igualmente como muito relevante para uma cooperação policial e judiciária entre os países, assumindo nesta matéria o “instrumento “proteção de testemunhas” uma grande relevância. Face a quanto antecede, fica evidente a importância dos países parceiros contarem com uma lei de proteção de testemunhas e de se reforçar a cooperação nesta área.

⁸ Silva, Sandra Oliveira e (2007). A proteção de testemunhas no processo penal. Coimbra: Coimbra Editora.

⁹ United Nations Office on Drugs and Crime. (2008) Good Practices for the Protection of Witnesses in Criminal Proceedings Involving Organized Crime, United Nations Office on Drugs and Crime, Vienna, January 2008 (<http://www.unodc.org/documents/organized-crime/Witness-protectionmanual-Feb08.pdf>).

A harmonização dos regimes de branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de estupefacientes, proteção de testemunhas e perda de bens e recuperação de ativos é por isso uma importante aposta do projeto.

Tratou-se de um trabalho “pioneiro” a nível dos países destinatários, a que acresceu o facto de, na maioria dos países estarem em curso processos de reforma nesta matéria, sendo que, como era expectável, os modelos de harmonização aprovados foram levados em consideração.

De facto, este trabalho consubstanciou uma ferramenta importante e conferiu um maior rigor e densidade normativa aos ordenamentos jurídicos dos países em matéria de direito penal, para além de conferir uma maior exatidão técnico-jurídica às propostas de reforma legislativa, designadamente dos Códigos Penal e do Processo Penal.

No que ao regime harmonizado sobre branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de estupefacientes (atividade 1.3.1) e proteção de testemunhas (1.3.2) diz respeito (mas também 1.5.1) o trabalho realizado a partir de 2018, foi essencialmente um trabalho de seguimento da transposição de normas para o ordenamento jurídico nacional de cada um dos países parceiros que assegure a necessária e desejada harmonização.

Assim, já em ambiente digital, fruto da situação epidemiológica provocada pelo Coronavírus SARS-COV-2 e doença COVID-19, a última reunião do Grupo de Trabalho de Harmonização Legislativa dos crimes de corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes, decorreu a 16 de julho de 2020, por videoconferência, fazendo um balanço bastante positivo acerca dos níveis de transposição do projeto de harmonização legislativa nos ordenamentos jurídicos nacionais.



Figura 29 - Reunião do Grupo de Trabalho de Harmonização Legislativa dos crimes de corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes (2020)

O encontro contou com a participação dos representantes dos PALOP e de Timor-Leste, dos Consultores Científicos do PACED, Juiz Conselheiro Mouraz Lopes e Juiz Desembargador Nuno Coelho, e dos Peritos Científicos, Professor Doutor Pedro Caeiro e Doutor Miguel João de Almeida Costa.

A importância do regime harmonizado foi sublinhada por todos os participantes, já que estes trabalhos foram considerados incontornáveis nos processos de revisão em curso nos diferentes países. A revisão da legislação penal e processual penal, em especial, em Angola, Cabo Verde e Moçambique, foram exemplos considerados como paradigmáticos da mais-valia desta atividade do PACED.

O representante angolano destacou a aprovação do regime jurídico sobre o Repatriamento Coercivo e Perda Alargada de Bens, a criação do Serviço Nacional de Recuperação de Ativos, no final de 2018, entre outros importantes diplomas, tais como o novo Código Penal e o novo Código do Processo Penal.

De salientar que, logo em 2019, o Governo de Angola anunciou a recuperação, desde o início desse ano, de mais de cinco mil milhões de dólares americanos em ativos, domiciliados em Angola e no exterior.

O representante de Cabo-Verde referiu as alterações que se perspectivam no âmbito da legislação de Combate ao Tráfico de produtos estupefacientes cuja elaboração contará com uma assessoria especializada no âmbito do apoio técnico assegurado por via do PACED.

Como legislação que beneficiou dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Regime Harmonizado, o representante de Moçambique realçou a alteração da lei que criou o Gabinete de Informação Financeira e a aprovação do regime jurídico de prevenção, repressão e combate ao terrorismo e ações conexas, de grande relevância face aos recentes ataques terroristas no norte do país.

De igual modo, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Guiné-Bissau destacaram a importância do regime harmonizado para os processos legislativos também em curso.

As recomendações e as propostas legislativas pretenderam facilitar a cooperação internacional em matéria penal entre os Estados constituindo um mecanismo inovador e pioneiro no domínio da cooperação no setor da justiça, dependendo a sua adoção da decisão soberana de cada país.

1.3.2 Regime harmonizado sobre branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de estupefacientes

Ver atividade 1.3. 1.

1.3.3 Reforço, harmonização e/ou criação de proposta de legislação sobre proteção de testemunhas

Ver atividade 1.3. 1.

Atividade 1.4 Desenvolver e propor um plano piloto (legislação e estratégias nacionais nas áreas acima) para criação/ reforço e/ou harmonização/ transposição da legislação para cada um dos países parceiros e testá-lo em um deles

Não aplicável (consultar Nota na atividade 1.3).



Figura 30 - Seminário realizado por videoconferência "Ensaio para um plano estratégico de prevenção e repressão à corrupção em Angola" (Luanda, 17.6.2021)

Não obstante, decorreu, no dia 17 de junho de 2021, por videoconferência, o Seminário Ensaio para um plano estratégico de prevenção e repressão à corrupção em Angola, organizado pelo Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste (PACED) em parceria com a Secretaria para os Assuntos Judiciais e Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República de Angola.

A sessão de abertura foi presidida pelo Secretário de Estado para a Justiça de Angola, Orlando Fernandes, seguindo-se a apresentação do projeto de plano estratégico angolano pela Procuradora-Geral Adjunta da República de Angola, Inocência Pinto. Destaca-se a participação de académicos e magistrados de renome como Carlos Feijó, Maria João Antunes, Anabela Miranda Rodrigues, Pedro Caeiro, Joana Marques Vidal, Jean Pierre Michau, Nuno Coelho, José Mouraz Lopes, e também do jornalista Rafael Marques.

O Seminário Ensaio para um plano estratégico de prevenção e repressão à corrupção em Angola, destinado a cerca de 50 representantes das entidades que integram o Grupo de Trabalho encarregue da realização de estudos e propostas de mecanismos de implementação da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção no Ordenamento Jurídico da República de Angola, responde a uma solicitação das autoridades angolanas face à necessidade de reflexão sobre esta temática.

Atividade 1.5 Estabelecer e/ ou rever e propor um procedimento criminal tipo, em língua portuguesa, destinado a apreender e declarar a perda a favor do Estado dos produtos provenientes da criminalidade grave subjacente ao branqueamento de capitais, tráfico de estupefacientes e da corrupção

Ver atividade 1.3.1.

Atividade 1.6 Desenvolver e propor uma estrutura-tipo de organização e operacionalização das unidades de informação financeira, autónomas e equipadas com os meios necessários para exercer melhor as suas tarefas de combate ao branqueamento de capitais e criminalidade subjacente

A concretização desta atividade realizou-se através das subactividades 2.1.1, 2.2.1 e 3.5.1.

Atividades para o Resultado 2 - Capacidades institucionais e humanas das instituições relevantes dos PALOP e de TL fortalecidas e os seus procedimentos operacionais são atualizados / modernizados

As atividades de capacitação promovidas no quadro do resultado 2, visaram essencialmente a concretização de cinco abordagens complementares:

1. O reforço da cooperação interinstitucional entre as instituições que atuam e intervêm no sistema de justiça criminal (atividade 2.1.1. - Encontros de conhecimento e de partilha);
2. O reforço de conhecimento e de competências dos atores do sistema de justiça criminal (atividades 2.2.1. e 2.2.2. programas de parceria com o Centro de Estudos Judiciários e o Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, ex. Escola de Polícia Judiciária, respetivamente);
3. A melhoria e desempenho das instituições, sensibilizando e promovendo a discussão em torno dos temas da gestão e administração aplicados às instituições e nesse sentido incidindo sobre o seu desempenho e prestação (atividade 2.1.3.);
4. Através do reforço de meios e equipamentos que é especialmente importante, no caso do PACED junto das polícias de investigação criminal (atividade 2.1.4. e 2.1.5.)
5. Através de uma campanha alargada de comunicação junto da Sociedade Civil permitindo que o cidadão comum perceba e valorize a importância do bom funcionamento das instituições no sistema de boa governação e desempenhe um papel e contributo para o seu reforço (atividade 2.3. e 2.4.)

Atividade 2.1 Melhorar a organização, métodos e práticas de trabalho, sistemas de informação e comunicação e a coordenação interinstitucional das estruturas nacionais envolvidas na problemática da corrupção, branqueamento de capitais, tráfico de estupefacientes, em particular no que respeita ao reforço dos tribunais criminais e dos órgãos de investigação criminal e criminalidade grave

2.1.1 Promoção de encontros de conhecimento e de partilha de experiências



Figura 31 - 1º Encontro de conhecimento e partilha (Dili, 8.3.2018)

Em setembro de 2017 foi celebrado um contrato de prestação de serviços entre o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e o Camões, I.P. para a facilitação dos encontros previstos no âmbito desta atividade. A contratualização do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra está ancorada na reconhecida experiência no domínio institucional e da justiça e das políticas criminais no horizonte dos países de língua portuguesa, a que corresponde um corpo multidisciplinar distintivo, conjugado com o facto do trabalho produzido pelo CES, no âmbito dessas matérias, se centrar muito nos modelos de grupos de discussão e workshops, dos quais resultarão depois reflexões em torno das informações e das opiniões recebidas. A especialização na área da justiça, a metodologia utilizada e a experiência de trabalho nos países alvo, são as três componentes que fazem do CES a única instituição com perfil para responder de forma adequada ao solicitado.

Recorda-se que é objetivo desta atividade reforçar a cooperação interinstitucional e promover o aumento do conhecimento institucional entre as instituições. Esta atividade é concretizada pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra a quem cabe preparar e dinamizar o evento, em articulação com uma instituição parceira nacional em cada um dos países parceiros, com o objetivo de facilitar o debate que é liderado pelas instituições nacionais diretamente envolvidas no combate à corrupção, branqueamento de capitais e criminalidade organizada.

São objetivos desta atividade:

- Promover uma cultura da separação de poderes no âmbito das matérias e competências partilhadas;
- Fomentar a cooperação interinstitucional no âmbito das matérias e competências partilhadas.

Para o efeito espera-se que integrem estes encontros os representantes, ao mais alto nível de cada uma das seguintes entidades: ministérios e comissões parlamentares diretamente implicados, unidades de informação financeira, polícias de investigação criminal, Procuradorias-Gerais da República e tribunais, incluindo o Tribunal de Contas.

Para a concretização dos objetivos identificados acima são esperados os seguintes resultados decorrentes da implementação dos serviços a prestar pela entidade facilitadora:

- Doze encontros de conhecimento e de partilha em cada um dos países parceiros realizados.
- Conhecimento das competências de cada uma das instituições implicadas aumentado.
- Conhecimento dos instrumentos administrativos e organizativos aplicáveis ou recomendáveis para assegurar a eficácia e articulação e coordenação da rede institucional aumentados.

I Encontros de Conhecimentos e Partilha

- Timor-Leste: 8 de março de 2018;
- Moçambique: 26 de setembro de 2018;
- Guiné-Bissau: 25 de outubro de 2018;
- São Tomé e Príncipe: 13 de dezembro de 2018;
- Cabo Verde: 31 de janeiro de 2019;
- Angola: 23 de maio de 2019

“- As solicitações de localização e arresto de ativos financeiros são comunicadas por ofício formal e enviadas por um “operativo” certo?
- Pois, o problema é que quando esse ofício chega, para cumprimento, à administração da instituição, tendo em vista ordenar/concretizar o arresto fruto de operação suspeita, a pessoa/titular/suspeito, entretanto, foi já avisada e na eventual conta com o n.º X, já não está qualquer valor.
- Temos de alterar esta prática urgentemente. A solicitação de arresto de ativos tem de circular por canais seguros.
- É fácil, mesmo com poucos recursos que temos, vamos passar a...

Diálogo ficcionado, com base numa situação real de “cooperação espontânea” entre participantes no 1.º Encontro de Conhecimento e partilha da Guiné-Bissau (2018)

A síntese conclusiva dos I Encontros encontra-se disponível em: https://opj.ces.uc.pt/wp-content/uploads/2020/11/publicacao_paced.pdf

II Encontros de Conhecimentos e Partilha¹⁰:

- Guiné-Bissau: 12 de fevereiro de 2020;



Figura 32 - II Encontros de conhecimento e partilha (Bissau, 12.2.2020), os últimos que seriam realizados em formato presencial

- Moçambique: 7, 9 e 14 de outubro de 2020 (formato *online*);
- Cabo Verde: 14, 15 e 18 de dezembro de 2020 (formato *online*);

¹⁰ Os relatórios dos II Encontros de Conhecimento e Partilha desenvolvidos em cada uns dos países parceiros podem ser encontrados no arquivo do projeto.

- São Tomé e Príncipe: 22 e 24 de junho de 2021 (formato *online*);
- Angola: 6 e 7 de outubro de 2021 (formato *online*);
- Timor-Leste: 27 de abril de 2022 (formato *online*).



Figura 33 - Última sessão dos Encontros de conhecimento e partilha (Díli, 27 de abril de 2022)

Os doze encontros previstos foram realizados, fruto da situação epidemiológica provocada pelo Coronavírus SARS-COV-2 e doença COVID-19 os II Encontros foram realizados em formato *online*, devendo assinalar-se uma notável capacidade de adaptação de todos os parceiros a esta nova forma de realização destes encontros, sem o impacto negativo que se esperava.

Em alguns casos e tendo em vista garantir a realização mais próxima desta atividade foi adotada uma realização faseada, evitando-se uma única sessão com uma grande carga horário.

2.1.2 Elaboração de Manuais

- *Manual de Gestão para a investigação criminal
- *Manual de organização e administração judiciária

O combate e prevenção dos crimes que são o foco do PACED exige não apenas o aumento de competências e de conhecimentos, mas alterações ao nível da gestão e organização dos tribunais, serviços do Ministério Público e de investigação criminal, com a introdução de procedimentos capazes de contribuir para um desempenho mais rápido e eficaz das instituições que são pilares essenciais da boa governação e do Estado de Direito.

É, no entanto, reconhecida a carência de formação e de profissionalização no âmbito das áreas de administração e gestão de tribunais e da investigação criminal o que introduz na governação destes sistemas um fator permanente de limitação e incapacidade, dificultando, não só a eficácia das reformas, mas também lógicas de atuação adversas aos seus objetivos. A importância desta temática justifica, uma atenção especial para as áreas de formação judiciária e para as exigências de cariz organizativo e gestor. Para o efeito foram produzidos dois manuais:

- Manual de gestão para a investigação criminal, no âmbito da criminalidade organizada, corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes, da autoria do consultor científico, Conselheiro Mouraz Lopes;
- Manual de organização e administração judiciais no âmbito da criminalidade organizada, corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes, da autoria do consultor científico, Conselheiro Nuno Coelho.



Figura 34 - Imagem dos Manuais com QR Code

- Manual de Gestão para a Investigação Criminal:
https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/paced_manual_investigacaocriminal_jml_vf.pdf
- Manual de Organização e Administração Judiciais:
https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/paced_manual_orgegestaojudiciarias_nc_vf.pdf

2.1.3 Ação de formação em organização e gestão dos tribunais, dos serviços do Ministério Público e serviços de investigação criminal, gestão processual, incluindo estatuto das magistraturas e deontologia profissional

Esta atividade do projeto procurou colocar na agenda e sensibilizar os parceiros para a importância de se pensarem as instituições da justiça numa ótica de eficiência e prestação de contas. Na prática ela concretiza-se com a realização de uma conferência com o objetivo de sensibilizar o maior número de pessoas sobre o tema e num segundo momento com um seminário (de participação restrita) com uma componente mais formativa, aprofundando conhecimentos e competências.

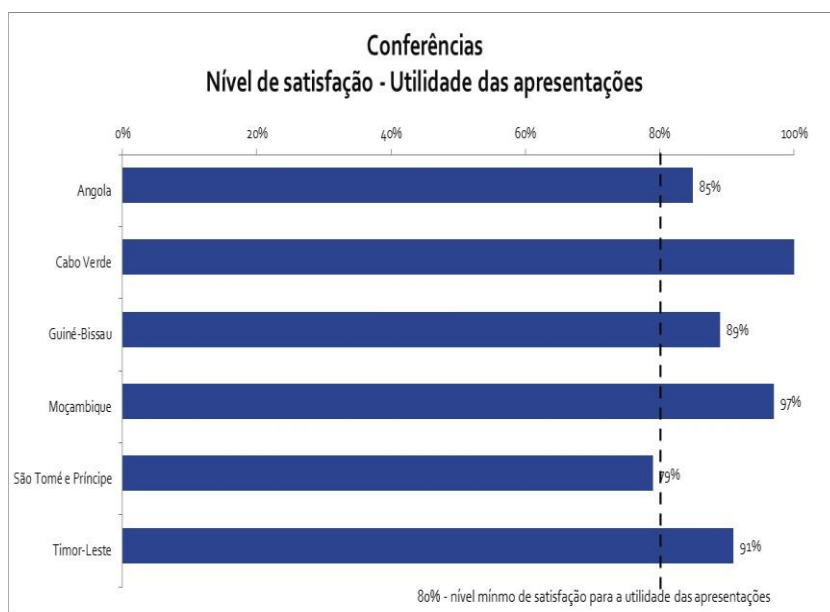


Figura 35 - Utilidade das apresentações (Conferências)

2.1.3.1 Ações de formação em organização e gestão dos tribunais, dos serviços do Ministério Público e serviços de investigação criminal, gestão processual, em Angola, 5, 6, 7 e 8 de junho de 2017

- 5 de junho de 2017: Conferência sobre Boa Governança, Estado de Direito e Políticas Criminais
A cerimónia de abertura foi presidida pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Rui Manguera, ladeado na mesa de honra pelo Juiz Presidente do Tribunal Supremo, Manuel da Costa Aragão e pelo Secretário do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Rui Tito. Usaram também da palavra o Embaixador da União Europeia em Angola, Tomás Ulicny e o Embaixador de Portugal em Angola, João Caetano da Silva. Logo após o termo da sessão solene de abertura, que teve a participação especial da Orquestra Sinfónica Kaposoka, procedeu-se à apresentação do PACED.



Figura 36 - Conferência sobre Boa Governação, Estado de Direito e Políticas Criminais (Luanda, 5.6.2017)

- 6, 7 e 8 de junho de 2017: Seminário formativo (Oito módulos temáticos de desenvolvimento teórico e workshop):
 - Governação e organização dos tribunais;
 - Administração judiciária e jurisdição;
 - A investigação criminal: objeto e método;
 - Garantia judiciária na investigação criminal;
 - Gestão dos tribunais;
 - Gestão processual;
 - Gestão da investigação;
 - Prevenção criminal e cooperação internacional.

2.1.3.4 Ações de formação em organização e gestão dos tribunais, dos serviços do Ministério Público e serviços de investigação criminal, gestão processual, em Moçambique, 26, 27, 28 e 29 de setembro de 2017



Figura 37 - Ação de formação em organização e gestão (Maputo, 26.9.2017)

A realização desta atividade em Moçambique teve a particularidade de ter sido realizada em Maputo com o apoio do PACED e em Nampula com o patrocínio da Associação Moçambicana de Juízes que se associou à iniciativa, dado o interesse e relevância do tema.

Atividade em *Nampula*

Patrocinada pela Associação Moçambicana de Juízes, o apoio do PACED consistiu apenas no financiamento das viagens nacionais e alojamento de quatro oradores e de dois membros da equipa de assistência técnica (a coordenadora e a perita de comunicação), a conferência sobre Boa Governação, Estado de Direito e Políticas Criminais realizou-se no dia 26 de setembro de 2017.

O seminário realizou-se no dia 27 de setembro de 2017 e contou com a participação de 30 pessoas.

Atividade em *Maputo*

Esta atividade foi realizada em estreita colaboração com o Centro de Formação Jurídica e Judiciária, tendo contado também com o apoio da Procuradoria-Geral da República, Tribunal Supremo e demais parceiros, incluindo o Gabinete do Ordenador Nacional.

A conferência sobre Boa Governação, Estado de Direito e Políticas Criminal realizou-se no dia 28 de setembro de 2017 desenvolveu-se ao longo dos mesmos painéis e contou com os oradores da conferência realizada em Nampula.

Em Maputo foram moderadores: Amélia Machava, Procuradora-Chefe da cidade de Maputo; Eduardo Sumana, Presidente da Associação Moçambicana dos Magistrados do Ministério Público, Carlos Pedro Mondlane, Juiz de Direito e Presidente da Associação Moçambicana de Juízes e Vitalina Papadakis, Desembargadora do Tribunal Superior da Relação de Maputo e antiga Diretora do Centro de Formação Jurídica e Judiciária.

O seminário formativo teve lugar no dia 29 de setembro de 2017 e desenvolveu-se ao longo do trabalho em torno dos módulos seguidos em Nampula e dinamizados pela mesma equipa de formadores.

2.1.3.6 Ações de formação em organização e gestão dos tribunais, dos serviços do Ministério Público e serviços de investigação criminal, gestão processual, em Timor-Leste, de 27 de fevereiro a 9 de março de 2018

A organização desta atividade contou com o apoio do Tribunal de Recurso que assumiu um papel determinante no sucesso da atividade. Colaboraram igualmente para o sucesso da iniciativa a Procuradoria-Geral da República, o Centro de Formação Jurídica e Judiciária, a Polícia Científica de Investigação Criminal e a Unidade de Informação Financeira.

Em Timor-Leste a formação de especialistas nacionais concretizou-se através de encontros bilaterais e de um encontro em grupo com todos os interlocutores timorenses que dinamizariam o último dia de seminário: a Inspetora do Ministério Público, Angelina Saldanha, o Juiz de Direito Antonino Gonçalves e o Subdiretor da Polícia Científica de Investigação Criminal, Adino Cabral.

Em concreto foram trabalhados os temas da gestão e organização dos tribunais a partir dos dois manuais produzidos no âmbito do projeto, mas também a partir do conhecimento do contexto institucional específico de Timor-Leste:

- Manual de gestão para a investigação criminal
- Manual de organização e administração judiciárias

Estes encontros tiveram lugar nos seguintes dias:

- 27 de fevereiro de 2018, reuniões entre:
 - Diogo Ravara e Antonino Gonçalves
 - Diogo Ravara e Adino Cabral
- 28 de fevereiro de 2018
 - Diogo Ravara e Angelina Saldanha
- 01 de março de 2018
 - Encontro conjunto de Diogo Ravara e Nuno Coelho com os três especialistas.

No dia 6 de março de 2018 realizou-se a conferência sobre *Boa Governação, Estado de Direito e Políticas Criminais*

O seminário formativo teve lugar nos dias 7, 8 e 9 de março de 2018 e seguiu o seguinte formato:

- A. Sistema judicial – Organização e administração judiciárias
 - Módulo – Gestão dos tribunais
 - Módulo – Gestão processual
- B. Sistema de investigação criminal – Gestão para a investigação criminal
 - Módulo – Gestão da investigação
 - Módulo – Prevenção criminal e cooperação internacional
 - Prevenção criminal e cooperação internacional

Integraram a equipa de facilitadores os consultores científicos do PACED, o Conselheiro Mouraz Lopes, o Desembargador Nuno Coelho apoiados pela presença do Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça José Lopes da Mota, Conceição Gomes, Coordenadora Executiva do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, João Carlos Trindade, Conselheiro do Tribunal Supremo, Diogo Ravara, Juiz de Direito e docente do Centro de Estudos Judiciário, Marcelo PIRagibe, Diretor da Escola Nacional de Magistratura. Mais

importante, estiveram a apoiar na dinamização dos três dias de seminário formativo a Procuradora Angelina Saldanha, o juiz Antonino Gonçalves e o Subdiretor da Polícia Científica de Investigação Criminal, Adino Cabral.

2.1.3.2 Ações de formação em organização e gestão da justiça criminal, de 1 a 4 de outubro de 2018 e de 16 a 19 de outubro de 2018, Mindelo, Cabo Verde

A partir da realização da conferência e seminário formativo em Timor-Leste, a atividade passou a incluir uma componente de formação de especialistas. Esta formação prévia de especialistas foi concretizada pela primeira vez em Cabo Verde, em outubro de 2018:

- Formação de oito especialistas em Portugal, entre os dias 01 e 4 de outubro;
- Conferência, na cidade do Mindelo, no dia 16 de outubro;
- Seminário entre os dias 17 e 19 de outubro, também na cidade do Mindelo.

A Conferência realizou-se no 16 de outubro, na Câmara de Comércio de Barlavento, no Mindelo, Cabo Verde, sobre “Organização e Gestão da Justiça Criminal”. A este debate seguiu-se, entre os dias 17 e 19 do mês, uma formação restrita a cerca de 30 formandos para aprofundamento do tema. As iniciativas foram organizadas pelos Conselhos Superiores do Ministério Público e da Magistratura Judicial, que trabalham com o PACED.

Na conferência inaugural oradores da área da justiça partilharam com uma centena de juízes, procuradores, polícias de investigação criminal e oficiais de justiça cabo-verdianos as suas experiências e estratégias de organização e gestão para um funcionamento eficaz e devidamente procedimentalizado das instituições implicadas na justiça criminal.

Presidiu à sessão de abertura a Ministra da Justiça e Trabalho de Cabo Verde, Janine Lélis, que sublinhou a importância do evento num momento em que o país está a levar a cabo “reforços importantíssimas no setor da justiça criminal”. “Cabo Verde preconiza uma organização e gestão da justiça criminal, que garanta a proteção dos direitos e património dos cidadãos, atue dentro dos limites constitucionais e legais, seja eficaz na descoberta material dos factos, seja justa na punição dos culpados, salvguarde e proteja as vítimas e seja competente na execução das sanções criminais”, defendeu Janine Lélis.

Esta conferência contou ainda com as intervenções do Presidente da Assembleia Nacional, Jorge Santos, do Procurador-Geral Adjunto e ponto focal do PACED, Luís Landim, do Chefe de Cooperação junto da Delegação da União Europeia na Praia, Jose Roman Leon Lora e do Presidente da Câmara de São Vicente, Augusto Neves.

2.1.3.8 - Ação de formação em organização e gestão dos tribunais, dos serviços do Ministério Público e serviços de investigação criminal, gestão processual, incluindo estatuto das magistraturas e deontologia profissional para participantes de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, Lisboa, Portugal, 21 a 24 de outubro de 2019



Figura 38 - Ação de formação conjunta em organização e gestão dos tribunais, dos serviços do Ministério Público e serviços de investigação criminal, gestão processual, incluindo estatuto das magistraturas e deontologia profissional (Lisboa, 21 a 24.10.2019)

Depois de realizadas as ações de formação em Cabo Verde, correspondente à atividade 2.1.3.2 e em Timor-Leste, correspondente à atividade 2.1.3.6, ficou acordado no Comité de Pilotagem de 15 de junho de 2018, que uma nova atividade, a atividade 2.1.3.8, seria necessária para garantir formação especializada em organização e gestão da justiça criminal para participantes de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Assim, esta ação formativa decorreu em Lisboa, entre os dias 21 e 24 de outubro de 2019 e teve por objetivo primordial a criação de um grupo de especialistas em gestão e organização da justiça criminal, promover o debate jurídico e judiciário em torno desta temática, consolidando as várias vertentes acima elucidadas e enumerando as boas práticas internacionais recomendadas (discernindo as melhores soluções organizativas e procedimentais, partindo da casuística e das experiências dos sistemas judiciais mais próximos); e, por fim, capacitar os atores judiciais neste domínio de especialização, reforçando, para além disso, a cultura de garantia do Estado de direito e de eficácia da lei criminal em concordância com as exigências dos estatutos profissionais daqueles e das implicações práticas e de concretização dos assuntos envolvidos.

Para além do contato com os elementos didáticos e institucionais referidos, esta ação formativa permitiu à equipa de especialistas nacionais uma melhor preparação das propostas de conclusões do seminário indicado e a facilitação dos trabalhos do workshop, de acordo com as diretrizes traçadas no texto de apresentação do seminário.

Foi assim realizada uma formação de especialistas de estes quatro países, integrando a formação um número máximo de oito formandos, por cada país, que no final da formação se deverão constituir como especialistas nestas matérias:

- Dois juízes;
- Dois Procuradores,
- Dois polícias de investigação criminal;
- Dois oficiais de justiça.

Durante os três dias de formação teórico-prática, estiveram implicados os seguintes peritos:

- Conselheiro José Mouraz Lopes, Consultor Científico do PACED;
- Desembargador Nuno Coelho, Consultor Científico do PACED;
- Procurador João Melo, Diretor Nacional adjunto da Polícia Judiciária;
- Procurador Jorge Duarte, Coordenador de formação do CEJ;
- Procurador José Paulo Albuquerque, Coordenador de formação do CEJ;
- Desembargador Edgar Lopes, Coordenador do Departamento de Formação do CEJ;
- Juíza de Direito Helena Susano, formadora no CEJ.

Para esta formação de especialistas foram programadas três sessões prático-teóricas para cada um dos sistemas - judicial e de investigação criminal- tal como se encontra descrito a diante. Durante os três dias de formação do CEJ, na sede do Camões, I.P., alargou-se o contexto didático dos manuais através da integração e discussão de experiências significativas dos formadores internacionais implicados na formação de especialistas. O quarto dia foi dedicado ao contacto com instituições judiciais e de investigação criminal portuguesas com atribuições de organização e gestão.

Previamente ao início da formação de especialistas foram disponibilizados acessos à plataforma *e-learning* do CEJ para contacto com alguns materiais vídeo e documentais relativos a esta formação especializada, com vista a potenciar o conhecimento dos conteúdos, alargar o tempo de formação e estabelecer um campo de interatividade entre formadores internacionais e formadores/especialistas nacionais.

Neste sentido, foi apresentada a sugestão dos elementos de apoio para o desenvolvimento das intervenções em workshop venham a ser organizados com a seguinte estrutura temática:

1. Enquadramento político-legislativo dos sistemas judicial e de investigação criminal;
2. Descrição organizativa, procedimental e gestonária dos mesmos sistemas (judicial e de investigação criminal);
3. Casuística mais relevante, e
4. Soluções institucionais, organizativas e procedimentais que se podem eleger, à luz das boas práticas internacionais e das experiências comparadas aqui estudadas.

No que respeita à medição dos resultados, foram recolhidos um total de 31 questionários, corresponde a 100% dos participantes que estiveram na formação. A avaliação dos participantes à forma como decorreram os trabalhos foi muito positiva, apresentando como sugestão para futuras edições que estas tenham uma maior duração. Os resultados da avaliação pelos participantes são bastante elucidativos do nível de satisfação:

2.1.3.3 - Seminário formativo em Organização e Gestão dos Tribunais, Serviços do Ministério Público e Serviços de Investigação Criminal, Gestão Processual, incluindo Estatuto das Magistraturas, Bissau, Guiné-Bissau, de 28 a 30 de outubro de 2019



Figura 39 - Seminário formativo em Organização e Gestão dos Tribunais, Serviços do Ministério Público e Serviços de Investigação Criminal, Gestão Processual, incluindo Estatuto das Magistraturas (Bissau, 28 a 30.10.2019)

O seminário formativo “Organização e gestão da justiça criminal - Reforço das capacidades e da integridade do sistema judicial e do sistema de investigação criminal” realizou-se em Bissau (Guiné-Bissau) entre os dias 28 e 30 de outubro de 2019 e seguiu um programa composto por módulos teóricos e práticos em torno da organização e gestão do sistema de investigação criminal e do sistema judicial, encerrando com uma conferência sobre o mesmo tema no dia seguinte ao workshop (31 de outubro de 2019).

Durante estes dias foi promovida uma reflexão sobre os mecanismos de reforço da integridade dos diversos atores judiciais, conjugando os parâmetros essenciais da independência dos tribunais e da sua *accountability*, ao nível da transparência e dos métodos de avaliação do desempenho, e da abordagem sobre a ética e a deontologia profissionais.

Esta iniciativa foi implementada em parceria com o Ministério da Justiça da República da Guiné-Bissau, o PNUD, o Conselho Superior da Magistratura Judicial, a Procuradoria-Geral da República e a Polícia Judiciária da República da Guiné-Bissau, além da ASMAGUI (Associação Sindical da Magistratura Judicial da Guiné-Bissau).

O seu objetivo geral foi melhorar a capacidade e a integridade das instituições políticas, administrativas e judiciárias guineenses, nas suas diversas dimensões, para prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente tráfico de estupefacientes, através da estruturação e organização dos mecanismos de efetivação da justiça criminal. Por outro lado, apresentou quatro objetivos específicos:

1. Aprofundar os temas da governação e da organização do sistema judicial, bem como da gestão da investigação criminal, através da estruturação e organização dos mecanismos de efetivação da justiça criminal.
2. Refletir sobre os mecanismos de reforço da integridade dos diversos atores judiciais, conjugando os parâmetros essenciais da independência dos tribunais e da sua *accountability*, tanto ao nível da transparência e dos métodos de avaliação do desempenho, como na abordagem sobre a ética e a deontologia profissionais.

3. Promover o debate jurídico e judiciário em torno destas temáticas, consolidando as várias vertentes acima elucidadas e enumerando as boas práticas internacionais recomendadas (discernindo as melhores soluções organizativas e procedimentais, partindo da casuística e das experiências dos sistemas judiciais mais próximos); e
4. Capacitar os atores judiciários neste domínio de especialização reforçando, para além disso, a cultura de garantia do Estado de Direito e de eficácia da lei criminal em concordância com as exigências dos estatutos profissionais daqueles e das implicações práticas e de concretização dos assuntos envolvidos.

Este seminário seguiu o seguinte formato:

- Um dia de conferência, em 31 de outubro de 2019, que contou com a intervenção de especialistas internacionais e nacionais sobre os diversos temas do seminário; antecedido de,
- Três dias de seminário formativo de acesso restrito (28 a 30 de outubro de 2019). Nestes dias foram abordados oito módulos temáticos de desenvolvimento teórico/ prático com o objetivo de identificar soluções organizativas e procedimentais à luz das boas práticas internacionais e das experiências comparadas.

Foram constituídas duas equipas: uma composta por oradores/formadores internacionais e uma outra constituída por oradores/formadores nacionais. Assim, a primeira equipa foi constituída por:

- Nuno Coelho, Juiz Desembargador e consultor científico do PACED. Responsável pela coordenação científica do seminário;
- José Mouraz Lopes, Juiz Conselheiro e consultor científico do PACED;
- Almeida Rodrigues, ex. Diretor Nacional da Polícia Judiciária de Portugal;
- Luís Miguel Ferreira de Azevedo Mendes, Juiz Desembargador e Presidente do Tribunal da Relação de Coimbra, Portugal;
- Helena Leitão, Procuradora e Diretora das Relações Internacionais do CEJ (Portugal);
- Mariah Brochado, Professora da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil).

A segunda equipa, integrou:

- Júlio Nhaga, Juiz;
- Joaquim António Correia, Juiz;
- Mónica Nancassa, Procurador;
- Domingos Sambu, Procurador;
- Bequi Eurizanda Sanó Jaló, Inspetor da Polícia Judiciária;
- Filomena Maria Vaz Mendes Lopes, Diretora Nacional da Polícia Judiciária.

A metodologia de trabalho e as atividades propostas para cada tópico foram definidas em função do enquadramento específico definido com formadores e formandos. Foram utilizados métodos e técnicas expositivas (baseados em apresentações multimédia e outros suportes audiovisuais), complementados com métodos e técnicas ativas (como trabalhos de grupo e debate), através dos quais os participantes foram convidados a apresentar e comparar as diferentes abordagens. Além disso, foram disponibilizados dois manuais relativos à organização e gestão do sistema judicial e da investigação criminal que foram, também eles, objeto de complemento, aperfeiçoamento e adaptação de acordo com os resultados da discussão formativa.

Em concreto foram trabalhados os temas da gestão e organização dos tribunais a partir dos dois manuais produzidos no âmbito do projeto:

- Manual de gestão para a investigação criminal;
- Manual de organização e administração judiciárias;

Na Sessão de Abertura da Conferência sobre Organização e Gestão da Justiça Criminal, intervieram presentes a Ministra da Justiça e dos Direitos Humanos, Ruth Monteiro, o Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Rui Nené, a Embaixadora da União Europeia, Sónia Neto, o Embaixador de Portugal na Guiné-Bissau, António Alves de Carvalho, o Representante Residente do PNUD, Tjark Egenhoff, o representante da Procuradoria-Geral da República, João Mendes Pereira, a Presidente da União Internacional de Juizes de Língua Portuguesa, Flávia Viana, e a Presidente da Associação Sindical dos Magistrados Judiciais Guineenses, Noémia Gomes.

2.1.3.5 Seminário Formativo em governação e organização da Justiça Criminal, 9 e 11 de março de 2020, São Tomé, São Tomé e Príncipe

O seminário formativo realizou-se entre os dias 9 e 11 de março de 2020, em São Tomé, e incidiu sobre o reforço das capacidades e da integridade dos sistemas penal e financeiro e da organização e gestão do sistema de investigação criminal e do sistema judicial tendo como objetivo geral melhorar a capacidade e a integridade das instituições políticas, administrativas e judiciárias santomenses nas suas diversas dimensões, para prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente tráfico de estupefacientes, através da estruturação e organização dos mecanismos de efetivação da justiça criminal.

Durante estes dias foi ainda promovida uma reflexão sobre os mecanismos de reforço da integridade dos diversos atores judiciários, conjugando os parâmetros essenciais da independência dos tribunais e da sua *accountability*, ao nível da transparência e dos métodos de avaliação do desempenho, e da abordagem sobre a ética e a deontologia profissionais.

Esta iniciativa foi concretizada em parceria com o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Supremo Tribunal de Justiça, Ministério Público e Associação Sindical de Magistrados Judiciais.

O seminário teve como objetivos específicos:

- Aprofundar os temas da governação e da organização dos sistemas penal e financeiro, sobretudo na prevenção e combate ao branqueamento de capitais, bem como da gestão da investigação e da justiça criminais, através da estruturação e organização dos respetivos mecanismos de efetivação;
- Refletir sobre os mecanismos de reforço da integridade dos diversos atores, conjugando os parâmetros essenciais da sua *accountability*, tanto ao nível da transparência e dos métodos de avaliação do desempenho, como na abordagem sobre a ética e a deontologia profissionais;
- Promover o debate jurídico e judiciário em torno destas temáticas, consolidando as várias vertentes acima elucidadas e enumerando as boas práticas internacionais recomendadas (discernindo as melhores soluções organizativas e procedimentais, partindo da casuística e das experiências dos sistemas judiciais mais próximos);

- Capacitar os atores financeiros e judiciários neste domínio de especialização, reforçando, para além disso, a cultura de garantia do Estado de direito e de eficácia da lei criminal em concordância com as exigências dos estatutos profissionais daqueles e das implicações práticas e de concretização dos assuntos envolvidos.

O seminário desenvolveu-se em dois dias e meio de atividades, de acesso restrito, onde foram abordados oito módulos temáticos de desenvolvimento teórico com o objetivo de identificar soluções organizativas e procedimentais à luz das boas práticas internacionais e das experiências comparadas.

Contou com a participação de diferentes oradores/formadores nacionais e internacionais, nomeadamente: José Mouraz Lopes e Nuno Coelho, consultores científicos do PACED; Luís Azevedo Mendes, Presidente do Tribunal da Relação de Coimbra; José Lopes da Mota, Conselheiro STJ; Joana Marques Vidal, Ex Procuradora Geral da República Portuguesa; Manuel Ramos do Consultor do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos de São Tomé e Príncipe.

Contou igualmente com a participação de dois convidados do Ministério Público de Moçambique que assistiram à formação: Geraldo Patrício e Esmeraldo Matavele.

Foram abordadas as seguintes matérias:

Sistema judicial – Organização e administração judiciárias

- A. Módulo – Governança e organização dos tribunais;
- B. Módulo – Administração Judiciária e Jurisdição;

Sistema de investigação criminal – Gestão para a investigação criminal

- A. Módulo – A investigação criminal: objeto e método;
- B. Módulo – Garantia judiciária na investigação criminal;

Sistema judicial – Organização e administração judiciárias

- A. Módulo – Gestão dos tribunais;
- B. Módulo – Gestão processual;

Sistema de investigação criminal – Gestão para a investigação criminal

- A. Módulo – Gestão da investigação;
- B. Módulo – Prevenção criminal e cooperação internacional;

Foi ainda realizado um workshop sobre governança e organização da justiça, dinamizado pela equipa de formadores internacionais e nacionais, onde se realizou:

- um trabalho de aproximação aos sistemas santomenses de justiça e de investigação criminal, em torno das palestras e dos vários módulos A e B do seminário;
- uma reflexão sobre a análise descritiva de ambos os sistemas em causa e que se encontra realizada nos manuais de organização e gestão acima mencionados, verificando a sua veracidade, atualidade e completude, corrigindo-a, complementando-a ou retificando-a, naquilo que for necessário;
- uma abordagem da casuística discutida nos diversos módulos e das soluções de organização e gestão apresentadas para os mesmos; e

- uma elaboração de sínteses e conclusões, aproximadas às boas práticas internacionais, sobre os diversos temas e assuntos tratados no seminário.

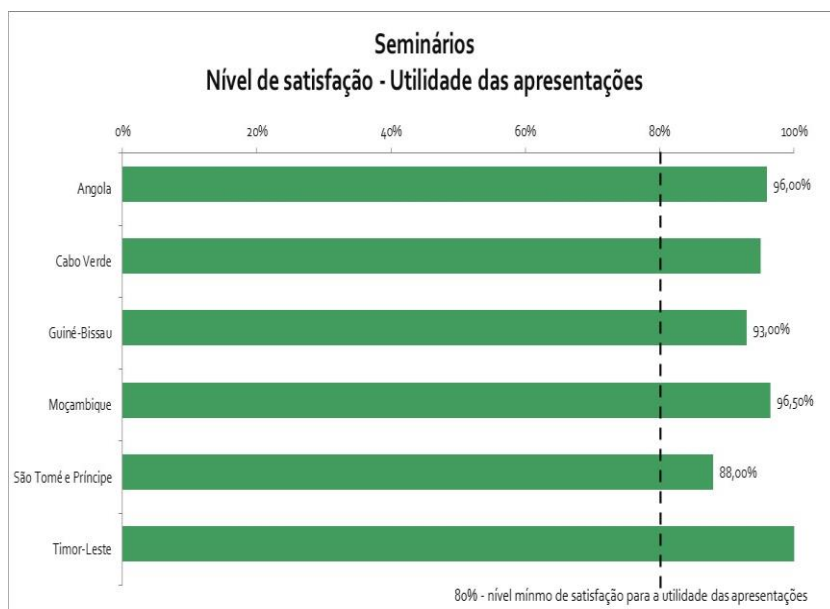


Figura 40 - Nível de satisfação - Utilidade das apresentações (Seminários)

2.1.4 Fornecimento de equipamento específico

Em alguns países, como na Guiné-Bissau ou em São Tomé e Príncipe as necessidades em termos de equipamentos são ainda mais prementes do que nos restantes. A resposta a estas lacunas, embora abaixo das necessidades identificadas, teve como objetivo aproximar a capacidade de intervenção das polícias de investigação criminal, em cada um destes países, a níveis mínimos. Foi previsto, do mesmo modo, dotarem-se todos os PALOP e TL com equipamentos de peritagem à medida das necessidades dos países e nos limites do orçamento do PACED. A escolha dos equipamentos propostos resultou de um diálogo de proximidade com as instituições implicadas, a fim de assegurar a adequação dos equipamentos adquiridos.

2.1.4.1 Fornecimento de viaturas de resposta rápida para a PJ (Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe)

*Guiné-Bissau

A partir de julho de 2018, foram finalmente reunidas as condições institucionais para se reiniciar o processo de aquisição de viaturas para a Polícia Judiciária da Guiné-Bissau. A adjudicação viria a ser concluída em novembro de 2018.



Figura 41 - Entrega de equipamento informático à Polícia Judiciária da Guiné-Bissau (Bissau, 27.7.2019)

A cerimónia de entrega formal ocorreu no dia 27 de julho de 2019, na cidade de Bissau, na República da Guiné-Bissau, na sede da Polícia Judiciária, duas viaturas 4 x 4 e diverso equipamento informático, que contou com a presença da Senhora Ministra da Justiça e dos Direitos Humanos da República da Guiné-Bissau, Ruth Monteiro, do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa, Augusto Santos Silva, do Senhor Embaixador de Portugal, António Alves de Carvalho, do Senhor Encarregado de Negócios, em funções, da Delegação da União Europeia na República da Guiné-Bissau, Francisco Maya Sepúlveda, do Senhor Presidente do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., Embaixador Faro Ramos e do Senhor Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária e Ponto Focal do PACED na República da Guiné-Bissau, Domingos Correia.



Figura 42 - Cerimónia de entrega das viaturas de resposta rápida (Bissau, 2019)

Vale, no entanto, a pena frisar que o valor desta aquisição consumiu a verba disponível na 2.1.4.1 e parte da verba disponível na 2.1.4.3, já que esta aquisição correspondeu a EUR 64.029,00. Como se poderá confirmar pela leitura das especificações técnicas procurou adquirir-se um equipamento robusto e resistente às condições climatéricas adversas. O aspeto da resistência era tanto mais importante se tivermos em conta que estas viaturas devem dar apoio à Polícia Judiciária em ações fora da capital.

*São Tomé e Príncipe

No dia 7 de março, o Embaixador de Portugal em São Tomé e Príncipe entregou as duas viaturas e o equipamento informático adquiridas no âmbito do projeto no final do ano de 2017, à Polícia de Investigação Criminal numa cerimónia que contou com a presença da Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos.



Figura 43 - Viaturas de apoio à Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe (São Tomé, 7.3.2018)

No dia 9 de abril de 2019, na Região Autónoma do Príncipe, na República Democrática de São Tomé e Príncipe, na sede da Delegação da Polícia Judiciária naquela região autónoma, uma cerimónia de entrega de equipamento que contou com a presença do Senhor Presidente do Governo Regional do Príncipe, José Cassandra, da Senhora Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Ivete Lima, do Senhor Diretor-Geral dos Serviços Prisionais e Reinserção Social, Lázaro Afonso, da Senhora Diretora da Polícia Judiciária, Maribel Rocha e do Senhor Adido da Cooperação da Embaixada de Portugal, António Machado.

A entrega da viatura decorreu no âmbito do PACED, com vista a reforçar a capacidade da Delegação da Polícia Judiciária da Região Autónoma do Príncipe.



Figura 44 - Viatura entregue na Polícia Judiciária da Ilha do Príncipe (Santo António, 10.3.2020)

Posteriormente, teve lugar no dia 10 de março de 2020, em São Tomé, a entrega de duas motorizadas e diverso material de laboratório à Polícia Judiciária (PJ) da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

2.1.4.2 Fornecimento de equipamento informático para a polícia de investigação criminal (São Tomé e Príncipe)

Recorde-se que o equipamento informático entregue em cerimónia oficial no dia 7 de março de 2018 incluiu:

- Dez computadores de secretária, com as seguintes especificações técnicas, incluindo: Monitor de 23 polegadas, Teclado, Rato e Software Windows 10 PRO
- Dois computadores de secretária com as seguintes especificações técnicas incluindo: Monitor de 23 polegadas, teclado, rato e Software Windows 10 PRO
- Dois portáteis com as seguintes especificações técnicas:
- Doze estabilizadores de energia, vulgo UPS;
- Duas impressoras de rede, com as especificações técnicas: Térmica A4, com USB, kit para carro e adaptador de corrente;
- Dez kits de 100 folhas de papel térmico A4;
- Duas baterias recarregáveis;
- Dois adaptadores de corrente para impressora portátil;
- Dois adaptadores de carro, de 12 voltes.

2.1.4.3 Fornecimento de equipamento informático para a polícia de investigação criminal

Recorde-se que no âmbito desta atividade está previsto um valor global de EUR 65.000,00 por país.

*Angola

No âmbito do procedimento para a aquisição do seguinte *software* para os Serviços de Investigação Criminal de Angola:

- Licenças i2- *Analyst Notebook*- software de análise da informação.

- MKCVI OSINT *Plugin*- aluguer anual: software de acesso às redes sociais
- Licenças iz- *ibase designer SSE*: trata-se: base de dados propriamente dita
- Licenças iz: *ibase user*: software que permite a ligação do *analysts book* à base de dados.

Foi ministrada formação aos utilizadores dos produtos listados acima entre os dias 4 e 15 de dezembro de 2017.

*Cabo Verde

Bens fornecidos à Polícia Judiciária de Cabo Verde:

- baterias para UPS;
- equipamento mobiliário;
- aparelhos de ar condicionado;
- serviços de manutenção do cromatógrafo gasoso do laboratório da polícia científica e formação de especialistas;
- Purificador de água.



Figura 45 - Reforço da capacidade técnica do Laboratório da Polícia Judiciária de Cabo verde (Praia, 23.4.2018)

No âmbito desta atividade foi possível garantir não apenas a contratação dos serviços de manutenção de equipamento específico de laboratório à Polícia Judiciária de Cabo Verde, há longo período inoperacionais por falta de assistência, no montante de 19.918,03 EUR, mas também a aquisição de equipamento informático em falta naquele órgão de polícia criminal de Cabo Verde, no montante de 14.249,30 EUR.

No âmbito desta atividade encontrava-se em falta garantir os serviços de manutenção de equipamento específico de laboratório à Polícia Judiciária de Cabo Verde, pelo que foram encetados os contatos necessários. A adjudicação deste serviço foi realizada em março de 2021.

*Guiné-Bissau

Como referido a propósito das viaturas, a partir de julho de 2018, foram finalmente reunidas as condições institucionais para se reiniciar o processo de aquisições para a Polícia Judiciária. Neste sentido foi iniciado o procedimento para a aquisição do seguinte equipamento informático no âmbito desta atividade:

- 15 computadores de secretária com as seguintes especificações técnicas:
 - Memória RAM: 4GB
 - Disco rígido: 500GB
 - Placa gráfica: Intel HD 630
 - Placa Áudio: integrada na *motherboard*. Sem outras especificações
 - N.º de portas USB:
 - Uma porta USB 3.1 frontal
 - Uma porta USB 2.0 frontal
 - Uma porta USB 3.1 traseira
 - Duas portas USB 2.0 traseiras
 - Data de lançamento do produto: final de 2017

- Três computadores portáteis com as seguintes especificações técnicas
 - Memória RAM: 8Gb DDR4
 - Disco Rígido: 256 GBSSD
 - Placa gráfica: Intel HD 620
 - Placa Áudio: integrada na *motherboard*, com altifalantes *stereo* e dois microfones incorporados
 - N.º de portas USB:
 - Uma porta USB 3.1
 - Uma porta USB 3.0
 - Data de lançamento do produto 2018

- Dois computadores portáteis com as seguintes especificações técnicas:
 - Memória RAM: 8Gb
 - Disco Rígido: 256Gb SSD
 - Placa gráfica: Intel HD 640
 - Placa áudio: integrada na *motherboard*, sem mais especificações técnicas
 - Nº portas USB: 2 portas USB 3.1
 - Data lançamento do produto: final 2017

- Duas impressoras com as seguintes especificações técnicas:
 - Velocidade de impressão a preto: até 30 ppm
 - Saída da primeira página (pronta): 8 seg
 - Qualidade de impressão a preto: até 600 x 600 ppp
 - Ciclo de produtividade (mensal, A4): até 25000 páginas
 - Volume mensal de páginas recomendado: 500 até 2500
 - Tecnologia de impressão: laser;
 - Velocidade do processador: 266 MHz;

- Uma impressora com as seguintes especificações técnicas:

- Velocidade de impressão a preto: até 25 ppm
- Saída da primeira página (pronta): 7 seg
- Qualidade de impressão a preto: até 600 x 600 ppp
- Volume mensal de páginas recomendado: 8000 páginas
- Tecnologia de impressão: laser
- Velocidade do processador: 400 MHz
- 16 licenças *office business*
- um antivírus
- Três fotocopiadoras com as seguintes especificações técnicas:
 - Velocidade de impressão a preto: até 45 ppm
 - Saída da primeira página (pronta): 3,9 seg
 - Qualidade de impressão a preto: até 600 x 600 ppp
 - Formato: A4 e A3
 - Tecnologia de impressão: laser
 - Velocidade do processador: 400 MHz
 - Capacidade bandeja: até 2300 páginas (impressão frente e verso).

***Moçambique**

No dia 15 de maio de 2018, a Embaixada de Portugal e a Delegação da União Europeia em Maputo entregaram ao Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) os equipamentos que já tinha sido adquirido no final do ano de 2017.

- Três televisores plasmas;
- Onze computadores portáteis com as especificações já descritas no âmbito do anterior relatório
- Uma viatura.



Figura 46 - Entrega de equipamento ao Serviço nacional de Investigação Criminal (SERNIC) (Maputo, 15.5.2018)

*São Tomé e Príncipe

Depois da aquisição e instalação dos equipamentos de laboratório ter sido interrompida, tendo em vista a conclusão das obras no laboratório da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, no dia 12 de novembro de 2020, foi inaugurado o laboratório científico da Polícia Judiciária (PJ) da República Democrática de São Tomé e Príncipe presidida pela Ministra da Justiça Administração Pública e Direitos Humanos de São Tomé e Príncipe, Ivete Santos Lima Correia, que considerou ser este “um dia histórico na cooperação entre países”. A cerimónia contou com a participação do Representante da União Europeia em São Tomé, da Embaixada de Portugal naquele país e, por videoconferência, da Diretora do Laboratório Científico da PJ de Portugal, da Diretora Nacional Adjunta da PJ de Cabo Verde, entre outras individualidades.

No dia 10 de março de 2020, em São Tomé, a entrega de duas motorizadas e diverso material de laboratório à Polícia Judiciária (PJ) da República Democrática de São Tomé e Príncipe que vão robustecer a capacidade operacional da Delegação da PJ na Região Autónoma do Príncipe enquanto o equipamento, que inclui máquinas fotográficas específicas para o trabalho de lofoscopia e diverso material para perícias, se destina ao Laboratório da PJ.



Figura 47 - Entrega de equipamento Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe (São Tomé,10.3.2020)

A cerimónia contou com a presença da Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, Ivete Santos Lima Correia, do Procurador-Geral da República, Kelve Nobre de Carvalho, da representante da Embaixada de Portugal, Leonor Esteves, e da Diretora da Polícia Judiciária (PJ), Maribel Rocha.

*Timor-Leste

Decorreu, no dia 18 de fevereiro de 2021, na sede da Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC), em Díli, a cerimónia de entrega do quarto lote de material de laboratório, com vista ao reforço da capacidade de atuação na prevenção e combate à criminalidade organizada.

O material, que consiste em reagentes de laboratório fundamentais para a realização de perícias, no valor de quatro mil euros, foi entregue ao Diretor Nacional da PCIC, Vicente de Brito, pelo Embaixador da União Europeia em Timor-Leste, Andrew Jacobs, e pelo Embaixador de Portugal, José Pedro Machado Vieira.

A outorga deste material ao laboratório da PCIC enquadra-se num apoio mais amplo do PACED de resposta às necessidades dos parceiros nacionais timorenses, estando prevista a entrega de equipamento laboratorial – cromatógrafo gasoso - no valor de 73.000,00 EUR no decurso do ano de 2021, sendo que a adjudicação ocorreu no mês de julho de 2021. Todo o equipamento foi entregue até junho de 2022.



Figura 48 - Cerimónia entrega de equipamento/reagentes à Polícia Científica de Investigação Criminal (Dili, 18.2.2021)



Figura 49 - Chegada do equipamento de laboratório à PCIC (Dili, 2021)

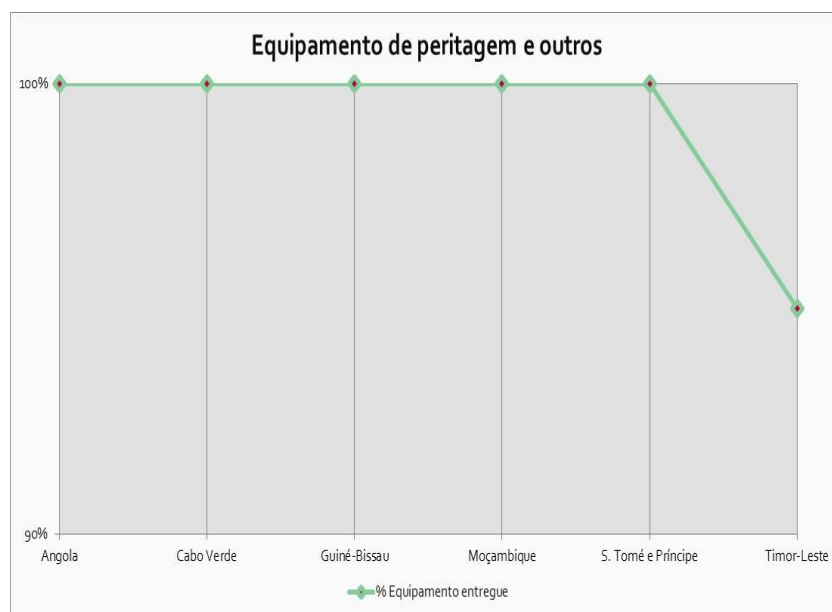


Figura 50 - Equipamento de peritagem e outros

2.1.5 Assistências técnicas à medida

✓ Angola

a. Capacitação Formativa e Judiciária de Técnicos e Oficiais de Justiça de Angola (1.ª e 2.ª fases)



Figura 51 - Lançamento do curso de Capacitação Formativa e Judiciária de Técnicos e Oficiais de Justiça de Angola (Luanda, 18.12.2020)

Teve início, a 23 de novembro de 2020, a primeira fase da Capacitação Formativa e Judiciária de Técnicos e Oficiais de Justiça de Angola, que decorreu até 18 de dezembro de 2020. Esta atividade foi totalmente adaptada ao regime online, fruto da situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e doença COVID-19, sendo desenvolvida em articulação entre o Centro de Formação da Direção-Geral de Administração da Justiça (DGAJ), do Ministério da Justiça de Portugal, e o Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ) do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos de Angola.

A formação contou com um total de 30 horas e destinou-se a 31 técnicos e oficiais de justiça de diferentes instituições (Tribunal Supremo, Conselho Superior da Magistratura Judicial, Procuradoria-Geral da República, Serviços de Investigação Criminal e tribunais provinciais) e respondeu a uma solicitação das autoridades angolanas face à necessidade de formação especializada.

A ação teve como objetivo capacitar estes profissionais nas diferentes fases processuais penais relevantes em matéria de branqueamento de capitais, corrupção e criminalidade organizada, mas também criar uma bolsa de formadores angolanos nesta área específica, capaz de replicar o conhecimento em formações nacionais.

Dos 31 formandos iniciais, 28 foram considerados aptos a continuar na segunda e terceira fases, (formações nacionais; consolidação de conhecimentos e avaliação) a decorrer em Angola em 2021.

A 2.ª fase teve início no dia 10 de março de 2021 e ficou concluída a 28 de abril de 2021.

No dia 30 de junho de 2022, decorreu no Auditório do Instituto Nacional de Estudos Judiciários, em Luanda, a cerimónia de apresentação do Manual do Processo Penal Angolano e de entrega dos certificados da formação de formadores a Técnicos e Oficiais de Justiça no âmbito do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste (PACED).

A Diretora Geral-Adjunta de Estudos e Investigação Judiciária, Adélia Maria Pires da Conceição de Carvalho, deu início às intervenções, focando o trabalho de formação de formadores que foi desenvolvido e o facto de em parceria se ter conseguido dar corpo a um Manual que será muito relevante no futuro. Por seu lado, o Ordenador Nacional Suplente do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) de Angola, António de Jesus Marcolino Pombal, sublinhou a relevância que as atividades desenvolvidas no âmbito do PACED tiveram para os países parceiros, especialmente, numa área tão sensível como é a da justiça.

Na sua intervenção, a Embaixadora da União Europeia em Angola, Jeannette Seppen, enfatizou o facto de o PACED ser um dos projetos mais bem-sucedidos da cooperação da União Europeia - PALOP TL: *“um projeto de sucesso, amplamente reconhecido pelos beneficiários e parceiros”*, sendo devida uma *“palavra de agradecimento ao Camões, I.P. pelo trabalho que tem desenvolvido”*.

Também presente, o Ordenador Nacional de Moçambique, Embaixador Mário Saraiva Ngwenya, teve a oportunidade de referir que o Projeto PALOP/TL UE, onde o PACED se integra, comemorará este mês 30 anos de existência, sendo uma honra associar o lançamento deste importante Manual ao arranque das comemorações.

Para além dos oradores, o evento contou também com a presença de altos representantes das entidades parceiras do PACED em Angola, da Secretaria para os Assuntos Judiciais e Jurídicos da Casa Civil do Presidente da República, do Tribunal Supremo, da Procuradoria-Geral da República e da Unidade de Informação Financeira daquele país.

A produção de manuais específicos para as instituições parceiras do PACED no âmbito da prevenção e luta contra a corrupção, o branqueamento de capitais e a criminalidade organizada, em particular, o tráfico de estupefacientes, consubstanciou uma das prioridades do projeto, juntando-se este 1.º Manual do Processo Penal Angolano a outras 9 publicações lançadas no âmbito do PACED e que têm acesso universal e gratuito no sítio do projeto, no separador “Publicações”.

O Manual do Processo Penal Angolano encontra-se disponível em: https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/manual-processo-penal-angola-vf.pdf.



Figura 52 - Lançamento do Manual do Processo Penal Angolano (Luanda, 30.6.2022)

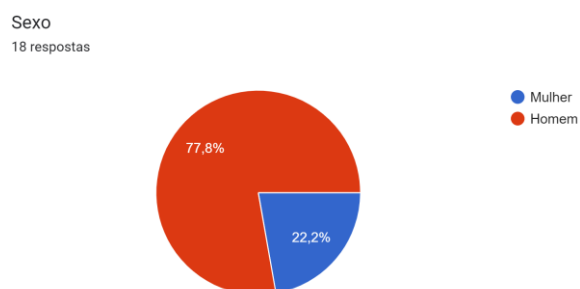


Figura 53 - Desagregação dos participantes por sexo (1.ª Pós-Graduação)

b. 1.º Curso de Pós-graduação online sobre o Regime Jurídico da Prevenção e da Luta Contra a Corrupção, o Branqueamento de Capitais e o Crime Organizado



Figura 54 - Abertura do 1.º Curso de Pós Graduação (Huambo, 2.9.2020)

O 1.º Curso de Pós-graduação online sobre o Regime Jurídico da Prevenção e da Luta Contra a Corrupção, o Branqueamento de Capitais e o Crime Organizado, resultante de uma parceria entre a Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos, no Huambo, e o Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com o apoio do PACED. Esta Pós-Graduação contou com docentes portugueses e angolanos, designadamente, parceiros do PACED que coapresentaram os diferentes módulos, respondendo à necessidade de formação especializada, com o objetivo de melhorar as capacidades dos profissionais com responsabilidades na prevenção e combate aos crimes de corrupção, branqueamento de capitais e criminalidade organizada nas diferentes instituições.

Esta iniciativa decorreu entre setembro e novembro de 2020.

A Pós-Graduação teve início a 2 de setembro de 2020 sendo organizada pela Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos, no Huambo (Angola), e o Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com o apoio do PACED.

Destinado a um total de 90 participantes (entre magistrados judiciais, magistrados do Ministério Público, polícias de investigação criminal, técnicos dos Bancos Centrais e das Unidades de Informação Financeira), 30 dos quais das instituições parceiras do PACED em Angola e 60 oriundos dos demais países parceiros, o curso tem um modelo misto, sendo lecionado presencialmente aos participantes do Huambo e por videoconferência aos restantes.

A sessão de abertura decorreu no Huambo e contou com a intervenção, entre outras personalidades, do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos da República de Angola, Francisco Queiroz, que destacou a importância do PACED na formação jurídica de quadros angolanos e apelou à cooperação internacional para um combate mais eficaz à corrupção e branqueamento de capitais.

Este curso, com duração até novembro deste ano, responde à necessidade de formação especializada, com o objetivo de melhorar as capacidades dos profissionais que, nas diferentes instituições, têm

responsabilidades na prevenção e combate aos crimes de corrupção, branqueamento de capitais e criminalidade organizada, contribuindo para sociedades mais transparentes e justas.

A coordenação científica desta Pós-Graduação ficará a cargo da Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos e do Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sendo o corpo docente constituído por Professores, investigadores e juristas, portugueses e angolanos de reconhecido mérito.

c. Fornecimento de equipamento informático ao Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ)

Aquisição de equipamento informático para Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ) encontra concluída, aguardando-se momento oportuno para assinalar a entrega das 4 webcams e dos dois computadores portáteis.

d. Consultoria jurídica/Apreciação do “Plano de transparência e gestão de risco de corrupção na administração pública” e do “Proposta de lei da moralidade pública”

Neste âmbito, o Secretário para os Assuntos Jurídicos da Presidência da República de Angola, que é também ponto focal do PACED, solicitou que no âmbito do desenvolvido na atividade 1.3.1, que culminou com a apresentação de uma proposta de Regime harmonizado sobre branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de estupefacientes, fosse assegurada uma consultoria jurídica, a desenvolver pelos mesmos peritos responsáveis pelo regime harmonizado, relativo às temáticas do combate à corrupção e ao branqueamento de capitais, tendo em vista:

- a) quanto ao "plano de transparência e gestão de risco de corrupção na administração pública", considerando a sua natureza eminentemente política, foi realizada uma apreciação formal, nomeadamente do ponto de vista do direito e das boas práticas internacionais;
- b) quanto à "proposta de lei da moralidade pública", foi realizada uma revisão completa, integrando o desenvolvimento desta atividade com os princípios orientadores constante e que inspiraram o regime harmonizado.

O documento final do parecer, elaborado pelos Senhores Professores Doutores Pedro Caeiro e Miguel Costa, autores das partes pertinentes do Regime Harmonizado, foi entregue às autoridades angolanas em novembro de 2020.

✓ **Cabo Verde**

a. Seminário "O combate ao Tráfico Ilícito de Estupefacientes por Mar e a operacionalização do artigo 17.º da Convenção de Viena de 1988"

Este seminário destinou-se a 60 magistrados do Ministério Público de Cabo Verde, nos dias 5 e 6 de março de 2020, na cidade da Praia, numa atividade realizada em parceria com a Procuradoria-Geral da República de Cabo Verde, o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICPJ) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o Centro de Análises e Operações Marítimas-Narcóticos (MAOC-N), o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), a Polícia Judiciária e o Ministério Público, ambos de Portugal.



Figura 55 - Seminário “O combate ao Tráfico Ilícito de Estupefacientes por Mar e a operacionalização do artigo 17.º da Convenção de Viena de 1988” (Praia, 5.3.2020)

b. Consultoria jurídica/Apreciação do Anteprojeto da nova “Lei da Droga” de Cabo Verde

Neste âmbito, o Senhor Diretor da Política Legislativa do Ministério da Justiça e Trabalho de Cabo Verde, Dr. Benvindo Oliveira, que é também ponto focal do PACED, solicitou que no âmbito do desenvolvido na atividade 1.3.1, que culminou com a apresentação de uma proposta de Regime harmonizado sobre branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de estupefacientes, fosse assegurada uma consultoria jurídica, a desenvolver pelos mesmos peritos responsáveis pelo regime harmonizado, no que respeita à temática do combate ao tráfico ilícito de produtos estupefacientes, que procedesse à análise do Anteprojeto da nova “Lei da Droga” de Cabo Verde.

O referido anteprojeto foi apreciado no plano político-criminal e técnico-jurídico e, em especial, assegurando a respetiva conformidade com o direito internacional aplicável e com as recomendações resultantes do Projeto de Harmonização do Regime Legal no Espaço das Ordens Jurídicas sobre branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de estupefacientes, proteção de testemunhas e recuperação de ativos e perda de bens (2017).

Para além da elaboração de um relatório onde se condensaram os vetores principais da análise do Anteprojeto de Lei, foi elaborado um documento com uma proposta de diploma, onde se contém sugestões de alteração do Anteprojeto, em planos diversos (sistemático, formal, dogmático e político-criminal).

Finalmente, foi também elaborada uma Tabela Comparativa, que toma por base a regulamentação do Anteprojeto de Lei e que lhe faz corresponder, em outra coluna, aquela que se contém na Proposta.

O documento final do parecer, elaborado pelos Senhores Professores Doutores Pedro Caeiro e Miguel Costa, autores das partes pertinentes do Regime Harmonizado, foi entregue em setembro de 2020.

c. Entrega de equipamento ao Conselho Superior Magistratura Judicial

No dia 27 de maio de 2022, no Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ) de Cabo Verde, decorreu a cerimónia de entrega de equipamento informático destinado aos Tribunais de Cabo Verde, no âmbito do projeto PACED.

A Ministra da Justiça de Cabo Verde, Joana Rosa, e o Presidente do CSMJ, Bernardino Delgado, estiveram presentes na cerimónia e consideraram que “os equipamentos vão ajudar na redução das pendências e da morosidade processual.”

“os equipamentos vão ajudar na redução das pendências e da morosidade processual.”, **Bernardino Delgado**

Os equipamentos ora entregues - colunas e microfones de audiência, amplificadores digitais e computadores, dotados de gravadores, processamento e reproduzidor áudio - têm como objetivo dotar várias salas de audiência de plenas funcionalidades digitais, entre outras, para a gravação de julgamentos.



Figura 56 - Entrega de equipamento ao Conselho Superior da Magistratura de Cabo Verde (Praia, 27.5.2022)

✓ **Guiné-Bissau**

Ao abrigo da atividade 2.1.4 o país já adquiriu duas viaturas, no valor de EUR 64.029,00 e um conjunto de equipamento informático no valor estimado de EUR 36.000,00. Os dois equipamentos juntos perfazem um total de EUR 100.029,00. Dadas as evidentes carências de equipamento da Polícia Judiciária foi acordado que, cerca de EUR 10.000 deste valor foi convertido em aquisições viabilizando assim as aquisições em equipamentos previstas na atividade 2.1.4.



Figura 57 - Entrega de equipamento ao Centro Nacional de Formação Judiciária da Guiné-Bissau (CENFOJ) (Bissau, 7.6.2021)

No âmbito da atividade 2.1.5 foi adquirido um relevante conjunto de equipamento informático destinado ao CENFOJ - Centro Nacional de Formação Judiciária da Guiné-Bissau, atendendo, a necessidade de informatização e acesso à internet para uso de plataformas digitais nas ações formativas, como forma também de possibilitar a continuidade das formações em cenários pós Covid-19, simultaneamente potenciando a futura Plataforma de formação e de cooperação no âmbito do Projeto.

Teve lugar, no dia 7 de junho de 2021, na Faculdade de Direito de Bissau, a entrega de equipamento de formação à distância ao CENFOJ - Centro Nacional de Formação Jurídica da Guiné-Bissau, no âmbito do PACED, financiado pela União Europeia e cofinanciado e gerido pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

O equipamento informático, fundamental para a formação a distância, no valor de 20 mil euros, foi entregue pela Chefe de Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau e pelo Embaixador de Portugal na Guiné-Bissau ao Diretor do CENFOJ, na presença do representante do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na Guiné-Bissau.

A adoção de medidas de mitigação do impacto gerado pela pandemia de COVID-19 tornou premente o apetrechamento do CENFOJ, garantindo a plena fruição dos sistemas de ensino e aprendizagem à distância com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação. Este reforço material, que inclui computadores, sistemas de projeção e de videoconferência, enquadra-se no apoio às escolas de formação jurídica e judiciária dos PALOP-TL, no âmbito da Plataforma de Formação e Cooperação a ser desenvolvida pelo PACED.

Para este efeito, foi celebrado um acordo entre a Faculdade de Direito de Bissau, o CENFOJ, o PNUD – Guiné-Bissau e a Cooperação Portuguesa, no âmbito do qual será garantido, pelo PNUD, o fornecimento de acesso à internet, bem como assegurada a manutenção dos equipamentos informáticos.

Ainda no âmbito desta atividade foi realizado o **Curso de Formação contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados**, entre os dias 24 e 26 de novembro de 2021, em Bissau, numa iniciativa do Programa de

Armas de Fogo da INTERPOL em coordenação com o PACED – Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

A sessão de encerramento e de entrega de certificados aos cerca de 25 formandos contou com a presença da Diretora Nacional da Polícia Judiciária da Guiné-Bissau, Teresa Alexandrina da Silva, do Coordenador do Programa IArms da Interpol, Joaquim Rodrigues, além de representantes do Gabinete Nacional da Interpol, da Embaixada de Portugal e da Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau.

A formação teve lugar no seguimento da 1.ª Reunião Regional Contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados, que juntou as polícias de investigação criminal dos PALOP e de Timor-Leste nos dias 6 e 7 de julho de 2021, e destinou-se às autoridades policiais com competência no combate a este tipo de criminalidade, designadamente, a Polícia Judiciária e Polícia de Ordem Pública.

O Curso de Formação contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados teve por objetivo o apoio e aprimoramento da capacidade nas áreas vinculadas à investigação do tráfico de armas de fogo e crimes relacionados, incluindo a identificação, rastreamento e investigação de armas de fogo, bem como comparação forense e balística.



Figura 58 - Curso de Formação contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados –INTERPOL (Bissau, 24 a 26.11.2021)

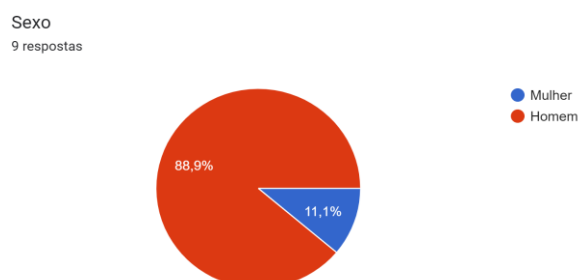


Figura 59 - Desagregação por sexo, Curso de Formação INTERPOL (Bissau, 2021)

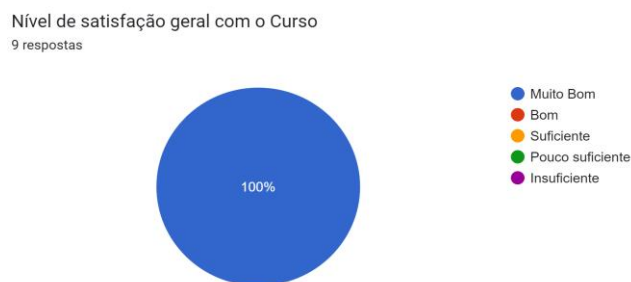


Figura 60 - Nível de satisfação geral com o Curso de Formação INTERPOL (Bissau, 2021)

No âmbito da atividade **2.1.5** teve ainda lugar no dia 27 de junho de 2022, no Auditório do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., em Lisboa, num evento realizado à margem da Conferência dos Oceanos, a cerimónia de apresentação da tradução para língua portuguesa do Manual Maritime Crime: A Manual for Criminal Justice Practitioners/ "Criminalidade Marítima: Manual para Profissionais da Justiça Criminal" (3 ed.), elaborado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime).

A tradução para língua portuguesa deste manual ficará disponível em formato digital com acesso livre no site da UNODC e no site do PACED em: https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/unodc-criminalidade-maritima-manual-para-profissionais-da-justica-criminal-trad-da-3%C2%AA-ed-em-lingua-inglesa-vf.pdf.

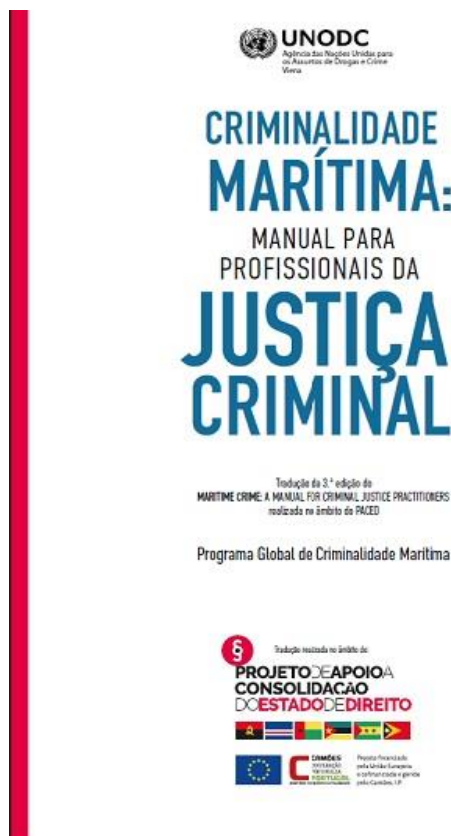


Figura 61 - Manual Justiça Criminal UNODC

✓ **Moçambique**

a. Aquisição de equipamento informático para o Centro de Formação Jurídica e Judiciária – CFJJ

Decorreu no dia 9 de dezembro de 2020, em articulação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a cerimónia de entrega de equipamentos de formação à distância nas instalações do Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ) em Moçambique, através do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito (PACED). A cerimónia foi presidida pelo Secretário Permanente do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos da República de Moçambique, Manuel Didier Malunga.

A necessidade de adoção de medidas de mitigação do impacto gerado pela pandemia da COVID-19 tornou premente a aquisição de equipamento informático para apetrechamento das salas virtuais garantindo a plena fruição dos sistemas de ensino e aprendizagem à distância com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação.



Figura 62 - Entrega de equipamento ao Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Moçambique (Maputo, 9.12.2020)

b. Entrega de equipamento ao Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC)

Realizou-se no passado dia 30 de agosto de 2019, na sede do Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) da República de Moçambique, a cerimónia conjunta de entrega de cinco motorizadas Yamaha AG125 ao SERNIC, do Ministério do Interior, e de equipamento informático ao Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ), do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos.

Na cerimónia estiveram presentes o Senhor Diretor-Geral Adjunto do SERNIC, Fernando Francisco, a Senhora Chefe de Serviço do Departamento de Planificação, Estatística e Cooperação do CFJJ, Margarida Flávia Chaisse, a Senhora Embaixadora de Portugal, Maria Amélia Paiva, o Senhor Chefe da Secção Governação da Delegação da União Europeia na República de Moçambique, Geert Anckaert, o Senhor Coordenador do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED), João Pedro Campos, e o Senhor Inspetor de Investigação e Instrução Criminal e Ponto Focal do PACED na República de Moçambique, Lino Ferrão.

O fornecimento destes equipamentos decorre no âmbito do PACED, com vista a reforçar as capacidades do SERNIC e do CFJJ da República de Moçambique.



Figura 63 - Entrega de equipamento ao Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) (Maputo, 30.8.2019)

c. Seminário “O Papel dos Tribunais Internacionais na Efetivação dos Direitos Humanos e na Consolidação do Estado de Direito”

A organização deste seminário, em parceria com o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos e o CFJJ deste, integrou-se na semana de ativismo sobre os Direitos Humanos e no 72.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas” e contou com a participação do Presidente do Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos, Sylvain Ore, que proferiu uma palestra sobre “O Papel dos Tribunais Internacionais na Efetivação dos Direitos Humanos e na Consolidação do Estado de Direito”.

d. Lançamento do "Comentário à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e do Protocolo adicional do Tribunal Africano".

No dia 10 de dezembro de 2020, em Maputo, teve lugar o lançamento da obra “Comentário à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e dos seus Protocolos Adicionais”, com o apoio do PACED. A cerimónia de lançamento da obra, organizada pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos da República de Moçambique e pela Presidência da República de Moçambique, contou com a intervenção do Presidente da República de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, e dos demais presidentes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Esta cerimónia enquadra-se na celebração do Dia Internacional dos Direitos Humanos, estabelecido pelas Nações Unidas em 1950, sob o lema “Sociedade Moçambique Consciencializada, Construindo de Novo”.



Figura 64 - Lançamento do Comentário à Carta Africana (Maputo, 10.12.2020)

O “Comentário à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e dos seus Protocolos Adicionais”, com organização de Paulo Pinto de Albuquerque, conta com prefácios dos presidentes dos PALOP e comentários de 76 juristas (juízes, procuradores, advogados, académicos e ministros, entre outros) sobre os diversos direitos constantes da Carta e dos seus Protocolos adicionais.

Também lançada na Guiné-Bissau, no dia 29 de julho de 2021, na Casa dos Direitos em Bissau, a cerimónia de lançamento do “Comentário à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e dos seus Protocolos Adicionais”, com apresentação geral a cargo do Juiz de Instrução Criminal do Tribunal de Bissau e coautor da obra, Mamadú Embaló, que proferiu uma comunicação subordinada à temática da “Justiça e Direitos Humanos”. A cerimónia contou, igualmente, com a intervenção online do organizador da Obra, o Professor Paulo Pinto de Albuquerque.

O “Comentário à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e dos seus Protocolos Adicionais” conta com prefácios dos Chefes de Estado dos PALOP e comentários de 66 juristas (juízes, procuradores, advogados, académicos e ministros, entre outros) sobre os direitos constantes da Carta e dos seus Protocolos adicionais.

Na cerimónia foram ainda apresentadas duas outras obras que contaram com o apoio do PACED: o «Guia para Investir nos PALOP e Timor-Leste» e o «Quadro jurídico sobre o branqueamento de capitais, combate à corrupção e ao tráfico de droga nos PALOP e em Timor-Leste». Estas publicações integram-se na LEGIS-PALOP+TL, Base de Dados Jurídica Oficial, que contém legislação, jurisprudência e doutrina de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

A iniciativa assinalou ainda a conclusão das ações de formação nacional nas áreas da prevenção e combate à criminalidade económico-financeira e tráfico de drogas na Guiné-Bissau, com tutoria do Centro de Estudos

Judiciários (CEJ) e do Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (IPJCC) de Portugal, tendo possibilitado a formação especializada de 74 quadros guineenses.



Figura 65 - Lançamento do Comentário à Carta Africana (Bissau, 29.7.2021)

✓ **São Tomé e Príncipe**

a. Rede informática com acesso à internet

No âmbito do apoio do PACED à PJ de São Tomé e Príncipe, foi inaugurada, no dia 19 de maio de 2020, a rede informática com acesso à internet.

b. Formação para especialistas do laboratório da PJ

No âmbito do apoio à PJ de São Tomé e Príncipe, decorreu a formação à distância para os especialistas do laboratório da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, dedicada ao tema «Abordagens temáticas sobre o Local do Crime», ministrada pela PJ portuguesa, por videoconferência, a elementos da equipa forense santomense, entre 19 e 22 de junho de 2020.



Figura 66 - Formação à distância para os especialistas do laboratório da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe (2020)

Igualmente, entre os dias 19 de outubro e 6 de novembro de 2020, decorreu a formação prática conjunta (assegurada por peritos de Cabo Verde e de Portugal) para os especialistas do laboratório da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, que culminou com a entrega dos certificados e inauguração do novo laboratório no dia 12 de novembro de 2020.



Figura 67 - Formação de técnicos de laboratório da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe (São Tomé, 19.6.2020)

c. Construção e entrega de sistema informática à Unidade de Informação Financeira

No âmbito da atividade 2.1.5, entrou em funcionamento, no dia 22 de dezembro de 2021, a plataforma de seguimento das operações financeiras, da Unidade de Informação Financeira (UIF), bem como o respetivo portal, designado “UIF360”, cujo acesso poderá ser efetuado em <https://uif.gov.st> e <https://uif.gov.st/uif360>.

Esta ferramenta, financiada através do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED), permitirá à UIF efetuar o cruzamento e reporte de informação e detetar movimentos suspeitos, integrando igualmente uma base de dados que cumpre os protocolos de proteção de informação financeira, reforçando o sistema de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo do país.

d. Aquisição de material informático e formação em IBM i2 Analyst Notebook para a PGR

Terminou, no dia 17 de setembro de 2021, a Formação em IBM i2 Analyst Notebook, destinada a seis técnicos da Procuradoria-Geral da República de São Tomé e Príncipe, no âmbito do PACED – Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste.

A formação, necessária para a operacionalização do equipamento e software informático de análise fundamentais para o combate à criminalidade organizada, designadamente, ao branqueamento de capitais, teve duração de cinco dias.

A entrega do equipamento e software informático à Procuradoria-Geral da República de São Tomé e Príncipe decorreu à margem do XVIII Encontro de Procuradores-Gerais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) que teve lugar nos dias 23 e 24 de agosto de 2021.

O Analyst Notebook é um produto utilizado por diversas entidades, como forças de segurança, serviços de inteligência e empresas, como ferramenta auxiliar no combate a fraude e à corrupção.

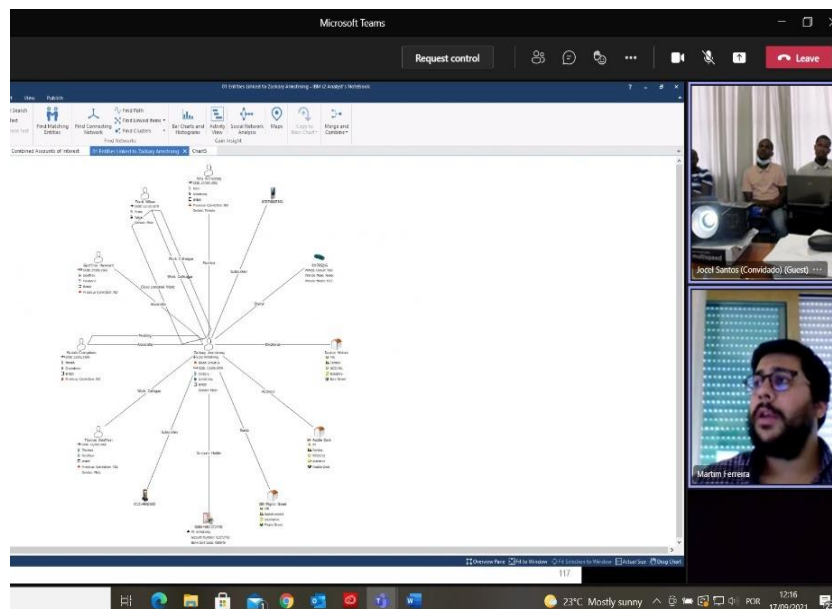


Figura 68 - Formação IBM i2 Analyst (São Tomé, 17.9.2021)

✓ Timor-Leste

a. Bibliotecas Jurídicas

Procedeu-se à entrega de bibliotecas jurídicas a novos Juizes de Direito timorenses, no dia 2 de junho de 2020. A aquisição de outros 12 acervos jurídicos para as diferentes entidades parceiras já foi concretizada, aguardando-se a realização de cerimónia de entrega em Díli.



Figura 69 - Entrega de bibliotecas jurídicas (Díli, 2.6.2020)

b. Equipamento informático que destinado ao Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Timor-Leste (CFJJ)

A entrega de equipamento informático destinado ao Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Timor-Leste (CFJJ), para provimento das salas virtuais, de forma a garantir a plena fruição dos sistemas de ensino e aprendizagem a distância com recurso às novas tecnologias de informação e comunicação, ocorreu até ao final do mês de junho de 2022.

Atividade 2.2 Fortalecer o conhecimento, competências e experiência dos quadros dirigentes e técnicos das entidades nacionais envolvidos diretamente na prevenção e luta contra o branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes, particularmente no desenvolvimento e implementação de planos, estratégias e programas nessas áreas, bem como nas demais questões transversais como: ética e deontologia, os instrumentos legais e as estruturas jurídicas e administrativas, pela sua aplicação em temas, como as metodologias e as boas práticas internacionais de análise estratégica e operacional, os mecanismos de identificação e deteção do tráfico de drogas, de investigação criminal, de vigilância e monitoramento de suspeitos, etc.

2.2.1 Capacitação nas áreas da corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes, com conhecimento dos instrumentos legais, administrativos e processuais (incluindo a matéria de prova) adequados ao tratamento da tipologia destes casos para funcionários dos sistemas bancário e financeiro, investigação criminal, magistrados do Ministério Público e juizes.

Esta subactividade decorreu ao longo de três fases:

Primeira fase: Ação de formação de formadores, em colaboração com os Centros de Formação Judiciária nacionais em cada um dos países parceiros. Com a ação de formação de formadores criou-se uma bolsa de formadores dos PALOP e de Timor-Leste nas matérias de combate à corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado em particular tráfico de estupefacientes.

Segunda fase: Realização de ações de formação nacionais, em cada um dos países. Estas ações de formação foram objeto de termos de referência específicos acordados entre a Equipa de Assistência Técnica, as Unidades Técnicas Nacionais e a entidade formativa.

Terceira fase: Atividades de tutoria e de seguimento das ações de formação (avaliação).¹¹

O Centro de Estudos Judiciários, do Ministério da Justiça da República Portuguesa, foi a entidade escolhida para assegurar os serviços de formação e tutoria necessários à execução desta atividade.

Relativamente aos formandos importará destacar que se procurou sempre uma representação equitativa de magistrados judiciais, magistrados do Ministério Público e polícias de Investigação Criminal. Foram também integrados, embora em menor número técnicos das Unidades de Informação Financeira. Este é um dos aspetos mais inovadores das ações de formação que como se verá mais à frente permitirá o conhecimento interinstitucional entre os vários sistemas envolvidos.

Os formandos que assistiram às ações de formação realizadas no quadro da parceria com o Centro de Estudos Judiciários, foram os mesmos que participaram nas ações de formação realizadas no âmbito da parceria com a Escola de Polícia Judiciária. Existe um elevado grau de complementaridade e denexo entre as ações de formação, já que um dos pacotes de formação está mais ligado ao aprofundamento dos enquadramentos legais vigentes em cada um dos países legais (CEJ) e a outra mais ao nível da investigação (EPJ).

Primeira fase: Ação de formação de formadores

A ação de formação de formadores teve lugar entre os dias 17 de outubro e 14 de novembro de 2016 nas instalações do Centro de Estudos Judiciários.

¹¹ Os relatórios da 3.ª fase da formação CEJ podem ser encontrados no arquivo do projeto.



Figura 70 - Início da formação de formadores (Lisboa, 17.10.2016)

Participaram na formação 24 formandos, dos quais um terço mulheres¹². Esta percentagem esteve abaixo do que era desejado, apesar dos esforços do projeto no sentido de assegurar a equidade do género. Ainda assim, numa área com elevados índices de presença de homens, a percentagem de um terço não deixa de revelar o esforço que alguns dos países fizeram no sentido de procurar assegurar a participação de mulheres.

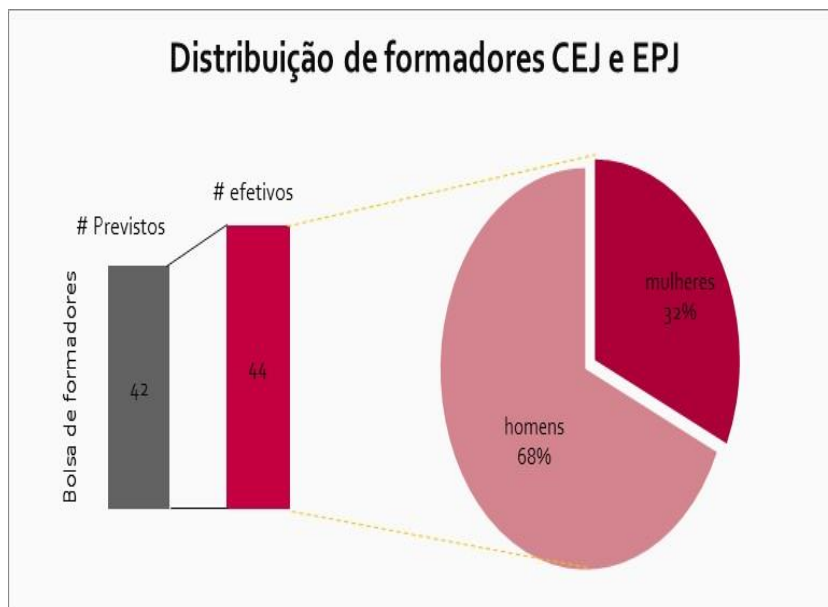


Figura 71 - Distribuição de formadores CEJ/EPJ-IPJCC

¹² Recorde-se que foi solicitado a cada um dos países que pelo menos 50% dos formandos a indicar fosse mulher. Infelizmente apenas três países conseguiram responder integralmente a este pedido.

Segunda fase: Formações nacionais

Em maio de 2017 arrancou a segunda fase. Esta segunda fase foi marcada pela realização de duas edições em todos os países. Assim, em 2017, decorreu a primeira edição da segunda fase, enquanto que, em 2018 arrancou a segunda edição com o objetivo de reforçar a autonomia dos formadores nacionais e ampliar os resultados da formação a um maior número de beneficiários, que viria a ficar concluída com a realização da segunda edição da segunda fase em São Tomé e Príncipe, de 3 a 14 de junho de 2019.



Figura 72 - Conclusão das formações nacionais (2.ª fase) (São Tomé, 14.6.2019)

Terceira fase: Atividades de tutoria e de seguimento das ações de formação (avaliação)

Muito embora condicionados pela situação epidemiológica provocada pelo Coronavírus SARS-COV-2 e doença COVID-19 foi possível iniciar, entre 14 e 18 de junho de 2021, em Cabo Verde, a 3.ª fase, de avaliação das ações de formação nas áreas da prevenção e combate à criminalidade económico-financeira e tráfico de drogas, com tutoria do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e do Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (IPJCC) de Portugal.



Figura 73 - Início da 3.ª fase das formações CEJ/IPJCC (Praia, 14.6.2021)

Esta terceira fase das formações incluiu os especialistas de cada um dos países parceiros que integram a bolsa de 44 formadores na área penal criada no âmbito do PACED.

Depois de realizada a 3.ª fase da avaliação das ações de formação nas áreas da prevenção e combate à criminalidade económico-financeira e tráfico de drogas em Timor-Leste entre 30 de maio e 3 de junho de 2022, no dia 3 de junho de 2022, no auditório do Ministério da Justiça, em Díli, decorreu a cerimónia de apresentação dos relatórios finais da 3.ª fase - de avaliação - das formações nacionais, desenvolvidas nos diferentes países parceiros do PACED – Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e em Timor-Leste, pelo Centro de Estudos Judiciários e pelo Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, consubstanciando o encerramento desta atividade (2.2.1 e 2.2.2).



Figura 74 - Conclusão das formações CEJ/IPJCC (Díli, 3.6.2022)

A cerimónia foi presidida pelo Ministro da Justiça de Timor-Leste, Tiago Amaral Sarmento, que considerou que “o projeto cumpriu os objetivos, fortalecendo as capacidades humanas e institucionais do país”, contando ainda com a intervenção do Embaixador da União Europeia em Timor-Leste, Andrew Jacobs, que focou “a importância do PACED no quadro dos esforços coletivos para combater a corrupção e a fraude”.

“O PACED cumpriu os objetivos, fortalecendo as capacidades humanas e institucionais do país”, **Tiago Amaral Sarmento**

Também presentes: a Embaixadora de Portugal em Timor-Leste, Manuela Bairos, que recordou “que o apoio de Portugal a Timor-Leste na consolidação do Estado de Direito tem sido uma prioridade desde a primeira hora, sendo essencial para o desenvolvimento político e económico do país”; o Presidente do Tribunal de

“O PACED ajudou a reforçar capacidades dos agentes da justiça e é essencial manter esse esforço de capacitação”, **Deolindo dos Santos**

Recurso, Deolindo dos Santos, que sublinhou que “o PACED ajudou a reforçar capacidades dos agentes da justiça e defendeu ser essencial manter esse esforço de capacitação”; e a Procuradora-Geral Adjunta da República, Zélia Trindade, que “destacou a importância do projeto para melhorar a qualidade da intervenção do Ministério Público no combate à criminalidade, especialmente no que respeita à corrupção, motivo pelo qual importa dar continuidade a estas iniciativas”.

Bolsa de formadores CEJ/EPJ/IPJCC

A bolsa de formadores CEJ/EPJ/IPJCC, encontra-se disponível *online*, com distribuição por país e área temática de especialização, em: <https://www.paced-paloptl.com/paced/bolsa-de-formadores>.



BOLSA DE FORMADORES PACED

As ações de formação realizadas no quadro do PACED com o Centro de Estudos Judiciários e a Escola de Polícia Judiciária e, sempre que possível, em parceria com as entidades nacionais responsáveis por estas áreas de formação, visam, para além da formação pedagógica básica, sobre a abordagem aos aspetos de formação, desenvolvimento de competências e habilitação dos intervenientes legais, administrativos e processuais e sobre a aplicação de agentes de investigação criminal ao estudo de metodologias científicas, no âmbito forense e operacional e ao desenvolvimento das competências de identificação e direção das situações regulares no que se orientam relacionadas com o campo, desenvolvimento de competências operacionais, aplicação prática de conhecimentos.

A primeira fase compreende a ação de formação de formadores e teve a duração de 20 dias úteis, sendo que concluíram esta fase 44 alunos formadores. A segunda fase - Formação Nacional - foi composta por dois ciclos de formação com duração de 10 dias nos diferentes países parceiros, já mencionados para formadores nacionais, a que precedeu a formação de 748 participantes nos serviços gerais do PACED. Como formação de nível, de forma integrada, apoiada pelos parceiros, foram selecionados para formadores nacionais e por consequente alunos de nível superior no âmbito de formação e na justiça criminal em particular.

A importância da formação destes alunos é singular e os formadores do PACED são desde logo os agentes de formação fora do quadro do projeto, sendo a marca de relevância das vertentes para as instituições e os alunos a credibilidade desta forma de formação.



FORMADORES - CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS (CEJ)

Coordenação: José Maria de Araújo, desenvolvimento de conteúdos e formação de especialistas com contributo de instituições legais, administrativas e processuais.

Itiandro Simões Consultor jurídico francisco@investigacao-judicial.com	Vitorino Mário Diretor Nacional Administração Justiça v.mario@gmail.com	Francisca Brito Alfrenda franciscabrito@cpj.pt
Alberto Coelho Polícia Investigação Criminal gcoelho@cpj.pt	Manuel Bambi Procurador da República mbambi@cpj.pt	Daniel Modesto Magistrado Judicial dmodesto@cpj.pt

FORMADORES - ESCOLA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA (EPJ)

Coordenação de agentes de investigação criminal no âmbito de metodologia científica, no âmbito forense e operacional e no desenvolvimento das competências de identificação e direção das situações regulares no que se orientam relacionadas com o campo, desenvolvimento de competências operacionais, aplicação prática de conhecimentos.

José Martinho	Inocência Pinto	Rubens Matos
----------------------	------------------------	---------------------

Figura 75 - Pormenor da divulgação pública da Bolsa de Formadores PACED (site PACED)

Abaixo um resumo da atividade por formadores, tutores e número de formandos:

	Edição	Tutores	Formadores	Número de formandos que concluiu com sucesso a formação
Angola	1ª edição	- Albano Pinto - Pedro Loio	-Itiandro Simões - Vitorino Mário - Ricardo João; - Alberto Coelho; - Daniel Modesto Geraldês; - Manuel Bambi	56
	2ª edição	- Rui Cardoso - Miguel Rodrigues	-Itiandro Simões - Vitorino Mário - Francisca Brito; - Alberto Coelho;	65

		- Fernando Silva	- Daniel Modesto Geraldês; - Manuel Bambi	
	Missão de avaliação	- Rui Cardoso - Fernando Silva	Itiandro Simões - Vitorino Mário - Francisca Brito; - Alberto Coelho; - Daniel Modesto Geraldês; - Manuel Bambi	NA
Cabo Verde	1ª edição	- Rui Cardoso - Fernando Silva	- Bernardino Delgado - Baltazar Monteiro - Dulce Correia - Rui Pina	19
	2ª edição	- Helena Susano - Fernando Silva	- Bernardino Delgado - Baltazar Monteiro - Dulce Correia - Rui Pina	17
	Missão de avaliação	- Rui Cardoso - Fernando Silva	- Bernardino Delgado - Baltazar Monteiro - Dulce Correia - Rui Pina	NA
Guiné-Bissau	1ª edição	- Albano Pinto - Fernando Silva	- Eduardo Mancanha - Juca Nancassa - Domingos Correia - Francisco Sanha	16
	2ª edição	- Ana Caçapo - Fernando Silva	- Eduardo Mancanha - Juca Nancassa - Domingos Correia - Francisco Sanha	20
	Missão de avaliação	- Rui Cardoso - Fernando Silva	- Eduardo Mancanha - Juca Nancassa - Domingos Correia	NA

			- Francisco Sanha	
Moçambique	1ª edição	- Rui Cardoso - Fernando Silva	- Glória Adamo; - Isabel Rupia - Paulo Mumguambe - Cármen Tomás	68
	2ª edição	- Helena Susano - Vítor Pereira Pinto	- Glória Adamo; - Isabel Rupia - Paulo Mumguambe - Cármen Tomás	51
	Missão de avaliação	Rui Cardoso - Fernando Silva	Glória Adamo; - Isabel Rupia - Paulo Mumguambe - Cármen Tomás	NA
São Tomé e Príncipe	1ª edição	- Helena Susano - Fernando Silva	- Urbino Nascimento - Patrik Lopes; - Maribel Rocha - Abzlay Pires	18
	2ª edição	- Rui Cardoso - Ana Caçapo	- Urbino Nascimento - Patrik Lopes; - Maribel Rocha - Abzlay Pires	30
	Missão de avaliação	-Rui Cardoso - Fernando Silva	- Urbino Nascimento - Patrik Lopes; - Maribel Rocha - Abzlay Pires	NA
Timor-Leste	1ª edição	- Helena Leitão - Helena Susano - Fernando Silva	- Duarte Tilman - Zélia Trindade - Lolita Abrantes; - Jofino Reci	18
	2ª edição	-Rui Cardoso -Diogo Ravara	- Duarte Tilman - Zélia Trindade - Lolita Abrantes; - Jofino Reci	27
	Missão de avaliação	-Rui Cardoso - Fernando Silva	- Duarte Tilman - Zélia Trindade - Lolita Abrantes; - Jofino Reci	NA

			27 formadores nacionais	378 formandos
--	--	--	--------------------------------	----------------------

2.2.2 Capacitação dos agentes de investigação criminal no reforço das metodologias científicas, na análise estratégica e operacional e no desenvolvimento dos mecanismos de identificação e deteção das situações respeitantes a este tipo de criminalidade (v.g. vigilância, monitorização ou de outros meios de obtenção e recolha de provas mais ou menos sofisticados, direcionados para suspeitos da prática destes crimes).

À semelhança da atividade anterior (atividade 2.2.1) também esta atividade decorreu ao longo de três fases:

- Primeira fase: Ação de formação de formadores;
- Segunda fase: Realização de ações de formação nacionais, em cada um dos países;
- Terceira fase: Atividades de tutoria e de seguimento das ações de formação.¹³

A Escola de Polícia Judiciária (EPJ), que durante o período de implementação do projeto seria transformada em Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (IPJCC), do Ministério da Justiça da República Portuguesa, foi a entidade escolhida para assegurar os serviços de formação e tutoria necessários à execução desta atividade.

Com a primeira fase (7 de novembro e 5 de dezembro de 2016, em Lisboa) concluída no último trimestre de 2016, a partir do final de maio de 2017 arrancou a segunda fase. Depois da primeira edição em 2017, em 2018, arrancou a segunda edição possibilitando o reforço da autonomia dos formadores nacionais e o aumento do número de formandos e consequente reforço de competências e de conhecimentos nas áreas específicas. Esta atividade viria também a ficar concluída com a realização da segunda edição da segunda fase em São Tomé e Príncipe, de 3 a 14 de junho de 2019.

Como já foi referido a propósito das ações de formação dinamizadas no âmbito da parceria com o CEJ o grupo de formandos integrou sempre um número equitativo de magistrados judiciais, magistrados do Ministério Público e polícias de investigação criminal. Foram também integrados, embora em menor número técnicos das Unidades de Informação Financeira. Os formandos que participaram nas ações de formação EPJ foram os mesmos que já tinham participado na ação de formação no quadro da parceria com o CEJ.

Muito embora condicionados pela situação epidemiológica provocada pelo Coronavírus SARS-COV-2 e doença COVID-19 foi possível iniciar, entre 14 e 18 de junho de 2021, em Cabo Verde, a 3.ª fase, de avaliação das ações de formação nas áreas da prevenção e combate à criminalidade económico-financeira e tráfico de drogas, com tutoria do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e do Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (IPJCC) de Portugal.

Esta terceira fase das formações incluiu os especialistas de cada um dos países parceiros que integram a bolsa de 44 formadores na área penal criada no âmbito do PACED.

Depois de realizada a 3.ª fase da avaliação das ações de formação nas áreas da prevenção e combate à criminalidade económico-financeira e tráfico de drogas em Timor-Leste entre 30 de maio e 3 de junho de 2022, no dia 3 de junho de 2022, no auditório do Ministério da Justiça, em Díli, decorreu a cerimónia de apresentação dos relatórios finais da 3.ª fase - de avaliação - das formações nacionais, desenvolvidas nos diferentes países parceiros do PACED – Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos Países

¹³ Os relatórios da 3.ª fase da formação EPC/IPJCC podem ser encontrados no arquivo do projeto.

Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e em Timor-Leste, pelo Centro de Estudos Judiciários e pelo Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, consubstanciando o encerramento desta atividade (2.2.1 e 2.2.2).

A cerimónia foi presidida pelo Ministro da Justiça de Timor-Leste, Tiago Amaral Sarmento, que considerou que “o projeto cumpriu os objetivos, fortalecendo as capacidades humanas e institucionais do país”, contando ainda com a intervenção do Embaixador da União Europeia em Timor-Leste, Andrew Jacobs, que focou “a importância do PACED no quadro dos esforços coletivos para combater a corrupção e a fraude”. Também presentes: a Embaixadora de Portugal em Timor-Leste, Manuela Bairos, que recordou “que o apoio de Portugal a Timor-Leste na consolidação do Estado de Direito tem sido uma prioridade desde a primeira hora, sendo essencial para o desenvolvimento político e económico do país”; o Presidente do Tribunal de Recurso, Deolindo dos Santos, que sublinhou que “o PACED ajudou a reforçar capacidades dos agentes da justiça e defendeu ser essencial manter esse esforço de capacitação”; e a Procuradora-Geral Adjunta da República, Zélia Trindade, que “destacou a importância do projeto para melhorar a qualidade da intervenção do Ministério Público no combate à criminalidade, especialmente no que respeita à corrupção, motivo pelo qual importa dar continuidade a estas iniciativas”.

Bolsa de formadores CEJ/EPJ/IPJCC

A bolsa de formadores CEJ/EPJ/IPJCC, encontra-se disponível *online*, com distribuição por país e área temática de especialização, em: <https://www.paced-paloptl.com/paced/bolsa-de-formadores>.

Abaixo um resumo da atividade por formadores, tutores e número de formandos:

	Edição	Tutores	Formadores	Número de formandos que concluiu com sucesso a formação
Angola	1ª edição	- José Matos - Luís Botelho	-José Martinho Nunes -Inocência Pinto -Rubens Mutateno	56
	2ª edição	- João Cabaço - Romeu Ventura	-José Martinho Nunes -Inocência Pinto -Rubens Mutateno	65
	Missão de avaliação	- João Oliveira	-José Martinho Nunes -Inocência Pinto -Rubens Mutateno	NA
Cabo Verde	1ª edição	- Romeu Ventura - João Cabaço	- Felismino Cardoso - Ana Reis - José Ramos	18
	2ª edição	- Luis Correia Botelho - Filipe Augusto Ferreira	- Felismino Cardoso - Ana Reis - José Ramos	17

	Missão de avaliação	- Luís Botelho	Felismino Cardoso - Ana Reis - José Ramos	NA
Guiné-Bissau	1ª edição	- Romeu Ventura - João Cabaço	- Aimadu Sauané - Teresa Silva - Victor Bacurim	18
	2ª edição	- Romeu Ventura - João Cabaço	- Aimadu Sauané - Teresa Silva - Victor Bacurim	20
	Missão de avaliação	- João Oliveira	Aimadu Sauané - Teresa Silva - Victor Bacurim	NA
Moçambique	1ª edição	- Romeu Ventura - Luís Botelho	- Rafael Sebastião - Arão Macuácuca - Elcídia Age	59
	2ª edição	- João Cabaço - Liz Rodrigues	- Elcídia Age - Arão Macuácuca - Rafael Sebastião	17
	Missão de avaliação	- João Oliveira	- Elcídia Age - Arão Macuácuca - Rafael Sebastião	NA
São Tomé e Príncipe	1ª edição	- Romeu Ventura - João Cabaço	- Natacha Vaz - Fábio Santos - Martinho David	24
	2ª edição	- Filipe Ferreira - Armando Santos	- Natacha Vaz - Fábio Santos - Martinho David	19
	Missão de avaliação	- Luís Botelho	- Natacha Vaz - Fábio Santos - Martinho David	NA
Timor-Leste	1ª edição	- Romeu Ventura - Luís Botelho	- Antonino Gonçalves - Angelina Saldanha - Adino Cabral	19
	2ª edição	- Luís Correia Botelho - José Matos	- Antonino Gonçalves - Angelina Saldanha - Adino Cabral	26
	Missão de avaliação	João Oliveira	- Antonino Gonçalves - Angelina Saldanha - Adino Cabral	NA
			36 formadores nacionais	358

Atividade 2.3 Apoiar a implementação dos instrumentos jurídicos desenvolvidos com o apoio do projeto, no quadro do resultado 1, particularmente no que respeita aos procedimentos para investigação judiciária, a acusação e o julgamento das atividades criminais graves nas áreas do projeto e mecanismos de apreensão e gestão dos bens apreendidos no âmbito da investigação criminal que sejam produto de crime grave subjacente à lavagem de capitais, nomeadamente o tráfico de estupefacientes e corrupção

2.3.1 Ações de divulgação das propostas mencionadas em 1.3 e 1.5

Ação desenvolver-se em simultâneo com a atividade 3.4.1.

Atividade 2.4 Apoiar a conceção e implementação de mecanismos adequados de participação, empenho e sensibilização dos cidadãos, das organizações da sociedade civil e dos meios de comunicação social, bem como mecanismos de responsabilização e controle social no sistema de prevenção e luta contra o branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de droga

2.4.1 Ações de divulgação ampla ao cidadão do quadro legislativo, institucional e procedimental aplicável

Esta atividade consistiu na produção de produtos de informação e de comunicação sobre os temas do projeto, junto dos cidadãos dos PALOP e Timor-Leste.

A identificação dos meios mais adequados ao perfil do cidadão dos PALOP e de Timor-Leste teve como referência, os estudos de audimetria disponíveis e nos perfis de literacia, daqui resultando a rádio, a televisão e brochuras de leitura rápida como os meios mais eficazes para chegar à população residente nestes países.



Figura 76 - Pormenor Spot Boa Governação (Angola)

Para o efeito, a equipa decidiu pela realização de quatro spots de televisão e de rádio como seguem:

- Um primeiro *spot* com o objetivo de informar o cidadão sobre as instituições que operam no sistema de boa governação e que são fundamentais para prevenir e controlar a corrupção, o branqueamento de capitais e o tráfico de estupefacientes. Com este *spot* pretende-se que o cidadão valorize a

importância destas instituições e que zele pelo seu funcionamento. Que este conhecimento lhe permita também acompanhar melhor o trabalho das instituições e conhecendo-as possa beneficiar mais do sistema de justiça;

- Um segundo *spot* sobre corrupção. Com este *spot* pretende-se sensibilizar o cidadão para o seu papel, que é ativo, na prevenção da corrupção;
- Um terceiro *spot* sobre o branqueamento de capitais. Com este *spot* pretendeu-se esclarecer melhor como se processa o branqueamento de capitais e ilustrar de que forma o cidadão pode contribuir para a sua prevenção e controlo;
- Um quarto *spot* sobre o tráfico de estupefacientes. Também aqui se pretendeu sensibilizar o cidadão para o seu papel neste tipo de criminalidade.

A complexidade dos crimes que são centrais no projeto, colocava um enorme desafio logo à partida. Como comunicar e transformar esta complexidade num produto de comunicação acessível e compreensível?

A resposta residiu na conceção de pequenas histórias que possam ser identificadas como parte do quotidiano das pessoas. Houve também o cuidado de estimular atitudes e comportamentos para o futuro permitindo assim a identificação dos espectadores com as personagens.

Depois de a versão final da campanha ter sido socializada em dezembro de 2018 e perspetivando-se muito onerosa a transmissão televisiva e radiofónica, solicitou-se, em março de 2019, aos pontos focais dos vários países que indagassem junto das tutelas, a possibilidade de cada um dos países parceiros assumir esta campanha, enquanto campanha institucional, libertando-se as eventuais verbas originariamente destinadas a tal finalidade, para outra, individualmente a considerar como mais oportuna.

O primeiro país a responder afirmativamente ao repto lançado, foi Angola que, em maio de 2019, arrancou com a divulgação total da campanha (rádio e televisão) em horário nobre.

Posteriormente, São Tomé e Príncipe, iniciou igualmente a transmissão dos spots de televisão e rádio, assumindo a campanha institucionalmente, enquanto atividade do Ministério da Justiça.

Tendo em vista maximizar os ganhos da campanha que foi desenvolvida, estabeleceu-se em julho de 2019 uma parceria com a RTP África, que assegurou a transmissão de todos os *spots* televisivos por aquele canal de televisão, que tem vários milhões de telespetadores, espalhados pelos cinco PALOP e Timor-Leste.

Não obstante e sendo necessário assegurar a emissão em cada um dos países parceiros, passou a disponibilizar-se no sítio eletrónico do projeto todos os spots temáticos em: <https://www.paced-paloptl.com/acontece/spots-tematicos>

Para as brochuras de leitura rápida pretendeu-se dar continuidade à proximidade resultante dos spots, assim produziram-se duas brochuras:



Campanha nacional promovida pelos PALOP e Timor-Leste, no âmbito do PACEED, projeto financiado pela União Europeia e cofinanciado e gerido pelo Camões, I.P. Este vídeo foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade do Camões, I.P. e não reflete necessariamente a posição da União Europeia.



www.paced-palopt.com



§ **PROJETO DE APOIO À CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO**



FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA CRIMINAL E BOA GOVERNAÇÃO



QUEM COMETE UM CRIME DEVE SER CASTIGADO.

Por isso, as **Polícias de Investigação Criminal**, o **Ministério Público**, os **Tribunais** e os **Advogados**, os **Bancos Centrais** e as **Unidades de Informação Financeira**, trabalham para combater os crimes, fazendo cumprir as leis.

Quando há Boa Governação, a justiça funciona bem.

Há uma ligação direta entre o funcionamento do sistema de justiça, em especial da justiça criminal, e a consolidação do Estado de Direito, a Boa Governação e o respeito pelos Direitos Humanos.

O conceito de **Boa Governação** tem como principal missão apontar para um desenvolvimento humano sustentável.

Diz respeito à capacidade do Estado em servir os seus cidadãos, mas também assenta numa democracia que não exclua ninguém dos seus benefícios, em que todos possam participar activamente, uma democracia transparente e responsável.

Para prevenir e combater os crimes de corrupção, branqueamento de capitais e a criminalidade organizada, em particular, o tráfico de droga, é fundamental o bom funcionamento de todo o sistema democrático, incluindo os Parlaentos, os Governos, os Tribunais, os Ministérios Públicos e as polícias de investigação criminal, mas também as finanças e o sistema bancário.

Enquanto cidadãos, devemos estar atentos e vigilantes. Se todos atuarmos e exigirmos mudança, o funcionamento das instituições melhora e as nossas condições de vida melhoram também.



**TODOS PODEMOS AJUDAR.
É POR SI, E POR TODOS NÓS.
FAÇA A SUA PARTE.
O FUTURO AGRADECE.**

Figura 77 - Brochura sobre o funcionamento da justiça criminal e Boa Governação

3

Campanha nacional promovida pelos PALOP e Timor-Leste, no âmbito do PACED, projeto financiado pela União Europeia e cofinanciado e gerido pelo Camões, I.P. Este vídeo foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade do Camões, I.P. e não reflete necessariamente a posição da União Europeia.



www.paced-palopt.com



§ PROJETO DE APOIO À CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO



COMBATE À CORRUPÇÃO, LAVAGEM DE DINHEIRO E CRIMINALIDADE ORGANIZADA



ISTO É CORRUPÇÃO

Quando uma pessoa, que ocupa uma posição pública, aceita receber algo ou retira vantagem, em troca da prestação de serviço de outro. Ambos estão a cometer crimes.



Uma história ajuda a explicar: a Joana, estava muito doente e pagou à Dra. Januária para ter uma consulta. Para construir uma casa nova, a Dra. Januária pagou a licença ao Dr. João. O Dr. João, em vez de mandar fazer uma escola, comprou um carro para si. Quando foi apanhado, tentou pagar à Juíza Maria para o inocentar, mas ela disse não.

Caso essa pessoa não seja denunciada ou apanhada a tempo pela justiça, irá procurar encobrir a origem dos bens e rendimentos obtidos ilícitamente, transformando a liquidez proveniente dessa atividade em capitais legais. Estando a incorrer em mais um crime. Lavagem de dinheiro é um crime que esconde outros crimes.

ISTO É LAVAGEM DE DINHEIRO



ISTO É TRÁFICO DE DROGA



E nada como uma boa história para exemplificar: imagine um país rico onde muita gente compra droga. Até a droga lá chegar, passa primeiro por outros países, com menos meios para combater este tipo de tráfico. Os traficantes aproveitam-se disso e pagam a pessoas para os ajudarem, e às autoridades para que estas fechem os olhos.

PARA PÔR FIM A ESTE TIPO DE HISTÓRIAS BASTA DIZER NÃO E ESTAR ATENTO. É POR SI, E POR TODOS NÓS. FAÇA A SUA PARTE. O FUTURO AGRADECE.

Figura 78 - Brochura sobre o combate à corrupção, lavagem de dinheiro e criminalidade organizada

– Programa de rádio «Estado de Direito Somos Nós»

A RTP África, RTP Internacional, RDP África e RDP Internacional têm sido parceiros do PACED ao longo do seu período de implementação: na cobertura das atividades, na difusão da sua campanha de visibilidade (spots de rádio e televisão) e ainda na parceria estabelecida no âmbito dos Seminários sobre Cooperação Internacional, Governação e Estado de Direito, que contam com a participação de jornalistas da RTP/RDP. No entanto, considerou-se que era necessária uma maior sensibilização das sociedades civis para estas problemáticas, suas implicações e consequências, uma consciência coletiva de que a consolidação do Estado de Direito não é tarefa de alguns, é uma tarefa de todos e indissociável dos valores da democracia, do desenvolvimento, da paz, da justiça social e da defesa dos Direitos Humanos.

Assim, com o objetivo de contribuir para a sensibilização sobre as problemáticas do Estado de Direito e Boa Governação, e não constando do Plano Global de Trabalhos, o programa de rádio «Estado de Direito Somos Nós», resultante de uma parceria entre a RDP África e o PACED, foi emitido entre os dias 3 e 14 de maio de 2021, dando voz aos pontos focais e entidades parceiras do projeto.

Ao longo de dez episódios, conduzidos pela jornalista Ana Paula Gomes, pretendeu-se contribuir para a tomada de consciência de que a consolidação do Estado de Direito é uma tarefa de todos, indissociável dos valores da democracia, da paz, da justiça social e da defesa dos Direitos Humanos.



Figura 79 - Imagem de divulgação da iniciativa RDP África

- 1.º episódio: Jeannette Seppen, Embaixadora da União Europeia em Angola, fala do papel da União Europeia na defesa do Estado de Direito.
- 2.º episódio: Juiz Desembargador Nuno Coelho, consultor científico do PACED, sobre a cooperação internacional no combate à corrupção.
- 3.º episódio: André de Brito, Procurador da República de Angola, fala sobre a importância da formação de magistrados no âmbito do combate à corrupção e recuperação de ativos.
- 4.º episódio: Edelfride Almeida, Diretora da Unidade de Informação Financeira de Cabo Verde, fala-nos do combate ao branqueamento de capitais.
- 5.º episódio: Domingos Correia, Diretor Adjunto da Polícia Judiciária da Guiné-Bissau, fala dos meios específicos de investigação criminal.
- 6.º episódio: Pedro Pessoa e Costa, Embaixador de Portugal em Angola, fala do papel da cooperação na consolidação do Estado de Direito.
- 7.º episódio: Kelve Carvalho, Procurador-geral da República de São Tomé e Príncipe, fala da importância da capacitação de quadros nas reformas da justiça.
- 8.º episódio: Vicente Brito, Diretor da Polícia Científica de Investigação Criminal de Timor-Leste, fala sobre o impacto dos fenómenos criminais no Estado de Direito.
- 9.º episódio: Elisa Samuel, Diretora do Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Moçambique, fala dos meios digitais no futuro da cooperação e formação de magistrados.
- 10.º episódio: José Mouraz Lopes, Juiz Conselheiro do Tribunal de Contas, fala da importância de uma estratégia nacional contra a corrupção.

O programa «Estado de Direito Somos Nós» está disponível em:

<https://www.paced-paloptl.com/acontece/noticias/estado-de-direito-somos-nos-programa-de-radio-da-voz-aos-parceiros-do-paced>

E para download no site da RTP Play em:



<https://www.rtp.pt/play/p8831/estado-de-direito-somos-nos>

– **Vídeo dos resultados PACED**



Figura 80 - Pormenor do vídeo dos resultados PACED

Num momento em que já se tinham alcançado quase 70 % de execução financeira afigurou-se fundamental garantir que o trabalho realizado e os resultados já alcançados fossem mais conhecidos e divulgados, envolvendo os quase trinta pontos focais e igual número de instituições públicas, dos nossos 6 países parceiros.

Assim, a relevância da execução deste filme prende-se com a necessidade de melhor comunicar os objetivos do PACED, seus resultados e alcance no apoio à consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste. Pretendeu-se que este filme fosse o «cartão-de-visita» do PACED, divulgando o trabalho feito no seu âmbito, ampliando a visibilidade dos resultados já alcançados junto dos países-parceiros (rede de pontos focais e demais interlocutores do projeto), mas também a outros públicos e instituições mais abrangentes.

Finalmente, em junho de 2021, o PACED, lançou o seu vídeo de apresentação dos resultados que pode ser observado em:

<https://www.paced-paloptl.com/paced/resultados-alcancados>

O vídeo foi produzido pela Have a Nice Day e conta com três versões: em Língua Portuguesa, com locução da atriz Cláudia Semedo, em Língua Inglesa, com locução de Tammy W., e legendada em Tétum.

Atividades para o Resultado 3 - Cooperação e a colaboração entre instituições homólogas dos PALOP e de TL, bem como entre si e das organizações externas e internacionais relevantes, reforçadas com base em diretrizes comuns, nos temas do projeto

Atividade 3.1 Apoiar a preparação, negociação e possível adoção pelos PALOP e TL, de orientações comuns para a prevenção e luta contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado em particular o tráfico de estupefacientes

3.1.1 Encontro ao mais alto nível, prévio à realização da Conferência de Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, para a sensibilização e seguimento da adoção de um quadro legal comum, no âmbito da legislação penal referida em 1.3 e 1.5

O Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito (PACED) participou em três Conferências (reunião magna) dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP), no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP):

- Na 15ª Conferência dos Ministros da Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que decorreu, em Brasília, na República Federativa do Brasil, entre os dias 27 e 29 de junho de 2017, onde o Projeto foi apresentado pela coordenadora e pelos consultores científicos do PACED. Neste encontro, foi destacada a importância do reforço da cooperação regional entre os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, em particular nas áreas da corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes. Em agenda estará também a aposta do projeto na harmonização jurídica e institucional em matéria destes crimes.



Figura 81 - 15ª Conferência dos Ministros da Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que decorreu, em Brasília, na República Federativa do Brasil (27 a 29.6.2017)

- Na 16ª Conferência dos Ministros da Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que decorreu, em Santa Maria, Ilha do Sal, em Cabo Verde, no dia 22 de novembro de 2019, na qual a

CMJPLOP recebeu a titularidade da Plataforma de Comunicação e Formação em desenvolvimento no âmbito do PACED.



Figura 82 - 16ª Conferência dos Ministros da Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Santa Maria, Cabo Verde, 22.11.2019)



Figura 83 - 16ª Conferência dos Ministros da Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Santa Maria, Cabo Verde, 22.11.2019)

“saúdo o trabalho desenvolvido pelo PACED, fazendo votos de que os instrumentos criados no seu âmbito sejam acolhidos e valorados por todos como fundamentais para o reforço e para a promoção da justiça.”, **Ulisses Correia e Silva**

- A 17.ª Conferência de Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, que decorreu em formato híbrido, a 4 de março de 2022, em Luanda, e marcou o final da Presidência de Cabo Verde e a passagem para a nova Presidência, assumida por Angola. A Equipa do PACED fez-se representar pelo Consultor Científico, Juiz Conselheiro Nuno Coelho e, *online*, pelo Coordenador-Geral, João Pedro Campos. No decurso da Conferência, os Ministros da Justiça tomaram nota do balanço das atividades do PACED, tendo-se congratulado com a relevância dos trabalhos desenvolvidos. No que respeita ao processo de construção da plataforma de formação e cooperação da Conferência, cuja titularidade se encontra sob alçada da CMJPLOP desde fevereiro de 2021, os Ministros da Justiça consideraram que devem ser realizados todos os esforços no sentido de garantir a sua efetiva operacionalização.



Figura 84 - 17.ª Conferência de Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, que decorreu em formato híbrido (Luanda, 4.3.2022)

Atividade 3.2 Reforçar os conhecimentos e capacidades de dirigentes e quadros técnicos dos PALOP e de TL para representar países em reuniões e outros eventos regionais e internacionais sobre as áreas de intervenção do projeto, nomeadamente através da organização de ações de formação e informação sobre temas como a situação da prevenção e luta contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado a nível internacional e regional, cooperação internacional nessas áreas e as organizações regionais e internacionais de referência, a negociação de acordos internacionais, etc.

3.2.1 Realização de um seminário aberto a quadros políticos, nomeadamente partidos, políticos, deputados e outros dirigentes da administração pública e magistratura sobre os mecanismos de boa governação global estabelecidos pelas organizações internacionais

Foram objetivos desta subactividade o reforço da:

- Cultura de adequação das agendas/propostas das organizações internacionais aos contextos e necessidades específicas de cada país nas temáticas do projeto;
- Capacidade de transmissão das prioridades das suas próprias agendas estratégias nacionais, num esforço que deve ser conjunto e de responsabilidade partilhada;
- Consciencialização de que a opacidade dos índices e coresponsabilização, que não significa o mesmo que desresponsabilização.

A auscultação dos países parceiros durante a elaboração dos planos de ação das organizações internacionais é uma constante. Todavia, a linguagem cifrada, a metodologia de auscultação, os termos de referência e a cultura que suporta essa auscultação, a utilização de uma língua estrangeira/estranha e a falta de interesse/cuidado na atenção ao particular, entre outros, torna, muitas vezes, as políticas e medidas globais adotadas distantes das necessidades dos países e inadequadas para a resolução dos problemas a que se dirigem. Daí a relevância dos atores com competência ou especial ligação às temáticas em causa e, em geral, daqueles que intervêm no processo de auscultação refletirem sobre as melhores estratégias a adotar que permitam colocar nas agendas das organizações internacionais, não só as prioridades nacionais, mas também os conteúdos e as metodologias de ação que consideram mais adequadas para responder aos problemas dos seus países.

Com estes seminários pretendeu-se envolver o maior número possível desses atores na discussão destas temáticas.

O Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra foi a entidade escolhida para assegurar o desenvolvimento desta atividade, sempre em parceria com outra entidade nacional de referência.

Para ampliar o impacto desta atividade foi envolvida a RTP África como entidade parceria, ficando a síntese conclusiva do seminário a cargo de um/uma jornalista especializado/a em cada um dos países e/ou temáticas.

Os relatórios de todos os Seminários realizados podem ser encontrados no arquivo do projeto.



Figura 85 - 1.º Seminário Aberto (Bissau, 13.2.2020)

Depois de realizado o primeiro seminário na **Guiné-Bissau**, em **13 de fevereiro de 2020**, esta atividade ficou, também ela, fortemente condicionada pela situação epidemiológica provocada pelo Coronavírus SARS-COV-2 e doença COVID-19.

A preparação e organização do Seminário da Guiné-Bissau foi realizado em parceria com a Universidade Amílcar Cabral, em particular com o seu Reitor, Fodé Abulai Mané.

Na sessão de abertura marcaram presença o Procurador-Geral da República da Guiné-Bissau, representantes do Supremo Tribunal de Justiça, do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, a Embaixadora da União Europeia, o Embaixador de Portugal na Guiné-Bissau, o reitor da Universidade Amílcar Cabral. No encerramento, coube à jornalista e subdiretora da RTP África, Carla Adão, um comentário final sobre a temática.

Não obstante, logo em **20, 21 e 22 de outubro de 2020**, foi possível organizar, a partir de **Moçambique**, por videoconferência, o Seminário sobre Cooperação Internacional, Governação e Estado de Direito, cuja sessão de abertura foi presidida pelo Secretário Permanente do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos de Moçambique, Manuel Malunga.

Seguindo o mesmo modelo, foram realizados os seminários em Cabo Verde, entre os dias **23 e 24 de março de 2021**, por videoconferência a partir de **Cabo Verde**, o Seminário sobre Cooperação Internacional, Governação e Estado de Direito, promovido no âmbito do PACED.

A iniciativa contou com organização do Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, de Portugal, em parceria com a Faculdade de Ciências Sociais e Artes, da Universidade de Cabo Verde, e o apoio da RTP África.

A conferência inaugural, proferida por Boaventura de Sousa Santos, Professor e Diretor Emérito do CES, refletiu sobre os desafios futuros da cooperação internacional, partindo de uma análise ao seu passado e

presente, sublinhando a necessidade de maior adequação das agendas das organizações internacionais às prioridades e contextos de cada país.



Figura 86 - Conferência inaugural do Seminário Aberto de Cabo Verde, proferida por Boaventura de Sousa Santos (23.3.2021)

A Embaixadora da União Europeia em Cabo Verde, Sofia Moreira de Sousa, na sessão de abertura, destacou a importância da consolidação do Estado de Direito no contexto pandémico, valorizando a abordagem integrada do PACED a três níveis: na melhoria do ambiente legal, na solidez das instituições e na formação dos indivíduos. Por seu lado, o Embaixador de Portugal, António Albuquerque Moniz, sublinhou a relevância deste debate acontecer no âmbito de um projeto de cooperação em parceria com uma instituição académica cabo-verdiana.

Nos dias **7 e 8 de julho de 2021** decorreu o 4.º Seminário aberto a quadros políticos sobre os mecanismos de boa governação global estabelecidos pelas organizações internacionais decorreu em formato online em **São Tomé e Príncipe**.



Figura 87 - Seminário Aberto de São Tomé e Príncipe (online, 7.7.2021)

A preparação e organização do Seminário decorreu em conformidade com os termos de referência estabelecidos entre o Observatório Permanente da Justiça (OPJ) do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P. e de acordo com as adaptações acordadas em função do particular contexto pandémico, com impacto global, em que atualmente vivemos e que obrigou à transformação do Seminário inicialmente previsto como presencial em Seminário online. O evento foi organizado em parceria entre o OPJ e a Direção de Política de Justiça do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos de São Tomé e Príncipe.

O 5.º Seminário decorreu, nos dias 20 e 21 de outubro de 2021, em Angola, com organização do Observatório Permanente da Justiça do CES, de Portugal, em parceria com o Centro de Estudos de Ciências Jurídico-Económicas e Sociais (CEJES) da Universidade Agostinho Neto, de Angola, e o apoio da RTP África, esta iniciativa visou promover o debate sobre o envolvimento nacional e local na construção das agendas de cooperação internacional e a adequação das agendas das organizações internacionais às prioridades e contextos de cada país.

O Seminário, com mais de 470 participantes, contou com a participação de prestigiados oradores como Carlos Lopes, Professor da Mandela School of Public Governance da University of Cape Town, que identificou uma sucessão de ameaças ao multilateralismo, realçando que a sustentabilidade da ordem mundial tal como a conhecemos não deve ser tomada como garantida, e Boaventura de Sousa Santos, Diretor Emérito do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, que refletiu sobre os desafios da cooperação jurídica em tempos de «dramatização» e mediatização da justiça.



Figura 88 - Conferência inaugural do Seminário Aberto de Angola, proferida por Carlos Lopes (20.10.2021)

O Seminário, aberto à sociedade civil, teve ainda intervenções de Raúl Araújo, Professor Jubilado da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto e de Eduarda Rodrigues, Diretora do Serviço Nacional de Recuperação de Ativos, entre outras.

Esta atividade ficou concluída com a realização, no dia 9 de junho de 2022, a partir de Díli, na República Democrática de Timor-Leste, por videoconferência, do Seminário sobre Cooperação Internacional, Governação e Estado de Direito, promovido no âmbito do PACED, com organização do Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, de Portugal, em parceria com o Ministério da Justiça, de Timor-Leste.

A sessão de abertura foi presidida por Marcelina Tilman, diretora-geral do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, de Timor-Leste, contando ainda com intervenções do Embaixador da União Europeia em Díli, Andrew Jacobs, da Adida para a Cooperação junto da Embaixada de Portugal em Díli, Cristina Faustino, do Coordenador do PACED, João Pedro Campos e da Coordenadora do Observatório Permanente da Justiça, Conceição Gomes.

Este seminário, visou refletir sobre os mecanismos da cooperação internacional e a adequação das agendas das organizações internacionais às prioridades e contextos de cada país, destacando-se, entre outros assuntos, que os objetivos de desenvolvimento sustentável não podem ser alcançados sem boa governação, pelo que as entidades financiadoras procuram abordar a governação desde uma perspetiva alargada: económica, ecológica e social - no acesso à saúde, educação, gestão dos recursos naturais e gestão das contas públicas. O evento contou com as intervenções do Procurador da República, Adérito Pinto Tilman, da professora da Faculdade de Direito da Universidade Nacional Timor Lorosae, Ângela Carrascalão e dos investigadores do Centro de Estudos Sociais e professores da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Teresa Almeida Cravo e José Manuel Pureza.



Figura 89 - Seminário Aberto em Timor-Leste (Díli, 9.6.2022)

Timor-Leste foi igualmente apontado como um exemplo de boas práticas democráticas e do Estado de Direito, que tem beneficiado dos programas de cooperação, pelo que há a expectativa de que as atividades implementadas pelo PACED possam contribuir para consolidar o Estado, fortalecer a sociedade civil e o sistema de justiça. Assinalou-se, no entanto, a necessidade de consolidar o acesso ao direito e à justiça, quer no sistema formal quer através de instâncias informais e comunitárias.

Atividade 3.3 Garantir aos representantes dos PALOP e de Timor-Leste destacados para as organizações regionais e internacionais competentes nas áreas de intervenção do projeto uma formação de alto nível, visando o desempenho adequado das suas funções de representação

3.3.1 Apoio à participação em iniciativas regionais e/ou internacionais

Esta atividade possibilitou a participação em iniciativas regionais e internacionais capazes de cimentar o valor do capital social nas instituições, a ancoragem em redes e boas práticas internacionais, tendo em vista o reforço dos grupos profissionais nos países.

Não obstante fortemente condicionada, depois de março de 2020, pela situação epidemiológica provocada pelo Coronavírus SARS-COV-2 e doença COVID-19 foi possível assegurar a participação nas seguintes iniciativas:

- Representantes de Angola, da Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe para participarem na conferência sobre "Criminalidade organizada e Estado de Direito" que teve lugar na Cidade da Praia, em Cabo Verde, nos dias 29 e 30 de novembro de 2016;
- Representante de Cabo Verde, outro de Moçambique e outro de São Tomé e Príncipe para participarem no V Congresso Internacional de Direito, este ano subordinado ao tema "A justiça e a economia no espaço de cooperação de língua portuguesa. O Congresso decorreu no Porto, nos dias 22 e 23 de junho de 2017 e foi antecedido de um encontro que reuniu representantes das escolas de formação dos PALOP e onde se aproveitou para fazer uma pré-apresentação da plataforma

- (descrita com detalhe) na atividade 3.6.1 com o objetivo de perceber de antemão até que ponto a componente de formação poderia ir ao encontro das expectativas dos vários centros de formação;
- Representante de Angola para participar no curso Globalização, Direito e Justiça Criminal promovido pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, entre os dias 7, 8 e 9 de setembro na cidade com o mesmo nome;
 - Representantes de Timor-Leste para participar no XI Congresso dos Juizes Portugueses. Infelizmente estas viagens acabariam por não se concretizar, por razões diferentes. Depois da aquisição e confirmação de rota um dos juizes acabaria por informar que estava interdito de entrar em Singapura, razão que levou ao cancelamento do bilhete e o segundo juiz não apresentou qualquer justificação para o seu não comparecimento. Os custos relacionados com estas aquisições não estão classificados como custos diretos do projeto;
 - Participação no curso, sobre "Corrupção e criminalidade económica e financeira", organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Este curso foi realizado à distância permitindo por isso otimizar ganhos.
As 15 vagas disponíveis foram colocadas à disposição da bolsa de formadores e rapidamente preenchidas, revelando a nosso entender o empenho dos formadores e a intenção e de aprofundar conhecimentos e competências. O curso arrancou a 04 de setembro de 2017 e prossegue até 19 de fevereiro de 2018;
 - Participação de um magistrado guineense no Fórum Nacional de Juizes Criminais (FONAJUC) que se realizou entre os dias 15 e 17 de março de 2018 em Brasília;
 - Participação de um magistrado moçambicano no *Workshop "Train the Trainers"* organizado pela UNODC, e que se realizou entre os dias 5 e 6 de março em Bruxelas;
 - Participação de um especialista de São Tomé e Príncipe em matéria de proteção de testemunhas e recuperação de ativos como orador, no dia 29 de março de 2018, num seminário sobre o mesmo tema, no âmbito do Ciclo de apresentação das Leis Constitucionais e Penais, promovido pelo Ministério da Justiça;
 - Participação de 12 participantes dos países, dois por país parceiro na nona conferência da Associação Internacional para a Administração da Justiça (IACA), subordinada ao tema "Estado de Direito num mundo multicultural" e a decorrer entre os dias 16 e 19 de setembro de 2018 em Foz do Iguaçu, Brasil;
 - Assegurada a participação do Presidente da Associação de Magistrados do Ministério Público da Guiné-Bissau, no 4º Fórum Global da Associação Internacional de Procuradores, a decorrer entre os dias 5 e 7 de setembro de 2018, na África do Sul, em torno da independência das Associações de Procuradores;
 - Participação de 7 magistrados na Reunião Anual/Assembleia Geral da UIJLP, que decorreu na República da Guiné-Bissau no dia 1 de novembro de 2019;
 - Participação de 4 elementos de Angola no Curso de Direito Administrativo Eletrónico, que foi realizado pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa nos dias 13 e 14 de dezembro de 2019;
 - Participação de 5 magistrados das instâncias superiores das Magistraturas Judiciais de cada país parceiro, os dois consultores científicos e o Coordenador do PACED na Rede de Integridade Judiciária, UNODC, em Doha (Qatar), entre 23 a 28 de fevereiro de 2020;



Figura 90 - Delegação do PACED na Rede de Integridade Judiciária, UNODC (Doha (Qatar), 23 a 28.2.2020)

- Participação de 8 Magistrados na Reunião Anual da União Internacional dos Juizes de Língua Portuguesa, em parceria com a ASSIMAJUS (Associação Sindical dos Magistrados Judiciais Santomenses) e a ASMAGUI (Associação Sindical dos Magistrados Guineenses) realizada a 13 de março de 2020 em São Tomé e Príncipe.
- Reunião preparatória do Encontro de Escolas de Formação Jurídica e Judiciária, a 8 de junho de 2020, com a participação dos diretores das escolas de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste, de representantes dos Ministérios da Justiça de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (países que não têm centro de formação), do coordenador e dos consultores científicos do PACED.

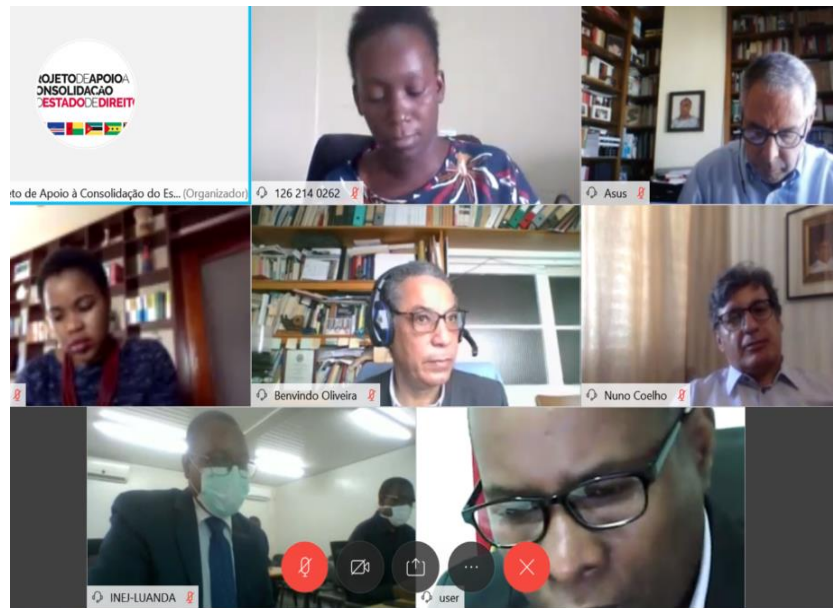


Figura 91 - Reunião preparatória do Encontro de Escolas de Formação Jurídica e Judiciária (8.6.2020)

- Organização do Seminário online de Apresentação da Pesquisa Internacional do Judiciário em tempo de Pandemia – (videoconferência) reuniu, no dia 30 de novembro de 2020, representantes dos Conselhos Judiciais dos Países de Língua Oficial Portuguesa, numa parceria entre a IACA (*International Association for Court Administration*), o IBRAJUS (Instituto brasileiro de Administração do Sistema Judiciário) e o PACED;



Figura 92 - Seminário de Apresentação da Pesquisa Internacional do Judiciário em tempo de Pandemia (30.11.2020)

- Organização do Seminário Internacional sobre Cooperação Penal entre os Países de Língua Portuguesa - reuniu, por videoconferência, os representantes dos Conselhos Superiores da Magistratura e instituições congéneres dos países de língua portuguesa, com o objetivo de refletir sobre os desafios da cooperação internacional no âmbito da justiça criminal, no dia 4 de dezembro de 2020, com o apoio da Justiça TV. Estes trabalhos antecedem o Encontro de Escolas de Formação Jurídica e Judiciária dos PALOP, Timor-Leste, Brasil e Portugal, em Maputo, que resulta da progressiva aproximação das diversas realidades nacionais ao nível da formação judiciária, prevendo-se que culmine com a assinatura do “Compromisso das escolas de formação e dos representantes dos Ministérios da Justiça dos países de língua oficial portuguesa em torno das estruturas de formação jurídica e judiciária”.

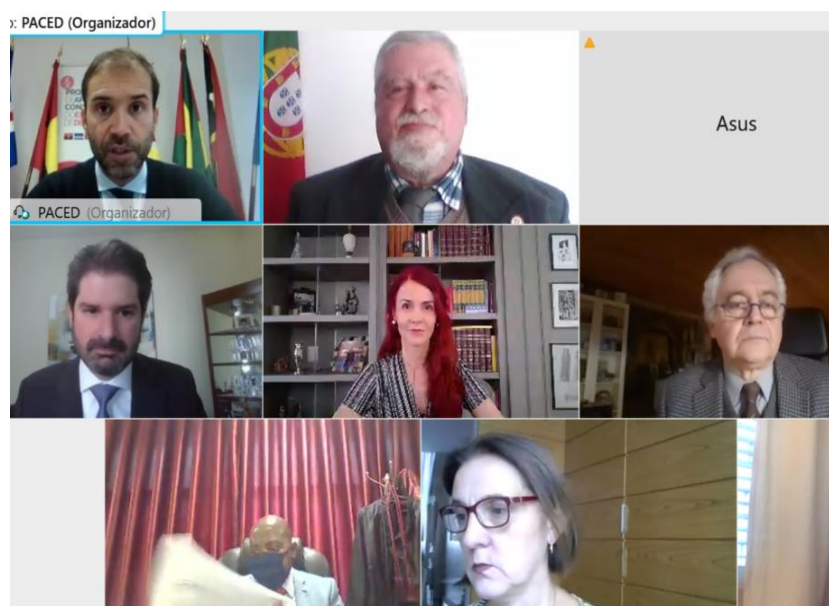


Figura 93 - Seminário Internacional sobre Cooperação Penal entre os Países de Língua Portuguesa (4.12.2020)

- No âmbito do I Ciclo de Seminários Lei & Justiça, organizado pela Network Timor - Lei & Justiça em parceria com o PACED, decorreu, no dia 22 de dezembro de 2020, o painel dedicado à temática «Covid-19 e igualdade de género: impacto, medidas e respostas». A sessão contou com um leque de oradores de relevo e promoveu uma importante reflexão sobre o impacto diferenciado da Covid-19 nas mulheres. Contou com intervenções de Mónica Ferro, Diretora do escritório em Genebra do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA); Ana Rodrigues, Investigadora e docente convidada da Escola de Direito da Universidade do Minho; Ariana Simões de Almeida, perita em assuntos de igualdade de género e emancipação económica; Berta Montalvão, Senior Managing Partner da FORSAE de Timor-Leste; Maria Manuel Leitão Marques, Deputada ao Parlamento Europeu; Nurima Alkatiri, Ativista para Igualdade de Género; Nzira Razão Deus, Presidente da Fórum Mulher de Moçambique; Sandra Ribeiro, Presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género; e Vasco Malta, Chefe Missão Organização Internacional para as Migrações Portugal.

Todos os oradores realçaram que os efeitos da pandemia não atingem as pessoas do mesmo modo, ampliando assimetrias já existentes e levando a enormes retrocessos em matéria de igualdade de género.



Figura 94 - Atividade realizada com a Network Timor - Lei & Justiça “Covid-19 e igualdade de género: impacto, medidas e respostas” (Timor-Leste, 22 de dezembro de 2020)

Este foi o terceiro painel do I Ciclo de Seminários Lei & Justiça, dedicado ao tema “Covid-19: Estado de Direito e a proteção dos direitos fundamentais no espaço lusófono”, a decorrer por videoconferência e com transmissão em streaming na Justiça TV e no Facebook Live. A última sessão, agendada para o dia 23 de dezembro, foi uma edição especial em tétum sobre a temática Covid-19 não limitou direitos fundamentais em Timor-Leste.

A entidade parceira no desenvolvimento desta atividade foi a organização da sociedade civil de Timor-Leste NetWork Timor - Lei e Justiça que é uma organização não-governamental que aposta na promoção da investigação jurídica, na partilha livre da informação e do conhecimento jurídico, tendo em vista contribuir para o fortalecimento do conhecimento e do pensamento jurídico, e do Direito aplicado ao contexto de desenvolvimento de Timor-Leste.

- Realização, no dia 15 de abril de 2021, do Seminário online dedicado à temática «A Recuperação de Ativos, Aproximação à Realidade Jurídica Moçambicana», organizado no âmbito do PACED – Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste em parceria com o Basel Institute on Governance e o International Centre for Asset Recovery (ICAR).

O Seminário, com cerca de 200 participantes, contou com a presença do Procurador-Geral da República de São Tomé e Príncipe, Kelve Carvalho, da Procuradora-Geral Adjunta da República de Angola, Inocência Pinto, do Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária da Guiné-Bissau e Diretor do Gabinete de Recuperação de Ativos, daquele país, entre outras individualidades. Contou ainda com intervenções de Margarida Bandeira de Lima, Consultora Sénior especialista em recuperação de ativos do ICAR, de Glória da Conceição Adamo, Procuradora-Geral Adjunta da República de

Moçambique e Formadora do PACED, e de Nuno Coelho, Juiz Desembargador e Consultor Científico do PACED.

Com o objetivo de promover a cooperação entre instituições homólogas dos PALOP e de Timor-Leste, bem como com instituições e organizações internacionais, a iniciativa deu a conhecer a realidade específica moçambicana sobre esta temática, designadamente o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Procuradoria-Geral da República de Moçambique no âmbito da criação do Gabinete de Recuperação de Ativos, mas também aproximar as instituições parceiras do PACED do Basel Institute on Governance e do ICAR.

O Basel Institute on Governance é uma organização independente, sem fins lucrativos, empenhada em apoiar governos e parceiros do sector privado na prevenção e combate à corrupção e no fortalecimento dos sistemas de governação. O ICAR é uma divisão operacional do Basel Institute on Governance especializada em fortalecer as capacidades dos países em vias de desenvolvimento e dos países em transição para recuperar ativos públicos roubados.



Figura 95 - Seminário online dedicado à temática «A Recuperação de Ativos, Aproximação à Realidade Jurídica Moçambicana (15.4.2021)

Nacionalidade

30 respostas

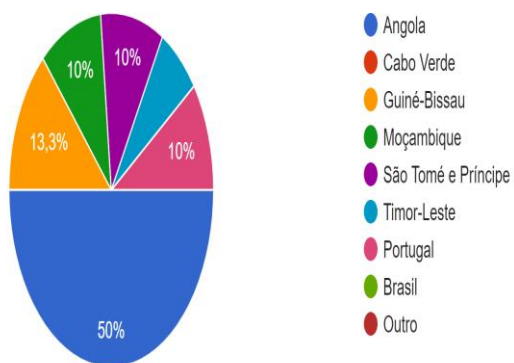


Figura 96 - Desagregação por nacionalidade (Seminário Basel)

Sexo

30 respostas

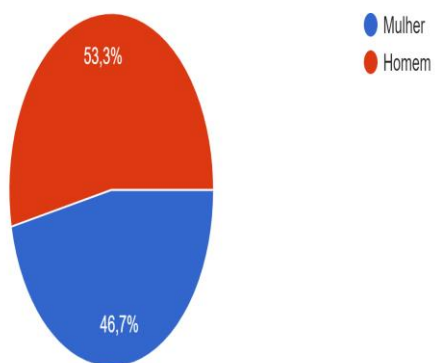


Figura 97 - Desagregação por sexo (Seminário Basel)

Nível de satisfação geral com o Seminário

30 respostas

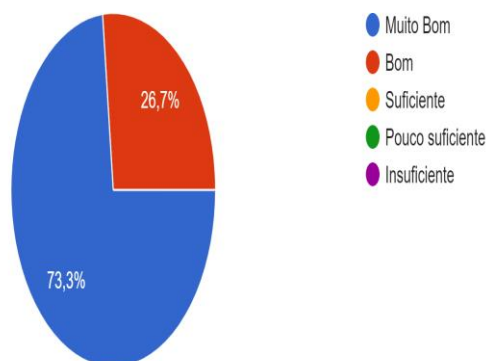


Figura 98 - Nível de satisfação geral (Seminário Basel)

- Realização, no dia 13 de maio de 2021, do Seminário «O Estado de Direito face ao risco e à emergência: o caso de Moçambique», integrado no Ciclo COVID-19 e Estado de Direito, no âmbito do PACED, financiado pela União Europeia e cofinanciado e gerido pelo Camões, I.P. O Seminário online, com cerca de 300 participantes, foi organizado em parceria com o Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Moçambique, a Associação Moçambicana de Juizes e a União Internacional de Juizes de Língua Portuguesa e contou com a intervenção do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime e do Instituto para Democracia Multipartidária. Destaca-se a participação de oradores como Carlos Mondlane, Presidente da Associação Moçambicana de Juizes, André Calengo, especialista em questões de terras e recursos naturais, Teresa Cravo, Investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, entre outros, e de representantes de organizações internacionais responsáveis por projetos de cooperação para o desenvolvimento em Moçambique.



Figura 99 - Seminário «O Estado de Direito face ao risco e à emergência: o caso de Moçambique», integrado no Ciclo COVID-19 e Estado de Direito (13.5.2021)

- Decorreu, no dia 1 de julho de 2021, o Seminário de Apresentação da Pesquisa Internacional do Judiciário em tempo de Pandemia que reuniu, por videoconferência, representantes dos Conselhos Judiciais dos Países de Língua Oficial Portuguesa, numa parceria entre a IACA (International Association for Court Administration), o IBRAJUS (Instituto brasileiro de Administração do Sistema Judiciário) e o PACED – Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e em Timor-Leste.

O “Estudo sobre o impacto da pandemia nas atividades do poder judiciário nos Países de Língua Portuguesa”, cujos resultados foram apresentados neste Seminário, constitui a primeira grande recolha e análise de dados produzida neste âmbito específico entre os países de Língua Portuguesa e foi levada a cabo pelo Laboratório de Inovação da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo (iJuspLab).

As conclusões do estudo assinalam que todos os países se esforçaram para assegurar o amplo acesso à justiça, apesar das dificuldades de diminuição da força de trabalho, ausência ou parcial existência de processos eletrónicos e de recursos tecnológicos, o que revela o compromisso das instituições com o funcionamento do Judiciário, e, portanto, com os direitos fundamentais em tempos de crise humanitária. Os resultados da pesquisa podem ser consultados aqui.

O Seminário teve 130 participantes e foi transmitido em streaming através da Justiça TV.



Figura 100 - Seminário de Apresentação da Pesquisa Internacional do Judiciário em tempo de Pandemia (1.7.2021)

- A Reunião Regional Contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados, que teve lugar nos dias 6 e 7 de julho de 2021 e que juntou cerca de 25 representantes das polícias de investigação criminal dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e de Timor-Leste, numa iniciativa do Programa de Armas de Fogo da INTERPOL, em coordenação com o PACED.



Figura 101 - Reunião Regional Contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados (6 e 7.7.2021)

- Realizou-se, no dia 14 de julho de 2021, o webinar “A importância da legística na prevenção e combate à corrupção”, com o objetivo de promover uma reflexão conjunta sobre a importância da legística na construção dos atuais sistemas de prevenção e combate à corrupção.

O webinar decorreu via plataforma Cisco Webex e foi transmitido em streaming na Justiça TV, com 250 participantes, numa organização conjunta do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, do Observatório da Legislação Portuguesa da Nova School of Law, e do PACED – Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste.

Fizeram intervenções substantivas Kiandara do Nascimento, do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos da República de Angola, sobre “Um regime harmonizado para o combate à corrupção - experiência do PACED”; e António Delicado, do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sobre “Regras Comuns de Legística nos Estados e Regiões Lusófonas”.



Figura 102 - Webinar “A importância da legística na prevenção e combate à corrupção” (14.7.2021)

- O Seminário das Unidades de Informação Financeira dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, dedicado ao tema “O Reforço da Investigação Financeira Paralela em casos de crimes informáticos: Tendências e desafios”, realizado entre os dias 20 e 22 de julho de 2021 e que reuniu cerca de 300 participantes, entre representantes das Unidades de Informação Financeira (UIF), dos ministérios da Justiça, Procuradorias-Gerais da República, magistraturas judiciais, polícias de investigação criminal e bancos centrais dos PALOP e de Timor-Leste. Esta iniciativa resulta de uma parceria entre a UIF de Angola, no âmbito das comemorações do seu 10.º aniversário, o Projeto Global Action on Cybercrime Extended (GLACY +) um projeto conjunto da União Europeia e do Conselho da Europa que tem como objetivo desenvolver atividades que garantam a implementação da Convenção de Budapeste sobre cibercriminalidade - e o PACED.



Figura 103 - “O Reforço da Investigação Financeira Paralela em casos de crimes informáticos: Tendências e desafios” (20 e 22.7.2021)

- Realização, entre os dias 23 e 24 de agosto de 2021, em São Tomé e Príncipe, do XVIII Encontro de Procuradores-Gerais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), organizado pela Procuradoria-Geral da República de São Tomé e Príncipe, com o apoio do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito (PACED) nos PALOP e Timor-Leste, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Universidade de Coimbra. Dedicado à temática “Recuperação de Ativos e Cooperação Judiciária na CPLP”, o encontro contou com intervenções do Primeiro Ministro de São Tomé e Príncipe, Jorge Bom Jesus, e do Procurador-Geral da República santomense, Kelve Nobre de Carvalho, que destacou a importância da cooperação judiciária internacional no combate à criminalidade transnacional, sublinhando que a recuperação de ativos permite devolver aos países e aos seus cidadãos os valores obtidos de forma ilícita. Os Procuradores-Gerais da CPLP, na Declaração de São Tomé, referindo os princípios enunciados na Declaração de Santa Maria (aprovada no âmbito do 3.º Fórum de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas dos Magistrados do Ministério Público, que decorreu na Ilha do Sal entre 27 e 29 de novembro de 2019), manifestaram a intenção de fortalecer a cooperação judiciária e aprovaram a criação da rede dos Ministérios Públicos da CPLP para recuperação de ativos, coordenada pela Procuradoria-Geral da República de Angola.



Figura 104 - XVIII Encontro de Procuradores-Gerais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) (23 e 24.8.2021)

- No âmbito do XIV Congresso Luso-Afro-Brasileiro (XIV CONLAB) e do 3º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas de Língua Portuguesa, no dia 16 de setembro de 2021, o Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste (PACED) participou no grupo de trabalho dedicado à temática «Reinventar a formação judicial?». Nesta sessão, orientada por Conceição Gomes, do Centro de Estudos Sociais e por Luzia Bebiana Sebastião, da Universidade Agostinho Neto, o coordenador do PACED, João Pedro Campos, focou a sua apresentação nas novas dinâmicas impulsionadas pela formação de formadores nos diferentes países parceiros do projeto. São já mais de 2287 os quadros nacionais formados nas temáticas do PACED, 6344 participantes nas diferentes conferências e seminários e foi constituída a bolsa formadores na área penal que conta com 44 novos formadores e que já está a ser utilizada por outros parceiros nacionais e internacionais. O XIV CONLAB, organizado pela Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas de Língua Portuguesa e pelo Centros de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, inicialmente calendarizado para 2020, quando se celebrariam os 30 anos sobre a data do primeiro encontro que reuniu investigadores do espaço luso-afro-brasileiro, a que mais tarde se juntou Timor-Leste, decorre entre 15 e 17 de setembro de 2021, em Coimbra, Portugal, sob o lema "Utopias pós-crise. Artes e saberes em movimento".
- A Conferência Internacional sobre “(Acesso à) Justiça e Digitalização: desafios pós-pandemia”, organizada pela Academia Sino-Lusófona da Universidade de Coimbra (UC) em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a Ordem dos Advogados do Brasil e o PACED, que teve lugar, no dia 4 de outubro de 2021.
- Teve lugar, no dia 24 de novembro de 2021, o Seminário de Pesquisas Empíricas aplicadas a Políticas Judiciárias – Impacto da Covid-19 no Poder Judiciário, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça

da República Federativa do Brasil, com o objetivo de divulgar e debater os resultados alcançados com as pesquisas realizadas pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias.

A “Pesquisa Internacional do Judiciário Durante a Pandemia de Covid-19” foi promovida pela International Association for Court Administration (IACA) em parceria com Justiça Federal e o iJusLab (Laboratório de Inovação da Justiça Federal de São Paulo) e teve por objetivo avaliar (i) acesso à Justiça, (ii) gestão do trabalho, e (iii) infraestrutura tecnológica do Poder Judiciário de 28 países após a declaração de pandemia pelo Coronavírus em março de 2020.

Já a pesquisa “Resposta Judiciária à Pandemia da Covid 19 – Países Lusófonos”, desenvolvida em parceria com o PACED – Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e em Timor-Leste, segue a metodologia da pesquisa internacional ao aplicar o questionário entre 30 de novembro de 2020 e 15 de fevereiro de 2021, utilizando os três parâmetros citados.



Figura 105 - Seminário de Pesquisas Empíricas aplicadas a Políticas Judiciárias - Impacto da Covid19 no Poder Judiciário (24.11.2021)

- No âmbito do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED) e em parceria com o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o Observatório da Legislação Portuguesa (OLP) e a Nova School of Law, terminou, no dia 20 de dezembro 2021, um “E-Curso de Legística” que contou com a participação de 19 elementos designados pelas diferentes entidades parceiras do PACED. Este E-Curso surge no seguimento do Webinar "A importância da legística na prevenção e combate à corrupção", que teve lugar no dia 14 de julho de 2021 e possibilitou a capacitação, aperfeiçoamento e atualização, dentro de uma esfera comparada, sobre as temáticas da Better Regulation e da legística material e formal.
- Em parceria com o Observatório da Legislação Portuguesa, da JurisNova e do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas (ICJP) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, decorreu no dia 22 de

fevereiro de 2022 o webinar intitulado “o contributo da legística para a construção do Estado de Direito” e que contou com a participação de cerca de 200 participantes.

Este webinar, transmitido pela Justiça TV, teve como oradores António Delicado, do ICJP e Luís Cezerilo, Diretor Nacional de Assuntos Parlamentares do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos da República de Moçambique, tendo sido possível debater a importância da legística para a construção do Estado de Direito, passando-se em revista, não apenas a realidade de Moçambique, mas também os principais princípios que subjazem às melhores práticas no desenvolvimento da produção legislativa e na importância em inscrever como prioridade o registo da pegada legislativa.

Esta atividade surge no seguimento do Webinar - A importância da legística na prevenção e combate à corrupção, que teve lugar no passado dia 14 de julho de 2021 e do E-Curso de Legística” que contou com a participação de 19 elementos designados pelas diferentes entidades parceiras do PACED e que terminou no dia 20 de dezembro 2021.

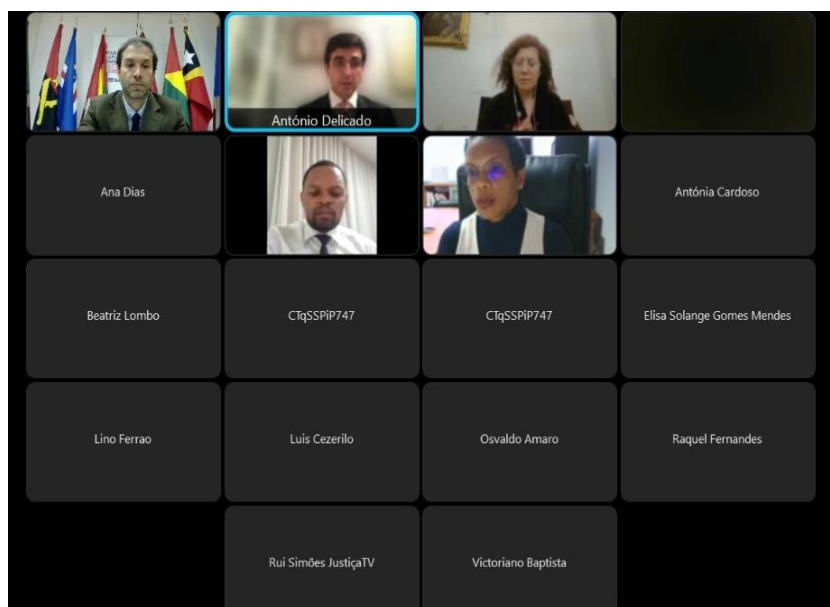


Figura 106 - Webinar intitulado “o contributo da legística para a construção do Estado de Direito” (22.2.2022)

- Teve lugar no dia 8 de março de 2022, por videoconferência, o Seminário de Apresentação do Sistema de Gestão de Armamento e Munições - SiGAM, desenvolvido pela Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC) de Timor-Leste.

O evento, contou com a participação de 18 representantes das Polícias de Investigação Criminal de todos os países parceiros do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito (PACED) e foi realizado em parceria com o Programa de Armas de Fogo da Organização Internacional de Polícia Criminal – INTERPOL. Foi efetuada a apresentação do SiGAM e apontadas as suas virtualidades no que respeita ao controlo de armas de fogo adstritas à utilização dos órgãos de polícia criminal. Por seu lado, a apresentação do Programa de Armas de Fogo da INTERPOL focou o reforço das capacidades nas áreas vinculadas à investigação do tráfico de armas de fogo e crimes relacionados, incluindo a identificação, rastreamento e investigação de armas de fogo, bem como comparação forense e balística.

Das intervenções resultou um claro interesse em futuramente virem a beneficiar também do Sistema de Gestão de Armamento e Munições - SiGAM, desenvolvido pela PCIC de Timor-Leste.

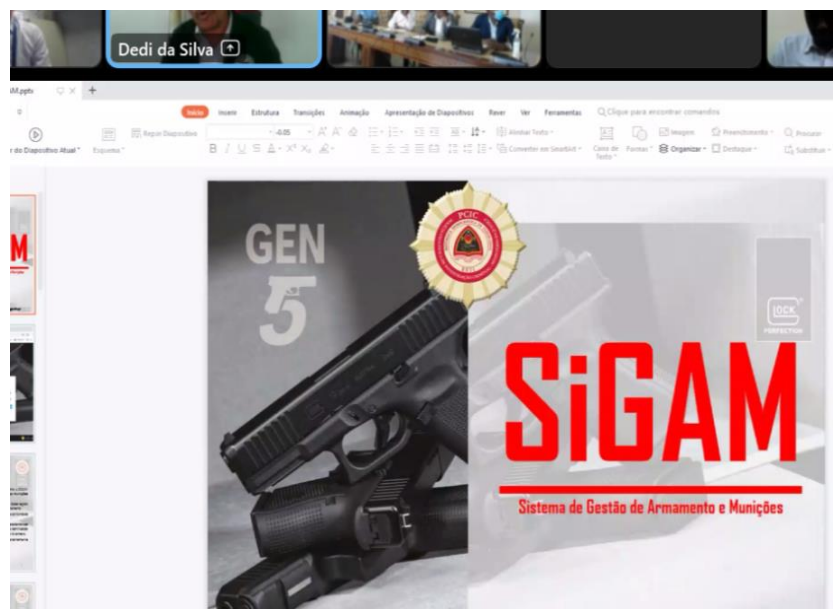


Figura 107 - Seminário de Apresentação do Sistema de Gestão de Armamento e Munições - SiGAM, desenvolvido pela Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC) de Timor-Leste (8.3.2022)

- No âmbito da Semana de Direitos Humanos, incluída no Programa de Apoio à Integração da Guiné-Equatorial (PAIGE) da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), que decorreu em Malabo, entre os dias 4 e 8 de abril de 2022, o Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste (PACED) teve a oportunidade de partilhar as principais metodologias adotadas pelo projeto, assim como os resultados mais relevantes já alcançados. A participação do PACED no PAIGE, foi assegurada pelo representante do ponto focal da Presidência da República de Angola e pelo coordenador do PACED, com o objetivo de contribuir para a divulgação do projeto e a participação dos parceiros junto de redes e organizações internacionais.



Figura 108 - Participação na Semana de Direitos Humanos, incluída no Programa de Apoio à Integração da Guiné-Equatorial (PAIGE) da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) (Malabo, 4 a 8.4.2022)

- No dia 12 de maio de 2022, no âmbito da comemoração do Dia da Língua Portuguesa, o PACED - Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste, representado pelo seu ponto focal junto do Banco Nacional de Angola, Oswaldo Pedro dos Santos, juntou-se à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ao Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), ao Global Resource for Anti-Corruption and Youth Empowerment (GRACE) e à Corruption and Economic Crime Branch, Division for Treaty Affairs (CEB/DTA), para uma mesa redonda sob o tema "A participação dos jovens em iniciativas de luta contra a corrupção nos países da CPLP: Passado - Presente - Futuro."

Neste evento, focou-se o papel importante que os jovens e as organizações representativas dos jovens podem desempenhar no desenvolvimento de políticas públicas de prevenção do crime e promoção de uma cultura de legalidade.

O combate à corrupção foi apontado como essencial ao reforço da qualidade da democracia e à plena realização do Estado de Direito, assegurando uma efetiva igualdade de oportunidades, promovendo maior justiça social, favorecendo o crescimento económico, fortalecendo as finanças públicas e aumentando o nível de confiança dos cidadãos nas instituições democráticas.
- Entre 25 a 27 de maio de 2022, decorreu em Cabo Verde o 1.º Encontro Nacional de Juízes Cabo-verdianos, com o tema "A Centralidade do Poder Judicial no Estado Constitucional e de Direito Cabo-verdiano", contou com o apoio do PACED, em parceria com a Associação Sindical dos Juízes Cabo-verdianos (ASJCV) e a União Internacional dos Juízes de Língua Portuguesa (UIJLP).

Integrada no âmbito do apoio à participação em iniciativas regionais e internacionais, esta atividade tem como objetivo ancorar os principais intervenientes do sistema de justiça nos PALOP e em Timor-Leste em redes internacionais e promover a valorização e capacitação das instituições nacionais. Este 1.º Encontro anual comportou igualmente com uma dupla pretensão: a de se constituir num fórum permanente de discussão das relevantes temáticas que entornam o exercício da elevada função de

realizar justiça em Cabo Verde e a de aportar aos decisores políticos subsídios científicos para uma melhor compreensão institucional dos tribunais no quadro constitucional.



Figura 109 - 1.º Encontro Nacional de Juízes Cabo-verdianos (25 a 27.5.2022)

- No dia 9 de junho de 2022, na sede do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., em Lisboa, o PACED (Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito) recebeu uma delegação chefiada pela Procuradora-Geral Adjunta da República de Angola, Inocência Gonçalo Pinto, e composta por vários elementos que integram o Grupo de Trabalho encarregue pela realização de estudos e elaboração de propostas e mecanismos de implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção no Ordenamento Jurídico Angolano.



Figura 110 - Encontro com Grupo de Trabalho angolano no âmbito do combate à corrupção (9.6.2022)

Atividade 3.4 Identificar os pontos fortes e fracos e as lacunas existentes na coordenação e articulação entre entidades nacionais, regionais e internacionais e preparar um plano de ação para resolver as deficiências detetadas

3.4.1 Sistematização e divulgação interna em cada um dos PALOP e de Timor-Leste das recomendações saídas de cada um dos fóruns referidos em 3.5



Figura 111 - Apresentação do Guia de Formação e Cooperação

Prevendo a atividade 3.4.1 a sistematização e divulgação interna em cada um dos PALOP e em TL das recomendações saídas de cada um dos Fóruns de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas entre profissionais, a disponibilização de um Guia de Formação e Cooperação, aprovada no Comité de Pilotagem de 9 de junho de 2021, veio possibilitar uma real e inequívoca sistematização das referidas recomendações, garantindo uma verdadeira potenciação das possibilidades de divulgação interna, arvorando-se como canal imprescindível para fomentar e sedimentar a reflexão em tornos destes temas, além de concomitantemente possibilitar a análise das estruturas institucionais existentes e a organização dos diversos instrumentos jurídicos aplicáveis.

O Guia possibilita igualmente ancorar-se o trabalho a ser desenvolvido pela Plataforma (atividade 3.6.2) e contando com uma nota introdutória da Ministra da Justiça da República de Cabo Verde, foi oficialmente lançado no âmbito da XVI Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, que decorreu a 22 de novembro de 2019, em Santa Maria, Cabo Verde.

Esta nova edição “Da Formação à Cooperação: Guia para a formação e cooperação judiciárias na área penal nos países de Língua Portuguesa”, tem a autoria dos consultores científicos do PACED Juiz Conselheiro José Mouraz Lopes e Juiz Desembargador Nuno Coelho, e sistematiza as conclusões e recomendações saídas dos diversos debates, reflexões, trocas de experiências e fóruns realizados no percurso de execução do PACED, sedimentando a ideia da cooperação por via da formação.

O “Guia para a formação e cooperação judiciárias na área penal nos países de Língua Portuguesa” está disponível online e de forma gratuita em: https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/guia_da-formacao-a-cooperacao.pdf.

Atividade 3.5 Preparar e apoiar a organização de reuniões de coordenação estratégica e técnica entre as instituições relevantes homólogas dos PALOP e de Timor-Leste, de acordo com uma metodologia de trabalho que promova a partilha de experiências e boas práticas

Enquanto que as ações de formação CEJ e EPJ tiveram como um dos seus objetivos integrar na mesma “sala” de formação juízes, magistrados do Ministério Público, polícias de investigação Criminal e Técnicos das Unidades de Informação Financeira e por esta via promover o interconhecimento e a cooperação institucional, mas também a separação de poderes entre instituições e nesse sentido contribuir para a melhoria das prestações do vários sistemas envolvidos a nível nacional, os fóruns têm uma racional distinta. Ao inserirem-se no resultado 3, a realização destes Fóruns reconhece as relações económicas e migratórias entre os países parceiros do PACED que reivindicam mais e melhor cooperação regional que é possível graças a proximidades de instituições e de soluções legais no espaço PALOP e Timor-Leste, e graças também a existência de uma língua oficial comum. Daqui decorre a importância da harmonização legislativa, mas também o reforço da cooperação entre instituições homólogas através de um maior e melhor conhecimento mútuo, da troca de boas práticas e aumento de capital social.

3.5.1 Fórum de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas entre profissionais das Unidades de informação financeira

Foram concluídos os três fóruns previstos:

1. 25, 26 e 27 de outubro de 2017;
2. 20 e 23 de novembro de 2018;
3. 26 e 27 de maio de 2020.

A primeira edição do Fórum das Unidades de Informação Financeira realizou-se entre os dias 25, 26 e 27 de outubro de 2017.



Figura 112 - 1.º Fórum UIF (25.10.2017)

Esta primeira edição contou com a dinamização do Banco de Portugal em colaboração com a Unidade de Informação Financeira portuguesa e teve como objetivo promover uma maior compreensão sobre o papel das Unidades de Informação Financeira, dos bancos centrais e das instituições financeiras na prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo. Vinte e duas pessoas participaram nesta atividade que integrou representantes dos bancos centrais e da Unidade de Informação Financeira.

O Fórum concluiu pela importância da cooperação na área da prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e pelo reconhecimento da mais-valia da Língua Portuguesa, assim como de métodos de atuação e construções normativas semelhantes, tendo daqui saído igualmente o desejo de assegurar a continuidade deste tipo de iniciativas.

Entre os dias 20 e 23 de novembro de 2018 organizou-se a segunda edição do Fórum que contou com a dinamização do Instituto de Formação Bancária em torno da função *compliance* na perspetiva da cooperação e supervisão internacional, incluindo as obrigações.



Figura 113 - 2.º Fórum UIF (20.11.2018)

O 3.º Fórum de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas entre as Unidades de Informação Financeira dos PALOP e Timor-Leste (UIF), decorreu nos dias 26 e 27 de maio de 2020, em formato *online*, e para além dos 24 representantes das diferentes UIF parceiras (4 representantes por entidade parceria), reuniu mais de 50 participantes e profissionais. Deste resultou um conjunto de recomendações para uma cooperação mais efetiva entre estes países, no âmbito da recuperação de ativos e combate ao branqueamento de capitais.

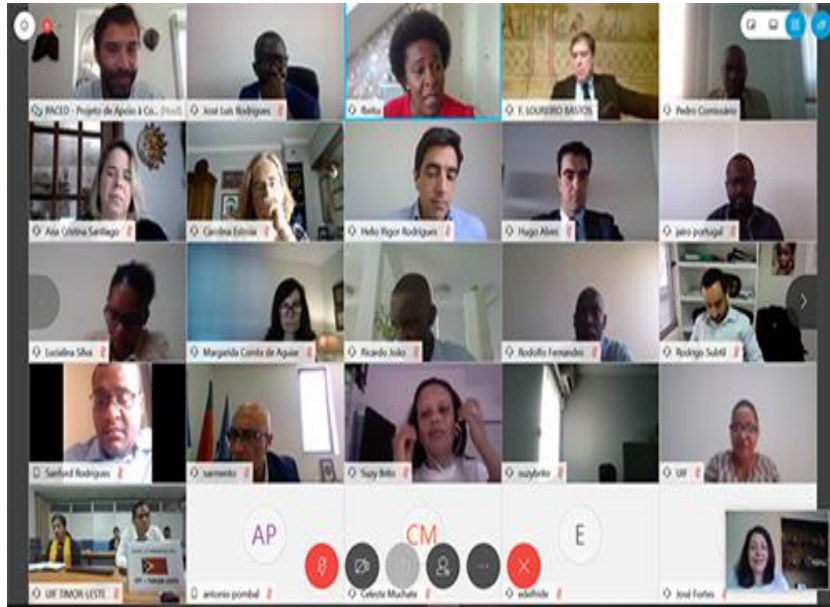


Figura 114 - 3.º Fórum UIF (26.5.2020)

Este foi o 3.º fórum das Unidades de Informação Financeira e o 12.º evento do género realizado no âmbito do PACED, e resulta da parceria com a UIF de Angola, o Serviço de Recuperação de Ativos da Procuradoria-Geral da República de Angola, a Procuradoria-Geral da República Portuguesa, a UIF da Polícia Judiciária de Portugal, o Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a Faculdade de Direito de Bissau e a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões de Portugal. Foi o último fórum previsto no âmbito do PGT e o 1.º realizado em formato *online*. Assim, também o questionário foi enviado através de um sistema de recolha e análise automatizada de dados, *in casu*, o *google forms*.

Nacionalidade

13 respostas

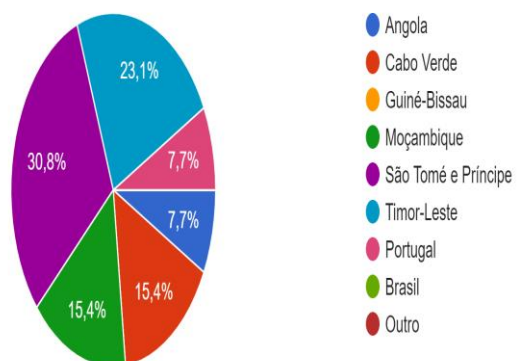


Figura 115 - Desagregação por nacionalidade (3.º Fórum UIF)

Sexo

13 respostas

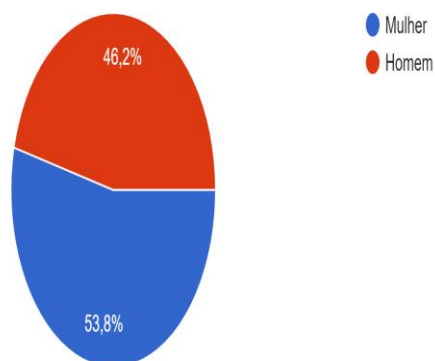


Figura 116 - Desagregação por sexo (3.º Fórum UIF)

De que forma os seus conhecimentos sobre os temas melhoraram depois de ter participado ao fórum?

13 respostas

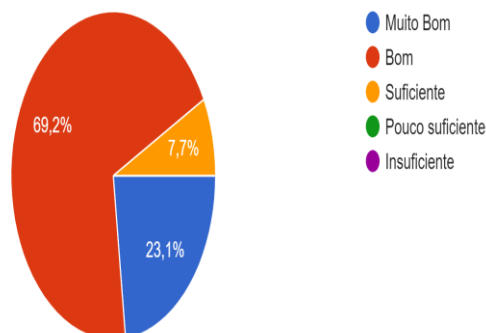


Figura 117 - Melhoria de conhecimentos (3.º Fórum UIF)

Muito embora não estivesse previsto no Plano Global de Trabalhos a realização de qualquer outro fórum, a dinâmica lançada com a realização anual dos fóruns anteriores e a vontade dos parceiros em aprofundar o relacionamento com outras entidades internacionais possibilitou a realização, entre os dias 20 e 22 de julho de 2021, de um novo Seminário das Unidades de Informação Financeira dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, dedicado ao tema “O Reforço da Investigação Financeira Paralela em casos de crimes informáticos: Tendências e desafios”.

O Seminário reuniu cerca de 300 participantes, entre representantes das Unidades de Informação Financeira (UIF), dos ministérios da Justiça, Procuradorias-Gerais da República, magistraturas judiciais, polícias de investigação criminal e bancos centrais dos PALOP e de Timor-Leste.

Esta iniciativa resulta de uma parceria entre a UIF de Angola, no âmbito das comemorações do seu 10.º aniversário, o Projeto Global Action on Cybercrime Extended (GLACY +) -um projeto conjunto da União Europeia e do Conselho da Europa que tem como objetivo desenvolver atividades que garantam a implementação da Convenção de Budapeste sobre cibercriminalidade - e o PACED – Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste.

O Seminário, que contou com oradores oriundos de diferentes organizações internacionais, designadamente, da Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL), do Departamento Central de Investigação e Ação Penal e do Ministério Público Federal do Brasil, possibilitou aprofundar os principais desafios das investigações financeiras paralelas e da apreensão e confisco de proveitos de crimes online e, ainda, dos desafios colocados pelas necessidades de recolha, conservação e utilização da prova eletrónica, promovendo o diálogo mútuo e o conhecimento especializado necessário para combater a cibercriminalidade.

No final do Seminário, e posteriormente circulada por todas as delegações para aprovação, foi apresentada a «DECLARAÇÃO DE LUANDA SOBRE RECUPERAÇÃO DE ACTIVOS E COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS»: https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/anexo-38-acordo-forum-uif.pdf



Figura 118 - 4.º Fórum - Seminário “O Reforço da Investigação Financeira Paralela em casos de crimes informáticos: Tendências e desafios” (20.7.2021)

3.5.2 Fórum de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas entre funcionários das polícias de investigação criminal

Foram concluídos os três fóruns previstos:

1. 5 a 7 de dezembro de 2017;
2. 4 a 7 de dezembro de 2018;
3. 9 a 11 de setembro de 2019.

A primeira edição do Fórum de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas entre polícias de investigação criminal realizou-se em Lisboa entre os dias 5 e 7 de dezembro de 2017, a facilitação deste Fórum coube ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública do Governo Federal do Brasil, com colaboração com a Polícia Judiciária portuguesa a quem coube a dinamização de três dos quinze painéis apresentados.



Figura 119 - 1.º Fórum PIC (5.12.2017)

Recordamos que desta primeira edição saíram as seguintes recomendações:

- Interesse por parte dos participantes em aprofundar a cooperação entre as Polícias de Investigação Criminal dos países parceiros
- Assegurar a realização de atividades de capacitação conjunta
- Assegurar a continuidade de atividades conjuntas
- Promover o desenvolvimento de uma verdadeira rede colaborativa.

Entre os dias 4 e 7 de dezembro de 2018 organizou-se a segunda edição deste Fórum que recaiu sobre a perda de bens e recuperação de ativos.



Figura 120 - 2.º Fórum PIC (4.12.2018)

O 3.º Fórum de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas entre polícias de investigação criminal decorreu entre 9 e 11 de setembro de 2019, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Este Fórum visou reforçar o intercâmbio entre profissionais de investigação criminal dos PALOP e Timor-Leste e realiza-se no âmbito do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED).



Figura 121 - 3.º Fórum PIC (9.9.2019)

Durante três dias, os representantes das polícias de investigação criminal discutiram o enquadramento jurídico internacional do combate ao tráfico ilícito de estupefacientes por mar e a operacionalização do artigo 17.º da Convenção das Nações Unidas sobre o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas. Esta atividade do PACED foi realizada graças a uma parceria com o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e o Centro de Análises e Operações Marítimas-Narcóticos (MAOC-N).

No último dia as Polícias de Investigação Criminal dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste assinaram um Memorando de Entendimento no âmbito da prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao tráfico de estupefacientes, disponível em:

https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/mde-entre-as-pic-dos-palop-e-tl-no-ambito-da-prevencao-e-combate-ao-crime-organizado-especialmente-ao-trafico-de-drogas.pdf

No documento afirma-se a determinação em «cooperar plenamente na luta contra todo o tipo de criminalidade organizada e outras formas de crimes graves, em especial contra o tráfico de estupefacientes», sublinha-se «a importância de uma estreita cooperação em questões relacionadas com o intercâmbio rápido e eficaz de informações para fins de investigação e auxílio judiciário mútuo, bem como no âmbito do apoio às operações e às investigações».

O Memorando de Entendimento pretende reforçar o intercâmbio de informações entre as Polícias de Investigação Criminal dos PALOP e Timor-Leste não apenas «no âmbito das investigações, mas também para efeitos de recolha e partilha de informações destinadas a desenvolver estratégias de longo prazo».

Na sessão do último dia, 11 de setembro, juntaram-se a estes profissionais representantes do Centro de Análises e Operações Marítimas-Narcóticos (MAOC-N) de França, Irlanda, Itália, Holanda, Reino Unido, Espanha e Estados Unidos da América.

Também no que respeita aos fóruns realizados com as Polícias de Investigação Criminal foi possível organizar um fórum extra, nos dias 6 e 7 de julho de 2021, por videoconferência, desta feita, a Reunião Regional Contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados, que juntou cerca de 25 representantes das polícias de investigação criminal dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e de Timor-Leste, numa iniciativa do Programa de Armas de Fogo da INTERPOL, em coordenação com o PACED – Projeto de Apoio à Consolidação nos PALOP e Timor-Leste.

A Reunião Regional Contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados teve por objetivo fomentar a cooperação regional e internacional e promover o debate sobre as estratégias a adotar no combate ao tráfico de armas de fogo e crimes associados.

Os representantes dos PALOP e Timor-Leste acordaram na partilha das linhas gerais que poderão vir a consubstanciar um futuro projeto de cooperação e/ ou um plano de ação comum.



Figura 122 - Reunião Regional Contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados (6.7.2021)

3.5.3 Fórum de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas entre magistrados do Ministério Público

A primeira edição do Fórum dos Magistrados do Ministério Público realizou-se entre os dias 10 e 12 de outubro de 2017 e, portanto, os seus resultados constam já do quarto relatório. Esta atividade foi facilitada pela Procuradoria-Geral da República Portuguesa e que este encontro promoveu a discussão em torno dos seguintes temas: O enquadramento internacional – Convenção de Budapeste; a prova eletrónica – soluções de direito processual na Convenção de Budapeste e no direito Português; princípio da reciprocidade; principais instrumentos; hierarquia dos instrumentos; leis internas em matéria de cooperação internacional; auxílio judiciário mútuo: noções fundamentais, formalização dos processos, problemas práticos; o crime de tráfico de estupefacientes e as ações encobertas, as entregas controladas e a cooperação internacional. Participaram no Fórum um total de 22 representantes dos PALOP e de Timor-Leste.



Figura 123 - 1.º Fórum MP (10.10.2017)

Entre os dias 6 e 9 de novembro de 2018 decorreu a segunda edição do Fórum dos Magistrados do Ministério Público com a facilitação da *Eurojust*.



Figura 124 - 2.º Fórum MP (6.11.2018)

O terceiro Fórum de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas entre Magistrados do Ministério Público, centrado nas temáticas da perda de bens e recuperação de ativos, decorreu, entre 27 a 29 de novembro de 2019, na Ilha do Sal, em Cabo Verde.



Figura 125 - 3.º Fórum MP (27.11.2019)

Esta 3.ª edição resultou de uma parceria com a Procuradoria-Geral da República de Cabo Verde, o Instituto de Direito Penal Económico e Europeu (IDPEE) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) de Cabo Verde.

Participaram neste fórum 34 magistrados dos Ministérios Públicos dos PALOP e Timor-Leste, promovendo o conhecimento mútuo dos respetivos mecanismos e sistemas de perdas de bens e recuperação de ativos bem como a partilha de boas práticas.

Do encontro resultou a Declaração de Santa Maria, um conjunto de recomendações que visam o reforço da cooperação entre os PALOP e Timor-Leste em matéria de perda de bens e recuperação de ativos.

«DECLARAÇÃO DE SANTA MARIA SOBRE PERDA DE BENS, RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM MATÉRIA PENAL»:

https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/conclusoes3%C2%BA-forummpcartasalversao-final.pdf

3.5.4 Fórum de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas entre juízes

Foram concluídos os três fóruns previstos:

- 1.º 26 a 28 de setembro de 2018;
- 2.º 21 a 24 de novembro de 2018;
- 3.º 17 a 19 de junho de 2019.

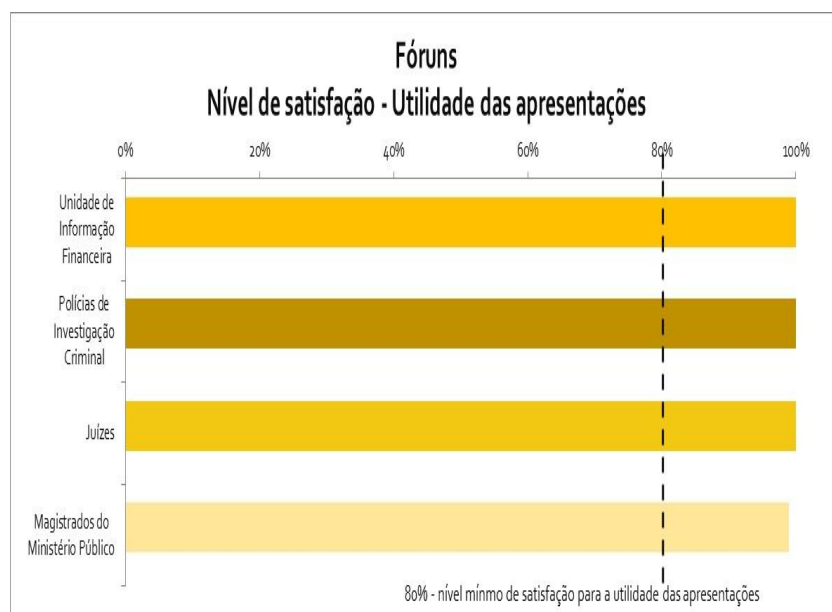


Figura 126 - Nível de satisfação - utilidade das apresentações (Fóruns)

A primeira edição desta atividade realizou-se entre os dias 25 e 28 de setembro de 2018, em Luanda e incidiu sobre a recuperação de ativos e perda de bens

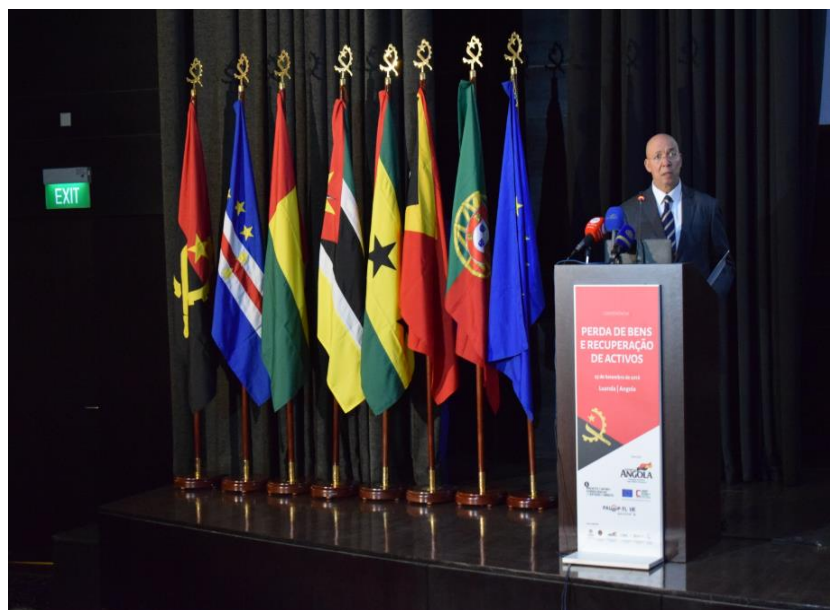


Figura 127 - 1.º Fórum Juizes (25.9.2018)

Esta primeira edição foi concretizada em colaboração com o Instituto Brasileiro de Administração do Sistema Judiciário (IBRAJUS). O IBRAJUS é uma organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, criada em 2016 e com sede em Curitiba, Estado do Paraná. Trata-se de uma organização de carácter científico-educacional, apartidária, constituída por magistrados, outros operadores do

Direito e profissionais de áreas afins. Convém partilhar que é objetivo da IBRAJUS colaborar, de todas as formas, para o aperfeiçoamento do Poder Judiciário do Brasil, o que deverá ser cumprido através:

- Consultoria: assistência a Tribunais e outros órgãos ligados ao Poder Judiciário, sobre os mais diversos temas ligados à efetividade do Judiciário.
- Banco de Consultores: criação de um banco de especialistas de diversas áreas, como estatística judiciária, memória do Poder Judiciário, arquitetura judiciária, racionalização dos serviços cartorários e outros.
- Pesquisas sobre a Política Judiciária: consultas, levantamentos estatísticos, investigações científicas sobre os magistrados, colheita de dados sobre a transparência nos Tribunais e outros temas de interesse.
- Capacitação: cursos sobre Política Judiciária e Administração da Justiça para juízes, agentes do Ministério Público e servidores, congressos.
- Intercâmbio com entidades de fins semelhantes, nacionais e internacionais.
- Criação de uma revista eletrônica para possibilitar o acesso de todos a assuntos ligados à Justiça.
- Publicações de livros, revistas e periódicos impressos, contendo estudos sobre o assunto.
- Concursos de monografias, a fim de estimular o estudo e a pesquisa sobre a matéria.
- Premiação de iniciativas pessoais ou institucionais de destaque.

Este instituto assume-se assim como parceiro de charneira nestas matérias, pela seu conhecimento e experiência comprovados e reconhecidos nestas matérias.

O Fórum foi assim dinamizado por dois juízes brasileiros e por um juiz português que viria a substituir um terceiro juiz do IBRAJUS que em data próxima da atividade foi impe



Figura 128 - 2.º Fórum Juízes (21.11.2018)

O segundo Fórum de Juízes de Língua Portuguesa decorreu, entre 21 e 24 de novembro de 2018, na AJURIS - Escola Superior da Magistratura, em Porto Alegre, Brasil, tendo como temas centrais a integridade, transparência e eficiência no domínio do judiciário.

Com vista a unir os juízes dos países de língua portuguesa em torno de um compromisso de ética comum, o encontro nasceu de uma parceria entre o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. de Portugal, através do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED) o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), a União Internacional de Magistrados (UIM), a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Brasil (ENFAM) e a Associação dos Juízes de Rio Grande do Sul (AJURIS).

Os primeiros dois dias do encontro, 21 e 22 de novembro, foram reservados aos integrantes do PACED, projeto financiado pela União Europeia e pelo Camões, I.P. cuja intervenção se centra na melhoria do ambiente legal e da organização administrativa, no fortalecimento das capacidades institucionais e na atualização dos procedimentos operacionais, bem como no reforço da cooperação regional, com vista à afirmação e consolidação do Estado de direito nos PALOP e Timor-Leste, e à prevenção e luta contra a corrupção, o branqueamento de capitais e a criminalidade organizada, em particular, o tráfico de estupefacientes.

Constituídos por oficinas temáticas, estes dois dias foram dinamizados pela maior escola de juízes brasileiros, a ENFAM, e pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) através da Rede Global de Integridade Judicial, plataforma lançada pela ONU em abril de 2018 que associa a experiência de juízes, magistrados, membros de conselhos judiciais, entre outros, para fornecer assistência aos judiciários no fortalecimento da integridade judicial e na prevenção da corrupção no sistema de justiça.

No dia 23 de novembro de 2018 realizou-se uma conferência internacional aberta aos integrantes do PACED, mas também a todos os juízes e à comunidade jurídica brasileira em geral, coordenada pela Associação de Juízes de Rio Grande do Sul (AJURIS), prestigiada associação estadual de juízes brasileiros, que focou temas como o poder judicial, a organização do judiciário, a independência, ética, deontologia e responsabilidade judiciais ou o combate à corrupção, em torno de um ideal partilhado de integridade, transparência e eficiência.

O dia 24, igualmente de entrada livre, foi coordenado pelo Camões, I.P., através do PACED, e pela União Internacional de Magistrados, a maior associação internacional relativa ao poder judicial, com 90 países membros, que tem por principal objetivo a salvaguarda da independência do poder judicial, a apresentação das conclusões e uma proposta de elaboração de um compromisso ético dos juízes pertencentes ao espaço da CPLP.

Com a assinatura da Carta de Porto Alegre, os juízes e as juízas dos países de língua oficial portuguesa comprometem-se, pela primeira vez, com um código de conduta comum em torno da ética e da integridade judiciais. O documento resulta do Fórum de Juízes de Língua Portuguesa onde participaram magistrados dos PALOP e Timor-Leste, a que se juntaram representantes de Portugal e Brasil, reforçando assim o alcance desta carta. O encontro realizou-se entre 21 e 24 de novembro, em Porto Alegre, Brasil, no quadro de uma parceria entre o Camões, I.P., através do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED), e diversos parceiros internacionais.

A Carta de Porto Alegre harmoniza e sintetiza um conjunto relevante de instrumentos internacionais e nacionais num único documento composto por 10 princípios, pelos quais os juízes, as juízas e restantes atores dos sistemas judiciais se comprometem a pautar a sua conduta profissional:

Independência; Imparcialidade; Integridade; Combate à Corrupção; Humanismo e Igualdade; Qualidade e Eficácia; Reserva; Governança e organização da justiça; Garantias e estatuto dos juízes; e Associativismo Judicial.

Unidos em torno de valores éticos comuns, os magistrados que assinam esta carta visam contribuir para reforçar a confiança pública no sistema judicial, na autoridade ética e na integridade dos juízes. Em causa está também a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos, designadamente o direito universal de acesso ao Direito e aos tribunais, em completa igualdade, mediante um processo justo e equitativo e por um tribunal independente e imparcial.

A assinatura pelos representantes de cada um dos oito países parceiros – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor-Leste – aconteceu no dia 24 de novembro, no encerramento do Fórum de Juízes de Língua Portuguesa. Este encontro foi promovido pelo Camões, I.P., através do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED) em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), a União Internacional de Magistrados (UIM), a Associação dos Juízes de Rio Grande do Sul (AJURIS) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Brasil (ENFAM).

Reforçando a importância deste código de ética comum, a Carta de Porto Alegre foi também acolhida pela União Internacional de Juízes de Língua Portuguesa (UIJLP) na Assembleia Geral que decorreu no dia 27 de novembro, em São Paulo, Brasil.

A Carta de Porto Alegre está disponível em: https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/241118_compromissoeticosjuizeslp.pdf



Figura 129 - 3.º Fórum Juízes (17.6.2019)

O 3.º Fórum de Juízes de Língua Portuguesa, decorreu entre 17 e 19 de junho de 2019, em simultâneo com o II Congresso Ibero-americano de Magistrados Judiciais, uma atividade que reuniu diversos

parceiros nacionais e internacionais, designadamente, a Assembleia da República, o Tribunal da Relação de Coimbra, a União Ibero-Americana de Magistrados Judiciais e a União Internacional de Juízes de Língua Portuguesa. O encerramento da atividade foi assinalado com a atuação da Orquestra Clássica do Centro, no Salão Nobre do Tribunal da Relação de Coimbra.



Figura 130 - Momento cultural durante o 3.º Fórum dos Juízes (Coimbra, 2019)

O 3.º Fórum de Juízes de Língua Portuguesa, realizado no âmbito do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED), teve como objetivo aprofundar questões relativas à relação entre a justiça criminal, as garantias do Estado de Direito e a cooperação internacional, partindo-se de uma lógica de análise e aprofundamento institucional da justiça criminal, da prevenção e do combate à corrupção, branqueamento de capitais e criminalidade organizada e dos atinentes mecanismos da cooperação judiciária internacional.

De igual modo, pretendeu-se por via do referido Fórum sensibilizar os juízes participantes para a importância do estabelecimento de estruturas e canais de colaboração internacional (formação e cooperação judiciárias).

Durante três dias, magistrados judiciais de diversas instâncias, desde os Tribunais de 1.ª Instância aos Supremos Tribunais, de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, refletiram sobre a partilha e criação de redes colaborativas entre juízes dos PALOP-TL.

No primeiro dia, 17 de junho, os juízes dos PALOP-TL estiveram reunidos na Assembleia da República, em simultâneo com o II Congresso Ibero-americano de Magistrados Judiciais, organizado em 4 painéis temáticos.

O segundo dia, 18 de junho, decorreu no Tribunal da Relação de Coimbra, sendo reservado aos participantes no 3.º Fórum de Juízes de Língua Portuguesa do PACED.

No mesmo local, a 19 de junho, realizou-se o seminário de encerramento aberto aos participantes do PACED e ao II Congresso Ibero-americano de Magistrados Judiciais, que versou a temática geral do Estado de Direito e cooperação judiciária internacional em matéria penal.

Após discussão e debate incidindo sobre a importância daquelas redes colaborativas para a concretização da cooperação penal internacional entre os países de língua portuguesa, foi aprovada a Carta de Coimbra sobre Cooperação Judiciária Internacional em matéria penal e formação.

Este documento reitera as conclusões dos dois fóruns anteriores de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas entre juízes, pugnando pela defesa da cooperação judiciária internacional em matéria penal sublinhando que ela se deve dar de forma efetiva, concretizando-se prioritariamente por auxílio direto, reduzindo a expedição de Cartas Rogatórias, sendo que o sucesso daquela está condicionado à adesão e adoção interna das Convenções Internacionais a respeito.

Carta de Coimbra sobre Cooperação Judiciária Internacional em matéria penal e formação:
https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/3%C2%BA-forum-juizes-%C2%ABcarta-de-coimbra%C2%BB.pdf

Atividade 3.6 Apoiar a conceção e o desenvolvimento de um sistema de coordenação e colaboração, em língua portuguesa, entre os países PALOP e Timor-Leste, incluindo uma plataforma de internet para facilitar o intercâmbio e a criação de redes temáticas e instalações de videoconferência completas em todos os PALOP e Timor-Leste

3.6.1 Conceção e desenvolvimento de um sistema de cooperação e coordenação entre as várias instituições homólogas nos PALOP e TL, nas áreas relevantes indicadas (missão circular por dois peritos)

Apesar da existência dos vários espaços institucionais, os testemunhos recolhidos durante a missão circular de diagnóstico deram conta da inexistência de relações regulares de cooperação regional entre os PALOP e TL, não obstante a identificação de claras vantagens na sua operacionalização, tendo em conta as relações económicas de relativa intensidade entre os países parceiros do PACED, as relações de vizinhança ao nível das sub-regiões e ainda o fluxo migratório.

A realização dos fóruns de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas (atividade 3.5 do Plano Global de Trabalhos) que se realizarem regularmente, entre técnicos da UIF dos países parceiros, magistrados judiciais dos países parceiros, magistrados do ministério público dos países parceiros e polícias de investigação criminal dos países parceiros foram uma oportunidade para reforçar os mecanismos sociais de aproximação a um nível mais próximo da operacionalização. Contudo estas iniciativas precisavam de ser continuadas através de uma ferramenta de aproximação comunicacional, de trabalho colaborativo e, através da formação *online*.

De facto, parte dos interlocutores entrevistados reclamaram a concretização de plataformas tecnológicas que promovessem o interconhecimento, a comunicação, e a colaboração efetiva entre os países parceiros, condições estas necessárias para a efetivação da cooperação regional entre os países. Esta plataforma poderia constituir-se como um embrião de um suporte institucional privilegiado no domínio da cooperação e formação judiciária, nomeadamente para os domínios da justiça e da investigação criminais.

Para a conceção e desenvolvimento da plataforma comunicacional foi contratualização da empresa GFI Portugal, tecnologias de informação S.A.

Foi esta empresa responsável pela conceção do sistema de cooperação e coordenação entre as várias instituições homólogas dos PALOP que respondesse às preocupações assinaladas:

- Facilitação do diálogo regional e a partilha de informação sem prejuízo dos níveis de segurança adequados;
- Fácil manuseio;
- Atualização simples e autónoma de informação e introdução de nova informação;
- Ancoragem institucional, financeira e técnica, por forma a garantir a sua sobrevivência, e utilidade para lá do fim do ciclo do projeto;
- Evitar a duplicação relativamente a outras iniciativas em curso.

No âmbito deste contrato foram alcançados os seguintes resultados:

- Missão de diagnóstico a cada um dos países parceiros realizada;
- Levantamento das capacidades tecnológicas, de infraestruturas e procedimentais dos vários sistemas em cada um dos países parceiros concluído;
- Levantamento, resumo e apreciação crítica de plataformas comunicacionais e colaborativas similares;
- Levantamento de espaços institucionais onde se poderia instalar a plataforma comunicacional, com uma clara identificação dos prós e contras;
- Perspetivas de alojamento da plataforma, com identificação clara das condições de sustentabilidade institucional, técnica e financeira;
- Três cenários de plataforma comunicacional apresentados;
- Três propostas de termos de referência (TDR) para atividade 362 (a cada cenário correspondeu uma proposta de TDR).

3.6.2 Criação de um projeto sustentável de plataforma internet que possa vir a facilitar o intercâmbio e a criação de redes temáticas e de comunicação audiovisual entre todos os PALOP e Timor-Leste

Com base na recomendação saída do Comité de Seguimento Técnico do dia 6 de julho de 2018, os membros do Comité de Pilotagem confiaram à equipa de assistência técnica a construção do terceiro cenário de plataforma.

O valor do projeto implicou o lançamento de um concurso público, que pela sua natureza é um concurso mais demorado no tempo e sujeito a vicissitudes, designadamente a interposição de recursos judiciais, com efeito suspensivo, o que infelizmente, como veremos, veio a concretizar-se.

Assim, se a estabilização, diríamos, política, da estrutura formal, ou seja, que garante a existência e o futuro desenvolvimento desta ferramenta ocorreu no dia 23 de fevereiro de 2021, numa cerimónia online, que contou ainda com a participação de elementos que compõem a futura comissão de gestão da Plataforma, estrutura que reúne o conjunto dos diretores das escolas de formação jurídica e judiciária e que é presidida pela(o) Secretária(o)-Geral da CMJPLOP, onde a Senhora Ministra da Justiça de Portugal e a Senhora Ministra da Justiça e do Trabalho da República de Cabo Verde, na qualidade de presidente em exercício da Conferência de Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP), assinaram os Acordos de

Delegação relativos à Plataforma de Formação e Cooperação desenvolvida no âmbito do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED), depois de a Conferência de Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP) que decorreu a 22 de novembro de 2019, em Santa Maria, na República de Cabo Verde, ter recebido a titularidade da Plataforma de Comunicação e Formação em desenvolvimento no âmbito do PACED), o processo de construção físico da Plataforma não ficou concluído, uma vez que o respetivo concurso internacional não terminou na decorrência do período de implementação do projeto.

Não obstante, na XVII Conferência de Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP), que decorreu em formato híbrido, a 4 de março de 2022, em Luanda, e marcou o final da Presidência de Cabo Verde e a passagem para a nova Presidência, assumida por Angola, como consta da ata final assinada, e depois de “concluída a apresentação do Balanço das Atividades do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito-PACED nos PALOP e em Timor-Leste. PACED”, “os Ministros da Justiça da CPLP congratularam-se com os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Projecto (Projeto) PACED-PALOP/TL, financiado através do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento da União Europeia e cofinanciado e gerido pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., e no que respeita à construção da Plataforma de formação e cooperação da Conferência, consideram que todos os esforços devem ser realizados no sentido de garantir a sua efectiva (efectiva) operacionalização, designadamente a possibilidade de o seu processo de construção ser relançado no âmbito do Fundo Especial da CPLP”.

Foi a única atividade do PACED que não se logrou realizar totalmente, a arquitetura jurídica, política e institucional está concluída, esperando-se que possa ser aproveitada futuramente, designadamente, no âmbito da CPLP.

Instrumentos jurídicos aprovados:

- Receção da Propriedade da Plataforma (CMJPLOP);
- Acordo de Delegação da Gestão da Plataforma (Módulo Cooperação);
- Acordo de Delegação da Gestão da Plataforma (Módulo Formação);
- Regulamento da Gestão de Plataforma (Módulo Formação);

Na sua dupla valência de formação e cooperação, o desenvolvimento pedagógico e didático está assegurado pelo Centro de Estudos Judiciários do Ministério da Justiça da República Portuguesa (CEJ), cabendo ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P. (IGFEJ), garantir o alojamento e a manutenção tecnológica da Plataforma, durante 10 anos.

2. Atividades previstas e não realizadas

À luz do Plano Global de Trabalhos aprovado em sede de Comité de Pilotagem em 2016 e posteriores alterações, só a atividade 3.6.2 não foi totalmente realizada, pelas razões anteriormente elencadas.

Também não se logrou concretizar a 3.ª fase das formações nacionais (formação de técnicos e oficiais de justiça de Angola), integrada no âmbito da atividade 2.1.5.

Finalmente, muito embora a exibição dos spots temáticos do projeto (correspondente à atividade 2.4.1.2) tenha sido garantida, como já anteriormente referido, através da RTP África e RDP África, a exibição e transmissão como “publicidade institucional” ocorreu apenas em Angola e São Tomé e Príncipe.

3. Atividades não previstas, mas realizadas e respetivos resultados

Face à situação pandémica e no âmbito do Plano de Contingência e Continuidade preparado, foi assegurar o desenvolvimento de um grande número de atividades, fortemente ancoradas em ambiente digital ou, pelo menos, sempre complementadas por uma primeira fase realizada em ambiente digital, como a ação de formação à distância «Abordagens temáticas sobre o Local do Crime», destinada aos especialistas do laboratório da Polícia Judiciária (PJ) de São Tomé e Príncipe, cuja primeira parte foi ministrada por videoconferência pela Polícia Judiciária de Portugal a cinco elementos da equipa forense da Polícia Judiciária de São Tomé e a dois elementos da Região Autónoma do Príncipe, teve início a 25 de março de 2021 e decorreu até abril, antecedendo a formação presencial.

No que respeita a ações de divulgação para divulgação ampla ao cidadão do quadro legislativo, institucional e procedimental aplicável (atividade 2.4.1) deve ser claramente assinalado o desenvolvimento do Programa «Estado de Direito Somos Nós» emitido na RDP África.

Desenhado pela equipa de comunicação do PACED, não apenas contribuiu para a sensibilização sobre as problemáticas do Estado de Direito e Boa Governança, mas como foi realizado em parceria com a RDP África, dando voz aos pontos focais do PACED e às entidades parceiras neste projeto.

Também o vídeo dos resultados do PACED, que conta com três versões: em Língua Portuguesa, com locução da atriz Cláudia Semedo, em Língua Inglesa, com locução de Tammy W., e legendada em Tétum, consubstanciou uma ferramenta ágil de divulgação do projeto que foi facilmente mobilizável em diferentes ambientes, desde ações de formação, a apresentações institucionais.

Ainda no âmbito da divulgação, as entrevistas com os principais detentores de interesse também foram uma ferramenta explorada, destacando-se os depoimentos do Procurador-Geral da República de São Tomé e Príncipe e do Diretor Nacional da Polícia Judiciária da Guiné-Bissau.

Também o Ordenador Nacional de São Tomé e Príncipe recolheu e divulgou, motu próprio, os depoimentos de alguns dos mais importantes interlocutores do PACED em São Tomé e Príncipe, sublinhando o impacto do projeto em São Tomé e Príncipe.

Estes produtos estão disponíveis em:

<https://www.paced-paloptl.com/paced/resultados-alcancados>

No âmbito das concretizações mais relevantes, salientávamos também a realização do 1.º Curso de Pós-graduação online sobre o Regime Jurídico da Prevenção e da Luta Contra a Corrupção, o Branqueamento de Capitais e o Crime Organizado, resultante de uma parceria entre a Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos, no Huambo, e o Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com o apoio do PACED.

O programa está disponível em: https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/paced_cartaz_pos-graduacao_v8.pdf

setembro a novembro, 2020

PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE O REGIME JURÍDICO DA PREVENÇÃO E DA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO, O BRANQUEAMENTO DE CAPITALS E O CRIME ORGANIZADO

Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos, HUAMBO, ANGOLA

Coordenação

Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos
 Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
 PORTUGAL

Prof. Doutor João Valeriano
 Decano da Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos
 HUAMBO, ANGOLA

Corpo docente
 Professores, investigadores e juristas de reconhecido mérito portugueses e angolanos

Método de lecionação
 vídeo conferência

Horário de funcionamento
 10h por módulo | 3 tardes por semana de 4ª a 6ª, das 10h às 16h (hora de Luanda e Lisboa)

Requisitos
 § Formação universitária em direito, economia, finanças, gestão de empresas, contabilidade, ciências policiais, ciências da comunicação e jornalismo ou
 § experiência profissional relevante a ser apreciada pela coordenação da pós-graduação

Organização



Financiamento

PACED – Projeto de apoio à Consolidação do Estado de Direito (Projeto financiado pela União Europeia e cofinanciado e gerido pelo COMIÇOS, I.P.)

Módulos

- 1. O enquadramento jurídico-internacional da prevenção e do combate à corrupção, ao branqueamento de capitais e ao crime organizado**
 § Prof. Doutor Fernando Loureiro Bastos
 § Dra. Eduarda Rodrigues, Procuradora da República e Diretora do Serviço de Recuperação de Ativos da Procuradoria Geral da República de Angola
 2 a 4 de setembro de 2020
- 2. O regime jurídico da prevenção e do combate ao crime organizado, incluindo o tráfico de estupefacientes**
 § Prof. Doutor Rui Soares Pereira
 § Dr. José de Azeiteiro Almeida, Superintendente e Diretor do Gabinete Jurídico dos Serviços de Investigação Criminal do Ministério da Justiça de Angola
 30 de setembro a 2 de outubro de 2020
- 3. O regime jurídico da prevenção e do combate ao branqueamento de capitais**
 § Prof. Doutor Vitalino Camas
 § Dr. Oswaldo Pedro dos Santos, Diretor do Departamento de Crédito Financeira do Banco Nacional de Angola
 7 a 9 de outubro de 2020
- 4. O regime jurídico da prevenção e do combate à corrupção**
 § Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes
 § Dr. Francisco Carvalho Neto, Causa Civil, Presidência da República de Angola, Secretário para os Assuntos Jurídicos e Jurídicos
 21 a 23 de outubro de 2020
- 5. Estruturas empresariais complexas e desconsideração da personalidade jurídica de pessoas coletivas**
 § Prof. Doutor Hugo Ramos Alves
 § Dra. Francisca Brito, Diretora da Unidade de Informação Financeira de Angola
 4 a 6 de novembro de 2020
- 6. Cooperação judiciária internacional em matéria penal**
 § Mestre Vânia Costa Ramos
 § Venerando Juiz Desembargador Artur Gunza, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Judiciários de Angola
 18 a 20 de novembro de 2020

Figura 131 - Pormenor cartaz 1.ª Pós-Graduação Huambo-Angola

Esta Pós-Graduação contou com docentes portugueses e angolanos, designadamente, parceiros do PACED que coapresentaram os diferentes módulos, respondendo à necessidade de formação especializada, com o objetivo de melhorar as capacidades dos profissionais com responsabilidades na prevenção e combate aos crimes de corrupção, branqueamento de capitais e criminalidade organizada nas diferentes instituições. Esta iniciativa no âmbito do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste (PACED), decorreu entre os meses de setembro e novembro de 2020. O envolvimento dos parceiros do PACED em Angola em cada um dos diferentes módulos garantiu o pleno êxito desta atividade. Deve ser referido o facto de em momento posterior ter sido já desenvolvimento pela mesma entidade uma 2.ª edição, que não contou já com o apoio do PACED e foi plenamente assegurada pelas propinas pagas pelos auditores da 2.ª edição.

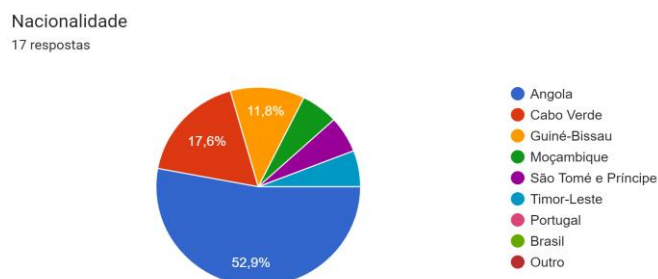


Figura 132 - Nacionalidades dos participantes na 1.ª Pós-Graduação Huambo-Angola

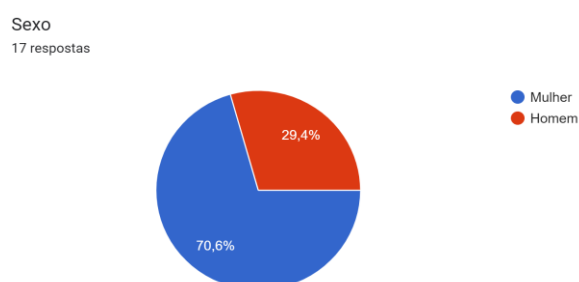


Figura 133 - Desagregação por sexo dos participantes (1.ª Pós-Graduação Huambo-Angola)



Figura 134 - Nível de satisfação geral (1.ª Pós-Graduação Huambo-Angola)

Teve também início, a 23 de novembro de 2020, a primeira fase da Capacitação Formativa e Judiciária de Técnicos e Oficiais de Justiça de Angola, que decorreu até 18 de dezembro de 2020. Esta atividade foi totalmente adaptada ao regime *online*, fruto da situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e doença COVID-19, sendo desenvolvida em articulação entre o Centro de Formação da Direção-Geral de Administração da Justiça (DGAJ), do Ministério da Justiça de Portugal, e o Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ) do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos de Angola.

A formação contou com um total de 30 horas e destinou-se a 31 técnicos e oficiais de justiça de diferentes instituições (Tribunal Supremo, Conselho Superior da Magistratura Judicial, Procuradoria-Geral da República,

Serviços de Investigação Criminal e tribunais provinciais) e respondeu a uma solicitação das autoridades angolanas face à necessidade de formação especializada.

A ação teve como objetivo capacitar estes profissionais nas diferentes fases processuais penais relevantes em matéria de branqueamento de capitais, corrupção e criminalidade organizada, mas também criar uma bolsa de formadores angolanos nesta área específica, capaz de replicar o conhecimento em formações nacionais.

Dos 31 formandos iniciais, 28 foram considerados aptos a continuar na segunda e terceira fases, (formações nacionais; consolidação de conhecimentos e avaliação) a decorrer posteriormente em Angola.

A 2.ª fase teve início no dia 10 de março de 2021 e acabou por se prolongar até abril de 2021, sendo que a elaboração do Manual foi desenvolvida com reuniões virtuais regulares entre os formadores coordenadores, e os coordenadores indigitados por cada uma das áreas (instrução, julgamento e recurso), que viriam a acompanhar a separação do manual (dividido em três partes).

No dia 30 de junho de 2022, decorreu no Auditório do Instituto Nacional de Estudos Judiciários, em Luanda, a cerimónia de apresentação do Manual do Processo Penal Angolano e de entrega dos certificados da formação de formadores a Técnicos e Oficiais de Justiça.

A Diretora Geral-Adjunta de Estudos e Investigação Judiciária, Adélia Maria Pires da Conceição de Carvalho, deu início às intervenções, focando o trabalho de formação de formadores que foi desenvolvido e o facto de em parceria se ter conseguido dar corpo a um Manual que será muito relevante no futuro. Por seu lado, o Ordenador Nacional Suplente do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) de Angola, António de Jesus Marcolino Pombal, sublinhou a relevância que as atividades desenvolvidas no âmbito do PACED tiveram para os países parceiros, especialmente, numa área tão sensível como é a da justiça.

Na sua intervenção, a Embaixadora da União Europeia em Angola, Jeannette Seppen, enfatizou o facto de o PACED ser um dos projetos mais bem-sucedidos da cooperação da União Europeia - PALOP TL: **“um projeto de sucesso, amplamente reconhecido pelos beneficiários e parceiros”**, sendo devida uma **“palavra de agradecimento ao Camões, I.P. pelo trabalho que tem desenvolvido”**.

“um projeto de sucesso, amplamente reconhecido pelos beneficiários e parceiros”, **Jeannette Seppen**

Também presente, o Ordenador Nacional de Moçambique, Embaixador Mário Saraiva Ngwenya, teve a oportunidade de referir que o Projeto PALOP/TL UE, onde o PACED se integra, comemorará este mês 30 anos de existência, sendo uma honra associar o lançamento deste importante Manual ao arranque das comemorações.

Para além dos oradores, o evento contou também com a presença de altos representantes das entidades parceiras do PACED em Angola, da Secretaria para os Assuntos Judiciais e Jurídicos da Casa Civil do Presidente da República, do Tribunal Supremo, da Procuradoria-Geral da República e da Unidade de Informação Financeira daquele país.

A produção de manuais específicos para as instituições parceiras do PACED no âmbito da prevenção e luta contra a corrupção, o branqueamento de capitais e a criminalidade organizada, em particular, o tráfico de estupefacientes, consubstanciou uma das prioridades do projeto, juntando-se este 1.º Manual do Processo Penal Angolano a outras publicações lançadas no âmbito do PACED e que têm acesso universal e gratuito no sítio do projeto, no separador “Publicações”.

O Manual encontra-se disponível em: https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/manual-processo-penal-angola-vf.pdf



Figura 135 - Manual do Processo Penal Angolano

A 3.ª fase, que corresponde à formação nacional, foi assegurada pelos formadores nacionais angolanos, com acompanhamento (à distância ou presencial, conforme desenvolvimento da situação pandémica) dos formadores coordenadores da DGAJ, tendo como ferramentas base o Manual de Formação e apresentação modelo que foram desenvolvidos no âmbito da 2.ª fase.

Ciclo de Conferências online: Covid 19 e Estado de Direito



Figura 136 - Pormenor dos materiais de divulgação dos Webinários COVID 19 e Estado de Direito

A situação pandémica, com tudo o que ela importou, veio colocar um condicionamento nunca experimentado a todos os setores da atividade social e também no domínio da governação e da administração pública. O sistema judicial não é exceção e neste ambiente de quase total adstrição, o trabalho remoto, a sistemática digitalização dos procedimentos e dos atos praticados, bem como a virtualização das conferências e das audiências de julgamento, passaram a ser os meios e os instrumentos normais de operacionalização das atividades judiciais. Desta feita, assiste-se a um incremento global da revolução digital no mundo jurídico em geral e da justiça em particular. Uma revolução digital que acelera e abrange todos os sectores da vida, a uma escala global, tendo por corolário essencial a necessidade de adaptar todas as organizações, na sua gestão e nos seus procedimentos, ao ambiente digital e ao funcionamento dos dispositivos que o proporcionam. O funcionamento em rede da sociedade e a utilização das plataformas eletrónicas é uma evidência a que nenhuma sociedade escapa e às quais o direito e as instituições judiciais nacionais e internacionais se têm de adaptar ou mesmo reconfigurar. Todos se terão de adaptar de forma rápida e intensa a esta disrupção tecnológica, nas suas várias dimensões de mudança: nos seus agentes ou atores, nos seus diversos dispositivos, na inovação tecnológica, na internet das coisas, nas mutações dos modelos de negócios e dos fluxos financeiros, na exploração da informação e dos dados, na inteligência artificial e na robótica, em todos estes domínios, vamos encontrar os ingredientes principais dessa transformação disruptiva. Para falar sobre os aspetos essenciais de transformação da sociedade e da justiça para o mundo digital, convidámos várias personalidades que nos diversos países de língua portuguesa acompanham e têm refletido sobre o impacto na justiça desta revolução digital. O primeiro evento virtual que enriqueceu a discussão da temática COVID-19 e Estado de Direito que o PACED disponibilizou aos interessados foi o

Ciclo de Conferências «Covid 19 e Estado de Direito» foi composto por cinco webinars, que decorreram entre 21 de maio e 29 de junho de 2020. As conferências foram de acesso livre e não requereram inscrição prévia. A Justiça TV também assegurou a transmissão em streaming.

Temáticas:

Justiça Digital

21 de maio de 2020, quinta-feira, das 17h às 18h

Moderador: Nuno Coelho (Consultor Científico PACED)

Oradores:

Carlos Gandarez (Engenheiro do IGFEJ – Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça do Ministério da Justiça – Portugal)

Dameres Medina (Advogada, professora e pesquisadora académica no domínio judiciário - Brasil)

Itiandro Slovan Simões (Jurista na Presidência da República - Angola)

Jeremias Manjate (Juiz Desembargador - Secretário-Geral do Tribunal Supremo - Moçambique)

José Eduardo de Resende Chavez Júnior (Desembargador Jubilado e Professor Convidado na Universidade Federal de Minas Gerais - Brasil)

Saúde Pública e Estado de Direito

4 de junho de 2020, quinta-feira, das 17h às 18h

Moderador: Nuno Coelho (Consultor Científico PACED)

Oradores:

Dalmazia Cossa (Jurista do Ministério de Saúde - Moçambique)

Francisco João de Carvalho Neto (Secretário Jurídico da Presidência da República - Angola)

Luciana da Veiga Oliveira (Juíza Federal - Coordenadora do Comitê Executivo da Saúde no Paraná - Brasil)

Paula Lobato de Faria (Professora de Direito / Escola Nacional de Saúde Pública - Portugal)

Impacto da COVID 19 no Sistema Prisional

18 de junho de 2020, quinta-feira, das 17h às 18h

Moderador: Mouraz Lopes (Consultor Científico PACED)

Oradores:

Celso Manata (Procurador-Geral Adjunto e Ex-Diretor-Geral das Direção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais de Portugal)

Duarte Nuno Vieira (Professor Catedrático, Presidente do Conselho Científico do Tribunal Penal Internacional e Presidente da Rede Ibero Americana de Instituições de Medicina Legal e Ciências Forenses)

Jeremias Cumbe (Diretor-Geral do Serviço Nacional Penitenciário da República de Moçambique)

Franklin Furtado (Procurador-Geral Adjunto de Cabo Verde)

Patrícia da Silva Coutinho (Especialista em Direitos Humanos e Reformas Legais, Portugal)

Formação Judiciária na era digital nos países de língua portuguesa

25 de Junho de 2020 14:00h/15:00h (hora de Portugal) / 10:00h/11:00h (hora do Brasil)

Moderação/Animação: Marcelo Piragibe (Assessor Especial ENM) / Nuno Coelho (Consultor Científico PACED)

Debatedores

Elisa Samuel, Juíza de Direito – Diretora do Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ) - Moçambique

João Ferreira (Juiz de Direito – administrador do Tribunal Digital e membro do grupo de reflexão sobre formação permanente na área digital – Portugal)

Marco Villas Boas (Desembargador – Presidente do Colégio Permanente de Directores de Escolas Estaduais da Magistratura - COPEDEM - Brasil)

Caetano Levi Lopes– Desembargador/ Diretor da Escola Nacional da Magistratura (ENM) - Brasil)

Da formação à cooperação: a formação e a cooperação judiciárias nos países de língua portuguesa

29 de junho de 2020 18:00h/19:00h (hora de Portugal) / 14:00h/15:00h (hora do Brasil)

Moderadores: Mouraz Lopes (Consultor Científico PACED) / Nuno Coelho (Consultor Científico PACED)

Oradores:

Artur Gunza, Diretor do Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ), Angola

António Herman Benjamim, Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), Brasil

Benvindo Oliveira, Diretor Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça e do Trabalho, Cabo Verde

João Mendes Pereira, Diretor do Centro Nacional de Formação Judiciária (CENFOJ), Guiné-Bissau

Elisa Samuel, Diretora do Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ), Moçambique

João Silva Miguel, Centro de Estudos Judiciários (CEJ), Portugal

Esmeralda Diogo, Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, São Tomé e Príncipe

Nelson Aguiar – Ministério Público, São Tomé e Príncipe

Frederico da Glória – Juiz Conselheiro, São Tomé e Príncipe

Silvestre Leite – Juiz Conselheiro, São Tomé e Príncipe

Antonino Gonçalves, Diretor do Centro de Formação Jurídica (CFJ), Timor-Leste

F. INFORMAÇÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO E DE VISIBILIDADE

Esta secção é apresentada sob duas perspetivas diferentes e complementares:

- Seguimento da implementação dos instrumentos comunicacionais previstos
- Seguimento dos indicadores de resultado do Plano de comunicação, visibilidade e gestão do conhecimento

1.1 Seguimento da implementação dos instrumentos comunicacionais previstos

Após a adoção do plano de comunicação, visibilidade e gestão do conhecimento em setembro de 2016, a implementação das atividades passou a ser acompanhada da conceção e produção dos instrumentos comunicacionais previstos.

Na tabela apresentada de seguida estão assinalados os instrumentos comunicacionais previstos por atividade e é em relação a estes que se fez a monitoria.

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
1.1.1.1	Conferência “Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em TL”. A realizar em Angola	Grupo-alvo das atividades do PACED/ Sociedade Civil	<ul style="list-style-type: none"> – roll-ups – panfletos – cartazes – publicação digital das comunicações. – Nota de imprensa – Página da conferência no site 	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios de comunicação social e parceiros.</p> <p>Foi criada página da conferência no site PACED com informação sobre conferência, oradores, temáticas. Depois da mesma, a página funciona como repositório dos vídeos, intervenções e notícias sobre a Conferência.</p> <p>Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção, foi publicada notícia no site do PACED e do Camões, I.P.</p>
1.1.2.1	Conferência “Perda de bens e recuperação de ativos”, realizada em Angola	Sociedade Civil Grupo-alvo das atividades do PACED	<p>Nota de imprensa</p> <p><i>Roll-ups</i></p> <p>panfletos</p> <p>cartazes</p> <p>publicação digital das comunicações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a Del. UE Luanda.</p> <p>Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção, foi publicada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED, onde foi também publicada uma compilação dos <i>PowerPoint</i> dos oradores.</p> <p>Foram produzidos os seguintes materiais de visibilidade para o evento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 260 brochuras A4 com programa do evento + 260 monofolhas com as biografias dos oradores; - 2 painéis/<i>branding</i> de parede; - 1 painel/<i>branding</i> para a mesa de registos; - 2 <i>roll-ups</i>; - 1 painel/<i>branding</i> para a mesa da presidência;

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
					- 1 painel/ <i>branding</i> para o púlpito. Foram também utilizados alguns materiais institucionais do PACED pré-existent, entre os quais fitas, crachás de identificação, canetas e <i>roll-ups</i> . Edição da publicação digital das comunicações dos oradores a realizar em 2019.
1.1.2.2	Conferência "Criminalidade organizada e Estado de Direito", realizada em Cabo Verde	Sociedade Civil Grupo-alvo das atividades do PACED	Nota de imprensa <i>Roll-ups</i> panfletos cartazes publicação digital das comunicações.	<ul style="list-style-type: none"> - Agências de notícias locais - Delegação da UE Luanda - Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a Del. UE Praia. (ver cobertura jornalística na próxima secção). Produzidos dois <i>roll-ups</i> e 200 panfletos. Edição da publicação digital das comunicações dos oradores finalizada disponível no site do PACED.
1.1.2.3	Conferência "Cooperação Judiciária e Policial", realizada na Guiné-Bissau	Sociedade Civil Grupo-alvo das atividades do PACED	Nota de imprensa <i>Roll-ups</i> panfletos cartazes publicação digital das comunicações.	<ul style="list-style-type: none"> - Agências de notícias locais - Delegação da UE Luanda - Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e agências noticiosas, tendo sido partilhado com a Del. UE Bissau, Embaixada de Portugal em Bissau e restantes parceiros. Realizada cerimónia oficial de abertura e de encerramento com a presença do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, do Embaixador da União Europeia em Bissau, e do Embaixador de Portugal na Guiné-Bissau. Divulgada notícia no site do Camões, I.P. e PACED. Produzidos dois <i>roll-ups</i> , 180 panfletos e uma lona. Foram também utilizados

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
					alguns materiais institucionais do PACED pré-existentis, entre os quais fitas, crachás de identificação e canetas. Edição da publicação digital das comunicações dos oradores finalizada disponível no site do PACED.
1.1.2.4	Conferência "A intervenção do Estado, da Sociedade e do Direito no combate à corrupção", realizada em Moçambique	Sociedade Civil Grupo-alvo das atividades do PACED	Nota de imprensa <i>Roll-ups</i> panfletos cartazes publicação digital das comunicações	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a Del. UE Maputo.</p> <p>Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção, foi publicada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED, onde foi também publicada uma compilação dos <i>PowerPoint</i> dos oradores.</p> <p>Foram produzidos os seguintes materiais de visibilidade para o evento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 300 brochuras - 2 painéis/<i>branding</i> para as colunas da entrada da PGR; - 1 painel/<i>branding</i> para a mesa da presidência; - 1 banner/<i>branding</i> de parede; - 6 <i>roll-ups</i>, 3 do evento e três do PACED; - 1 painel/<i>branding</i> para a mesa de registos; - 1 painel/<i>branding</i> para o púlpito; - 15 t-shirts. <p>Foram também utilizados alguns materiais institucionais do PACED pré-</p>

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
					existentes, entre os quais fitas, crachás de identificação e canetas.
1.1.2.5	Conferência “Prevenção e combate ao branqueamento de capitais: sistema financeiro e penal”, realizada em São Tomé e Príncipe	Sociedade Civil Grupo-alvo das atividades do PACED	Nota de imprensa <i>Roll-ups</i> panfletos cartazes publicação digital das comunicações	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a REPER UE São Tomé/ DUE Libreville, Embaixada de Portugal e demais parceiros.</p> <p>Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção, foi publicada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED.</p> <p>Foram produzidos os seguintes materiais de visibilidade para o evento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 150 brochuras - 4 <i>roll-ups</i>, 2 do evento e 2 do PACED; - cartazes do evento - identificadores de mesa - <i>pendrives</i> com publicações PACED <p>Foram também utilizados alguns materiais institucionais do PACED pré-existent, entre os quais agendas, fitas, crachás de identificação e canetas, QR Codes com manuais digitais.</p>

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
1.1.2.6	Conferência "Tribunais no Estado de Direito", realizada em Timor-Leste				Comunicado de imprensa divulgado juntos dos meios locais e partilhado com a DEL. UE Díli. Produzidos 3 cartazes, 2 <i>roll-ups</i> e 200 brochuras. Edição da publicação digital das comunicações dos oradores finalizada disponível no site do PACED.
1.1.3	Assistência técnica para apoio à estratégia da supervisão regional (uma semana com seguimento seis meses depois)	Sociedade Civil	Nota de imprensa	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da ação 	Produzida uma notícia publicada no site do PACED.
1.3.1.2	Grupo de trabalho em Lisboa (5 dias, 2 representantes por país)	Sociedade Civil	Nota de imprensa	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	Produzida uma notícia publicada no site do Camões, I.P. e do PACED, onde o documento final das propostas legislativas está disponível.
1.3.1.3	Seguimento em cada um dos países (simultâneo 1.3.1.2.3 e 1.5.1.3)	Sociedade Civil	Nota de imprensa	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	Seguimento realizado através de reunião do Grupo de Trabalho de Harmonização Legislativa dos crimes de corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes, por videoconferência. Comunicado de imprensa posterior divulgado junto dos meios de comunicação social e parceiros.

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
					Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção, foi publicada notícia no site do PACED e do Camões, I.P.
1.3.2.2	Grupo de trabalho em Lisboa (2 dias, 2 representantes por país)	Sociedade Civil	Nota de imprensa	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	Ações de visibilidade comuns à atividade 1.3.1.2.
1.3.2.3	Seguimento em cada um dos países (simultâneo com 1.3.1.3 e 1.5.1.3)	Sociedade Civil	Nota de imprensa	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	
2.1.1.	Promoção de “encontros de conhecimento e de partilha de experiências / boas práticas” no âmbito das competências partilhadas pelos vários interlocutores dos sistemas, nas áreas do PACED	Sociedade Civil	Notas de imprensa por cada um dos encontros realizados em cada um dos países	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	Apesar da sensibilidade política dos debates, com as reuniões a acontecerem à porta fechada, optou-se por passar a divulgar publicamente através da comunicação social a sua realização, o que começou com Angola.

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
2.1.1.2	Encontro de conhecimento e de partilha de experiências / boas práticas” no âmbito das competências partilhadas pelos vários interlocutores dos sistemas, nas áreas do PACED, realizado em Cabo Verde	Sociedade Civil	Notas de imprensa por cada um dos encontros realizados em cada um dos países	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção, foi publicada notícia no site do PACED e do Camões, I.P.
2.1.1.3	Encontro de conhecimento e de partilha de experiências / boas práticas” no âmbito das competências partilhadas pelos vários interlocutores dos sistemas, nas áreas do PACED, realizado na Guiné-Bissau.	Sociedade Civil	Nota de imprensa por cada um dos encontros realizados em cada um dos países	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	Foi incluída informação sobre esta atividade na nota de imprensa relativa ao Seminário Aberto, atividade 3.2.1.3 a realizar-se no dia seguinte.
2.1.1.4	Encontro de conhecimento e de partilha de experiências / boas práticas” no âmbito das competências partilhadas pelos vários interlocutores dos sistemas, nas áreas do PACED, realizado em Moçambique	Sociedade Civil	Nota de imprensa por cada um dos encontros realizados em cada um dos países	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios de comunicação social e parceiros.</p> <p>Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção, foi publicada notícia no site do PACED e do Camões, I.P.</p>
2.1.1.5	Encontro de conhecimento e de partilha de experiências / boas práticas” no âmbito das competências partilhadas pelos vários interlocutores dos sistemas, nas áreas do PACED, realizado em São Tomé e Príncipe	Sociedade Civil	Nota de imprensa por cada um dos encontros realizados em cada um dos países	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios de comunicação social e parceiros.</p> <p>Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção, foi publicada notícia no site do PACED e do Camões, I.P.</p>

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
2.1.1.6	Encontro de conhecimento e de partilha de experiências / boas práticas” no âmbito das competências partilhadas pelos vários interlocutores dos sistemas, nas áreas do PACED, realizado em Timor-Leste.	Sociedade Civil	Nota de imprensa por cada um dos encontros realizados em cada um dos países	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios de comunicação social e parceiros.</p> <p>Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção, foi publicada notícia no site do PACED e do Camões, I.P.</p>
2.1.2.1	Conceção e publicação de um manual de organização e gestão para a área da investigação criminal (um tronco comum e capítulos com especificidades por país.). Publicação digital e em papel (cerca de 2.000 exemplares). Eventuais revisões após a sua efetivação a serem integradas no último ano, no formato digital.	Sociedade Civil	Nota de imprensa	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	Manuais disponíveis no site do PACED e versão digital distribuída aos participantes dos seminários formativos (atividade 2.1.3), das ações CEJ e EPJ (2.2.1 e 2.2.2) e dos fóruns (3-5-1, 3-5-2, 3-5-3, 3-5-4).
2.1.2.2	Conceção e publicação de um manual de organização e gestão para a área do sistema judicial (um tronco comum e capítulos com especificidades por país). Publicação digital e em papel (cerca de 2.000 exemplares). Eventuais revisões após a sua efetivação a serem integradas no último ano, no formato digital.	Grupo-alvo das atividades do PACED	Uma cerimónia de lançamento		2.1.2.2
2.1.3.1	Ação de formação em organização e gestão dos tribunais e dos serviços do Ministério Público, gestão processual, incluindo estatuto das magistraturas e deontologia profissional, realizada em Angola.	Sociedade Civil Grupo-alvo das atividades do PACED	Nota de imprensa Cerimónia de abertura	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e agências noticiosas, tendo sido partilhado com a Del. UE Luanda, Embaixada de Portugal em Luanda e restantes parceiros (ver cobertura jornalística na próxima secção).</p> <p>Publicada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED.</p> <p>Realizada cerimónia oficial de abertura com a presença do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos,</p>

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
					<p>Juiz Presidente do Tribunal Supremo, Secretário do Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial, Embaixador de Portugal em Angola, e Embaixador da União Europeia em Angola.</p> <p>Para a conferência inaugural foram ainda produzidos os seguintes materiais: "saías" para as mesas de presidência e de registo, painel para o púlpito, 2 telas/pendões, 350 panfletos e 6 <i>roll-ups</i>.</p>
2.1.3.3	Ação de formação em organização e gestão dos tribunais e dos serviços do Ministério Público, gestão processual, incluindo estatuto das magistraturas e deontologia profissional, realizada na Guiné-Bissau	Sociedade Civil	Nota de imprensa	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto da imprensa local e agências noticiosas, tendo sido partilhado com a Del. UE Bissau, Embaixada de Portugal em Bissau e restantes parceiros (ver cobertura jornalística na próxima secção).</p> <p>Publicadas duas notícias no site do Camões, I.P. e do PACED.</p>
2.1.3.4	Ação de formação em organização e gestão dos tribunais e dos serviços do Ministério Público, gestão processual, incluindo estatuto das magistraturas e deontologia profissional, realizada em Moçambique	Sociedade Civil Grupo-alvo das atividades do PACED	Nota de imprensa Cerimónia de abertura	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto da imprensa local e agências noticiosas, tendo sido partilhado com a Del. UE Maputo, Embaixada de Portugal em Maputo e restantes parceiros (ver cobertura jornalística na próxima secção).</p> <p>Publicada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED, onde foi também publicada uma compilação dos <i>powerpoints</i> dos oradores.</p> <p>Realizada cerimónia oficial de abertura, em Maputo com a presença</p>

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
					<p>da Diretora do Gabinete Central de Combate à Corrupção, em representação da Procuradora-Geral da República, representante do Juiz Presidente do Tribunal Supremo, representante do Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, representante da Embaixada da União Europeia em Maputo e Embaixadora de Portugal em Maputo. Em Nampula, a sessão contou com a intervenção da Secretária Permanente Provincial de Justiça, de Nampula, do representante do Presidente do Tribunal Superior de Recurso e do Presidente da Associação Moçambicana de Juizes.</p> <p>Produzidos os seguintes materiais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 400 panfletos - 6 roll-ups - "saías" para as mesas de presidência e de registo - Painel para o púlpito - 2 telas/pendões.
2.1.3.5	Ação de formação em organização e gestão dos tribunais e dos serviços do Ministério Público, gestão processual, incluindo estatuto das magistraturas e deontologia profissional, realizada em São Tomé e Príncipe	Sociedade Civil	Nota de imprensa	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto da imprensa local e agências noticiosas, tendo sido partilhado com REPER UE São Tomé/ Del. UE Libreville, Embaixada de Portugal e restantes parceiros (ver cobertura jornalística na próxima secção).</p> <p>Publicadas duas notícias no site do Camões, I.P. e do PACED.</p>

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
2.1.3.6	Ação de formação em organização e gestão dos tribunais e dos serviços do Ministério Público, gestão processual, incluindo estatuto das magistraturas e deontologia profissional, realizada em Timor-Leste.	Sociedade Civil Grupo-alvo das atividades do PACED	Nota de imprensa Cerimónia de abertura		<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a Del. UE Díli.</p> <p>Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção, foi publicada notícia no site do Camões, I.P., do Governo de Timor-Leste e do PACED, onde foi também publicada uma compilação dos <i>powerpoints</i> dos oradores.</p> <p>A cerimónia de abertura foi presidida pela Ministra da Justiça, Dr. Ângela Carrascalão, tendo nela estado presente também o Presidente do Tribunal de Recurso, Venerando Conselheiro Deolindo dos Santos, o Embaixador de Portugal, Dr. José Machado Vieira e o Conselheiro Político da Delegação da União Europeia em Timor-Leste, Dr. Alexandros Zafiriou.</p> <p>Foram produzidos os seguintes materiais de visibilidade para o evento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 180 brochuras com o programa; - 4 roll-ups; - 2 Faixas/Pendões; - 1 Painel/<i>branding</i> para a mesa de registos; - 1 Painel/<i>branding</i> para a mesa da presidência; - 2 Painéis/<i>branding</i> para os púlpitos.

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
2.1.4.1	Fornecimento de viaturas de resposta rápida para a PJ. Duas viaturas entregues à PIC de São Tomé e Príncipe.	Sociedade Civil Grupo-alvo das atividades do PACED	Nota de imprensa Cerimónia de entrega	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência <p>A definir com as competentes autoridades em cada um dos países</p>	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a Del. UE.</p> <p>Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção, foi publicada notícia no site do Camões, I.P., do Governo de Timor-Leste e do PACED. No dia 7 de março, o Embaixador de Portugal em São Tomé e Príncipe entregou as duas viaturas e o equipamento informático adquiridas no âmbito do projeto no final do ano de 2017, à Polícia de Investigação Criminal numa cerimónia que contou com a presença da Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos.</p> <p>Ações de visibilidade comuns à atividade 2.2.4.1</p>
2.1.4.2	Fornecimento de equipamento informático para a polícia de investigação criminal (S. Tomé e Príncipe)	Sociedade Civil Grupo-alvo das atividades do PACED	Nota de imprensa Cerimónia de entrega	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência <p>A definir com as competentes autoridades em cada um dos países</p>	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a Del. UE.</p> <p>Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção, foi publicada notícia no site do Camões, I.P., do Governo de Timor-Leste e do PACED. No dia 7 de março, o Embaixador de Portugal em São Tomé e Príncipe entregou as duas viaturas e o equipamento informático adquiridas no âmbito do projeto no final do ano de 2017, à Polícia de Investigação Criminal numa cerimónia que contou com a presença da Ministra da Justiça,</p>

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
					Administração Pública e Direitos Humanos. Ações de visibilidade comuns à atividade 2.2.4.1
2.1.4.3.2	Fornecimento de outro equipamento específico e de peritagem - Cabo Verde.	Sociedade Civil Grupo-alvo das atividades do PACED	Nota de imprensa Cerimónia de entrega	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência A definir com as competentes autoridades em cada um dos países	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a Del. EU da cidade da Praia.</p> <p>Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção), foi publicada notícia no site do PACED.</p>
2.1.4.3.4	Fornecimento de outro equipamento específico e de peritagem - Moçambique	Sociedade Civil Grupo-alvo das atividades do PACED	Nota de imprensa Cerimónia de entrega	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência A definir com as competentes autoridades em cada um dos países	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a Del. EU Maputo.</p> <p>Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção), foi publicada notícia no site do PACED.</p> <p>A cerimónia de entrega de equipamentos realizou-se no dia 15 de maio e contou com as intervenções de Indira Noronha, Ministra Conselheira da Embaixada de Portugal, de Anna Renieri, chefe da secção "Sociedade Civil, Ambiente e Cooperação PALOP-TL" da Delegação da União Europeia e de Bento Quedissane Macanda – Diretor Nacional de Identificação e Registo Policial do SERNIC.</p>
2.1.5	Fornecimento de equipamento específico aos PALOP e a Timor-Leste				

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
2.1.5	Entrega dos quarto lotes de material de laboratório à Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC) de Timor-Leste	Sociedade Civil Grupo-alvo das atividades do PACED	Nota de imprensa Cerimónia de entrega	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência <p>A definir com as competentes autoridades em cada um dos países</p>	Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a Del. UE. Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção, foi publicada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED. Foi realizada uma cerimónia na PCIC TL com o Embaixador da UE, Embaixador de Portugal e Diretor da PCIC.
2.1.5	Seminário "O combate ao Tráfico Ilícito de Estupefacientes por Mar e a operacionalização do artigo 17.º da Convenção de Viena de 1988", destinado a 60 magistrados do Ministério Público de Cabo Verde				Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a DUE de Cabo Verde. Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção), foi publicada notícia no site do PACED e do Camões, I.P. A sessão de abertura contou com a presença da Embaixadora da UE e do PGR de Cabo Verde.
2.1.5	Entrega de duas motorizadas e diverso material de laboratório à Polícia Judiciária (PJ) da República Democrática de São Tomé e Príncipe.	Sociedade Civil Grupo-alvo das atividades do PACED	Nota de imprensa Cerimónia de entrega	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência <p>A definir com as competentes autoridades em cada um dos países</p>	Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a DelUE Libreville/ Representação da DelUE em São Tomé, Embaixada de Portugal e demais parceiros. Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção), foi publicada notícia no site do PACED. A cerimónia contou com a presença da Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, Ivete Santos Lima Correia, do Procurador-

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
					<p>Geral da República, Kelve Nobre de Carvalho, da representante da Embaixada de Portugal, Leonor Esteves, e da Diretora da Polícia Judiciária, Maribel Rocha.</p> <p>Foi divulgada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED.</p>
2.1.5	Ação de formação à distância «Abordagens temáticas sobre o Local do Crime», destinada aos especialistas do laboratório da Polícia Judiciária (PJ) de São Tomé e Príncipe, ministrada por videoconferência pela PJ de Portugal				No âmbito da formação à distância, foi produzida uma notícia para o site do PACED, I.P.
2.1.5.	Instalação da rede informática com acesso à internet da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe				Na cerimónia virtual de inauguração participaram a Chefe de Delegação da UE no Gabão, o Coordenador do Gabinete do Ordenador Nacional do FED de São Tomé e Príncipe, a Diretora da PJ de São Tomé e Príncipe, o Diretor Nacional Adjunto da PJ de Portugal, a Diretora Nacional do Laboratório de Polícia Científica de Portugal. Foi divulgada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED.

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
2.1.5	Entrega de acervo bibliográfico a novos juízes de Direito de Timor-Leste	Sociedade Civil Grupo-alvo das atividades do PACED	Nota de imprensa Cerimónia de entrega	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência <p>A definir com as competentes autoridades em cada um dos países</p>	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a DUE Luanda.</p> <p>Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção), foi publicada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED.</p> <p>Foi realizada uma cerimónia na Embaixada de Portugal com o Embaixador da DUE de Timor-Leste e com o Embaixador de Portugal.</p>

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
2.1.5	Entrega de material de laboratório e de certificados da formação à Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe (Presencial/ videoconferência)	Sociedade Civil Grupo-alvo das atividades do PACED	Nota de imprensa Cerimónia de entrega	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência <p>A definir com as competentes autoridades em cada um dos países</p>	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a Del. UE Libreville/ Representação da DelUE em São Tomé, Embaixada de Portugal e demais parceiros.</p> <p>Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção), foi publicada notícia no site do PACED e do Camões, I.P.</p> <p>No âmbito da formação presencial e à distância, foram produzidas três notícias para o site do PACED e outro Comunicado de Imprensa relativo ao início da formação presencial conjunta divulgado junto dos meios locais e partilhado com a D UE Libreville/ Representação da DelUE em São Tomé, Embaixada de Portugal e demais parceiros.</p> <p>Cerimónia de inauguração do laboratório com presença da Ministra da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, do Representante da UE em São Tomé, da Embaixada de Portugal e, por videoconferência, da Diretora do Laboratório Científico da PJ de Portugal e da Diretora Nacional Adjunta da PJ de Cabo Verde.</p>

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
2.1.5	I Curso de Pós-Graduação online sobre o Regime Jurídico da Prevenção e da Luta Contra a Corrupção, o Branqueamento de Capitais e o Crime Organizado	Sociedade Civil Grupo-alvo das atividades do PACED	Nota de imprensa Cerimónia de entrega	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência <p>A definir com as competentes autoridades em cada um dos países</p>	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a DUE Luanda/ Embaixada de Portugal e demais parceiros.</p> <p>Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção), foi publicada notícia no site do PACED e do Camões, I.P.</p> <p>Cerimónia de abertura (modelo misto: presencial e videoconferência) com presença Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos da República de Angola.</p>
2.1.5	Entrega do terceiro lote de material de laboratório à Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC) de Timor-Leste	Sociedade Civil Grupo-alvo das atividades do PACED	Nota de imprensa Cerimónia de entrega	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência <p>A definir com as competentes autoridades em cada um dos países</p>	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a Del. UE.</p> <p>Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção, foi publicada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED. Foi realizada uma cerimónia na PCIC TL com o Embaixador da UE, Embaixador de Portugal e Diretor da PCIC.</p>

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
2.1.5	Primeira fase da Capacitação Formativa e Judiciária de Técnicos e Oficiais de Justiça de Angola	Sociedade Civil Grupo-alvo das atividades do PACED	Nota de imprensa Cerimónia de entrega	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência <p>A definir com as competentes autoridades em cada um dos países</p>	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a DUE de Luanda.</p> <p>Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção, foi publicada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED.</p> <p>A cerimónia de abertura decorreu no INEJ, em Luanda, num modelo misto, presencial e por videoconferência, com a intervenção do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos de Angola, Embaixadora da União Europeia em Luanda, do Embaixador de Portugal.</p>
2.1.5	Seminário Ensaio para um plano estratégico de prevenção e repressão à corrupção em Angola				<p>Sendo uma atividade restrita, não houve divulgação de nota de Imprensa, foi publicada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED.</p>
2.1.5	Entrega bibliotecas jurídicas às entidades parceiras de Timor-Leste	Sociedade Civil	Nota de imprensa	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	<p>Comunicado de imprensa não foi divulgado por falta de tradução atempada para Tétum.</p> <p>Foi publicada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED.</p>
				–	

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
2.2.1.	Capacitação nas áreas da corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes com conhecimento dos instrumentos legais, administrativos e processuais – 1.ª, 2.ª e 3ª fase em todos os países parceiros.	Sociedade Civil	Notas de imprensa por cada um dos encontros realizados em cada um dos países	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	Foi publicada notícia no site do PACED e do Camões, I.P.
2.2.2.	Capacitação de agentes de investigação criminal no reforço de metodologias científicas, na análise estratégica e operacional e no desenvolvimento dos mecanismos de identificação e deteção das situações respeitantes ao tipo de criminalidade relacionada com corrupção, branqueamento de capitais, crime organizado, especialmente tráfico de estupefacientes. 1.ª, 2.ª e 3ª fase - em todos os países parceiros.	Sociedade Civil	Notas de imprensa por cada um dos encontros realizados em cada um dos países	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	Foi publicada notícia no site do PACED e do Camões, I.P. Ações de visibilidade comuns à atividade 2.2.1
2.4.1.1	Produção de materiais de leitura rápida. A distribuir nos PALOP e em Timor-Leste.	Organizações da Sociedade Civil (OSC)	Materiais de leitura rápida	A distribuir pelas OSC	<p>Concluída a produção dos spots televisivos e radiofónicos em português, crioulo cabo-verdiano, crioulo guineense e tétum concluída. Difundidos em Angola e São Tomé e Príncipe como publicidade institucional. Realizada parceria com RTP África e RTP Internacional (spots TV) e com RDP África e RDP Internacional (spots rádio).</p> <p>Concluída a produção das brochuras de leitura rápida e distribuição nas atividades presenciais.</p>

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
2.4.1.2	Produção e divulgação do vídeo de resultados PACED	Cidadãos de cada um dos países parceiros Grupo-alvo das atividades do PACED	Vídeo Resultados	– Delegação da UE Luanda Serviços Ordenador Nacional em Angola	Concluída a produção do vídeo de resultados em português, inglês e tétum. Divulgação do vídeo em todas as atividades, partilha com entidades parceiras e disponibilização no site PACED. Foi publicada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED.
2.4.1.2.	Produção do Programa de Rádio «Estado de Direito Somos Nós»	Cidadãos de cada um dos países parceiros Grupo-alvo das atividades do PACED	Programa de Rádio/ Podcast		Realizada parceria com RDP África, foi emitido entre os dias 3 e 14 de maio de 2021, dando voz aos pontos focais e entidades parceiras do projeto. Foi publicada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED.

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
3.1.1	Encontro ao mais alto nível, prévio à realização da Conferência Interministerial de Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa, para a sensibilização e seguimento da adoção de um quadro legal comum, no âmbito da legislação penal referida em 1.3 e 1.5 (primeiro ano de sensibilização, o terceiro e quarto de seguimento)	Sociedade Civil	Nota de imprensa a emitir após o encontro.	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda – Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	<p>Participação em encontro de alto nível do PACED (coordenador e consultor científico), na Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, em Cabo-Verde, na Ilha do Sal, no dia 22 de novembro de 2019, que recebeu a titularidade da Plataforma de Formação e Cooperação a ser desenvolvida no âmbito do PACED (Atividade 3.6.2.) e na XVII Conferência de Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP), decorreu em formato híbrido, a 4 de março de 2022, em Luanda.</p> <p>Foi produzido um comunicado de imprensa e divulgada uma notícia no site do Camões, I.P. e do PACED.</p>
3.2	Reforçar os conhecimentos e capacidades de dirigentes e quadros técnicos dos PALOP e de TL para representar países em reuniões e outros eventos regionais e internacionais sobre as áreas de intervenção do projeto, nomeadamente através da organização de ações de formação e informação sobre temas como a situação da prevenção e luta contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado a nível internacional e regional, cooperação internacional nessas áreas e as organizações regionais e internacionais de referência, a negociação de acordos internacionais, etc.	Sociedade Civil	Nota de imprensa a enviar antes de cada um dos seminários.	<p>Agências de notícias locais</p> <p>Delegação da UE Luanda</p> <p>Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência</p>	Estabelecida a parceria nestas atividades com RTP África, com jornalista destacado para participar no Seminário.

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
3.2.1	Seminário aberto a quadros políticos, nomeadamente partidos políticos, deputados e outros dirigentes da administração pública e magistratura sobre os mecanismos de boa governação global, estabelecidos pelas organizações internacionais. A realizar em todos os países parceiros	Grupo-alvo das atividades do projeto	<i>roll-ups</i>	<i>Stakeholders</i> da segunda categoria de grupo-alvo	Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a Del. UE e demais parceiros. Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção, foi publicada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED. Parceria estabelecida com a RTP África.
3.2.1.3	Seminário aberto a quadros políticos, nomeadamente partidos políticos, deputados e outros dirigentes da administração pública e magistratura sobre os mecanismos de boa governação global, estabelecidos pelas organizações internacionais. A realizar na Guiné-Bissau	Grupo-alvo das atividades do projeto	roll-ups panfletos panfletos cartazes publicação digital das comunicações.	<i>Stakeholders</i> da segunda categoria de grupo-alvo	Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a DUE Bissau e demais parceiros. <i>Roll-ups</i> do projeto colocados na sala e distribuição de cadernos, canetas e <i>pen drives</i> incluindo legislação nacional e manuais do PACED, com identidade visual do projeto. Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção), foi publicada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED. Parceria estabelecida com a RTP África.

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
3.2.1.4	Seminário aberto a quadros políticos, nomeadamente partidos políticos, deputados e outros dirigentes da administração pública e magistratura sobre os mecanismos de boa governação global, estabelecidos pelas organizações internacionais. A realizar em Moçambique (por videoconferência).				<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a DUE Maputo e demais parceiros.</p> <p>Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção), foi publicada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED. Parceria estabelecida com a RTP África e Justiça TV.</p>
3.2.1.5	Seminário aberto a quadros políticos, nomeadamente partidos políticos, deputados e outros dirigentes da administração pública e magistratura sobre os mecanismos de boa governação global, estabelecidos pelas organizações internacionais. A realizar em São Tomé e Príncipe.	Grupo-alvo das atividades do projeto	<i>roll-ups</i>	<i>Stakeholders</i> da segunda categoria de grupo-alvo	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a Del. UE e demais parceiros.</p> <p>Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção), foi publicada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED. Parceria estabelecida com a RTP África.</p>

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
3.3.1	Apoio à participação em iniciativas regionais e/ ou internacionais (até ao máximo de duas iniciativas por ano e por país beneficiário)				Notícia para o site PACED sobre participação de juízes dos PALOP e Timor-Leste em encontro da Rede Global de Integridade Judicial, em Doha.
3.4.1	Revisão e produção da edição "Guia de Formação e Cooperação" - que procede à sistematização das recomendações saídas dos Fóruns, a análise das estruturas institucionais existentes e a organização dos diversos instrumentos jurídicos aplicáveis.				Edição disponibilizada para consulta e <i>download</i> no site PACED, igualmente distribuída em <i>pendrive</i> em todas as atividades subsequentes presenciais do PACED, e divulgada para acesso rápido através QR Code, permitindo um amplo alcance com baixo impacto ambiental. Versão impressa com tiragem simbólica de 200 exemplares. Lançado na Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, em Cabo-Verde, na Ilha do Sal, no dia 22 de novembro de 2019.

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
3.5.1	Fórum de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas entre profissionais das unidades de informação financeira dos PALOP e de TL (4 pessoas por país.)	Sociedade Civil	Nota de imprensa a enviar antes de cada um dos seminários.	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	<p>De forma a promover o potenciar o trabalho conjunto entre os profissionais das diversas áreas, e devido à sensibilidade dos temas, optou-se por divulgar os fóruns a posteriori através de notícias nos sites do PACED e Camões, I.P.</p> <p>Durante os eventos, a visibilidade foi assegurada através dos materiais de apoio do projeto, que simultaneamente servem de apoio ao encontro: cadernos, canetas, fitas e crachás, bem como <i>pen drives</i> com materiais de apoio.</p>
3.5.2	Fórum de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas entre polícias de investigação criminal dos PALOP e de TL (4 pessoas por país.)	Sociedade Civil	Nota de imprensa a enviar antes de cada um dos seminários.	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	<p>Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a DUE Luanda.</p> <p>Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção), foi publicada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED. Foram produzidos os seguintes materiais de visibilidade para o evento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 4 <i>roll-ups</i>, 2 do evento e 2 do PACED; - Cartazes do evento - Identificadores de mesa - <i>pendrives</i> com publicações PACED

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
3.5.3	Fórum de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas entre magistrados do Ministério Público (4 pessoas por país)	Sociedade Civil	Nota de imprensa a enviar antes de cada um dos seminários.	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	Foram também utilizados alguns materiais institucionais do PACED pré-existent, entre os quais agendas, fitas, crachás de identificação e canetas, QR Codes com manuais digitais.
3.5.4	Fórum de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas entre juizes dos PALOP e de TL (4 pessoas por país.)	Sociedade Civil	Nota de imprensa a enviar antes de cada um dos seminários.	<ul style="list-style-type: none"> – Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda Serviços Ordenador Nacional em Angola e no país da conferência 	
3.6.	Apoiar a conceção e o desenvolvimento de um sistema de coordenação e colaboração, em língua portuguesa, entre os países PALOP e TL, incluindo uma plataforma de internet para facilitar o intercâmbio e a criação de redes temáticas e instalações de videoconferência completas em todos os PALOP e TL				

Atividades		Grupo-alvo	Instrumento(s) comunicacional(ais)	Interlocutores por instrumento comunicacional	Monitorização do que foi realizado
3.6.1	Conceção e desenvolvimento de um sistema de cooperação e coordenação entre as várias instituições homólogas nos PALOP e TL, nas áreas relevantes indicadas (missão circular por dois peritos)				
3.6.2	Criação de um projeto sustentável de plataforma internet que possa vir a facilitar o intercâmbio e a criação de redes temáticas e de comunicação audiovisual entre todos os PALOP e TL – Assinatura Acordos de Delegação	Sociedade Civil	Nota de imprensa a enviar	– Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda Serviços Ordenador Nacional em Angola	
		Grupo-alvo das atividades do projeto	Cerimónia de assinatura dos acordos de delegação		Foi publicada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED dando conta da assinatura dos Acordos de Delegação.
3.6.2.1	Criação de instalações de videoconferência em todos os PALOP/TL, designadamente, nas instituições responsáveis pela formação jurídica e judiciária, ou equivalentes – CENFOJ da Guiné-Bissau	Sociedade Civil	Nota de imprensa a enviar	– Agências de notícias locais – Delegação da UE Luanda Serviços Ordenador Nacional em Angola	Comunicado de imprensa divulgado junto dos meios locais e partilhado com a Del. UE e demais parceiros.
		Grupo-alvo das atividades do projeto	Cerimónia de assinatura dos acordos de delegação		Além da cobertura jornalística (ver links na próxima secção, foi publicada notícia no site do Camões, I.P. e do PACED.

1.2 Seguimento dos indicadores de resultado do plano de comunicação, visibilidade e gestão do conhecimento

Após a adoção do plano de comunicação, visibilidade e gestão do conhecimento em setembro de 2016, a implementação das atividades passou a ser acompanhada da conceção e produção dos instrumentos comunicacionais previstos.

A principal plataforma de visibilidade e comunicação do PACED é o seu *site* que, ao longo do período de implementação, foi sendo constantemente atualizado, melhorado e dinamizado (percentagem da execução financeira, bolsa de formadores, notícias e comunicados de imprensa sobre as atividades, documentos e publicações de interesse, filme de resultados, vídeos de testemunhos, programa de rádio Estado de Direito Somos Nós, etc.), com destaque para a criação da página (micro site) da Conferência Internacional “Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em TL: O PACED como fator de mudança na governação, capacitação e cooperação” que, além do programa, disponibilizou informação sobre os oradores e temáticas e, posteriormente, agregou todas as notícias produzidas sobre o evento, mas também os vídeos das intervenções.

Integrado na referida conferência, teve lugar o lançamento do **“Manual de Formação de Formadores: Capacitação nas áreas do Tráfico de Estupefacientes, da Corrupção e do Branqueamento de Capitais e com conhecimento dos instrumentos legais, administrativos e processuais em vigor nos países de língua oficial portuguesa”**, resultante das ações de capacitação desenvolvidas pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ), no âmbito do PACED, nas áreas da corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes, com conhecimento dos instrumentos legais, administrativos e processuais adequados ao tratamento da tipologia destes casos para funcionários do sistema bancário e financeiro, investigação criminal, magistrados do Ministério Público e Juízes. Este Manual digital, apresentado pelo o Diretor do CEJ de Portugal, João da Silva Miguel, está disponível para consulta e *download*, de forma gratuita, no site do PACED em: https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/paginacao-manual-cej1versaofinal151021.pdf.

A última semana do período de implementação do PACED ficou marcada pelo lançamento de novas duas edições:

- No dia 27 de junho de 2022, no Auditório do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., em Lisboa, num evento realizado à margem da Conferência dos Oceanos, a cerimónia de apresentação da tradução para língua portuguesa do Manual Maritime Crime: A Manual for Criminal Justice Practitioners/ "Criminalidade Marítima: Manual para Profissionais da Justiça Criminal" (3 ed.), elaborado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime).

A tradução para língua portuguesa deste manual foi realizada no âmbito do PACED - Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste, PALOP/TL, financiado através do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento da União Europeia, cofinanciado e gerido pela Cooperação Portuguesa através do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., e ficará disponível em formato digital com acesso livre no site da UNODC e do PACED em:

https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/unodc-criminalidade-maritima-manual-para-profissionais-da-justica-criminal-trad-da-3%C2%AA-ed-em-lingua-inglesa-vf.pdf

- No dia 30 de junho de 2022, decorreu no Auditório do Instituto Nacional de Estudos Judiciários, em Luanda, a cerimónia de apresentação do Manual do Processo Penal Angolano e de entrega dos certificados da formação de formadores a Técnicos e Oficiais de Justiça no âmbito do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste (PACED), disponível em formato digital com acesso livre no site do PACED em: https://www.paced-paloptl.com/uploads/publicacoes_ficheiros/manual-processo-penal-angola-vf.pdf

Com o objetivo de dar maior visibilidade à bolsa de 44 formadores na área penal, criada no âmbito do PACED, desde abril de 2021, passou a ser possível consultar a lista de formadores por país, e respetivos contactos, em <https://www.paced-paloptl.com/paced/bolsa-de-formadores>.

Em junho de 2021, foi divulgado o vídeo de apresentação dos resultados do PACED, um importante instrumento de Comunicação, elaborado com o objetivo de documentar e promover os resultados alcançados pelo projeto ao longo da sua execução. O vídeo foi produzido pela Have a Nice Day e conta com três versões: em Língua Portuguesa, com locução da atriz Cláudia Semedo, em Língua Inglesa, com locução de Tammy W., e legendada em Tétum. Além da projeção deste vídeo em todas as atividades do projeto, também está disponível no *site* (nas suas três versões) em <https://www.paced-paloptl.com/paced/resultados-alcancados>.

Com o intuito de contribuir para a sensibilização sobre as problemáticas do Estado de Direito e Boa Governança, o programa de rádio «Estado de Direito Somos Nós», resultante de uma parceria entre a RDP África e o PACED, foi emitido entre os dias 3 e 14 de maio de 2021, dando voz aos pontos focais e entidades parceiras do projeto. Ao longo de dez episódios, conduzidos pela jornalista Ana Paula Gomes, pretendeu-se contribuir para a tomada de consciência de que a consolidação do Estado de Direito é uma tarefa de todos, indissociável dos valores da democracia, da paz, da justiça social e da defesa dos Direitos Humanos. O programa de rádio está, de igual modo, disponível no *site*, em <https://www.paced-paloptl.com/acontece/podcast-estado-de-direito-somos-nos> ou disponível para *download* no site da [RTP Play](#).

A *newsletter* PACED, contava com 186 subscritores, permitindo que as notícias elaboradas sobre as atividades desenvolvidas no âmbito do PACED chegassem a um maior número de destinatários.

Manteve-se o serviço de *clipping* semanal, criado em novembro de 2019, destinado às Unidades Técnicas Nacionais e EAT, sobre as temáticas abrangidas pelo PACED e outras notícias de interesse sobre os PALOP e TL. No total, foram enviadas 100 edições deste *clipping*.

Pretendendo dar maior transparência e rigor à gestão do PACED, foram disponibilizados no site todos os documentos do projeto (Convenção de Financiamento, Acordo de Delegação, Adendas e *Roadmaps* atualizados).

Até 30 de junho de 2022, o site PACED teve 25.722 utilizadores, cerca de 82.533 visualizações de páginas e 36.888 sessões, correspondendo estas a 69,73% de novas sessões.

No período de implementação do projeto e no que respeita a sessões por país, Angola (30%) surge destacada, seguindo-se, Portugal, Moçambique, os Estados Unidos da América e o Brasil.

O principal dispositivo utilizado no acesso foi o computador, com 78,2%, seguindo-se o telemóvel, com 20,9%.

As páginas mais visitadas, durante o mesmo período, foram as referentes às “acontece/noticias” com 4.579, seguindo-se a página “/paced/quem-somos”, com 3.673 visitas e a página “/paced-em-numeros”, com 3.123 visitas.

Abaixo um ponto de situação dos indicadores do plano de comunicação, visibilidade e gestão do conhecimento alcançados durante o período a que diz respeito o relatório. Assim, de 1 de outubro de 2014 a 30 de junho de 2022 realizaram-se as seguintes atividades:

1.1.3.1 Conferência perda de bens e recuperação de ativos, setembro de 2018, em Angola

Divulgação em meios de comunicação angolanos:

- Jornal de Angola:

http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/repatriamento_de_capitais_em_forum_internacional

- Agência Angola Press ANGOP:

http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/politica/2018/8/39/Juizes-dos-PALOP-abordam-recuperacao-ativos,46cf1a24-0668-4f49-afd2-6a45980217b4.html?version=mobile

http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2018/8/39/Exito-dos-processos-recuperacao-ativos-depende-capacitacao-dos-agentes,39a2e727-85b3-4de1-abad-c8aaa8907d14.html

Divulgação noutros meios de comunicação:

- RFI: <http://pt.rfi.fr/angola/20180925-conferencia-internacional-em-luanda-sobre-recuperacao-de-ativos>

- Poder Judiciário de Santa Catarina (Brasil):

https://portal.tjsc.jus.br/web/sala-de-imprensa/noticias/visualizar/-/asset_publisher/l22DU7evsBM8/content/-e-preciso-quebrar-a-espinha-dorsal-que-sustenta-o-crime-organizado-diz-magistrado;jsessionid=C5A7FoBBFC89ECE3618B4D8E49DBECog/en

- Sapo Notícias:

<https://noticias.sapo.cv/economia/artigos/conferencia-internacional-em-luanda-sobre-recuperacao-de-ativos>

- Delegação da União Europeia em Angola: https://eeas.europa.eu/delegations/angola/50910/perda-e-recupera%C3%A7%C3%A3o-de-bens-e-produtos-provenientes-da-criminalidade-organizada_pt

- Camões, I.P.:

<http://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/20186-angola-abertura-de-conferencia-sobre-perda-de-bens-e-recuperacao-de-ativos>

- PACED:

<https://www.paced-paloptl.com/acontece/noticias/ministerio-da-justica-e-direitos-humanos-de-angola-promove-debate-sobre-perda-e-recuperacao-dos-bens-e-produtos-provenientes-da-criminalidade-organizada-economico-financeira-e-corrupcao-a-25-de-setembro>

1.1.2.4 Conferência “A intervenção do Estado, da Sociedade e do Direito no combate à corrupção”, Maputo, Moçambique

Divulgação em meios de comunicação social moçambicanos:

- Soico TV:

<https://play.stv.co.mz/informacao/c/oi/23462912/jornal-da-noite>

- Televisão de Moçambique:

http://online.tv.m.co.mz/site/ondemand/informacao/2101807030000406521/jornal_da_tarde

- Jornal de Notícias:

<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/79180-combate-a-corrupcao-nos-palop-especialistas-reunidos-em-maputo>

<http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/2018-05-04-10-20-41/79224-pgr-destaca-progressos-no-combate-a-corrupcao>

- Sapo Notícias: <https://noticias.sapo.mz/actualidade/artigos/especialistas-debatem-hoje-e-quarta-feira-em-maputo-relacao-do-estado-com-o-crime>

- Jornal “Guardião”: <http://guardiao-ao.com/index.php/2018/07/03/pgr-mocambicana-defende-ressarcimento-da-sociedade-por-crimes-de-corrupcao/>

- Jornal A República: <http://arepublica.co.mz/2018/07/03/especialistas-de-varias-areas-reunem-se-para-analise-de-combate-a-corrupcao-em-maputo/>

- Rádio Moçambique:

<http://www.rm.co.mz/index.php/component/k2/item/1984-beatriz-buchili-defende-ressarcimento-da-sociedade-por-crimes-de-corrupcao.html>

<http://www.rm.co.mz/index.php/component/k2/item/1980-palop-e-timor-leste-avaliam-em-maputo-intervencao-do-estado-no-combate-a-corrupcao.html>

- Jornal “O País”:

<http://opais.sapo.mz/nao-se-trava-corrupcao-sem-devida-responsabilizacao-dos-infractores>

<https://opais.co.ao/index.php/2018/07/03/especialistas-debatem-hoje-e-quarta-feira-em-maputo-relacao-do-estado-com-o-crime/>

- Jornal “Verdade”:

<http://www.verdade.co.mz/destaques/democracia/66202-pgr-que-e-incapaz-de-condenar-os-grandes-corrupcos-diz-que-mocambique-nao-pode-tolerar-actos-de-corrupcao>

Divulgação noutros meios de comunicação:

- RTP África:

<https://www.rtp.pt/play/p4268/reporter-africa-2-edicao>

- Sic Notícias (Portugal): <http://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2018-07-03-Especialistas-debatem-hoje-e-quarta-feira-em-Maputo-relacao-do-Estado-com-o-crime>

- Observador (Portugal): <https://observador.pt/2018/07/03/pgr-mocambicana-defende-ressarcimento-da-sociedade-por-crimes-de-corrupcao/>

- Gabinete de Documentação e Direito Comparado – Ministério Público (Portugal):

<http://gddc.ministeriopublico.pt/pagina/conferencia-intervencao-do-estado-da-sociedade-e-do-direito-no-combate-corrupcao>

- Governo de Moçambique:

- PACED: <https://www.paced-paloptl.com/acontece/noticias/conferencia-a-intervencao-do-estado-da-sociedade-e-do-direito-no-combate-a-corrupcao-3-e-4-de-julho-mocambique>

2.1.3.6 Ações de formação em organização e gestão dos tribunais, dos serviços do Ministério Público e serviços de investigação criminal, gestão processual, em Timor-Leste

Divulgação em meios de comunicação social timorenses:

- GMN TV: <https://www.youtube.com/watch?v=Buoxgay-Zfo>

- Sapo Timor-Leste: <http://noticias.sapo.tl/portugues/lusa/artigo/23803663.html>

- Timor Agora: <http://timoragora.blogspot.com/2018/03/conferencia-internacional-governacao-e.html>

Divulgação noutros meios de comunicação:

- RTP: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/especialistas-lusofonos-debtem-em-dili-organizacao-e-gestao-da-justica-criminal_n1061265

- Diário de Notícias (1): <https://www.dn.pt/lusa/interior/especialistas-lusofonos-debtem-em-dili-organizacao-e-gestao-da-justica-criminal-9155744.html>

- Diário de Notícias (2): <https://www.dn.pt/lusa/interior/combate-a-corrupcao-em-timor-leste-e-exemplo-para-pais-e-regiao----ministra-justica-9164212.html>

- TSF: <https://www.tsf.pt/lusa/interior/combate-a-corrupcao-em-timor-leste-e-exemplo-para-pais-e-regiao----ministra-justica-9164213.html>

- Impala Notícias: <https://www.impala.pt/noticias/portugal-e-o-mundo/agentes-judiciais-e-policias-timorenses-recebem-formacao-para-combater-corrupcao/>

- Sapo 24: http://24.sapo.pt/noticias/internacional/artigo/especialistas-lusofonos-debtem-em-dili-organizacao-e-gestao-da-justica-criminal_23803663.html?=/local/lisboa

- Governo de Timor-Leste: <http://timor-leste.gov.tl/?p=19540&n=1>

- Ministério da Justiça RDTL: <http://www.mj.gov.tl/?q=node/1347>

- Camões, I.P.: <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/19324-conferencia-internacional-sobre-governacao-e-organizacao-da-justica-criminal-em-timor-leste>

- PACED: <https://www.paced-paloptl.com/acontece/noticias/paced-conferencia-internacional-sobre-governacao-e-organizacao-da-justica-criminal->

- Escola Nacional da Magistratura (Brasil): <http://www.enm.org.br/2018/singleNoticias.php?id=47578>

2.1.4.1 Fornecimento de viaturas de resposta rápida para a PJ São Tomé e Príncipe

Divulgação em meios de comunicação são-tomenses:

- Télanon: <https://www.telanon.info/politica/2018/03/07/26553/portugal-e-ue-reforcam-logistica-da-pic/>

Divulgação noutros meios de comunicação:

- PACED: <https://www.paced-paloptl.com/acontece/noticias/sao-tome-e-principe-uniao-europeia-e-camoes-ip-reforcam-logistica-da-policia-de-investigacao-criminal>

- Camões, I.P.: <http://www.instituto-camoes.pt/en/institutional/communication/news-pt/19408-embaixada-de-portugal-em-sao-tome-entrega-viaturas-e-equipamento-informatico-a-pic-policia-de-investigacao-criminal>

2.1.4.3 Fornecimento de equipamento informático para a polícia de investigação criminal Cabo Verde:

Divulgação em meios de comunicação cabo-verdianos:

- Expresso das Ilhas: <https://expressodasilhas.cv/pais/2018/05/09/policia-judiciaria-reforca-capacidade-tecnica/58026>

- Inforpress CV: <https://www.inforpress.publ.cv/policia-judiciaria-reforca-capacidade-tecnica-com-apoios-da-uniao-europeia-e-do-camoes-i-p/>

- A Nação: <https://anacao.cv/2018/05/08/uniao-europeia-instituto-camoes-oferecem-equipamentos-pj-cabo-verde-orcados-24-mil-euros/>

Divulgação noutros meios de comunicação:

- Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/lusa/interior/uniao-europeia-e-instituto-camoes-oferecem-equipamentos-a-pj-de-cabo-verde-orcados-em-24-mil-euros-9317168.html>

- TSF: <https://www.tsf.pt/lusa/interior/uniao-europeia-e-instituto-camoes-oferecem-equipamentos-a-pj-de-cabo-verde-orcados-em-24-mil-euros-9317169.html>

- Sapo Notícias: <http://noticias.sapo.tl/portugues/lusa/artigo/24141346.html>

- PACED: <https://www.paced-paloptl.com/acontece/noticias/cabo-verde-policia-judiciaria-ve-a-sua-capacidade-tecnica-reforcada-com-apoios-da-uniao-europeia-e-do-camoes-ip>

Moçambique:

Divulgação em meios de comunicação moçambicanos:

- Televisão de Moçambique: <http://www.tvm.co.mz/index.php/nacional/item/3312-portugal-ajuda-a-equipar-a-sernic-para-combate-a-crimes-no-pais>

- Jornal de Notícias: <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/sociedade/77497-sernic-melhora-capacidade-operativa>

- SAPO Moçambique: <https://noticias.sapo.mz/sociedade/artigos/portugal-e-a-ue-entregam-meios-a-policia-de-investigacao-criminal-de-mocambique>

Divulgação noutros meios de comunicação:

- SIC Notícias: <http://sicnoticias.sapo.pt/pais/2018-05-15-Hoje-e-noticia>
- Diário de Notícias/LUSA: <https://www.dn.pt/lusa/interior/apoio-de-portugal-e-ue-beneficia-sistema-de-comunicacao-da-policia-mocambicana-9342740.html>
- <https://www.dn.pt/lusa/interior/portugal-e-a-ue-entregam-meios-a-policia-de-investigacao-criminal-de-mocambique-9341419.html>
- TSF: <https://www.tsf.pt/lusa/interior/apoio-de-portugal-e-ue-beneficia-sistema-de-comunicacao-da-policia-mocambicana-9342741.html>
- África 21: <http://www.africa21online.com/artigo.php?a=22447&e=Sociedade&click=yes>
- PACED: <https://www.paced-paloptl.com/acontece/noticias/mocambique-cerimonia-de-ntrega-de-equipamentos-ao-sermic>

Apresentação do PACED (10.FED) - Ponto de situação, calendário, atividades e resultados e avaliação - Reunião de Coordenação Técnica do Programa PALOP-TL 9 de fevereiro de 2021, por videoconferência a partir do Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (Timor-Leste)

<https://www.paced-paloptl.com/acontece/noticias/projeto-de-apoio-a-consolidacao-do-estado-de-direito-apresenta-resultados-em-timor-leste>

<https://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/projeto-de-apoio-a-consolidacao-do-estado-de-direito-nos-palop-tl-apresenta-resultados-aos-servicos-do-ordenador-nacional-de-angola>

Atividade 2.1.5. Cerimónia de entrega do quarto lote de material de laboratório à Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC), de Timor-Leste, com vista ao reforço da capacidade de atuação na prevenção e combate à criminalidade organizada, decorreu, no dia 18 de fevereiro de 2021, na sede da PCIC.

[Polícia de Timor reforçada com material laboratorial contra crime](#) (Notícias ao Minuto)

[Polícia científica de Timor-Leste reforçada com material laboratorial contra o crime](#) (Visão)

[UE e Cooperação Portuguesa entregam quarto lote de material laboratorial à PCIC](#) (Tatoli)

[Polícia científica de Timor-Leste reforçada com material laboratorial contra o crime](#) (LUSA)

[Polícia científica de Timor-Leste reforçada com material laboratorial contra o crime](#) (SAPO)

[Timor-Leste: Polícia científica recebe material de laboratório da UE](#) (E-Global)

Atividade 3.6.2. Assinatura dos Acordos de Delegação relativos à Plataforma de Formação e Cooperação desenvolvida no âmbito do PACED, pela Ministra da Justiça de Portugal e pela Ministra da Justiça e do Trabalho da República de Cabo Verde, na qualidade de presidente em exercício da Conferência de Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP), assinaram, no dia 23 de fevereiro, numa cerimónia online.

[Cabo Verde e Portugal assinam acordo para formação jurídica e judiciária dos PALOP](#) (FAAPA)

[PACED: Ministras da Justiça de Portugal e Cabo Verde ...](#) (A Nação)

[Plataforma web vai apoiar a formação jurídica e judiciária dos ...](#)(A Semana)

[Cabo Verde e Portugal assinam acordo para formação ...](#) (Inforpress)

[Repórter África](#) (RTP África)

[CV e PT assinam acordos de gestão da Plataforma de Formação e Cooperação Judicial](#) (RTV)

[Plataforma de Formação e Cooperação para PALOP e Timor-Leste avança](#) (Portal do Governo)

[Plataforma web vai apoiar a formação jurídica e judiciária dos PALOP](#) (e-Global Noticias em Português)

Atividade 3.2.1 Seminário aberto a quadros políticos sobre os mecanismos de boa governação global - Seminário sobre Cooperação Internacional, Governação e Estado de Direito, por videoconferência a partir de Cabo Verde, 23 e 24 de março de 2021

Inforpress [Cabo Verde debate cooperação internacional governação e Estado de Direito](#)

RTP África [Repórter África](#) (a partir do minuto 16:43)

Notícias ao Minuto ["Falta cultura de direitos humanos às forças de segurança"](#)

LUSA [Embaixadora da UE em Cabo Verde alerta para risco de mais crimes](#)

RTP [Embaixadora da UE em Cabo Verde alerta para risco de mais crimes](#)

Camões, I.P. [Cabo Verde debate Cooperação Internacional e Estado de Direito](#)

Atividade 2.1.4. - Ação de formação à distância «Abordagens temáticas sobre o Local do Crime», destinada aos especialistas do laboratório da Polícia Judiciária (PJ) de São Tomé e Príncipe, ministrada por videoconferência pela PJ de Portugal a cinco elementos da equipa forense da PJ de São Tomé e a dois da Região Autónoma do Príncipe, teve início a 25 de março de 2021 e decorreu até abril, antecedendo a formação presencial.

<https://www.paced-paloptl.com/acontece/noticias/sao-tome-e-principe-especialistas-forenses-recebem-formacao-a-distancia>

Seminário: A Recuperação de Ativos, Aproximação à Realidade Jurídica Moçambicana, 15 de abril de 2021, por videoconferência

<https://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/seminario-promove-reflexao-sobre-recuperacao-de-ativos-na-realidade-juridica-mocambicana>

<https://www.paced-paloptl.com/acontece/noticias/seminario-promove-reflexao-sobre-recuperacao-de-ativos-na-realidade-juridica-mocambicana->

PACED participa em conferência europeia sobre modernização da justiça e formação judiciária

<https://www.paced-paloptl.com/acontece/noticias/paced-participa-em-conferencia-europeia-sobre-modernizacao-da-justica-e-formacao-judiciaria>

<https://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/conferencia-europeia-sobre-modernizacao-da-justica-e-formacao-judiciaria>

<https://justica.gov.pt/Noticias/Estrategia-europeia-de-formacao-judiciaria-abordada-em-conferencia>

Atividade 2.4.1.2. Programa «Estado de Direito Somos Nós» emitido na RDP África: com o objetivo de contribuir para a sensibilização sobre as problemáticas do Estado de Direito e Boa Governação, o programa de rádio «Estado de Direito Somos Nós», resultante de uma parceria entre a RDP África e o PACED, foi emitido entre os dias 3 e 14 de maio de 2021, dando voz aos pontos focais e entidades parceiras do projeto.

<https://www.paced-paloptl.com/acontece/noticias/estado-de-direito-somos-nos-programa-de-radio-da-voz-aos-parceiros-do-paced>

<https://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/programa-estado-de-direito-somos-nos-emitido-na-rdp-africa>

<https://www.paced-paloptl.com/acontece/noticias/estado-de-direito-somos-nos-programa-de-radio-da-voz-aos-parceiros-do-paced>

Seminário «O Estado de Direito face ao risco e à emergência: o caso de Moçambique», no dia 13 de maio de 2021, por videoconferência

<https://www.paced-paloptl.com/acontece/noticias/mocambique-debate-estado-de-direito-face-ao-risco-e-a-emergencia-climatica-sanitaria-e-humanitaria>

Jornal Visão (Moçambique)/ [Moçambique debate Estado de Direito face ao risco e à emergência climática, sanitária e humanitária](#)

Camões, I.P./ [Moçambique debate Estado de Direito face ao risco e à emergência climática, sanitária e humanitária](#)

Atividade 2.4.1.2. Apresentação do vídeo dos resultados do PACED: o vídeo foi produzido pela Have a Nice Day e conta com três versões: em Língua Portuguesa, com locução da atriz Cláudia Semedo, em Língua Inglesa, com locução de Tammy W., e legendada em Tétum.

Camões, I.P./ [PACED apresenta vídeo de resultados](#)

PACED/ [PACED apresenta vídeo de resultados](#)

Atividades 3.6.2.1. - Aquisição de equipamentos de formação à distância para o CENFOJ - Centro Nacional de Formação Jurídica da Guiné-Bissau. Teve lugar, no dia 7 de junho de 2021, na Faculdade de Direito de Bissau, a entrega de equipamento de formação à distância ao do PACED.

PACED/ [Guiné-Bissau: União Europeia e Camões, I.P., reforçam Centro Nacional de Formação Jurídica](#)

Camões, I.P./ [Guiné-Bissau: União Europeia e Camões, I.P., reforçam Centro Nacional de Formação Jurídica](#)

Observador/ [UE e Instituto Camões reforçam equipamento informático para ...](#)

MSN/ [UE e Instituto Camões reforçam equipamento informático para ...](#)

Notícias ao Minuto/ [UE e Instituto Camões reforçam equipamento informático para ...](#)

Visão/ [UE e Instituto Camões reforçam equipamento informático para ...](#)

The World News/ [UE e Instituto Camões reforçam equipamento informático para formação à distância na Guiné-Bissau](#)

Atividade 4. Comité de Seguimento Técnico e Comité de Pilotagem, 8 e 9 de junho de 2021

PACED/ [PALOP e Timor-Leste congratulam-se com os resultados alcançados pelo PACED](#)

Camões, I.P./ [PALOP e Timor-Leste congratulam-se com os resultados alcançados pelo PACED](#)

Atividade 2.1.5. Seminário Ensaio para um plano estratégico de prevenção e repressão à corrupção em Angola

PACED/ [Angola promove reflexão sobre estratégia nacional de combate à corrupção](#)

Camões, I.P./ [Angola promove reflexão sobre estratégia nacional de combate à corrupção](#)

Maka Angola/ [O perigo do excesso de normativismo no combate à corrupção](#)

Atividades 2.2.1 e 2.2.2. - 3ª Fase das ações de formação nas áreas da prevenção e combate à criminalidade económico-financeira e tráfico de drogas, com tutoria do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e do Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (IPJCC) de Portugal.

PACED/ [Cabo Verde conclui formações nas áreas da corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes](#)

Camões, I.P./ [Cabo Verde conclui formações nas áreas da corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes](#)

Ministério Público de Cabo Verde/ [PGR faz balanço positivo da implementação do PACED em Cabo Verde](#)

O segundo Encontro de Conhecimento, Partilha de Experiências e de Boas Práticas - Prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado em São Tomé e Príncipe decorreu por videoconferência a 22 e 24 de junho de 2021, com organização do Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em parceria com a Direção de Política de Justiça do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos de São Tomé e Príncipe.

PACED/ [São Tomé e Príncipe fortalece cooperação institucional para melhor combate à criminalidade económico-financeira](#)

Camões, I.P./ [São Tomé e Príncipe fortalece cooperação institucional para melhor combate à criminalidade económico-financeira](#)

Atividade 2.1.5. Cerimónia de entrega de bibliotecas jurídicas em Língua Portuguesa às instituições parceiras do PACED em Timor-Leste decorreu, no dia 6 de outubro de 2021, no Centro Cultural Português da Embaixada de Portugal em Díli. O acervo bibliográfico entregue inclui obras de referência na área do Direito Penal e Direito Civil, dicionários jurídicos e edições temáticas apoiadas pelo PACED que integram a plataforma LEGIS-PALOP+TL, base de dados jurídica oficial que contém legislação, jurisprudência e doutrina dos PALOP e TL.

PACED/[Portugal e a União Europeia reforçam bibliotecas jurídicas em língua portuguesa em Timor-Leste](#)

Camões, I.P./[Portugal e a União Europeia reforçam bibliotecas jurídicas em língua portuguesa em Timor-Leste](#)

Atividades 2.2.1 e 2.2.2. - 3ª Fase das ações de formação nas áreas da prevenção e combate à criminalidade económico-financeira e tráfico de drogas em Moçambique, com tutoria do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e do Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (IPJCC) de Portugal, teve lugar, entre 27 de setembro e 1 de outubro de 2021, em Maputo.

PACED/ [Moçambique conclui formações nas áreas da corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes](#)

Camões, I.P./ [Moçambique conclui formações nas áreas da corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes](#)

Participação na Conferência Internacional sobre "(Acesso à) Justiça e Digitalização: desafios pós-pandemia", no dia 4 de outubro, em Coimbra, a organizada pela Academia Sino-Lusófona da Universidade de Coimbra (UC) em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (PACED).

PACED/ [PACED participa em Conferência Internacional sobre acesso à justiça e digitalização](#)

Camões, I.P./ [PACED participa em Conferência Internacional sobre acesso à justiça e digitalização](#)

Atividade 2.1.1.1. – 2.º Encontro de Conhecimento, Partilha de Experiências e de Boas Práticas

Prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado em Angola teve lugar nos dias 6 e 7 de outubro de 2021, por videoconferência, no âmbito do PACED. A iniciativa decorreu por videoconferência, contou com organização do Observatório Permanente da Justiça do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em parceria com o INEJ - Instituto Nacional de Estudos Judiciários de Angola, e reuniu representantes, de 20 instituições públicas angolanas.

PACED/ [Autoridades angolanas reforçam cooperação para melhorar combate à corrupção e crimes conexos](#)

Camões, I.P./ [Autoridades angolanas reforçam cooperação para melhorar combate à corrupção e crimes conexos](#)

Atividade 3.2.1.1. Seminário aberto a quadros políticos sobre os mecanismos de boa governação global

Seminário sobre Cooperação Internacional, Governação e Estado de Direito, por videoconferência a partir de Angola, decorreu, nos dias 20 e 21 de outubro de 2021, no âmbito do PACED. Com organização do Observatório Permanente da Justiça do CES, de Portugal, em parceria com o Centro de Estudos de Ciências Jurídico-Económicas e Sociais (CEJES) da Universidade Agostinho Neto, de Angola, e o apoio da RTP África, esta iniciativa visou promover o debate sobre o envolvimento nacional e local na construção das agendas de cooperação internacional e a adequação das agendas das organizações internacionais às prioridades e contextos de cada país.

Observador [UE vai reforçar ajuda a Angola no combate à corrupção e recuperação de ativos](#)

Sapo [UE vai reforçar ajuda a Angola no combate à corrupção e recuperação de ativos](#)

Visão [UE vai reforçar ajuda a Angola no combate à corrupção e recuperação de ativos](#)

Rádio Nacional de Angola [UE garante à Angola contínuo apoio e reforço do estado de direito, combate a corrupção e recuperação de ativos](#)

E-Global [UE vai reforçar ajuda a Angola no combate à corrupção e recuperação de ativos](#)

Embaixada de Portugal em Angola (Facebook) [PACED promove debate sobre Cooperação Internacional e Estado de Direito](#)

PACED/ [Angola debate Estado de Direito e Cooperação Internacional](#)

Camões, I.P./ [Angola debate Estado de Direito e Cooperação Internacional](#)

Atividade 1.1.1.1. Conferência “Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em TL: O PACED como fator de mudança na governação, capacitação e cooperação”

Teve lugar no dia 16 de novembro de 2021, em Luanda. Centrada na experiência de execução do PACED, a conferência reuniu altos representantes dos sistemas judiciários dos PALOP e Timor-Leste e deu corpo a uma reflexão conjunta em torno das expectativas, resultados obtidos e ferramentas utilizadas neste projeto centrado na prevenção e no combate à corrupção, branqueamento de capitais e criminalidade organizada, em especial o tráfico de estupefacientes.

[TPA \(a partir do minuto 29:30\)](#)

Portal de Angola/ [Combate à corrupção é seletivo porque é só contra os corruptos – PGR de Angola](#)

RTP África/ [Repórter África](#) (a partir do minuto 18:30)

Novo Jornal / [União Europeia diz que PACED é o projeto mais marcante no combate à corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado](#)

Jornal de Angola/ [Angola reitera aposta na consolidação do Estado de Direito](#)

LUSA/ [Combate à corrupção é seletivo porque é só contra os corruptos – PGR de Angola](#)

LUSA/ [Portugal pede extensão de projeto de cooperação de justiça nos PALOP e Timor-Leste](#)

A Semana/ [Angola acolhe conferência Internacional sobre Estado de Direito nos PALOP](#)

Angola 24 Horas/ [Combate à corrupção é seletivo porque é só contra os corruptos](#)

Guardião/ [Combate à corrupção é seletivo porque é só contra os corruptos](#)

Sapo/ [Combate à corrupção é seletivo porque é só contra os corruptos](#)

Sapo/ [Portugal pede extensão de projeto de cooperação de justiça nos PALOP e Timor-Leste](#)

MSN/ [Portugal pede extensão de projeto de cooperação de justiça nos PALOP e Timor-Leste](#)

RTP África/ [Causa e Efeito](#) (a partir do minuto 27')

PACED/ [PALOP e Timor-Leste reforçam compromisso com processo de Consolidação do Estado de Direito](#)

Camões, I.P./ [PALOP e Timor-Leste reforçam compromisso com processo de Consolidação do Estado de Direito](#)

Participação na XIV Reunião de Ordenadores Nacionais (RON) do Fundo Europeu de Desenvolvidos dos PALOP e Timor-Leste e a União Europeia, no dia 25 de novembro de 2021, em Bissau. O encontro foi antecedido por uma reunião técnica, no dia 24 de novembro de 2021.

No Pintcha/ [Guiné-Bissau assume presidência de Ordenadores dos PALOP-TL e UE](#)

LUSA/ [PALOP e Timor-Leste alinham futuro da cooperação com a União Europeia em três grandes áreas](#)

RTP/ [PALOP e Timor-Leste alinham futuro da cooperação com a União Europeia em três grandes áreas](#)

Angonotícias/ [Guiné-Bissau acolhe XIVª Reunião dos Ordenadores Nacionais para Fundo Europeu de Desenvolvimento\(FED\)](#)

Rádio Jovem/ [Bissau acolhe 25 deste mês A XIVª Reunião Dos Ordenadores Nacionais do Fundo Europeu de Desenvolvimento](#)

Rádio Jovem/ [União Europeia disponível em continuar a cooperar com a Guiné-Bissau no Desenvolvimento Humano](#)

PACED/ [Bissau acolhe XIV Reunião dos Ordenadores Nacionais dos PALOP e Timor-Leste com a União Europeia](#)

Camões, I.P./ [Bissau acolhe XIV Reunião dos Ordenadores Nacionais dos PALOP e Timor-Leste com a União Europeia](#)

Atividade 2.1.5 - Curso de Formação contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados realizado entre os dias 24 e 26 de novembro de 2021, em Bissau, numa iniciativa do Programa de Armas de Fogo da INTERPOL em coordenação com o PACED. A sessão de encerramento e de entrega de certificados aos cerca de 25 formandos foi aberta à imprensa.

A Semana/ [Polícias guineenses recebem formação da INTERPOL em combate ao tráfico de armas de fogo e crimes associados](#)

Jornal Visão/ [Polícias Guineenses recebem formação da INTERPOL em combate ao tráfico de armas de fogo e crimes associados](#)

LUSA/ [Polícias da Guiné-Bissau recebem formação em combate ao tráfico de armas](#)

Visão/ [Polícias da Guiné-Bissau recebem formação em combate ao tráfico de armas](#)

Notícias ao Minuto/ [Polícias da Guiné-Bissau recebem formação em combate ao tráfico de armas](#)

Sapo/ [Polícias da Guiné-Bissau recebem formação em combate ao tráfico de armas](#)

RTP África/ [Tráfico de Armas](#) (a partir do minuto 23'23'')

Televisão da Guiné-Bissau/ [Combate ao Tráfico de Armas](#) (a partir do minuto 16'11'')

Agência de Notícias da Guiné-Bissau/ [Vinte agentes recebem certificados de formação sobre armas de fogo](#)

PACED/ [Polícias guineenses recebem formação da INTERPOL em combate ao tráfico de armas de fogo e crimes associados](#)

Camões, I.P./ [Polícias guineenses recebem formação da INTERPOL em combate ao tráfico de armas de fogo e crimes associados](#)

Participação no Seminário de Pesquisas Empíricas aplicadas a Políticas Judiciárias – Impacto da Covid-19 no Poder Judiciário, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça da República Federativa do Brasil, no dia 24 de novembro de 2021, com o objetivo de divulgar e debater os resultados alcançados com as pesquisas realizadas pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias.

Consultor Jurídico/ [Acesso à Justiça foi ampliado durante a epidemia, apontam pesquisas](#)

PACED/ [PACED participa em Seminário de Pesquisas Empíricas aplicadas a Políticas Judiciárias dedicado ao impacto da Covid-19 no poder judiciário](#)

Camões, I.P./ [PACED participa em Seminário de Pesquisas Empíricas aplicadas a Políticas Judiciárias dedicado ao impacto da Covid-19 no poder judiciário](#)

“E-Curso de Legística em parceria com o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, o Observatório da Legislação Portuguesa (OLP) e a Nova School of Law,” decorreu entre 26 de novembro e 20 de dezembro de 2021, contou com a participação de 19 elementos designados pelas diferentes entidades parceiras do PACED.

PACED/ [Parceiros do PACED participam em E-Curso de Legística](#)

Camões, I.P./ [Parceiros do PACED participam em E-Curso de Legística](#)

Reforço da capacidade de atuação da UIF de São Tomé e Príncipe através do financiamento da plataforma de seguimento das operações financeiras que permitirá à UIF efetuar o cruzamento e reporte de informação e detetar movimentos suspeitos, integrando igualmente uma base de dados que cumpre os protocolos de proteção de informação financeira, reforçando o sistema de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo do país.

PACED/ [União Europeia e Camões, I.P. reforçam capacidade de atuação da Unidade de Informação Financeira de São Tomé e Príncipe](#)

Camões, I.P./ [União Europeia e Camões, I.P. reforçam capacidade de atuação da Unidade de Informação Financeira de São Tomé e Príncipe](#)

Cobertura da Conferência Criminalidade organizada e Estado de Direito

Em meios de comunicação cabo-verdianos

<http://noicias.sapo.cv/info/ar1go/1491907.html>

- http://rtc.cv/index.php?paginas=47&id_cod=53621
- <http://governo.cv/index.php/rss/7137-pm-apela-mudanca-de-atitude-no-combate-a-criminalidade>
- <http://www.presidencia.cv/index.php/magistratura/atualidade/830-discurso-proferido-por-s-e-o-presidente-da-republica-jorge-carlos-de-almeida-fonseca-por-ocasio-do-encerramento-da-conferencia-criminalidade-organizada-e-estado-de-direito-hotel-tropico-30-de-novembro-de-2016>
- http://rtc.cv/index.php?paginas=47&id_cod=53633
- <http://anacao.cv/2016/11/29/pm-preside-abertura-da-conferencia-criminalidade-organizada-estado-direito/>
- <http://tiver.cv/index.php/noticias-em-destaque/649-criminalidade-organizada-e-estado-de-direito>
- <https://www.inforpress.publ.cv/cooperacao/136031-pr-refirma-que-o-combate-a-criminalidade-organizada-so-pode-ser-travado-com-mais-cooperacao>
- <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article122079&ak=1>

Em meios de comunicação portugueses

- <http://www.rtp.pt/play/p2247/e261864/reporter-africa-2-edicao>
- <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/15795-cabo-verde-reflete-sobre-a-criminalidade-organizada-e-estado-de-direito>
- <http://www.abola.pt/africa/ver.aspx?id=643114>
- <http://noticiasdonorte.publ.cv/53310/luta-criminalidade-organizada-dificil-criminalidade-organizada-nos-nao/>

Em meios de comunicação de outras nacionalidades

- <http://www.panapress.com/Cabo-Verde-acolhe-conferencia-sobre-crime-organizado-e-Estado-de-Direito--3-630498533-47-lang4-index.html>

Cobertura da ação de formação de formadores no quadro do programa em parceria com o Centro de Estudos Judiciários (atividade 2.2.1.1):

- <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/15401-arranque-do-programa-de-formacao-do-projeto-de-apoio-a-consolidacao-do-estado-de-direito-nos-palop-e-timor-leste>

Cobertura da ação de formação de formadores no quadro do programa em parceria com o Centro de Estudos Judiciários (atividade 2.2.2.1):

- <http://www.instituto-camoes.pt/sobre/comunicacao/noticias/15647-arranque-paced>

4. Lista dos contratos (empreitadas, fornecimento, serviços) de valor superior a 50.000 euros adjudicados durante o período de implementação do projeto

No decorrer do período de implementação do projeto PACED, foram adjudicados 47 contratos de valor superior a 50.000 EUR, conforme quadro abaixo:

Nº	Descrição	Fornecedor	Montante EUR
1	Alargamento da Base de Dados jurídica Legis PALOP a Timor-Leste	Ecosphere consultores em ambiente e desenvolvimento Lda	170 000,00 €

2	Contratação de serviços de viagens internacionais, deslocações, alojamento, aluguer de sala e catering para a Reunião do Comité de Pilotagem	Viagens Abreu, SA	66 932,44 €
3	Ação de formação no âmbito do PACED CEJ - aquisição de serviços de viagens, alojamento e aluguer de viatura	Raso Viagens e turismo SA	67 642,28 €
4	Ação de formação no âmbito do PACED EPJ - aquisição de serviços de viagens, alojamento e aluguer de viatura	TQ Travel Quality Viagens e Turismo SA	54 655,02 €
5	Contribuição para o Fundo Especial da CPLP - Consolidação da Unidade Técnica Operacional e de Gestão Regional (UTOGR) da Legis-PALOP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP	65 000,00 €
6	Realização de ações de formação nas áreas de combate à corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado	Centro de Estudos Judiciários	74 750,00 €
7	Serviços de formação no âmbito da subactividade 2.2.2 capacitação dos agentes de investigação criminal	Escola da Polícia Judiciária	71 578,80 €
8	Conceção e desenvolvimento de plataforma comunicacional, no âmbito do PACED	GFI Portugal - Tecnologias de Informação, S.A.	52 500,00 €
9	Serviços de Alojamento_ CEJ e EPJ_Angola - formadores /tutores	RealVitur Angola, Limitada	158 000,00 €
10	Contratação de serviços de formação / facilitação para a realização da subatividade 2.1.1	Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra	112 195,12 €
11	Comité de Pilotagem_aquisição de serviços de alojamento, viagens e transfer	Osiris - Viagens e Turismo, Lda	70 000,00 €
12	Comité de Seguimento Técnico_aquisição de serviços de alojamento, viagens internacionais e transfer	Top Atlântico - Viagens e Turismo, S.A.	70 000,00 €
13	Aquisição de serviço de viagens, alojamento, transfer, coffe-break e almoços para realização da 1ª edição das ações de formação CEJ e EPJ em Moçambique (PACED)	Novo Mundo Viagens e Turismo, limitada	195 000,00 €
14	Ações de formação CEJ e EPJ_Timor Leste_ Set e Out 2017_Aquisição de serviço de viagens internacionais, alojamento internacional, alojamento nacional, arrendamento de sala, almoço e coffee-break, transfer nacional	Wide Travel - Viagens e Turismo, Lda	60 000,00 €
15	Ações de formação em organização e gestão dos tribunais e da justiça criminal Reforço das capacidades e da integridade do sistema judicial e do sistema de investigação criminal _Moçambique_2.1.3._aquisição de serviços de almoços e coffee-breaks	Novo Mundo Viagens e Turismo, limitada	53 991,00 €
16	Fórum dos Magistrados do Ministério Público_Ativ. 3.5.3_Lisboa_10 a 12 Outubro_serviços de alojamento e viagens internacionais	Oásis Viagens e Turismo, S.A.	55 000,00 €

17	Aquisição de equipamento específico de peritagem_Ativ. 2.1.4.3_ Angola_bases de dados	MKCVI - Consultoria Investigação e Análise, Lda	54 900,00 €
18	Fórum dos Polícias de Investigação Criminal_Ativ. 3.5.2_ Lisboa_5 a 7 dezembro_viagens internacionais, alojamento participantes, alojamento facilitadores	Turistrader, Sociedade de Desenvolvimento Turístico Lda	74 800,00 €
19	Fundo Especial da CPLP -UTOG-RI da Legis-PALOP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP	71 500,00 €
20	Ações de formação em organização e gestão dos tribunais_Timor-Leste_2.1.3._aquisição de serviços de alojamentos internacionais	Mega Sociedade de Turismo, Unipessoal, Lda	76 500,00 €
21	Fórum das Unidades de Informação Financeira_Ativ. 3.5.1_Viagens internacionais	Novo Mundo Viagens e Turismo, limitada	85 000,00 €
22	Ações de formação CEJ e EPJ em Angola_viagens nacionais, internacionais, alojamento formadores, participantes, EAT, tutores, representantes do MJ, viaturas com motoristas	RealVitur Angola, Limitada	207 948,53 €
23	Ativ 3.5.4_Fórum dos juizes_Angola_Aquisição de serviços de alojamento	RealVitur Angola, Limitada	78 000,00 €
24	Aquisição de serviço de viagens, alojamento, transfer, coffe-break e almoços para realização da 2ª edição das ações de formação CEJ e EPJ em Moçambique (PACED)	Novo Mundo Viagens e Turismo, limitada	180 000,00 €
25	Conferência Nacional_Moçambique_1.1.2.4_aquisição de serviços de Aquisição de serviços de viagens internacionais, alojamento, serviço de transfer, coffe-break, almoços, sala, viatura com motorista e impressão de documentação	Novo Mundo Viagens e Turismo, limitada	80 000,00 €
26	Serviços de viagens, Alojamento Internacionais, aluguer de sala_ CST_São Tomé e Príncipe 50%	Hull Blyth, Lda	77 000,00 €
27	Serviços de Alojamento Internacionais_CP_São Tomé e Príncipe 50%	Hull Blyth, Lda	121 000,00 €
28	Conferência Assoc internac para a Administração da Justiça_Brasil_Alojamento, voos internacionais e transfer	Multiviagens Tour, Lda	55 000,00 €
29	Ações de formação CEJ e EPJ_Timor-Leste_Setembro 2018_ aquisição de serviços de viagens e alojamento	Mega Sociedade de Turismo, Unipessoal, Lda	85 000,00 €
30	Organização e gestão de tribunais - alojamento internacional	Multiviagens Tour, Lda	81 000,00 €
31	Fórum dos Magistrados do Ministério Público_Ativ. 3.5.3_Alojamentos internacionais	Novo Mundo Viagens e Turismo, limitada	115 560,00 €
32	Ações de formação CEJ e EPJ_Guiné-Bissau_ aquisição de serviços de	Sociedade Guineense de Promoção Hoteleira, SGPH	54 000,00 €

	alojamentos, arrendamento de salas, almoços e coffee-breaks, aluguer viatura e serviços de impressão		
33	Fórum dos juizes - Contratação de serviços de - alojamento internacional Porto Alegre	Multiviagens Tour, Lda	120 000,00 €
34	Fórum das PIC - Contratação de serviços de - alojamento nacional - participantes	Multiviagens Tour, Lda	85 000,00 €
35	Aquisição de serviços de conceção e produção de campanha de comunicação - ativ. 2.4.1. Acções de divulgação ampla ao cidadão do quadro legislativo, institucional e procedimental aplicável	BAR Ogilvy Portugal Unipessoal, SA	60 569,00 €
36	Aquisição de 2 viaturas PJ Guiné-Bissau	CFAO Guiné-Bissau, SARL	68 000,00 €
37	Contribuição para o Fundo Especial da CPLP - Consolidação da Unidade Técnica Operacional e de Gestão Regional (UTOGR) da Legis-PALOP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP	71 500,00 €
38	3º. Fórum dos Magistrados, Lisboa e Coimbra, 17 a 19 de junho de 2019 - alojamento e refeições	Multiviagens Tour, Lda	81 530,00 €
39	Ações de formação nacionais CEJ e EPJ em São Tomé - viagens e alojamento	Hull Blyth, Lda	59 850,00 €
40	3ª. Edição do Fórum dos Polícias de Investigação Criminal (atividade 3.5.2), Lisboa - serviços de alojamento e viagens	Multiviagens Tour, Lda	74 500,00 €
41	Ação de Formação em Organização e Gestão Tribunais, Serv MP e Serv Investigação-Ação de formação no âmbito da atividade 2.1.3 a realizar em Lisboa - Viagens	Mega Sociedade de Turismo, Unipessoal, Lda	52 551,22 €
42	Forum Magistrados Ministério Público - 3ª Edição - Viagens e alojamento	SPEEDSUN, UNIPESSOAL, LDA	103 137,50 €
43	Atividade 3.2.1 Realização de seminário aberto a quadro políticos sobre os mecanismos de boa governação global estabelecidos pelas organizações internacionais	Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra	57 392,72 €
44	Aquisição de serviços de viagens, alojamento, transfers, catering para a realização da conferência internacional "Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste: O PACED como instrumento de governação, de capacitação e de cooperação", Luanda	Multiviagens Tour, Lda	198 995,52 €
45	Aquisição de cromatógrafo gasoso para a Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC) de Timor-Leste	LIVRARIA CENTRAL, UNIPESSOAL, LDA	74 528,87 €
46	Atividades 1.1.2.5., 2.1.3.5 e 3.3.1 ações de formação CEJ, EPJ, conferência nacional e seminários formativos - São Tomé e Príncipe - 7 a 13 de Março	Mega Sociedade de Turismo, Unipessoal, Lda	109 433,75 €
47	Ativ 2.1.5.- Seminário "O enquadramento jurídico-internacional combate tráfico ilícito estupefacientes por mar e a operac. do art. 17º da Convenção das Nações Unidas sobre o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e	Multiviagens Tour, Lda	55 071,20 €

- Alargamento da Base de Dados jurídica Legis PALOP a Timor-Leste - procedimento conduzido em ajuste direto com fundamento na alínea e) do nº 1 do art. 24º do CCP à sociedade Ecosphere.
- Contratação de serviços de viagens internacionais, deslocações, alojamento, aluguer de sala e catering para a Reunião do Comité de Pilotagem – procedimento conduzido em ajuste direto regime geral conforme preconizado no Código dos Contratos Públicos, com adjudicação à sociedade Viagens Abreu SA.
- Ação de formação no âmbito do PACED CEJ - aquisição de serviços de viagens, alojamento e aluguer de viatura – procedimento conduzido em ajuste direto regime geral conforme preconizado no Código dos Contratos Públicos, com adjudicação à sociedade Raso Viagens e turismo SA.
- Ação de formação no âmbito do PACED EPJ - aquisição de serviços de viagens, alojamento e aluguer de viatura – procedimento conduzido em ajuste direto regime geral conforme preconizado no Código dos Contratos Públicos, com adjudicação à sociedade TQ Travel Quality Viagens e Turismo SA.
- Contribuição para o Fundo Especial da CPLP – Consolidação da Unidade Técnica Operacional e de Gestão Regional (UTOG-R) da Legis-PALOP, através de financiamento ao Fundo Especial da CPLP que é única fonte de financiamento dos programas e projetos de cooperação visando o encerramento das fases anteriores de consolidação da Legis-PALOP através da edificação de um novo modelo de sustentabilidade do projeto. Entre 2016 e 2019 foram efetuadas 3 transferências totalizando 208.000,00 EUR;
- Realização de ações de formação nas áreas de combate à corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, por meio de procedimento interadministrativo fundamentado nos nº 5 e 6 do art. 5º-A do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o nº 1 do art. 36º e com o art. 38º, celebrado com o Centro de Estudos Judiciários;
- Serviços de formação no âmbito da subactividade 2.2.2 capacitação dos agentes de investigação criminal, por meio de procedimento interadministrativo fundamentado nos nº 5 e 6 do art. 5º-A do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o nº 1 do art. 36º e com o art. 38º, celebrado com a Escola de Polícia Judiciária;
- Conceção e desenvolvimento de plataforma comunicacional, no âmbito do PACED – procedimento conduzido em ajuste direto regime geral conforme preconizado no Código dos Contratos Públicos, com adjudicação à sociedade GFI Portugal - Tecnologias de Informação, S.A.;
- Serviços de Alojamento_ CEJ e EPJ_Angola - formadores /tutores, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, “Contratos Excluídos”, com convite e adjudicação à entidade RealVitur Angola, Limitada, com sede em Luanda, Angola;
- Contratação de serviços de formação / facilitação para a realização da subatividade 2.1.1, por meio de procedimento interadministrativo fundamentado nos nº 5 e 6 do art. 5º-A do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o nº 1 do art. 36º e com o art. 38º, celebrado com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra;
- Comité de Pilotagem_aquisição de serviços de alojamento, viagens e transfer – procedimento conduzido em ajuste direto regime geral conforme preconizado no Código dos Contratos Públicos, com adjudicação à sociedade Osiris - Viagens e Turismo, Lda;

- Comité de Seguimento Técnico_aquisição de serviços de alojamento, viagens internacionais e transfer – procedimento conduzido em ajuste direto regime geral conforme preconizado no Código dos Contratos Públicos, com adjudicação à sociedade Top Atlântico - Viagens e Turismo, S.A.;
- Aquisição de serviço de viagens, alojamento, transfer, coffe-break e almoços para realização da 1ª edição das ações de formação CEJ e EPJ em Moçambique (PACED), procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Novo Mundo Viagens e Turismo, limitada, com sede em Maputo, Moçambique;
- Ações de formação CEJ e EPJ_Timor Leste_ Set e Out 2017_Aquisição de serviço de viagens internacionais, alojamento internacional, alojamento nacional, arrendamento de sala, almoço e coffee-break, transfer nacional – procedimento conduzido em ajuste direto regime geral conforme preconizado no Código dos Contratos Públicos, com adjudicação à sociedade Wide Travel - Viagens e Turismo, Lda;
- Ações de formação em organização e gestão dos tribunais e da justiça criminal Reforço das capacidades e da integridade do sistema judicial e do sistema de investigação criminal, Moçambique_2.1.3._aquisição de serviços de almoços e coffee-breaks", procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Novo Mundo Viagens e Turismo, limitada, com sede em Maputo, Moçambique;
- Fórum dos Magistrados do Ministério Público_Ativ. 3.5.3_Lisboa_10 a 12 Outubro_serviços de alojamento e viagens internacionais, procedimento conduzido em ajuste direto regime geral conforme preconizado no Código dos Contratos Públicos, com adjudicação à sociedade Oásis Viagens e Turismo, S.A.;
- Aquisição de equipamento específico de peritagem_Ativ. 2.1.4.3_ Angola_bases de dados, por ajuste direto regime geral adjudicado à entidade MKCVI - Consultoria Investigação e Análise, Lda;
- Fórum dos Polícias de Investigação Criminal_Ativ. 3.5.2_ Lisboa_5 a 7 dezembro_viagens internacionais, alojamento participantes, alojamento facilitadores – procedimento conduzido em ajuste direto regime geral conforme preconizado no Código dos Contratos Públicos, com adjudicação à sociedade Turistrader, Sociedade de Desenvolvimento Turístico Lda;
- Ações de formação em organização e gestão dos tribunais_Timor-Leste_2.1.3._aquisição de serviços de alojamentos internacionais, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Mega Sociedade de Turismo, Unipessoal, Lda, com sede em Díli, Timor-Leste;
- Fórum das Unidades de Informação Financeira_Ativ. 3.5.1_Viagens internacionais, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Novo Mundo Viagens e Turismo, limitada, com sede em Maputo, Moçambique;
- Ações de formação CEJ e EPJ em Angola_ viagens nacionais, internacionais, alojamento formadores, participantes, EAT, tutores, representantes do MJ, viaturas com motoristas, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade RealVitur Angola, Limitada, com sede em Luanda, Angola;
- Ativ 3.5.4_Fórum dos juizes_Angola_Aquisição de serviços de alojamento, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos,

"Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade RealVitur Angola, Limitada, com sede em Luanda, Angola;

- Aquisição de serviço de viagens, alojamento, transfer, coffe-break e almoços para realização da 2ª edição das ações de formação CEJ e EPJ em Moçambique (PACED), procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Novo Mundo Viagens e Turismo, limitada, com sede em Maputo, Moçambique;
- Conferência Nacional_Moçambique_1.1.2.4_aquisição de serviços de Aquisição de serviços de viagens internacionais, alojamento, serviço de transfer, coffe-break, almoços, sala, viatura com motorista e impressão de documentação, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Novo Mundo Viagens e Turismo, limitada, com sede em Maputo, Moçambique;
- Serviços de viagens, Alojamento Internacionais, aluguer de sala_ Comité de Seguimento Técnico_São Tomé e Príncipe, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Hull Blyth, Lda, com sede em São Tomé;
- Serviços de Alojamento Internacionais_ Comité de Pilotagem_São Tomé e Príncipe, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Hull Blyth, Lda, com sede em São Tomé;
- Conferência Associação internacional para a Administração da Justiça, Brasil -Alojamento, voos internacionais e transfer, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Multiviagens Tour, Lda, com sede na cidade da Praia, em Cabo Verde;
- Ações de formação CEJ e EPJ_Timor-Leste_Setembro 2018_ aquisição de serviços de viagens e alojamento, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Mega Sociedade de Turismo, Unipessoal, Lda, com sede em Díli, Timor-Leste;
- Organização e gestão de tribunais - alojamento internacional, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Multiviagens Tour, Lda, com sede na cidade da Praia, em Cabo Verde;
- Fórum dos Magistrados do Ministério Público_Ativ. 3.5.3_Alojamentos internacionais, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Novo Mundo Viagens e Turismo, limitada, com sede em Maputo, Moçambique;
- Ações de formação CEJ e EPJ_Guiné-Bissau_ aquisição de serviços de alojamentos, arrendamento de salas, almoços e coffee-breaks, aluguer viatura e serviços de impressão, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Sociedade Guineense de Promoção Hoteleira, SGPH;
- Fórum dos juizes - Contratação de serviços de - alojamento internacional Porto Alegre, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Multiviagens Tour, Lda, com sede na cidade da Praia, em Cabo Verde;

- Fórum das PIC - Contratação de serviços de alojamento nacional, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Multiviagens Tour, Lda, com sede na cidade da Praia, em Cabo Verde;
- Aquisição de serviços de conceção e produção de campanha de comunicação - ativ. 2.4.1. Acções de divulgação ampla ao cidadão do quadro legislativo, institucional, procedimento por ajuste direto regime geral adjudicado à entidade BAR Ogilvy Portugal Unipessoal, SA, com sede em Lisboa;
- Aquisição de 2 viaturas PJ Guiné-Bissau, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade CFAO Guiné-Bissau SARL, com sede em Bissau, na Guiné-Bissau;
- 3º. Fórum dos Magistrados, Lisboa e Coimbra, 17 a 19 de junho de 2019 - alojamento e refeições, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Multiviagens Tour, Lda, com sede na cidade da Praia, em Cabo Verde;
- Ações de formação nacionais CEJ e EPJ em São Tomé 2ª fase - viagens e alojamento, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Hull Blyth, Lda, com sede em São Tomé;
- 3ª. Edição do Fórum dos Polícias de Investigação Criminal (atividade 3.5.2), Lisboa - serviços de alojamento e viagens, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Multiviagens Tour, Lda, com sede na cidade da Praia, em Cabo Verde;
- Ação de Formação em Organização e Gestão Tribunais, Serv MP e Serv Investigação-Ação de formação no âmbito da atividade 2.1.3 a realizar em Lisboa – Viagens, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Mega Sociedade de Turismo, Unipessoal, Lda, com sede em Díli, Timor-Leste;
- Fórum Magistrados Ministério Público - 3ª Edição - Viagens e alojamento, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Speedsun Unipessoal, Lda, com sede na cidade da Praia, em Cabo Verde;
- Atividade 3.2.1 Realização de seminário aberto a quadro políticos sobre os mecanismos de boa governação global estabelecidos pelas organizações internacionais, por meio de procedimento interadministrativo fundamentado nos nº 5 e 6 do art. 5º-A do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o nº 1 do art. 36º e com o art. 38º, celebrado com o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra;
- Aquisição de serviços de viagens, alojamento, transfers, catering para a realização da conferência internacional "Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste: O PACED como instrumento de governação, de capacitação e de cooperação", Luanda, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Multiviagens Tour, Lda, com sede na cidade da Praia, em Cabo Verde;
- Aquisição de cromatógrafo gasoso para a Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC) de Timor-Leste, Luanda, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Livraria Central Unipessoal, Lda, com sede em Díli, em Timor-Leste;

- Atividades 1.1.2.5., 2.1.3.5 e 3.3.1 ações de formação CEJ, EPJ, conferência nacional e seminários formativos - São Tomé e Príncipe - 7 a 13 de Março, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Hull Blyth, Lda, com sede em São Tomé;
- Atividade 2.1.5.- Seminário "O enquadramento jurídico-internacional combate tráfico ilícito estupefacientes por mar e a operac. do art. 17º da Convenção das Nações Unidas sobre o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e Sub.psicotrópicas - Cabo Verde - 4 a 7 de Março, procedimento de aquisição nos termos da alínea d) do ponto 1 do Artigo 4.º do Código dos Contratos Públicos, "Contratos Excluídos", com convite e adjudicação à entidade Multiviagens Tour, Lda, com sede na cidade da Praia, em Cabo Verde.

G. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS ALCANÇADOS, FACE AOS PREVISTOS, COM A REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES EXECUTADAS



Figura 137 - Execução técnica FINAL

O PACED teve como objetivo geral contribuir para a afirmação e consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste, através da melhoria da capacidade destes países para prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente o tráfico de estupefacientes.

Para a prossecução do objetivo identificado acima, os países acordaram na implementação de atividades em torno de três resultados específicos, nomeadamente:

R1: quadro jurídico e a organização administrativa dos PALOP e Timor-Leste em matéria de prevenção e luta contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente tráfico de estupefacientes, são reforçados e modernizados em conformidade com as melhores práticas internacionais;

R2: capacidades institucionais e humanas das instituições relevantes dos PALOP e Timor-Leste são fortalecidas e os seus procedimentos operacionais são atualizados e modernizados;

R3: cooperação e a colaboração entre instituições homólogas dos PALOP e Timor-Leste, bem como entre si e das organizações externas e internacionais relevantes são reforçadas com base em diretrizes comuns, nos temas do projeto.

Todavia, como ficou expresso na última avaliação a meio percurso (2019) realizada e não obstante o PACED ter “contribuí[do] para a manutenção, ou mesmo a elevação do funcionamento das instituições beneficiárias, a harmonização dos quadros jurídicos nacionais, a formação de capital humano, e o início da colaboração entre instituições homólogas dos PALOP/TL. As atividades desenvolvidas incluem a planificação e avaliação das estratégias e capacidades das instituições, a capacitação dos seus dirigentes, funcionários membros das organizações judiciais, legais e policiais, e técnicos fora e dentro do país, a aquisição de bens e serviços, e o diálogo, troca de experiências e trabalhos conjuntos entre os países”, foram identificadas deficiências na conceção dos indicadores e metas do PACED, salientando

que “do ponto de vista quantitativo, a maior parte das atividades do PACED previstas até o momento foram executadas satisfatoriamente”, sendo que “os objectivos do projeto estão de acordo com as necessidades das instituições beneficiárias, e com as políticas e prioridades da UE. Enquanto os objectivos específicos, alinham-se às funções das diferentes instituições e grupos-alvo, dentro das suas políticas e prioridades”, tendo “a provisão do uso dos recursos [sido] efectuada de forma apropriada para alcançar os resultados procurado” e existindo “por outro lado, uma eficácia adequada na implementação se se considerar que a maior parte das actividades foram realizadas de forma satisfatória”.

Como resultado de uma série de fatores internos e externos, também o período de implementação da ação foi objeto de revisão em quatro momentos, acabando por fixar-se um período de implementação de 93 meses, com início a 1 de outubro de 2014 e término a 30 de junho de 2022, de desenvolvimento de uma intensa partilha entre todos os parceiros, entre todas as diferentes instituições parceiras, entre os mais de 30 pontos focais, focados no mesmo objetivo de contribuir para prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, o branqueamento de capitais e a criminalidade organizada, especialmente o tráfico de estupefacientes, através da melhoria das capacidades humanas e institucionais, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e em Timor-Leste.

A estratégia implementada demonstrou robustez na superação dos desafios que foram surgindo, não apenas a nível político, nos diferentes países parceiros, mas também ao nível da própria constituição da equipa de assistência técnica e no arranque efetivo dos trabalhos.

Refira-se também que o plano de continuidade apresentado, em resposta à situação epidemiológica provocada pelo Coronavírus SARS-COV-2 e doença COVID-19, tornou possível, em muito pouco tempo, não apenas retomar, garantindo, a realização das atividades, designadamente em formato online - sendo que as missões de avaliação das formações nacionais decorreram já em formato presencial -, mas, na verdade, ampliar o público que até aquele momento participava nas diferentes atividades.

Esta realidade epidemiológica, que marcaria toda a fase final (os últimos 27 meses) de implementação do Projeto, não impediu que os seus objetivos tivessem sido alcançados em grande extensão, com a execução técnica do projeto a ascender aos 98,8% (com 107 das 108 atividades realizadas) e a execução financeira a 90,31%.

Assim, no que respeita capacitação dos parceiros do projeto, importa assinalar os 2.543 quadros nacionais formados (2.375 presencialmente e 168 online), ao que acresce os 8.625 participantes (1.814 presencialmente e 6.811 online) nas diferentes conferências temáticas organizadas, num total de 11.168 participantes (4.189 participantes presenciais e 6.979 participantes online).

Não obstante, ***cinco dos seis países parceiros do PACED melhoraram a sua posição no Índice de Percepção da Corrupção relativo a 2021, divulgado pela Transparência Internacional (TI)***. Este ranking avalia 180 países de acordo com os níveis de percepção da corrupção no sector público, de acordo com especialistas e empresários, usando uma escala de zero a 100. Angola subiu duas posições na lista e ocupa agora a 136.^a posição, com 29 pontos, mantendo a tendência de melhoria pelo quarto ano consecutivo. Cabo Verde manteve-se no 39.^o lugar, com 58 pontos, a Guiné-Bissau ascendeu da posição 160.^a para o 162.^o lugar, com 21 pontos, subindo duas posições. Moçambique subiu uma posição, estando em 147.^o lugar, com 26 pontos e Timor-Leste somou 41 pontos passando do 81.^o para o 82.^o lugar. Dos países parceiros do PACED, apenas São Tomé e Príncipe piorou a sua posição neste índice, caindo duas posições, para 66.^o lugar.

No que respeita ao desenvolvimento das atividades, acreditamos que o sucesso do PACED está intimamente ligado com a complementaridade entre as diferentes ações e o facto de elas surgirem com uma cadência regular o que possibilitou a criação de uma verdadeira rede de conhecimento nas temáticas de intervenção do projeto e que pela primeira vez ligou os diferentes intervenientes, ao nível legislativo, judicial, de investigação criminal, num objetivo comum e numa vontade de criar e/ou reforçar as relações de cooperação, ao nível interno, regional e internacional.

O Plano Global de Trabalhos foi, a este nível, plenamente assumido e adotado por todos os parceiros. Foram realizadas 7 conferências internacionais, uma em cada país parceiro, abordando todas as diferentes problemáticas, previamente identificadas na missão circular, no âmbito do objetivo geral, sendo que a conferência internacional de encerramento decorreu em Luanda, no dia 16 de novembro de 2021, sintetizando o trabalho e a experiência no desenvolvimento de um projeto como o PACED.

A Conferência Internacional de Luanda: “Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste: O PACED como fator de mudança na governação, capacitação e cooperação”, reuniu altos representantes dos sistemas judiciais dos PALOP e Timor-Leste e deu corpo a uma reflexão conjunta em torno das expectativas, resultados obtidos e ferramentas utilizadas neste projeto centrado na prevenção e no combate à corrupção, branqueamento de capitais e criminalidade organizada, em especial o tráfico de estupefacientes.

A sessão de abertura foi presidida pelo Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República de Angola, Adão de Almeida, que reafirmou o compromisso de Angola com o processo de consolidação do Estado de Direito.

Fazendo um balanço do PACED, a Embaixadora da União Europeia em Angola, Jeanette Seppen, afirmou «que se trata de um dos projetos mais bem-sucedidos na cooperação entre a União Europeia e os países de língua oficial portuguesa e Timor-Leste».

O Comissário Europeu para a Justiça, Didier Reynders, numa mensagem gravada, destacou que as formações desenvolvidas no âmbito do PACED são um bom exemplo de como devem ser procuradas sinergias através de financiamentos europeus para a área da justiça.

De igual modo, a Ministra da Justiça de Portugal, Francisca Van Dunem, e o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, Francisco André, sublinharam os bons resultados alcançados no reforço do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste.

O Procurador-Geral da República de Angola, Helder Pitta Gróz, sublinhou que o PACED em Angola foi «um despertar para a necessidade de formação específica» dos quadros para melhor enfrentar certos tipos de criminalidade.

Por seu turno, o Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos de Angola, Francisco Queiroz, realçou a oportunidade de reforço das redes de amizade e cooperação entre os PALOP e Timor-Leste que travam esta luta comum pela consolidação do Estado Democrático e de Direito.

O PACED esteve também fortemente empenhado, através do apoio à, até aqui, Plataforma Legis PALOP - base de dados jurídica que contém legislação, jurisprudência e doutrina de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e que passou a integrar Timor-Leste -, na identificação, coleta, processamento e inserção nesta base de dados de toda a legislação relevante sobre corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes.

Aliás, a extensão da Legis-PALOP a Timor-Leste, nascendo a LEGIS-PALOP TL, num esforço inicial de integrar a legislação e jurisprudência publicadas em Timor-Leste nas duas últimas décadas, num total de mais de 3.500 de documentos legais, é um dos resultados visíveis e duradouros deste Projeto.

No que respeita ao reforço e modernização, em conformidade com as melhores práticas internacionais, do quadro jurídico dos PALOP e de TL em matéria de prevenção e luta contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente tráfico de estupefacientes, a

importância do trabalho desenvolvido no âmbito do Grupo de Trabalho de Harmonização Legislativa dos crimes de corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes, realizada no âmbito do PACED foi sublinhada por todos, já que estes trabalhos foram considerados incontornáveis nos diferentes processos de revisão em curso nos países parceiros.

O Projeto de Harmonização do Regime Legal no Espaço das Ordens Jurídicas PALOP-TL sobre branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de estupefacientes, desenvolvido e consensualizado por altos quadros dos gabinetes de política legislativa dos Ministérios da Justiça de cada um dos seis países parceiros do projeto, apoiados por especialistas portugueses, e aprovado pelo Grupo de Trabalho em novembro de 2017, acompanhou a revisão da legislação penal e processual penal, em especial, em Angola, Cabo Verde e Moçambique.

O representante angolano, no último encontro que decorreu online a 16 de julho de 2020, destacou a aprovação, para além do Código Penal e do Código de Processo Penal, do regime jurídico sobre o Repatriamento Coercivo e Perda Alargada de Bens, a criação do Serviço Nacional de Recuperação de Ativos, no final de 2018, entre outros importantes diplomas.

Por outro lado, em Cabo-Verde as alterações que se perspetivam no âmbito da legislação de Combate ao Tráfico de produtos estupefacientes contaram com uma assessoria especializada no âmbito do apoio técnico assegurado no âmbito do PACED.

No que respeita a Moçambique sublinha-se o contributo do regime harmonizado na alteração da lei que criou o Gabinete de Informação Financeira e a aprovação do regime jurídico de prevenção, repressão e combate ao terrorismo e ações conexas, de grande relevância face aos recentes ataques terroristas no norte do país.

Em São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Guiné-Bissau a importância do regime harmonizado para os processos legislativos em curso é também destacada.

Tendo em vista melhorar a organização, métodos e práticas de trabalho, sistemas de informação e comunicação e a coordenação interinstitucional das estruturas nacionais envolvidas na problemática da corrupção, branqueamento de capitais, tráfico de estupefacientes, em particular no que respeita ao reforço dos tribunais criminais e dos órgãos de investigação criminal e criminalidade grave foram promovido, pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 12 “encontros de conhecimento e de partilha de experiências / boas práticas” em cada um dos países parceiros, que no total atingiram mais de participantes (128 presencial e 125 online).

Estes Ciclos de Encontros “Conhecimento, Partilha de Experiências e Boas Práticas – Prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado”, terminaram em 4 de maio de 2022, com a realização da atividade em Timor-Leste, e constituíram momentos privilegiados de diálogo amplo sobre cooperação interinstitucional em cada um dos países, uma vez que, em alguns países, foi a primeira vez que se juntaram na mesma sala.

Reconhecida a carência de formação e de profissionalização no âmbito das áreas de administração e gestão de tribunais e da investigação criminal o que introduz na governação destes sistemas um fator permanente de limitação e incapacidade, dificultando, não só a eficácia das reformas, mas também lógicas de atuação adversas aos seus objetivos. A importância desta temática justificou uma atenção especial para as áreas de formação judiciária e para as exigências de cariz organizativo e gestório.

Assim, considerando que o combate e prevenção dos crimes que são o foco do PACED exige não apenas o aumento de competências e de conhecimentos, mas alterações ao nível da gestão e organização dos tribunais, serviços do Ministério Público e de investigação criminal, com a introdução de procedimentos capazes de contribuir para um desempenho mais rápido e eficaz das instituições que são pilares essenciais da boa governação e do Estado de Direito, foram produzidos dois manuais: (1) o Manual de gestão para a investigação criminal, no âmbito da criminalidade organizada, corrupção, branqueamento

de capitais e tráfico de estupefacientes, da autoria do consultor científico, Conselheiro Mouraz Lopes; e (2) o Manual de organização e administração judiciárias no âmbito da criminalidade organizada, corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes, da autoria do consultor científico, Desembargador Nuno Coelho.

Recorde-se que estes manuais são estruturados em torno de diversos capítulos sistemáticos, contendo sempre informação comum ao conjunto dos seis países e informação sensível às especificidades de cada um dos PALOP e de Timor-Leste.

O desafio que se colocou de imediato foi como disseminar os manuais e os seus conteúdos junto das instituições destinatárias, bem como promover a reflexão e as alterações procedimentais adequadas. Durante todo o período de implementação do Projeto foram envidados esforços para a divulgação destes dois manuais. Este trabalho foi feito essencialmente, através da sua divulgação por meio das conferências, seminários e ações de formação promovidos no quadro do projeto ou em parceria com outras instituições.

Acresce que, desde a realização do 3.º Fórum das Polícias de Investigação Criminal, os manuais foram disponibilizados em todos os eventos, através de imagem dos manuais com inscrição do QR Code, possibilitando aceder rapidamente ao texto final, medida igualmente com impacto direto na redução da pegada de carbono do projeto.

Mas a produção de Manuais/e documentos similares foi uma das atividades mais marcantes do PACED, sendo que até junho de 2022 foram produzidas 14 edições, todas elas disponíveis online:

- Manual de organização e administração judiciárias;
- Manual de gestão para a investigação criminal;
- Proposta de regime harmonizada corrupção;
- Proposta de regime harmonizado sobre branqueamento de capitais;
- Proposta de regime harmonizado sobre tráfico de estupefacientes;
- Proposta de regime harmonizado proteção de testemunhas;
- Proposta de regime harmonizado sobre apreensão;
- Da formação à cooperação: Guia para a formação e cooperação judiciárias na área penal nos países de língua português;
- Guia para investir nos PALOP e Timor-Leste;
- Quadro jurídico sobre o branqueamento de capitais, combate à corrupção e ao tráfico de droga nos PALOP e em Timor-Leste;
- Comentário à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e dos seus Protocolos Adicionais;
- Manual de Formação de Formadores: Capacitação nas áreas do Tráfico de Estupefacientes, da Corrupção e do Branqueamento de Capitais e com conhecimento dos instrumentos legais, administrativos e processuais em vigor nos países de língua oficial portuguesa (CEJ);
- Criminalidade Marítima: Manual para Profissionais da Justiça Criminal (UNODC);
- Manual do Processo Penal Angolano.

Como já vimos a temática da organização e gestão dos tribunais, dos serviços do Ministério Público e serviços de investigação criminal, gestão processual, incluindo estatuto das magistraturas e deontologia profissional, por ser essencial ao objetivo geral do PACED, foi objeto de especial atenção e tendo em vista contribuir para o reforço das capacidades institucionais e humanas das instituições relevantes dos PALOP e de TL, e fortalecer os seus procedimentos operacionais, garantindo que existe uma reflexão sobre a necessidade de os mesmo serem atualizados, foram desenvolvidas atividades - em diferentes formatos -, que envolveram não apenas magistrados judiciais e do Ministério Público, polícias de investigação criminal e elementos das unidades de informação financeiras, mas também oficiais de

justiça - elemento essencial para uma mudança estrutural das organizações, dos métodos e práticas de trabalho, através da realização de um seminário conjunto e 5 workshops.

Ao nível do reforço das capacidades matérias das entidades parceiras, ou seja, do fornecimento de equipamento específico, pelo volume das necessidades identificadas em relação à capacidade de resposta do projeto, ela assumiu um caráter residual, procurando assegurar o desenvolvimento de capacidades nas instituições onde existiam maiores desafios, designadamente assegurando o fornecimento de viaturas de resposta rápida, equipamento informático e laboratorial, assim como de outro equipamento específico e de peritagem.

Também a este nível e na sequência das conclusões e recomendações da missão ROM realizada em 2018, foi acrescentada uma nova atividade específica (atividade 2.1.5- assistências técnicas a medida) ao Plano Global de Trabalhos do Projeto, formalizada no Comité de Pilotagem de 2018 - que seria reforçada nos Comités posteriores -, pretendendo-se responder às necessidades específicas identificadas pelos parceiros nacionais no âmbito de atuação do projeto e que possibilitem o reforço da capacidade dos países para prevenir e lutarem contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, em particular o tráfico de estupefacientes.

Foi também acordado que embora a atividade fosse formulada em termos de assistências técnicas, ela poderia ser convertida em aquisições, caso fosse esse o sentido da avaliação das necessidades dos países parceiros.

Muito embora grande parte desta atividade tenha acabado por ser encaminhada, por solicitação das entidades parceiras, para o reforço na aquisição de equipamentos, ela possibilitou a realização de atividades verdadeiramente diferenciadoras, sendo de salientar a realização do 1.º Curso de Pós-graduação online sobre o Regime Jurídico da Prevenção e da Luta Contra a Corrupção, o Branqueamento de Capitais e o Crime Organizado, resultante de uma parceria entre a Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos, no Huambo, e o Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com o apoio do PACED, que contou com docentes portugueses e angolanos, designadamente, parceiros do PACED que coapresentaram os diferentes módulos, respondendo à necessidade de formação especializada, com o objetivo de melhorar as capacidades dos profissionais com responsabilidades na prevenção e combate aos crimes de corrupção, branqueamento de capitais e criminalidade organizada nas diferentes instituições; do 1.º Curso de Capacitação Formativa e Judiciária de Técnicos e Oficiais de Justiça de Angola, permitindo responder a uma área fulcral para a concretização dos resultados do projeto, aplicando-se a metodologia já experienciada com as formações nacionais e em articulação entre o Centro de Formação da Direção-Geral de Administração da Justiça (DGAJ), do Ministério da Justiça de Portugal, e o Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ) do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos de Angola; do Seminário sobre "O combate ao Tráfico Ilícito de Estupefacientes por Mar e a operacionalização do artigo 17.º da Convenção de Viena de 1988", realizado em parceria com o MAOC-N e UNODC CV no âmbito do Encontro dos Magistrados do Ministério Público de Cabo Verde; do 1.º Curso de Formação contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados em parceria com a INTERPOL realizado por solicitação da Polícia Judiciária da Guiné-Bissau; mas também da formação conjunta aos técnicos de laboratório da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, assegurada por elementos da Polícia Judiciária de Cabo Verde e de Portugal, promovendo uma verdadeira partilha de conhecimento e aprofundando a cooperação Sul-Sul.

O fortalecer o conhecimento, competências e experiência dos quadros dirigentes e técnicos das entidades nacionais envolvidos diretamente na prevenção e luta contra o branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes, particularmente no desenvolvimento e implementação de planos,

estratégias e programas nessas áreas, bem como nas demais questões transversais como: ética e deontologia, os instrumentos legais e as estruturas jurídicas e administrativas, pela sua aplicação em temas, como as metodologias e as boas práticas internacionais de análise estratégica e operacional, os mecanismos de identificação e deteção do tráfico de drogas, de investigação criminal, de vigilância e monitoramento de suspeitos, etc. foi também uma questão central e desenvolvido, em parceria com as diferentes estruturas nacionais e em coordenação com os diferentes Conselhos Superiores, pelo Centro de Estudos Judiciários e pela Escola de Polícia Judiciária de Portugal, hoje, Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, na modalidade de formações nacionais.

Assim, foi desenvolvido o reforço da capacitação nas áreas da corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes, com conhecimento dos instrumentos legais, administrativos e processuais (incluindo a matéria de prova) adequados ao tratamento da tipologia destes casos para funcionários dos sistemas bancário e financeiro, investigação criminal, magistrados do Ministério Público e juízes – atividade desenvolvida pelo Centro de Estudos Judiciários, sendo que a capacitação dos agentes de investigação criminal no reforço das metodologias científicas, na análise estratégica e operacional e no desenvolvimento dos mecanismos de identificação e deteção das situações respeitantes a este tipo de criminalidade (v.g. vigilância, monitorização ou de outros meios de obtenção e recolha de provas mais ou menos sofisticados, direcionados para suspeitos da prática destes crimes) foi uma atividade desenvolvida pela Escola de Polícia Judiciária de Portugal, hoje, Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais.

Estas formações decorreram ao longo de três fases; Primeira fase: Ação de formação de formadores; Segunda fase: Realização de ações de formação nacionais, em cada um dos países; e uma Terceira fase: Atividades de tutoria e de seguimento das ações de formação (avaliação).

No dia 3 de junho de 2022, no auditório do Ministério da Justiça, em Díli, decorreu a cerimónia de apresentação dos relatórios finais da 3.ª fase - de avaliação - das formações nacionais, desenvolvidas nos diferentes países parceiros do PACED – Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e em Timor-Leste, pelo Centro de Estudos Judiciários e pelo Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais.

A cerimónia foi presidida pelo Ministro da Justiça de Timor-Leste, Tiago Amaral Sarmento, que considerou que “o projeto cumpriu os objetivos, fortalecendo as capacidades humanas e institucionais do país”, contando ainda com a intervenção do Embaixador da União Europeia em Timor-Leste, Andrew Jacobs, que focou “a importância do PACED no quadro dos esforços coletivos para combater a corrupção e a fraude”. Também presentes: a Embaixadora de Portugal em Timor-Leste, Manuela Bairos, que recordou “que o apoio de Portugal a Timor-Leste na consolidação do Estado de Direito tem sido uma prioridade desde a primeira hora, sendo essencial para o desenvolvimento político e económico do país”; o Presidente do Tribunal de Recurso, Deolindo dos Santos, que sublinhou que “o PACED ajudou a reforçar capacidades dos agentes da justiça e defendeu ser essencial manter esse esforço de capacitação”; e a Procuradora-Geral Adjunta da República, Zélia Trindade, que “destacou a importância do projeto para melhorar a qualidade da intervenção do Ministério Público no combate à criminalidade, especialmente no que respeita à corrupção, motivo pelo qual importa dar continuidade a estas iniciativas”.

Estas atividades formativas desenvolvidas no âmbito do PACED, beneficiaram mais de 2500 quadros nacionais dos seis países parceiros e contaram com mais de 8450 participantes. Na sequência destas ações de formação foi constituída um bolsa de formadores, que inclui 44 formadores nacionais dos diferentes países parceiros do PACED, sendo que os seus contatos estão disponíveis no sítio do PACED na rede.

O PACED apoiou também a conceção e implementação de mecanismos adequados de participação, empenho e sensibilização dos cidadãos, das organizações da sociedade civil e dos meios de comunicação social, bem como mecanismos de responsabilização e controle social no sistema de prevenção e luta contra o branqueamento de capitais, corrupção e tráfico de drogas

Depois de a versão final da campanha ter sido socializada em dezembro de 2018 e perspetivando-se muito onerosa a transmissão televisiva e radiofónica, solicitou-se, em março de 2019, aos pontos focais dos vários países que indagassem junto das tutelas acerca da possibilidade de cada um dos países parceiros assumir esta campanha, enquanto campanha institucional, libertando-se as eventuais verbas originariamente destinadas a tal finalidade, para outra, individualmente a considerar como mais oportuna.

O primeiro país a responder afirmativamente ao repto lançado, foi Angola que, em maio de 2019, arrancou com a divulgação total da campanha (rádio e televisão) em horário nobre.

Posteriormente, São Tomé e Príncipe, iniciou igualmente a transmissão dos spots de televisão e rádio, assumindo a campanha institucionalmente, enquanto atividade do Ministério da Justiça.

Tendo em vista maximizar os ganhos da campanha que foi desenvolvida, estabeleceu-se em julho de 2019 uma parceria com a RTP África, que assegurou a transmissão de todos os spots televisivos por aquele canal de televisão, que tem vários milhões de telespetadores, espalhados por todos os nossos países parceiros, iniciando-se, igualmente, a divulgação dos spots de rádio e televisão na página do projeto.

Já os materiais de leitura rápida, adotados como uma continuidade da imagem e das mensagens constantes da campanha televisiva foram distribuídos em todos os eventos públicos do Projeto, também com acesso através de QR code.

Também com o objetivo de contribuir para a sensibilização sobre as problemáticas do Estado de Direito e Boa Governança, lançámos em parceria com a RDP África um novo programa intitulado «Estado de Direito Somos Nós», conduzido pela jornalista Ana Paula Gomes, consistiu numa série de dez episódios, emitidos entre os dias 3 e 14 de maio de 2021 (apenas nos dias úteis), às 6:20 com repetição às 11:20 (hora de Lisboa), com o objetivo de contribuir para a tomada de consciência das sociedades civis de que a consolidação do Estado de Direito é uma tarefa de todos, indissociável dos valores da democracia, da paz, da justiça social e da defesa dos Direitos Humanos, em simultâneo este programa deu voz aos pontos focais e parceiros do PACED que, na sua atividade profissional, trabalham para a concretização destes objetivos.

Outra atividade que alcançou plenamente os seus objetivos foi a realização dos seminários abertos a quadros políticos, nomeadamente partidos políticos, deputados e outros dirigentes da administração pública e magistratura, em cada um dos países parceiros, sobre os mecanismos de boa governança global estabelecidos pelas organizações internacionais tendo em vista reforçar a cultura de adequação das agendas/propostas das organizações internacionais aos contextos e necessidades específicas de cada país nas temáticas do projeto e a capacidade de transmissão das prioridades das suas próprias agendas estratégias nacionais, num esforço que deve ser conjunto e de responsabilidade partilhada.

A auscultação dos países parceiros durante a elaboração dos planos de ação das organizações internacionais é usual.

Todavia, a linguagem cifrada, a metodologia de auscultação, os termos de referência e a cultura que suporta essa auscultação, a utilização de uma língua estrangeira e a falta de interesse/cuidado na atenção ao particular, entre outros, torna, muitas vezes, as políticas e medidas globais adotadas distantes das necessidades dos países e inadequadas para a resolução dos problemas a que se dirigem. Daí a relevância destes seminários, possibilitando que os atores com competência ou especial ligação às temáticas em causa e, em geral, daqueles que intervêm no processo de auscultação refletissem sobre

as melhores estratégias a adotar para colocar nas agendas das organizações internacionais, não só as prioridades nacionais, mas também os conteúdos e as metodologias de ação que consideram mais adequadas para responder aos problemas do país.

Nestes seminários participaram numerosos ativistas e especialistas de reconhecido mérito, como Boaventura de Sousa Santos, Carlos Lopes, Rafael Marques, José Manuel Pureza, Teresa Cravo, Raúl Araújo ou Odair Varela.

Todavia, o objeto de aprofundar a cooperação e a colaboração entre instituições homólogas dos PALOP e de Timor-Leste, bem como entre si e das organizações externas e internacionais relevantes, foi também plenamente atingido, não apenas com a realização de todos os Fóruns de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas entre juizes, Magistrados do Ministério Público, elementos das Unidades de Informação Financeira e Polícias de Investigação Criminal, mas também na participação em todas as Conferências dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa e em possibilitar a normalização da participação dos nossos parceiros em múltiplas iniciativas regionais e internacionais.

Durante a realização da missão circular de diagnóstico e apesar da existência dos vários espaços institucionais, os testemunhos recolhidos, deram conta da insuficiência das relações regulares de cooperação regional entre os PALOP e TL, não obstante a identificação de claras vantagens na sua operacionalização, tendo em conta as relações económicas de relativa intensidade entre os países parceiros do PACED, as relações de vizinhança ao nível das sub-regiões e ainda o fluxo migratório.

Assim, a plataforma foi idealmente pensada enquanto ferramenta de aproximação comunicacional, de trabalho colaborativo e de formação online para potenciar outras atividades, como os fóruns de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas ou as diferentes formações. Seria uma plataforma tecnológica dedicada a promover o interconhecimento, a comunicação, e a colaboração efetiva entre os países parceiros, condições estas necessárias para a efetivação da cooperação regional entre os países.

Em simultâneo e alicerçada junto da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, dinamizaria a Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e constituir-se-ia como um suporte institucional privilegiado no domínio da cooperação judiciária, nomeadamente para os domínios da justiça e da investigação criminais, na vertente formativa e de cooperação jurídica e judicial.

Todavia, mesmo depois de em novembro de 2019, a titularidade da Plataforma ter sido atribuída à CMJPLOP, na sua XVI reunião, que decorreu em Cabo Verde e de em fevereiro de 2021 a Ministra da Justiça de Portugal e a Ministra da Justiça e do Trabalho da República de Cabo Verde, na qualidade de presidente em exercício da Conferência de Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP), terem assinado, numa cerimónia online, os Acordos de Delegação relativos à Plataforma de Formação e Cooperação, cujo desenvolvimento pedagógico e didático seria assegurado pelo Centro de Estudos Judiciários do Ministério da Justiça da República Portuguesa (CEJ), cabendo ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P. (IGFEJ), garantir o alojamento e a manutenção tecnológica da Plataforma, durante 10 anos, a construção física/tecnológica da plataforma não foi concluída.

H. SEGUIMENTO DOS INDICADORES (PONTO DE SITUAÇÃO DOS VALORES DOS INDICADORES, COMPARAÇÃO FACE ÀS METAS DEFINIDAS E JUSTIFICAÇÃO DOS DESVIOS IDENTIFICADOS)

5. Seguimento da Matriz do quadro Lógico

Apresenta-se neste tópico o seguimento dos indicadores objetivamente verificáveis constantes da matriz do quadro lógico da convenção de financiamento (já que o acordo de delegação não tem uma matriz do quadro lógico especificamente definida).







À listagem de indicadores e meios de verificação, foi acrescentada uma coluna com a identificação de informação *baseline*, e outra coluna com o ponto de situação.

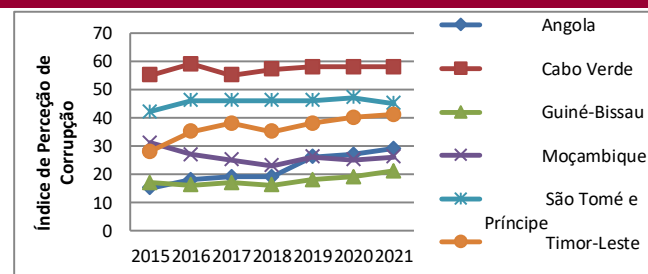
A coluna com o ponto de situação realça quer os indicadores acumulados, quer os alcançados durante o período de implementação do projeto.

6. Indicadores de impacto (ao nível do objetivo geral)







(A posição dos países PALOP+TL nos rankings internacionais relacionados com a Boa Governação e o Estado de Direito melhorou significativamente)

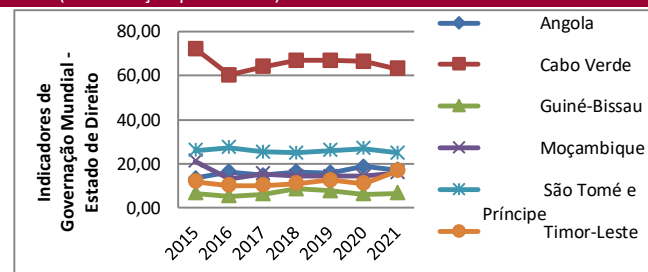
a. Índice de Perceção de Corrupção (<https://www.transparency.org/en/cpi>)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Δ 2015/2021
 Angola	15	18	19	19	26	27	29		93,33%
 Cabo Verde	55	59	55	57	58	58	58		5,45%
 Guiné-Bissau	17	16	17	16	18	19	21		23,53%
 Moçambique	31	27	25	23	26	25	26		-16,13%
 São Tomé e Príncipe	42	46	46	46	46	47	45		7,14%
 Timor-Leste	28	35	38	35	38	40	41		46,43%
Média destes países	31	34	33	33	35	36	37		17,02%









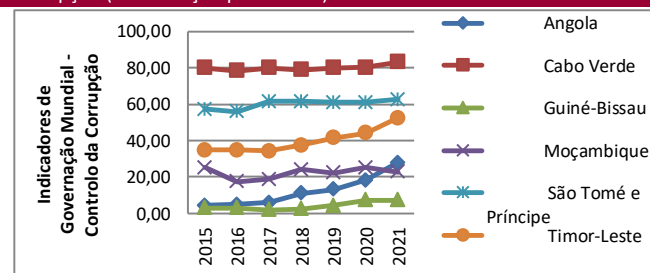
b. Projeto WGI - Indicadores de Governação Mundial (<https://info.worldbank.org/governance/wgi/Home/Reports>) - Estado de Direito (classificação percentual)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Δ 2015/2021
 Angola	13,46	16,35	14,90	16,35	15,87	18,75	17,31		28,60%
 Cabo Verde	72,12	60,10	63,94	66,83	66,83	66,35	62,92		-12,76%
 Guiné-Bissau	6,73	5,29	6,25	8,65	7,69	6,25	6,73		0,00%
 Moçambique	21,15	12,98	15,38	14,42	14,42	14,42	15,85		-25,06%
 São Tomé e Príncipe	25,96	27,40	25,48	25,00	25,96	26,92	25		-3,70%
 Timor-Leste	12,02	10,10	10,10	11,06	12,50	11,06	16,83		40,02%
Média destes países	25,24	22,04	22,68	23,72	23,88	23,96	24,11		-4,49%









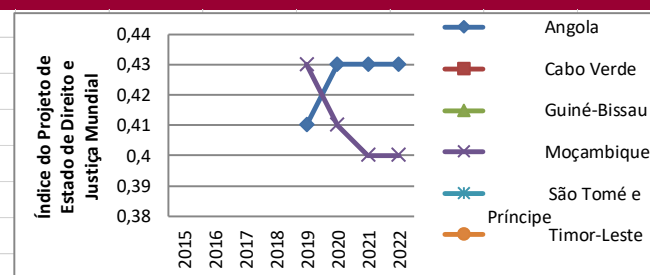
c. Projeto WGI - Indicadores de Governação Mundial (<https://info.worldbank.org/governance/wgi/Home/Reports>) - Controlo da Corrupção (classificação percentual)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Δ 2015/2021
 Angola	4,33	4,81	5,77	11,06	12,98	18,27	27,88		543,88%
 Cabo Verde	79,81	78,37	79,81	78,85	79,81	80,29	83,17		4,21%
 Guiné-Bissau	2,88	2,88	1,92	2,40	4,33	7,21	7,21		150,35%
 Moçambique	25,00	17,31	18,75	24,04	22,12	25	22,6		-9,60%
 São Tomé e Príncipe	57,21	55,77	61,54	61,54	61,06	61,06	62,5		9,25%
 Timor-Leste	34,62	34,62	34,13	37,50	41,35	44,23	52,4		51,36%
Média destes países	33,98	32,29	33,65	35,90	36,94	39,34	42,63		25,46%









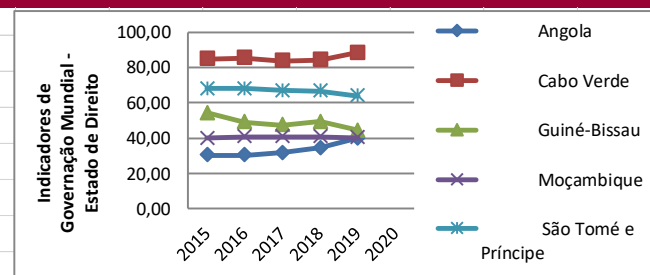
d. Índice do Projeto de Estado de Direito e Justiça Mundial (<https://www.worldjusticeproject.org/rule-of-law-index/global>)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Δ 2019/2022
 Angola					0,41	0,43	0,43	0,43	4,88%
 Cabo Verde									
 Guiné-Bissau									
 Moçambique					0,43	0,41	0,40	0,40	-6,98%
 São Tomé e Príncipe									
 Timor-Leste									
Média destes países					0,42	0,42	0,42	0,42	-1,19%









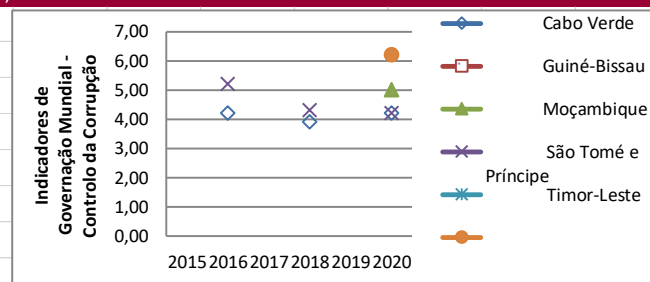
e. Índice Ibrahim de Governação Africana (IIAG) - Pontuação Geral do Estado de Direito e Justiça (<http://iiag.online/>)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Δ 2015/2019
 Angola	30,30	30,30	31,70	34,60	39,90				31,68%
 Cabo Verde	84,70	85,40	83,80	84,30	88,50				4,49%
 Guiné-Bissau	54,30	49,10	47,30	49,30	44,30				-18,42%
 Moçambique	39,90	40,90	40,70	40,80	40,20				0,75%
 São Tomé e Príncipe	68,10	68,10	67,00	66,70	63,80				-6,31%
 Timor-Leste									
Média destes países	55,46	54,76	54,10	55,14	55,34				-0,22%



f. Índice Bertelsmann de Transformação - Estado de Direito (<https://www.bti-project.org/en/index/political-transformation.html>)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Δ 2016/2022
 Angola									
 Cabo Verde		4,20		3,90		4,20		4,21	0,24%
 Guiné-Bissau									
 Moçambique						5,00		4,00	
 São Tomé e Príncipe		5,20		4,30		4,20		4,10	-21,15%
 Timor-Leste									
Média destes países		4,70		4,10		4,90		4,60	-2,07%



Nota de desenvolvimento:

- (IPC/CPI) Índice de Percepção da Corrupção:** Cinco dos seis países parceiros do PACED melhoraram a sua posição no Índice de Percepção da Corrupção relativo a 2021, divulgado pela Transparência Internacional (TI). Este ranking avalia 180 países de acordo com os níveis de percepção da corrupção no setor público, de acordo com especialistas e empresários, usando uma escala de zero a 100 (onde zero é percebido como altamente corrupto e 100 como altamente transparente).

Angola subiu duas posições na lista e ocupa agora a 136.ª posição, com 29 pontos, mantendo a tendência de melhoria pelo quarto ano consecutivo. Cabo Verde manteve-se no 39.º lugar, com 58 pontos, a Guiné-Bissau ascendeu da posição 160.ª para o 162.º lugar, com 21 pontos, subindo duas posições. Moçambique subiu uma posição, estando em 147.º lugar, com 26 pontos e Timor-Leste somou 41 pontos passando do 81.º para o 82.º lugar. Dos países parceiros do PACED, apenas São Tomé e Príncipe piorou a sua posição neste índice, caindo duas posições, para o 66.º.
- (IGM/WGI) Indicadores de Governança Mundial (Estado de Direito e Controlo da corrupção):** Os Indicadores de Governança Mundial foram desenvolvidos pelo Banco Mundial e adotados por mais de 200 países, são um conjunto de dados de pesquisa resumindo as opiniões sobre a qualidade da governança fornecida por um grande número de empresas, cidadãos e especialistas entrevistados em países industrializados e em desenvolvimento. Por meio dos indicadores referente à boa governação, aferem-se aspetos importantes dos países, designadamente a participação dos cidadãos nos processos eleitorais, a liberdade de expressão, a estabilidade política e a ausência de violência/terrorismo. No âmbito do PACED adotaram-se os indicadores que respeitam ao Estado de Direito e ao Controlo da corrupção nos países parceiros do projeto. Também no que respeita ao Estado de Direito, existem melhorias significativas em dois dos países parceiros, Angola e Timor-Leste, a Guiné-Bissau apresenta uma variação nula, enquanto os restantes países viram os seus desempenhos negativamente refletidos quando comparamos o momento inicial do projeto, 2015, e o último ano de implementação, com publicação de elementos, ou seja, 2021.

Já no que respeita ao Controlo da corrupção, apenas Moçambique apresenta uma regressão entre o ano de início do período de implementação do Projeto e o último ano com publicação dos indicadores, os restantes países apresentam uma evolução positiva, sendo esta especialmente expressiva em Angola, na Guiné-Bissau e em Timor-Leste.

- **(IED&JM) Índice de Estado de Direito e Justiça Mundial:** Este índice foi lançado pelo World Justice Project (WJP), entidade internacional que promove o Estado de Direito no mundo, onde se avaliam 10 elementos e 49 subfactores, organizado sob o conjunto de quatro princípios. Muito embora apenas Angola e Moçambique integram este índice, entre 2019 e 2022, Angola destacava-se com uma evolução positiva de quase 5%, enquanto Moçambique regredia, no mesmo período, quase 7%.
- **(IIAG) Índice Ibrahim de Governança Africana:** Este índice pretende avaliar padrões de boa governação, proteção dos direitos civis, segurança e desenvolvimento humano no Continente Africano. Neste índice, no qual Timor-Leste não participa, apenas Moçambique e São Tomé e Príncipe apresentam uma evolução negativa. Os restantes países têm um desempenho positivo, destacando-se, uma vez mais, Angola, com uma evolução de mais de 31%, entre o início do período de implementação do Projeto e 2019.
- **(BTI) Índice Bertelsmann de Transformação - Estado de Direito:** Este índice consubstancia um projeto desenvolvido pela organização alemã Bertelsmann e possibilita apresentar a evolução dos países avaliados no que respeita a múltiplos fatores, com base no índice de desenvolvimento democrático desenvolvido por esta organização. No que respeita aos países parceiros do Projeto, só temos elementos suficientes de comparação para Angola e São Tomé e Príncipe, sendo que Angola apresenta um desenvolvimento positivo e São Tomé e Príncipe um decréscimo significativo.

7. Indicadores objetivo específico

Indicadores objetivo específico	Lógica da intervenção	Meios de verificação	Baseline (dados de 2015) e ponto de situação (2022)	Notas
				2022
	<p>Evolução anual, em percentagem, do número de processos administrativos e judiciais e de condenações penais, assim como do número e valor das apreensões de dinheiro, bens e estupefacientes provenientes dos crimes cometidos nos domínios de intervenção do projeto, no conjunto dos PALOP/TL, e em cada um dos países, por comparação com o ano de arranque do projeto;</p>	<p>Relatórios e estatísticas publicadas pelas instituições pertinentes dos poderes legislativos, executivos e judiciais dos PALOP e TL</p>	<p>N.º processos administrativos:</p> <p>Angola: se atentarmos no n.º de declarações de operações suspeitas (DOS), constatamos que passamos de 60 (2015) para 858 (2021) (dados do Relatório Anual 2021, disponível em: https://uif.persistec.com/upload_media/upload/documentos/relatorios/RELATORIO_ANUAL_UIF_2021_FINAL.pdf)</p> <p>Cabo Verde: Em 2019 a UIF recebeu um total de 58 comunicações de operações suspeitas file:///C:/Users/JPCampos.Paced/Desktop/UIF%20-%20Relatorio%20Anual%20de%20Actividades%202019_Sintese.pdf)</p> <p>Timor-Leste: passamos de apenas 68 DOS em 2015 para 452 em 2019 (informação disponível em: https://www.banccentral.tl/en/go/fiu-report e https://www.banccentral.tl/uploads/documentos/documento_1591602188_1675.pdf.)</p> <p>Guiné-Bissau: sem elementos https://centif-gb.gw/relatorios/;</p> <p>Moçambique: sem dados;</p> <p>São Tomé e Príncipe: sem dados</p>	<p>No final do ano de 2019, o Governo de Angola, pelo Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, anunciou a recuperação, desde o início desse ano, de mais de cinco mil milhões de dólares americanos em ativos, domiciliados em Angola e no exterior. A anterior ponto focal e formadora especialista do PACED, Eduarda Rodrigues Neto,</p>
	<p>Relatórios e estatísticas públicos por organizações regionais e internacionais pertinentes.</p>	<p>N.º de processos judiciais:</p> <p>Timor-Leste: 2015: 38 acusações deduzidas por corrupção; 2020: 94 acusações deduzidas por corrupção (dados da Informação Anual da PGR ao Parlamento Nacional, disponíveis em: https://www.mp.tl/publicacoes/informacao-anual/?lang=pt-pt)</p> <p>Angola: a estatística disponível no país não tem os valores discriminados pelos tipos de crime visados pelo PACED;</p> <p>Cabo Verde: a estatística disponível no país não tem os valores discriminados pelos tipos de crime visados pelo PACED;</p> <p>Guiné-Bissau: O país não dispõe de estatísticas da justiça;</p> <p>Moçambique: corrupção 29, tráfico de estupefacientes: 35; sem valores para o branqueamento de capitais;</p> <p>São Tomé e Príncipe: o país não dispõe de estatísticas da justiça;</p>		

	<p>Informações pertinentes publicadas nos media, e em particular nas revistas e outras publicações especializadas.</p>	<p>N.º de condenações penais: Angola: a estatística disponível no país não tem os valores discriminados pelo tipos de crime visados pelo PACED; Cabo Verde: a estatística disponível no país não tem os valores discriminados pelo tipos de crime visados pelo PACED; Guiné-Bissau: O país não dispõe de estatísticas da justiça; Moçambique: corrupção 29, tráfico de estupefacientes: 35; sem valores para o branqueamento de capitais; São Tomé e Príncipe: o país não dispõe de estatísticas da justiça; Timor-Leste: sem informação</p>	<p>é a primeira Diretora Nacional do Serviço Nacional de Recuperação de Ativos da Procuradoria-Geral da República de Angola, destacando nas suas intervenções que no combate à corrupção «é importante passar a mensagem à sociedade de que o agente que praticou o crime não pode ficar com os benefícios do crime». Por outro lado, a Procuradoria-Geral da República Democrática de São Tomé e Príncipe anunciou, em 2020, a apreensão de 2 milhões e setecentos mil euros de ativos, realçando o</p>
	<p>Atas das reuniões conjuntas dos PALOP e Timor-Leste sobre os temas abordados pelo projeto.</p>	<p>N.º de apreensões: Angola: país destacou as seguintes apreensões: cocaína: 64.446,27kg, crack: 1.147,80kg, canábis sativa: 1.258.766,85 kg Guiné-Bissau (2016): 700Kg (2019): 800Kg (2020): 1.869 Kg. Sem dados para os restantes países.</p>	
	<p>Relatórios de avaliação intercalar e final do projeto e relatórios de seguimento (ROM).</p>	<p>Valor das apreensões (valores de ativos recuperados): Angola: (2015): 0/sem elementos (2022): 12 mil milhões de dólares São Tomé e Príncipe: 0/sem elementos (2022): 2 milhões e setecentos mil euros</p>	

				<p>papel fulcral das formações do PACED no acesso ao conhecimento, na capacitação e na eficácia para alcançar tal resultado.</p> <p>Testemunho do PGR STP: "O PACED tem desempenhado um papel fulcral no que respeita ao acesso ao conhecimento, na capacitação e na eficácia fundamentais para alcançarmos os resultados que temos alcançado, designadamente na recuperação de ativos de elevado valor financeiro". Procurador-Geral da República de São Tomé e Príncipe, Kelve Nobre de Carvalho.</p>
--	--	--	--	---

				<p>Destaca-se também a criação do Serviço de Recuperação de Ativos da Guiné-Bissau, em 19 de dezembro de 2019, fruto das orientações constantes do regime de legislação harmonizado, e que tem como Diretor o Dr. Domingos Correia, ponto focal do projeto junto da Polícia Judiciária, onde é igualmente Diretor Nacional Adjunto. O recente processo “Navarra”, resultante da apreensão pela Polícia Judiciária de quase duas toneladas de cocaína, é especialmente importante porque consubstancia, no que respeita à perda e</p>
--	--	--	--	--

			recuperação de ativos, um avanço importante que está ligado ao trabalho desenvolvido pelo PACED no que respeita ao reforço de conhecimentos específicos dos parceiros nacionais.
Até ao final do projeto os dispositivos legais e institucionais de luta contra a corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes nos PALOP/TL melhoram significativamente e são mais harmonizados entre eles e a sua análise é testada pelo número de leis/regulamentos aprovados e pelo número de leis e regulamentos aprovados e harmonizados e em conformidade com as convenções e os standards internacionais por ano, assim como pelo número de planos e estratégias aprovados por país e por ano e			

<p>número de instituições criadas que funcionam independentemente (avaliação das ações por género).</p>			
<p>Até ao final do projeto a cooperação e a colaboração entre os PALOP e Timor-Leste aumenta significativamente nos domínios do projeto.</p>	<p>Relatórios técnicos e de progresso do projeto.</p>	<p>Celebrados os seguintes arranjos de cooperação:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Conclusões / Recomendações do 1.º Fórum de Juizes PALOP-TL (PACED) (2018) sobre Perda de Bens e Recuperação de Ativos; – Carta de Porto Alegre (2018); – Carta de Coimbra sobre Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal e Formação (2019); – Declaração de Santa Maria Sobre Perda de Bens, Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional em Matéria Penal (2019); – Memorando de Entendimento entre as Polícias de Investigação Criminal dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste no âmbito da prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao tráfico de estupefacientes (2019); – Recomendações das UIFs PALOPT/TL para uma cooperação mais efetiva entre estes países, no âmbito da recuperação de ativos e combate ao branqueamento de capitais (2020). 	

8. Indicadores de resultado

Indicadores previstos na MQL					
	Lógica da intervenção	Meios de verificação	Baseline	Metas	Ponto de situação
					2022
Indicadores de resultado					
Indicadores de resultado	1. Número de estudos, documentos e recomendações de carácter estratégico, político jurídico e regulamentar e administrativo produzidos com o apoio do projeto.	Avaliação intercalar e final	Não definido		<p>Até junho de 2022 foram produzidos 12 documentos: Um manual de organização e administração judiciárias; Um Manual de gestão para a investigação criminal; Proposta de regime harmonizada corrupção, proposta de regime harmonizado sobre branqueamento de capitais, proposta de regime harmonizado sobre tráfico de estupefacientes; proposta de regime harmonizado proteção de testemunhas; proposta de regime harmonizado sobre apreensão; Da formação à cooperação: Guia para a formação e cooperação judiciárias na área penal nos países de língua português; Guia para Investir nos PALOP e Timor-Leste; Quadro jurídico sobre o branqueamento de capitais, combate à corrupção e ao tráfico de droga nos PALOP e em Timor-Leste; Manual de Prática Processual penal de Angola; Manual de formação CEJ.</p> <p>Desde 2018 e no âmbito dos Fóruns foram celebradas: Conclusões/cartas de recomendações e/ ou de compromisso: Conclusões/recomendações 1.º Fórum dos Juizes PALOP/TL; Conclusões/recomendações 2.º Fórum dos Juizes PALOP/TL, Carta de Porto Alegre; Conclusões/recomendações 3.º Fórum dos Juizes PALOP/TL, Carta de Coimbra sobre cooperação judiciária internacional em matéria penal e formação; Conclusões/recomendações 2.º Fórum dos Magistrados do MP; Conclusões/recomendações 3.º Fórum dos Magistrados do MP, Declaração de Santa Maria; Conclusões/recomendações 1.º Fórum PIC; Conclusões/recomendações 3.º Fórum PIC, Memorando de Entendimento entre as Polícias de Investigação Criminal dos PALOP e TL no âmbito da prevenção e</p>

				combate ao crime organizado, especialmente, ao tráfico de estupefacientes; Conclusões/recomendações 3.º Fórum das UIF, Declaração sobre recuperação de ativos e combate ao branqueamento de capitais.
2. Pelo menos 2/3 desses estudos, documentos e recomendações são aprovados e/ ou são adotados pelos governos dos PALOP e TL e das instituições relevantes, antes do final do projeto.	Relatório de seguimento (ROM)	Não definido		Estas melhorias são objeto de seguimento em momento posterior.
3. Número de melhorias de carácter organizacional, processual, metodológico e tecnológico propostos e postos em prática pelas instituições parceiras com o apoio do projeto.	Relatórios técnicos e de progresso do projeto	Não definido		Estas melhorias são objeto de seguimento em momento posterior.
4. Pelo menos 80% dos dirigentes dessas instituições consideram-se satisfeitos ou muito satisfeitos com as alterações introduzidas no funcionamento e equipamento dos seus serviços e com a capacitação do seu pessoal.	Relatórios, publicações estatísticas e jornais oficiais dos PALOP e TL	Não definido		Estas melhorias são objeto de seguimento em momento posterior.

5. Pelo menos 80% dos participantes nas ações de formação, de partilha de boas práticas e de coordenação organizadas com o apoio do projeto, consideram-se satisfeitos ou muito satisfeitos com a organização e utilidade dos conteúdos para as suas atividades profissionais. Dados desagregados por género.	Inquéritos conduzidos pelo projeto junto dos dirigentes das instituições implicadas e dos participantes nas ações de formação, trocas de boas práticas, e de coordenação organizadas com o apoio do projeto.	Não definido	Atividades 1.1.1 e 1.1.2- Conferências
			Conferência internacional em Angola (atividade 1.1.1)
			100% dos participantes na Conferência consideraram-se satisfeitos (Bom e Muito Bom) com a iniciativa.
			85% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional.
			Seminário internacional em Timor-Leste (Conferência nacional e internacional) (atividade 1.1.2.6)
			91% dos participantes no seminário internacional que decorreu em Díli, em julho subordinado ao tema “Tribunais e Estado de Direito” consideraram-se satisfeitos com a iniciativa.
			98% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional.
			Conferência em Cabo Verde (atividade 1.1.2.2)
			100% dos participantes no seminário internacional que decorreu em Díli, em julho subordinado ao tema “Tribunais e Estado de Direito” consideraram-se satisfeitos com a iniciativa.
			100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional.
			Conferência na Guiné-Bissau (atividade 1.1.2.3)
96% dos participantes na conferência consideraram-se satisfeitos com a iniciativa			
89% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional			
Conferência em Moçambique (atividade 1.1.2.4)			
95% dos participantes na conferência consideraram-se satisfeitos com a iniciativa			
86% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional			

				Conferência em Angola (atividade 1.1.2.1)
				99% dos participantes na conferência consideraram-se satisfeitos com a iniciativa
				90% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Conferência em São Tomé e Príncipe (atividade 1.1.2.5)
				97% dos participantes na conferência consideraram-se satisfeitos com a iniciativa
				90% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Atividade 2.1.3- Gestão e organização da justiça criminal
				Conferência em Angola (atividade 2.1.3.1)
				96% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a iniciativa
				85% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a atividade profissional
				Conferência em Cabo Verde (atividade 2.1.3.2)
				96% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a iniciativa
				81% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a atividade profissional
				Conferência em Timor-Leste (atividade 2.1.3.6 e 2.1.3.7)
				97% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a iniciativa
				77% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a atividade profissional
				Conferência em São Tomé e Príncipe (atividade 2.1.3.5)
				90% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a iniciativa

			93% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a atividade profissional
			Conferência na Guiné-Bissau (atividade 2.1.3.3)
			90% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a iniciativa
			93% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a atividade profissional
			Seminário na Guiné-Bissau (atividade 2.1.3.3)
			90% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a iniciativa
			93% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a atividade profissional
			Formação de especialistas em organização e gestão da justiça criminal - Lisboa (atividade 2.1.3.8)
			80% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a iniciativa
			84% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a atividade profissional
			Seminário formativo em Angola (atividade 2.1.3.1)
			100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a iniciativa
			92% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
			Conferência em Moçambique- Maputo (atividade 2.1.3.4)
			100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a iniciativa
			100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
			Seminário formativo em Moçambique- Nampula (atividade 2.1.3.4.)
			96% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a iniciativa

				93% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Seminário formativo em Moçambique- Maputo (atividade 2.1.3.4)
				100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a iniciativa
				100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Atividade 2.2.1- Ações de formação com o CEJ
				2017
				Ação de formação CEJ em Angola - Luanda (atividade 2.2.1.2)
				87,50% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				93,8% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Ação de formação CEJ em Angola - Benguela (atividade 2.2.1.2)
				100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Ação de formação CEJ em Angola - Huíla (atividade 2.2.1.2)
				95% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				95% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Ação de formação CEJ em Cabo Verde (atividade 2.2.1.3)
				99,9% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				94,1% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional

				Ação de formação CEJ na Guiné-Bissau (atividade 2.2.1.4)
				92,3% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Ação de formação CEJ em Moçambique - Tete (atividade 2.2.1.5)
				100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Ação de formação CEJ em Moçambique - Inhambane (atividade 2.2.1.5)
				100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Ação de formação CEJ em Moçambique - Pemba (atividade 2.2.1.5)
				100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Ação de formação CEJ em São Tomé e Príncipe (atividade 2.2.1.6)
				100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				94,1% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Ação de formação CEJ em Timor-Leste (atividade 2.2.1.7)
				99,9% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				99,9% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				2018

				Ação de formação CEJ em Angola - Luanda (atividade 2.2.1.2)
				100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Ação de formação CEJ em Angola - Benguela (atividade 2.2.1.2)
				100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Ação de formação CEJ em Angola - Lubango (atividade 2.2.1.2)
				100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Ação de formação CEJ em Moçambique - Pemba (atividade 2.2.1.4)
				100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Ação de formação CEJ em Moçambique - Tete (atividade 2.2.1.4)
				100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				98,1% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Ação de formação CEJ em Moçambique - Inhambane (atividade 2.2.1.4)
				100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				94,1% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional

				Ação de formação CEJ em Timor-Leste (atividade 2.2.1.7)
				99,9% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				99,9% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Ação de formação CEJ em Cabo Verde (atividade 2.2.1.3)
				100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Ação de formação CEJ na Guiné-Bissau (atividade 2.2.1.4)
				100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				2019
				Ação de formação CEJ em São Tomé e Príncipe (atividade 2.2.1.6)
				90 % dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				90 % dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Atividade 2.2.2- Ações de formação com a EPJ
				2017
				Ação de formação EPJ em Angola - Luanda (atividade 2.2.2.2)
				88% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				91% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Ação de formação EPJ em Angola - Benguela (atividade 2.2.2.2)

			83,6 dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
			94% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
			Ação de formação EPJ em Angola - Lubango (atividade 2.2.2.2)
			85,2% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
			89,4% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
			Ação de formação EPJ em Cabo Verde (atividade 2.2.2.3)
			71 % dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
			70% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
			Ação de formação EPJ na Guiné-Bissau (atividade 2.2.2.4)
			97,4% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
			86,4% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
			Ação de formação EPJ em Moçambique - Maputo - Beira - Nampula (atividade 2.2.2.5)
			94% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
			89,8% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
			Ação de formação EPJ em São Tomé e Príncipe (atividade 2.2.2.6)
			84% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
			84% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
			Ação de formação EPJ em Timor-Leste (atividade 2.2.2.7)

			81% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
			74,8% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
			2018
			Ação de formação EPJ em Angola - Luanda (Benguela e Huíla formação autónoma) (atividade 2.2.2.2)
			91,3 % dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
			100 % dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
			Ação de formação EPJ em Cabo Verde (atividade 2.2.2.3)
			78,8% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
			81,2 % dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
			Ação de formação EPJ em Moçambique (atividade 2.2.2.5) (Estes dados dizem respeito à formação em Inhambane apenas, já que os tutores da EPJ não se deslocaram a Tete e Pemba)
			94% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
			100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
			Ação de formação EPJ na Guiné-Bissau (atividade 2.2.2.3)
			dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
			dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
			Ação de formação EPJ em Timor-Leste (atividade 2.2.2.3)
			75,4 % dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
			78,4 % dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional

				2019
				Ação de formação EPJ em São Tomé e Príncipe (atividade 2.2.2.6)
				80 % dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				80 % dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Atividade 3.5.1- Fórum das UIF -
				1ª edição
				100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				2ª edição
				<i>Sem elementos</i>
				<i>Sem elementos</i>
				3ª edição
				100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				Atividade 3.5.2- Fórum das Polícias de Investigação Criminal
				1ª edição
				100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				2ª edição
				100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
				100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
				3ª edição

			100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
			100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
			Atividade 3.5.3- Fórum dos Magistrados do Ministério Público
			1ª edição
			95% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
			100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
			2ª edição
			95% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
			100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
			3ª edição
			91 % dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
			97% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
			Atividade 3.5.1- Fórum dos Magistrados Judiciais
			1ª edição
			100 % dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
			94% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
			2ª edição
			100% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
			90% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional
			3ª edição
			100 % dos participantes consideraram-se satisfeitos com a formação
			100% dos participantes consideraram os conteúdos úteis para a sua atividade profissional

<p>6. Número de reuniões, videoconferências e outros eventos de coordenação inter-regional realizados com o apoio do projeto, por ano e no total.</p>		<p>Não definido</p>	<p>Um total de 69 reuniões de coordenação inter-regional entre 01 de outubro de 2015 e 30 de junho de 2022.</p> <ul style="list-style-type: none"> – Realizados seis comités de seguimento técnico e quatro comités de pilotagem; – Participação em duas reuniões dos Ordenadores Nacionais PALOP/TL; – Realizada uma Conferência Internacional; – Realizadas seis Conferência Nacionais/Internacionais; – Realizados seis Seminários Abertos; – Realizados doze Encontros de Conhecimento e Partilha – Realizados 12 Fóruns (Magistrados do Ministério Público, Unidades de Informação Financeira, Polícias de Investigação Criminal e Juízes); – Realizados mais 2 Fóruns extra (Unidades de Informação Financeira e Polícias de Investigação Criminal); – Realizados três encontros de concertação online no âmbito das Escolas de formação jurídica e judiciária; – Realizada duas reuniões do grupo de trabalho da harmonização legislativa (presencial e <i>online</i>); – Realizado Seminário "Ensaio para um plano estratégico de prevenção e repressão à corrupção em Angola"; – Realizados seis seminários formativos no âmbito da formação em organização e gestão dos tribunais, dos serviços do Ministério Público e serviços de investigação criminal, gestão processual; – Realizado o 1.º Curso de Pós-graduação em combate à corrupção, branqueamento de capitais e criminalidade organizada; – Realizado o 1.º Curso de Capacitação Formativa e Judiciária de Técnicos e Oficiais de Justiça de Angola; – Realizado um Seminário sobre "O combate ao Tráfico Ilícito de Estupefacientes por Mar e a operacionalização do artigo 17.º da Convenção de Viena de 1988"; – Realizado o 1.º Curso de Formação contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados em parceria com a INTERPOL; – Realizado o Seminário "O Papel dos Tribunais Internacionais na Efetivação dos Direitos Humanos e na Consolidação do Estado de Direito";
---	--	---------------------	---

			<ul style="list-style-type: none"> – Participação da Conferência Internacional da Rede de Integridade Judiciária da UNODC; – Realização do Ciclo de Conferências «Covid 19 e Estado de Direito», composto por cinco webinars, que decorreram entre 21 de maio e 29 de junho de 2020. As conferências foram de acesso livre e igualmente transmitidas pela Justiça TV: <ul style="list-style-type: none"> – Justiça Digital - 21 de maio de 2020, quinta-feira, das 17h às 18h – Saúde Pública e Estado de Direito, 4 de junho de 2020, quinta-feira, das 17h às 18h – Impacto da COVID 19 no Sistema Prisional, 18 de junho, quinta-feira, das 17h às 18h – Formação Judiciária na era digital nos países de língua portuguesa, 25 de junho de 2020, 14:00h/15:00h (hora de Portugal) / 10:00h/11:00h (hora do Brasil) – Da formação à cooperação: a formação e a cooperação judiciais nos países de língua portuguesa, 29 de junho de 2020, 18:00h/19:00, h (hora de Portugal) / 14:00h/15:00, h (hora do Brasil)
<p>7. Número e qualidade das diretrizes e linhas de ação comuns e de acordos de cooperação concluídos e efetivamente implementados entre os governos e instituições dos PALOP e TL e com as instituições internacionais e estrangeiras relevantes (tomando como referência a qualidade das normas e das boas práticas reconhecidas internacionalmente).</p>		<p>Não definido</p>	<p>No que respeita à harmonização legislativa, foram consensualizadas três propostas de regime harmonizado referente aos crimes de corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes; uma segunda proposta referente ao regime harmonizado proteção de testemunhas; e uma terceira proposta de regime harmonizado sobre apreensão e declaração de perda de bens e recuperação de ativos.</p> <p>Quanto a documentos orientadores saídos de reuniões estratégicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Conclusões / Recomendações do 1.º Fórum de Juízes PALOP-TL (PACED) (2018) sobre Perda de Bens e Recuperação de Ativos; – Carta de Porto Alegre (2018); – Carta de Coimbra sobre Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal e Formação (2019); – Declaração de Santa Maria Sobre Perda de Bens, Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional em Matéria Penal (2019); – Memorando de Entendimento entre as Polícias de Investigação Criminal dos Países Africanos de Língua Oficial

				<p>Portuguesa e Timor-Leste no âmbito da prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao tráfico de estupefacientes (2019);</p> <ul style="list-style-type: none">– Recomendações das UIFs PALOPT/TL para uma cooperação mais efetiva entre estes países, no âmbito da recuperação de ativos e combate ao branqueamento de capitais (2020).
--	--	--	--	---

9. Indicadores não previstos na MQL, mas introduzidos pelo projeto

			n.º de participantes esperados	
Atividade 1.1.1 – Conferência Internacional	Inquérito online divulgado no último dia da Conferência (26 respostas)	N.A.	250	350 participantes (entre os respondentes: 69,2% Homens e 30,8% Mulheres)
				100% dos participantes considera-se satisfeito com a conferência (Muito bom-69,2% e Bom-30,8%)
				100% dos participantes consideraram os temas relevantes (Muito bom-73,1% e Bom-26,9%)
				92% dos participantes consideraram satisfeito com o conhecimento dos oradores
				96,2% dos participantes considera-se mais sensibilizado para os temas tratados após a participação na conferência
				80,8% dos participantes consideraram ter melhorado os seus conhecimentos após a participação na conferência
				84,7% dos participantes consideraram as apresentações úteis para o seu trabalho
				88,5% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a logística da conferência
Atividade 1.1.2 - Conferências nacionais	Inquérito por questionário, distribuído no último dia do seminário. Os resultados apresentados dizem apenas respeito aos 38 participantes de nacionalidade timorense que preencheram o questionário.	N.A.	120	1.1.2.6 - Tribunais no Estado de Direito, Timor-Leste
				107 participantes
				97% dos participantes considera-se satisfeito com a conferência
				97% dos participantes consideraram os temas relevantes.
				92% dos participantes consideraram satisfeito com o conhecimento dos oradores.
				95% dos participantes considera-se mais sensibilizado para os temas tratados após a participação na conferência
97% dos participantes consideraram ter melhorado os seus conhecimentos após a participação na conferência				

				91% dos participantes consideraram as apresentações úteis para o seu trabalho	
				84% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a logística da conferência.	
		Inquérito por questionário, distribuído no último dia do seminário. Os resultados apresentados dizem apenas respeito aos 53 participantes de nacionalidade cabo-verdiana que preencheram o questionário.	N.A.	120 participantes	1.1.2.2 - Criminalidade organizada e Estado de Direito, Cabo Verde
					149 participantes
					100% dos participantes considera-se satisfeito com a conferência
					100% dos participantes consideraram os temas relevantes.
					100% dos participantes consideraram satisfeito com o conhecimento dos oradores.
					100% dos participantes considera-se mais sensibilizado para os temas tratados após a participação na conferência
					100% dos participantes consideraram ter melhorado os seus conhecimentos após a participação na conferência
					100% dos participantes consideraram as apresentações úteis para o seu trabalho
					90% dos participantes consideraram-se satisfeitos com a logística da conferência.
		Inquérito por questionário, distribuído no último dia do seminário. Os resultados apresentados dizem apenas respeito aos 93 participantes de nacionalidade guineense que preencheram o questionário.	N.A.	120 participantes	1.1.2.3 - Cooperação Judiciária e Policial, Guiné-Bissau
					120 participantes
96% dos participantes considera-se satisfeito com a conferência					
97% dos participantes consideraram os temas relevantes.					
90% dos participantes consideraram satisfeito com a qualidade das apresentações					
98% dos participantes consideraram satisfeito com o conhecimento dos oradores					
			96% dos participantes considera-se mais sensibilizado para os temas tratados após a participação na conferência		

				96% dos participantes consideraram ter melhorado os seus conhecimentos após a participação na conferência	
				89% dos participantes consideraram as apresentações úteis para o seu trabalho	
		Inquérito por questionário, distribuído no último dia do seminário. Os resultados apresentados dizem apenas respeito aos 111 participantes de nacionalidade moçambicana que preencheram o questionário.	N.A.	200 participantes	1.1.2.4 - A Intervenção do Estado, da Sociedade e do Direito no Combate à Corrupção, Moçambique
					129 participantes
					95% dos participantes considera-se satisfeito com a conferência
					99% dos participantes consideraram os temas relevantes.
					99% dos participantes considera-se satisfeito com a qualidade das apresentações
					96% dos participantes considera-se satisfeito com o conhecimento dos oradores
					94% dos participantes considera-se mais sensibilizado para os temas tratados após a participação na conferência
					94% dos participantes consideraram ter melhorado os seus conhecimentos após a participação na conferência
					86% dos participantes consideraram as apresentações úteis para o seu trabalho
		Inquérito por questionário, distribuído no último dia do seminário.	N.A.	263 participantes	1.1.2.1 - Perda de bens e recuperação de ativos, Angola
					263 participantes
					99% dos participantes considera-se satisfeito com a conferência
					% dos participantes consideraram os temas relevantes.
					100% dos participantes considera-se satisfeito com a qualidade das apresentações
94% dos participantes considera-se satisfeito com o conhecimento dos oradores					
94% dos participantes considera-se mais sensibilizado para os temas tratados após a participação na conferência					

				93% dos participantes consideraram ter melhorado os seus conhecimentos após a participação na conferência
				90% dos participantes consideraram as apresentações úteis para o seu trabalho
				1.1.2.5 - A Justiça Criminal e os sistemas penal e financeiro de prevenção e combate ao branqueamento de capitais, São Tomé e Príncipe
				233 participantes
				97 % dos participantes considera-se satisfeito com a conferência
				92 % dos participantes consideraram os temas relevantes
				87 % dos participantes consideraram satisfeito com a qualidade das apresentações
				87 % dos participantes consideraram satisfeito com o conhecimento dos oradores
				79 % dos participantes considera-se mais sensibilizado para os temas tratados após a participação na conferência
78 % dos participantes consideraram ter melhorado os seus conhecimentos após a participação na conferência				
79 % dos participantes consideraram as apresentações úteis para o seu trabalho				
Atividade 2.1.3 - Ações de formação em organização e gestão dos tribunais e dos serviços do Ministério Público e de investigação criminal	Inquérito por questionário, distribuído no último dia do seminário. Os resultados apresentados dizem apenas respeito aos 125 participantes de nacionalidade angolana que preencheram o questionário.	N.A.	312 participantes	2.1.3.1 - Angola - Conferência
				312 participantes
				96% dos participantes considera-se satisfeito com a conferência
				95% dos participantes consideraram os temas relevantes.
				94% dos participantes consideraram satisfeito com a qualidade das apresentações
				95% dos participantes consideraram satisfeito com o conhecimento dos oradores.
				88% dos participantes considera-se mais sensibilizado para os temas tratados após a participação na conferência

				94% dos participantes consideraram ter melhorado os seus conhecimentos após a participação na conferência	
				85% dos participantes consideraram as apresentações úteis para o seu trabalho	
	Inquérito por questionário, distribuído no último dia do seminário. Os resultados apresentados dizem apenas respeito aos 25 participantes de nacionalidade angolana que preencheram o questionário.	N.A.			2.1.3.1 - Angola - Seminário
					25 participantes
					100% dos participantes considera-se satisfeito com o seminário
					100% dos participantes consideraram os temas relevantes.
					100% dos participantes consideraram satisfeito com a qualidade das apresentações
					92% dos participantes consideraram satisfeito com o conhecimento dos oradores.
					92% dos participantes considera-se mais sensibilizado para os temas tratados após a participação no seminário
					92% dos participantes consideraram ter melhorado os seus conhecimentos após a participação no seminário
					96% dos participantes consideraram as apresentações úteis para o seu trabalho
	Inquérito por questionário, distribuído no último dia do seminário. Os resultados apresentados dizem apenas respeito aos 57 participantes de nacionalidade cabo-verdiana que preencheram o questionário.	N.A.	90 participantes		2.1.3.2 - Cabo Verde - Conferência no Mindelo
					129 participantes
					96% dos participantes considera-se satisfeito com a conferência
98% dos participantes consideraram os temas relevantes.					
95% dos participantes consideraram satisfeito com a qualidade das apresentações					
96% dos participantes consideraram satisfeito com o conhecimento dos oradores					
96% dos participantes considera-se mais sensibilizado para os temas tratados após a participação na conferência					

				100% dos participantes consideraram ter melhorado os seus conhecimentos após a participação na conferência	
				95% dos participantes consideraram as apresentações úteis para o seu trabalho	
	Inquérito por questionário, distribuído no último dia do seminário. Os resultados apresentados dizem apenas respeito aos 28 participantes de nacionalidade cabo-verdiana que preencheram o questionário.	N.A.	34 participantes	2.1.3.2 - Cabo Verde - Conferência no Mindelo	
				46 participantes	
				89% dos participantes considera-se satisfeito com a conferência	
				96% dos participantes consideraram os temas relevantes.	
				93% dos participantes consideraram satisfeito com a qualidade das apresentações	
				100% dos participantes consideraram satisfeito com o conhecimento dos oradores	
				89% dos participantes considera-se mais sensibilizado para os temas tratados após a participação na conferência	
				93% dos participantes consideraram ter melhorado os seus conhecimentos após a participação na conferência	
	Inquérito por questionário, distribuído no último dia do seminário. Os resultados apresentados dizem apenas respeito aos 39 participantes de nacionalidade moçambicana que preencheram o questionário.	N.A.	170 participantes	2.1.3.4 - Moçambique - Conferência em Maputo	
				134 participantes (67 em Nampula e 67 em Maputo) Os resultados apresentados abaixo referem-se apenas a Maputo	
				97% dos participantes considera-se satisfeito com a conferência	
				100% dos participantes consideraram os temas relevantes.	
97% dos participantes consideraram satisfeito com a qualidade das apresentações					
97% dos participantes consideraram satisfeito com o conhecimento dos oradores.					
95% dos participantes considera-se mais sensibilizado para os temas tratados após a participação na conferência					

				95% dos participantes consideraram ter melhorado os seus conhecimentos após a participação na conferência	
				97% dos participantes consideraram as apresentações úteis para o seu trabalho	
	Inquérito por questionário, distribuído no último dia do seminário. Os resultados apresentados dizem apenas respeito aos 29 participantes de nacionalidade moçambicana que preencheram o questionário.	N.A.			2.1.3.4 - Moçambique - Seminário em Nampula
					30 participantes
					97% dos participantes considera-se satisfeito com o seminário
					100% dos participantes consideraram os temas relevantes.
					100% dos participantes consideraram satisfeito com a qualidade das apresentações
					93% dos participantes consideraram satisfeito com o conhecimento dos oradores
					97% dos participantes considera-se mais sensibilizado para os temas tratados após a participação no seminário
					97% dos participantes consideraram ter melhorado os seus conhecimentos após a participação no seminário
	93% dos participantes consideraram as apresentações úteis para o seu trabalho				
	Inquérito por questionário, distribuído no último dia do seminário. Os resultados apresentados dizem apenas respeito aos 30 participantes de nacionalidade moçambicana que preencheram o questionário.	N.A.			2.1.3.4 - Moçambique - Seminário em Maputo
					30 participantes
					100 % dos participantes considera-se satisfeito com o seminário
100% dos participantes consideraram os temas relevantes.					
100% dos participantes consideraram satisfeito com a qualidade das apresentações					
97% dos participantes consideraram satisfeito com o conhecimento dos oradores					
100% dos participantes considera-se mais sensibilizado para os temas tratados após a participação no seminário					
100% dos participantes consideraram ter melhorado os seus conhecimentos após a participação no seminário					

				100% dos participantes consideraram as apresentações úteis para o seu trabalho	
		Inquérito por questionário, distribuído no último dia do seminário. Os resultados apresentados dizem apenas respeito aos 65 participantes de nacionalidade timorense que preencheram o questionário.	N.A.	139 participantes	2.1.3.6 - Timor-Leste - Conferência
					139 participantes
					97% dos participantes considera-se satisfeito com a conferência
					97% dos participantes consideraram os temas relevantes
					97% dos participantes consideraram satisfeito com a qualidade das apresentações
					100% dos participantes consideraram satisfeito com o conhecimento dos oradores
					97% dos participantes considera-se mais sensibilizado para os temas tratados após a participação na conferência
					95% dos participantes consideraram ter melhorado os seus conhecimentos após a participação na conferência
					91% dos participantes consideraram as apresentações úteis para o seu trabalho
		Inquérito por questionário, distribuído no último dia do seminário. Os resultados apresentados dizem apenas respeito aos 21 participantes de nacionalidade timorense que preencheram o questionário.	N.A.		2.1.3.6 - Timor-Leste - Seminário
					33 participantes
					100% dos participantes considera-se satisfeito com o seminário
					100% dos participantes consideraram os temas relevantes
					95% dos participantes consideraram satisfeito com a qualidade das apresentações
					90% dos participantes consideraram satisfeito com o conhecimento dos oradores
					95% dos participantes considera-se mais sensibilizado para os temas tratados após a participação no seminário
100% dos participantes consideraram ter melhorado os seus conhecimentos após a participação no seminário					
100% dos participantes consideraram as apresentações úteis para o seu trabalho					

	Inquérito por questionário, distribuído no último dia do seminário.	N.A.	150 participantes	2.1.3.3 - Guiné-Bissau - Conferência
				115 participantes
				97% dos participantes considera-se satisfeito com a conferência
				97% dos participantes consideraram os temas relevantes
				97% dos participantes consideraram satisfeito com a qualidade das apresentações
				100% dos participantes consideraram satisfeito com o conhecimento dos oradores
				97% dos participantes considera-se mais sensibilizado para os temas tratados após a participação na conferência
				95% dos participantes consideraram ter melhorado os seus conhecimentos após a participação na conferência
				91% dos participantes consideraram as apresentações úteis para o seu trabalho
	Inquérito por questionário, distribuído no último dia do seminário. Com base em 30 respostas aos questionários.	N.A.		2.1.3.3 - Guiné-Bissau - Seminário
				36 participantes
				90 % dos participantes considera-se satisfeito com o seminário
				94 % dos participantes consideraram os temas relevantes
				93 % dos participantes consideraram satisfeito com a qualidade das apresentações
				97 % dos participantes consideraram satisfeito com o conhecimento dos oradores
				87 % dos participantes considera-se mais sensibilizado para os temas tratados após a participação no seminário
				83 % dos participantes consideraram ter melhorado os seus conhecimentos após a participação no seminário
93 % dos participantes consideraram as apresentações úteis para o seu trabalho				
				2.1.3.5 - São Tomé - Conferência

	Inquérito por questionário, distribuído no último dia do seminário.		233 participantes	233 participantes
				97 % dos participantes considera-se satisfeito com a conferência
				92 % dos participantes consideraram os temas relevantes
				87 % dos participantes consideraram satisfeito com a qualidade das apresentações
				87 % dos participantes consideraram satisfeito com o conhecimento dos oradores
				79 % dos participantes considera-se mais sensibilizado para os temas tratados após a participação na conferência
				78 % dos participantes consideraram ter melhorado os seus conhecimentos após a participação na conferência
				79 % dos participantes consideraram as apresentações úteis para o seu trabalho
	Inquérito por questionário, distribuído no último dia do seminário.	N.A.		2.1.3.5 - São Tomé - Seminário
				28 participantes
				100 % dos participantes considera-se satisfeito com o seminário
				100% dos participantes consideraram os temas relevantes
				100% dos participantes consideraram satisfeito com a qualidade das apresentações
				96% dos participantes consideraram satisfeito com o conhecimento dos oradores
				92 % dos participantes considera-se mais sensibilizado para os temas tratados após a participação no seminário
				92 % dos participantes consideraram ter melhorado os seus conhecimentos após a participação no seminário
				88% dos participantes consideraram as apresentações úteis para o seu trabalho
				2.1.3.8 - Ações de formação em organização e gestão dos tribunais, ministério público e serviços de investigação criminal – Lisboa – novembro 2019
				31 participantes

S. Tomé e Príncipe				27
Timor-Leste				67
Formações nacionais CEJ e EPJ				
Número total de ações de formações nacionais				38
Número de cursos de formação de formadores				2
Número total de formadores nacionais CEJ e EPJ				45
Número de formadores nacionais CEJ e EPJ				31
Total formandos CEJ e EPJ				911
Formandos por país				
Angola				246
Cabo Verde				94
Guiné-Bissau				102
Moçambique				230
S. Tomé e Príncipe				120
Timor-Leste				119
Atividade 2.1.5 - Assistências técnicas à medida				Formação ministrada à Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe
		N.A.		13 participantes
				Conferência de direitos humanos e lançamento oficial do comentário à carta africana dos direitos humanos
		N.A.		37 participantes

			Conferência de direitos humanos e lançamento oficial do comentário à carta africana dos direitos humanos (online)
	N.A.		481 participantes
			Replicação da temática do 3.º Fórum PIC em Cabo Verde no âmbito do encontro dos Magistrados do MP de Cabo Verde
	N.A.		61 participantes
			Capacitação de oficiais de justiça angolanos no âmbito da tramitação processual em processo penal
	N.A.		32 participantes
			Capacitação de técnicos da Procuradoria-Geral da República de São Tomé e Príncipe (IBM)
	N.A.		6 participantes
			Curso de Formação contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados – Bissau (Programa de Armas de Fogo da INTERPOL)
	N.A.		22 participantes
			E-Curso de Legística
			19 participantes
			Contributo da legística para a construção do Estado de Direito”
			200 participantes
			Total participantes
			630

Atividade 3.2.1 - Seminários abertos a quadros políticos (CES e parceiros locais)				
Total formandos - Seminários abertos a quadros políticos CES				4042
Formandos por país				
Angola				472 (online)
Cabo Verde				845 (online)
Guiné-Bissau				70
Moçambique				964 (online)
S. Tomé e Príncipe				591 (online)
Timor-Leste				115 (online)
Atividade 3.3.1 - Apoio à participação em iniciativas regionais e/ ou internacionais (até ao máximo de duas iniciativas por ano e por país beneficiário)				1.ª Pós-Graduação sobre o Regime Jurídico da Prevenção e da Luta contra a Corrupção, o Branqueamento de Capitais e o Crime Organizado-Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos, no Huambo, Angola
		N.A.		86 participantes
				Participantes internacionais nas atividades (V congresso de direito no Porto, curso "Globalização, Direito e Justiça Criminal" Coimbra, FONAJUC, workshop "Train the trainers" Bruxelas, Conferência Associação internacional para a Administração da Justiça Brasil, IAJ – Marraquexe, Conferência e Assembleia Geral da UIJLP, V Jornada Açoriana de Direito, curso de formação Lisboa, Rede de Integridade Judiciária UNODC Doha)
				58 participantes
Atividade 3.5.1 - Fóruns				Unidades de Informação Financeira - 2017
				22 participantes
				100% dos participantes considera-se satisfeito com o fórum

			100% dos participantes consideraram o fórum útil para o seu trabalho
			Unidades de Informação Financeira - 2018
			23 participantes
			100% dos participantes considera-se satisfeito com o fórum
			100% dos participantes consideraram o fórum útil para o seu trabalho
			Unidades de Informação Financeira - 2020
			24 participantes (com 13 respostas online a questionário)
			77% dos participantes considera-se satisfeito com o fórum
			100% dos participantes consideraram o fórum útil para o seu trabalho
			Polícias de Investigação Criminal - 2017
			20 participantes
			100% dos participantes considera-se satisfeito com o fórum
			100% dos participantes consideraram o fórum útil para o seu trabalho
			Polícias de Investigação Criminal - 2018
			24 participantes
			100% dos participantes considera-se satisfeito com o fórum
			100% dos participantes consideraram o fórum útil para o seu trabalho
			Polícias de Investigação Criminal - 2019
			24 participantes
			100% dos participantes considera-se satisfeito com o fórum
			100% dos participantes consideraram o fórum útil para o seu trabalho

			Magistrados do Ministério Público - 2017
			22 participantes
			95% dos participantes considera-se satisfeito com o fórum
			100% dos participantes consideraram o fórum útil para o seu trabalho
			Magistrados do Ministério Público - 2018
			23 participantes
			95% dos participantes considera-se satisfeito com o fórum
			100% dos participantes consideraram o fórum útil para o seu trabalho
			Magistrados do Ministério Público - 2019
			24 participantes
			91% dos participantes considera-se satisfeito com o fórum
			97% dos participantes consideraram o fórum útil para o seu trabalho
			Juízes - set 2018
			17 participantes
			100% dos participantes considera-se satisfeito com o fórum
			100% dos participantes consideraram o fórum útil para o seu trabalho
			Juízes - nov. 2018
			22 participantes
			100% dos participantes considera-se satisfeito com o fórum
			100% dos participantes consideraram o fórum útil para o seu trabalho

			Juízes - junho 2019
			23 participantes
			100% dos participantes considera-se satisfeito com o fórum
			100% dos participantes consideraram o fórum útil para o seu trabalho
			Total participantes
			288
			Ciclo de webinars Covid-19 e Estado de Direito (online)
	N.A.		1153 participantes
			Webinar de Apresentação da Pesquisa Internacional do Judiciário em tempo de Pandemia, em parceria com a IACA (online)
	N.A.		145 participantes
			Ciclo de seminários Webinar Lei & Justiça (online)
	N.A.		247 participantes
			Seminário Internacional sobre Cooperação Penal entre os Países de Língua Portuguesa (online)
	N.A.		340 participantes
			Seminário: A Recuperação de Ativos, Aproximação à Realidade Jurídica Moçambicana (online)
	N.A.		200 participantes

			Seminário O Estado de Direito face ao risco e à emergência: o caso de Moçambique (online)
	N.A.		284 participantes
			Seminário Ensaio para um plano estratégico de prevenção e repressão à corrupção em Angola (online)
	N.A.		50 participantes
			Seminário de Apresentação da Pesquisa Internacional do Judiciário em tempo de Pandemia (online)
	N.A.		145 participantes
			Reunião Regional Contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados – INTERPOL/PACED (online)
	N.A.		25 participantes
			Webinário “A importância da legística na prevenção e combate à corrupção”
	N.A.		250 participantes
			Seminário das Unidades de Informação Financeira dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, dedicado ao tema “O Reforço da Investigação Financeira Paralela em casos de crimes informáticos: Tendências e desafios” em parceria com a UIF de Angola, no âmbito das comemorações do seu 10.º aniversário e o Projeto Global Action on Cybercrime Extended (GLACY+) (online)
	N.A.		300 participantes
			XVIII Encontro de Procuradores-Gerais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)
	N.A.		5 participantes

				1.º Encontro Nacional de Juizes Cabo-verdianos, com o tema “A Centralidade do Poder Judicial no Estado Constitucional e de Direito Cabo-verdiano”
				2 participantes
				Nº de utilizadores registados no Website PACED www.paced-paloptl.com
		N.A.		13.266 utilizadores (dezembro de 2020) 18.980 (junho de 2021) 20.518 (setembro de 2021) 25.722 (junho 2022)
				Nº de subscritores da nossa newsletter PACED www.paced-paloptl.com
		N.A.		136 subscritores registados (dezembro de 2020) 157 (junho de 2021) 164 (setembro de 2021) 186 (junho 2022)
				Total de participantes
				11.168
	Fornecimentos adquiridos para as polícias de investigação criminal			
	Angola			Licenças de Base de dados para tratamento informação na área do branqueamento de capital
	Cabo Verde			Aparelhos de ar condicionado, equipamento mobiliário, purificador de água para amostras de ADN, baterias UPS, assistência técnica e consumíveis para o cromatógrafo gasoso, manutenção de equipamento de laboratório forense, equipamento informático e sistemas de videoconferência
	Guiné-Bissau			Duas viaturas, equipamento informático diverso e sistemas de videoconferência/formação à distância
	Moçambique			Duas viaturas, cinco motorizadas, equipamento informático diverso e de comunicação

	S. Tomé e Príncipe				Das viaturas para PJ em S. Tomé, uma para PJ na região Autónoma do Príncipe, duas motorizadas, material de laboratório, equipamento e rede informática, assistências técnicas por perito da PJ portuguesa, máquinas fotográficas, armazenagem de prova (frigorífico, armários)
	Timor-Leste				Material de laboratório, cromatógrafo gasoso
	Seguimento Legis-PALOP + TL (número de utilizadores)				
	Subscritores				413 (junho 2016) 505 (setembro 2021)
	Utilizadores				12.790 (junho 2016) 19.268 (setembro 2020) 20.498 (setembro 2021)
	Número de Comitês realizados				10
	(1) Nos dados <i>baseline</i> optou-se por apurar os valores de 2015, antes do arranque efetivo das atividades e não 2014, quando o acordo de delegação foi assinado, para evitar ruídos metodológicos. (2) Resumo do número de ações de formação por país e por ano.				
				Quadros nacionais formados 2.2.1 e 2.2.2	956
				Quadros nacionais formados (Total)	2.543
				Participantes conferências (Total)	8.625
				Participantes online (Total)	6.811
				Participantes presencial (Total)	4.357

				Website PACED	25.722
				Total geral	36.890

I. DESCRIÇÃO DAS DIFICULDADES SENTIDAS E ANÁLISE DOS DESVIOS FACE AO PREVISTO, BEM COMO O SEU REFLEXO NO PLANO DE ATIVIDADES, PLANO DE FINANCIAMENTO E CALENDARIZAÇÃO DO PROJETO.

Durante os 93 meses a que diz respeito o presente relatório, foram executadas todas as atividades previstas, com exceção da construção física da Plataforma, não obstante a construção jurídica e política alcançada, como anteriormente já justificado, às quais se juntam as atividades realizadas, mas que não se encontravam previstas no Plano Global de Trabalhos, essencialmente, seminários em ambiente digital, introduzidos com grande êxito no âmbito do plano inicial de contingência e continuidade, fruto da situação epidemiológica provocada pelo Coronavírus SARS-COV-2 e doença COVID-19.

No esforço de concretização das atividades não previstas seguiu-se uma lógica de complementaridade, privilegiando o estabelecimento de relações de cooperação com outros parceiros, entidades e organizações internacionais, meio essencial para garantir a sustentabilidade no acompanhamento de temáticas tão específicas como aquelas que são objeto do PACED.

A situação epidemiológica continuou a provocar fortes constrangimentos no desenvolvimento normal das atividades do PACED.

Depois de março de 2020, todas as atividades organizadas pelo Centro de Estudos Sociais da universidade de Coimbra (Encontros de conhecimento e partilha – atividade 2.1.1. e Seminários Abertos – Atividade 3.2.1.) foram realizadas em formato digital.

Não obstante algumas dúvidas iniciais, na verdade, os resultados foram muito positivos, aumentando até significativamente a audiência destas atividades, em especial, no que respeita aos Seminários Abertos.

Por outro lado, foi possível concluir a 3.ª e última fase das Formações Nacionais (CEJ/EPJ) em formato presencial.

Todas as atividades relacionadas com aquisições locais de bens e serviços, designadamente, de equipamentos informáticos, muito embora tenham sofrido atrasos, foram concretizadas.

A atividade de construção física da Plataforma de Formação e Cooperação não foi concretizada, uma vez que não foi possível concluir o concurso internacional durante a vigência do projeto.

J. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e em Timor-Leste (PALOP/TL) contribuiu para a afirmação e consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste, através da melhoria da capacidade destes países para prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente o tráfico de estupefacientes.

O projeto contribuiu para o reforço e modernização, em conformidade com as melhores práticas internacionais, do quadro jurídico e a organização administrativa dos PALOP e Timor-Leste em matéria de prevenção e luta contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente tráfico de estupefacientes, são reforçados e modernizados em conformidade com as melhores práticas internacionais.

As atividades desenvolvidas possibilitaram o fortalecimento das capacidades institucionais e humanas das instituições relevantes dos PALOP e Timor-Leste e a atualização e modernização dos seus procedimentos operacionais, sendo que a cooperação e a colaboração entre instituições homólogas dos PALOP e Timor-Leste, bem como entre si e das organizações externas e internacionais relevantes, foi igualmente reforçada, com base em diretrizes comuns.

O projeto utilizou a capacitação como ferramenta para fortalecer os conhecimentos e as competências dos/as diferentes parceiros, em especial através da formação de formadores e da constituição da 1.ª bolsa de formadores dos PALOP/TL nas áreas dos instrumentos legais, administrativos e processuais de combate à corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes e na análise estratégica e operacional e no desenvolvimento dos mecanismos de identificação e deteção das situações respeitantes ao tipo de criminalidade relacionada com a mesma criminalidade.

No que respeita ao reforço e modernização, em conformidade com as melhores práticas internacionais, do quadro jurídico dos PALOP e de TL em matéria de prevenção e luta contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente tráfico de estupefacientes, realça-se o pioneirismo e a importância do trabalho desenvolvido no âmbito do Grupo de Trabalho de Harmonização Legislativa dos crimes de corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes, realizada no âmbito do PACED, facto sublinhado por todos, já que estes trabalhos foram considerados incontornáveis nos diferentes processos de revisão legislativa em curso nos países parceiros.

Ainda neste âmbito foi possível não apenas assegurar a inclusão de Timor-Leste na Plataforma Legis PALOP, que passou, a LEGIS PALOP+TL, mas também atualizar, completar e inserir na base de dados toda legislação relevante sobre corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de estupefacientes existente nos seis PALOP e em TL.

A realização do 1.º Curso de Pós-graduação online sobre o Regime Jurídico da Prevenção e da Luta Contra a Corrupção, o Branqueamento de Capitais e o Crime Organizado, resultante de uma parceria entre a Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos, no Huambo, e o Instituto de Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com o apoio do PACED, que contou com docentes portugueses e angolanos, designadamente, parceiros do PACED, responsáveis pela coapresentação dos diferentes módulos, consubstanciou uma abordagem inovadora e cuja sustentabilidade ficou patente ainda durante o período de implementação do projeto, com a realização da 2.ª edição, seguindo os moldes da 1.ª, mas com recurso exclusivo a fontes de financiamento da própria instituição de ensino superior.

Foi igualmente possível aprofundar a cooperação e a colaboração entre instituições homólogas dos PALOP e de Timor-Leste, bem como entre si e das organizações externas e internacionais relevantes, não apenas com a realização dos 12 Fóruns de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas entre juizes, Magistrados do Ministério Público, elementos das Unidades de Informação Financeira e Polícias de Investigação Criminal,

mas com a realização de fóruns, para além dos constantes do plano, no que respeita às temáticas das Unidades de Informação Financeira, em parceria com outro projeto internacional, financiado pela União Europeia e pelo Conselho da Europa e das polícias de investigação criminal, em parceria com o projeto IArms, da INTERPOL.

O recurso à bolsa de formadores por parte de outras entidades, nacionais e internacionais, consubstancia a validação de uma estratégia de saída bem-sucedida e da sustentabilidade das suas atividades, também patente nas sinergias e dinâmicas que se afiguram após o término do projeto, fundadas na aposta na formação de formadores, na sua capacidade de replicar os ensinamentos construídos ai nível interno, mas também, internacionalmente, em qualquer ambiente, na normalização da participação de especialistas dos diferentes países em atividades internacionais, na constituição de equipas mistas de formação, caso paradigmático da equipa composta por um elemento da Polícia Judiciária de Cabo Verde e um elemento da Polícia Judiciária de Portugal na parceria desenvolvida junto dos serviços laboratoriais da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, aprofundando e potenciando a cooperação Sul-Sul.

O objetivo geral (ao nível do impacto) era contribuir para a afirmação e consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em Timor-Leste, através da melhoria da capacidade destes países para prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente o tráfico de estupefacientes. O objetivo específico (ao nível do resultado) era melhorar a capacidade dos PALOP-TL para prevenir e lutar eficazmente contra a corrupção, lavagem de capitais e crime organizado, especialmente tráfico de estupefacientes.

O PACED adotou uma abordagem necessariamente integrada das suas atividades, garantindo a melhoria do ambiente legal e da organização administrativa, o fortalecimento das capacidades institucionais e atualização dos procedimentos operacionais e o reforço da cooperação regional PALOP e Timor-Leste. Acreditamos que os resultados obtidos são suscetíveis de provocar mudança e são sustentáveis após o ciclo de vida do projeto (sublinha-se que, mesmo na única atividade que não foi integralmente concluída, a construção da Plataforma Comunicacional de Formação e Cooperação, a entidade que detentora da sua propriedade política, a Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, afirmou já a sua vontade de concretizar a Plataforma através da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa).

A utilização de plataformas e soluções informáticas, normalizaram a realização das atividades à distância, principalmente depois da situação epidemiológica provocada pelo Coronavírus SARS-COV-2 e doença COVID-19, possibilitando incrementar este tipo de atividades no futuro, sendo que através do PACED foi também garantida a existência dos recursos mínimos suficientes para desenvolver formações à distância na generalidade dos parceiros que ainda não dispunham dessas ferramentas, como foi o caso do Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Moçambique e da Guiné-Bissau, numa atividade organizada em parceria com o PNUD.

Neste âmbito, merece uma referência autónoma a construção de todo um novo Ciclo de Conferência dedicado à problemática da “COVID-19 e Estado de Direito” onde os diferentes parceiros do PACED, juntamente com outros peritos internacionais abordaram o impacto da pandemia no Estado de Direito, sob diferentes perspetivas, desde a saúde pública, passando pelos serviços prisionais, igualdade de género, formação judiciária, etc., produzindo-se o primeiro “Estudo sobre o impacto da pandemia nas atividades do poder judiciário nos Países de Língua Portuguesa”, a primeira grande recolha e análise de dados produzida neste âmbito específico entre os países de Língua Portuguesa e foi levada a cabo pelo Laboratório de Inovação da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo (iJuspLab) em parceria com o PACED.

A realidade epidemiológica, que marcaria toda a fase final (os últimos 27 meses) de implementação do Projeto, não impediu que os seus objetivos tivessem sido alcançados em grande extensão, com a execução técnica do projeto a ascender aos 98,8% (com 107 das 108 atividades realizadas) e a execução financeira a 90,72%.

Assim, no que respeita capacitação dos parceiros do projeto, importa assinalar os 2.543 quadros nacionais formados (2.374 presencialmente e 168 online), ao que acresce os 8.625 participantes (1.814 presencialmente e 6.811 online) nas diferentes conferências temáticas organizadas, num total de 11.168 participantes (4.357 participantes presenciais e 6.811 participantes online).

Quanto ao desenvolvimento das atividades, acreditamos que o sucesso do PACED está intimamente ligado à complementaridade entre as diferentes ações e ao facto de elas surgirem com uma cadência observável o que possibilitou a criação de uma verdadeira rede de conhecimento nas suas temáticas de intervenção e que pela primeira vez ligou os diferentes intervenientes, ao nível legislativo, judicial, administrativo e de investigação criminal, num objetivo comum e numa vontade de criar e/ou reforçar as relações de cooperação, ao nível interno, regional e internacional.

O aprofundamento da consolidação, mais premente na sociedade do risco e da emergência em que todos vivemos, pós COVID-19, dos sistemas de integridade e boa governação, priorizando o combate aos fluxos financeiros ilícitos (IFF) e as tipologias criminais a eles associados, tais como a corrupção, o branqueamento de capitais, ou a criminalidade organizada, fortemente ancorado na harmonização legislativa, no reforço da capacitação institucional e humana e no incremento das redes de cooperação ao nível nacional e internacional assegurarão a plena integração do bloco de países PALOP+TL na economia global, resultando daí um contributo efetivo para a melhoria da capacidade produtiva e do ambiente de negócios, e para o desenvolvimento económico e social, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030.

Do histórico dos projetos de cooperação, designadamente, do PACED, assim como de documentos juridicamente não vinculativos que foram celebrados por diversas instituições (Magistraturas Judiciais, Procuradorias-Gerais da República, Polícias de Investigação Criminal, Unidades de Informação Financeira, Bancos Centrais e Escolas de Formação Jurídica e Judiciárias dos PALOP+TL) e ainda de avaliações conduzidas por peritos internacionais (EuropeAid/138778/DH/SER/Multi, Lot 3: Human Rights, Democracy and Peace, Contrato N° 2019/405637/1), resulta inequivocamente que as atividades nos domínios do combate aos fluxos financeiros de capitais, e bem assim, à corrupção, branqueamento de capitais e criminalidade organizada, não podem ser interrompidas ou fragmentadas, sob pena dos resultados obtidos até ao momento serem diluídos, referindo especificamente que “a manutenção da modalidade de cooperação PACED como intervenção regional (PALOP-TL) deve ser mantida, como instrumento de cooperação na comunidade cultural e linguística dos seis países.”

É assim necessário reforçar os mecanismos de reforço institucional e as medidas de políticas destinadas a impedir o enriquecimento ilícito, a fraude, a corrupção e a lavagem de dinheiro, destacando-se: a troca automática de informações, a cooperação em ações nacionais e continentais para gerar e difundir conhecimentos sobre esta temática e o reforço das capacidades institucionais e humanas, no que respeita as regras de combate e à mobilização de recursos.

É também necessário continuar a envolver Magistrados Judiciais e do Ministério Público, Polícias de Investigação Criminal, Unidades de Informação Financeira, Bancos Centrais, entidades responsáveis pela

Inspeção-Geral do Estado, comissões da função pública ou equivalente, entidades responsáveis pelo aprovisionamento de grandes projetos e as diferentes ordens profissionais ou estruturas equivalentes. Finalmente, afigura-se necessário aprofundar o envolvimento da sociedade civil e a imprensa no combate aos fluxos financeiros ilícitos, uma vez que tem ficado demonstrado desempenharem um importante papel, multiplicador, neste domínio.

II. PARTE FINANCEIRA

10. Despesas e compromissos

O projeto PACED apresenta uma execução global de 90,72% dos custos totais da ação com as despesas efetivamente incorridas a ascenderem a 7.303.009,55 EUR. A execução dos custos diretos elegíveis é ainda mais elevada, ascendendo a 92,86% e totalizando 6.974.510,12 EUR, (a diferença percentual deve-se à não utilização da reserva de contingência de 189.021,50 EUR).

No período compreendido entre 1 de outubro de 2021 e 30 de junho de 2022, correspondente ao 9º relatório (e final), foram efetuados pagamentos no montante de 431.773,98 EUR, ao que acrescem 204.336,14 EUR pagos até à data de 30 de dezembro de 2022 e referentes a atividades devidamente adjudicadas, comprometidas juridicamente e faturadas até ao término do período de implementação a 30 de junho de 2022. Assim, a execução financeira incluída no presente relatório é de 636.110,12 EUR. Igualmente no período compreendido entre 1 de outubro de 2021 e 30 de junho de 2022, foram gerados compromissos financeiros de 168.151,66 EUR ao que acrescem 75.871,32 EUR de custos indiretos, num total de 244.022,97 EUR de compromissos.

No período de encerramento, não foram alocados quaisquer recursos humanos pelo Camões I.P. para as tarefas de encerramento e relatório final.

Nos números globais de execução, está incluído o cálculo de custos indiretos de 328.499,43 EUR, considerando que correspondem a 4,71% do montante de custos elegíveis conforme acordo de delegação celebrado entre a Comissão Europeia e pelo Camões I.P.. Assim, considerando os todos os pagamentos já efetuados pela Comissão Europeia e pelo Camões I.P., há lugar a um pagamento final de 105.083,05 EUR.

Por rúbrica orçamental

Todas as rúbricas orçamentais apresentam uma execução acima de 96% do orçamento, com a exceção da “6. Outros”, devido à baixa execução da linha “6.2 Coordination system in portuguese (development platform, hosting communications, portal management)” (tabela 1). A concepção da plataforma de colaboração e partilha de conhecimento do projeto PACED não foi concretizada. A despesa incorrida na linha 6.2 referiu-se a despesas com a definição das especificações técnicas da plataforma e lançamento de concurso público.

Execução orçamental por rúbrica

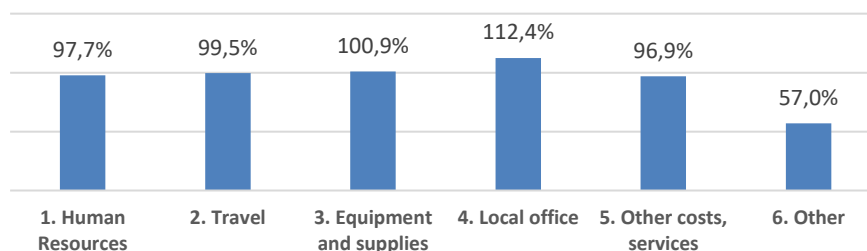


Tabela 1: linha orçamental “6. Outros”

	Orçamento	Compromissos	Despesas	% execução
6. Other	987 344,74	562 822,03	562 822,03	57,0%
6.1 LegisPALOP	417 100,00	417 100,00	417 100,00	100,0%
6.2 Coordination system in portuguese (development platform, hosting communications, portal management)	570 244,74	145 722,03	145 722,03	25,6%
Subtotal Other	987 344,74	562 822,03	562 822,03	57,0%

A linha orçamental 1 Recursos Humanos inclui salários, per diems, alojamentos, custos de participação em formações e seminários, pagos diretamente a cada um dos participantes individuais, apresentou uma execução de 97,7%, derivado da não realização sobretudo da 3ª fase de formações aos oficiais de justiça de Angola em Luanda, assim como o menor número de presenças nas formações CEJ/EPJ.

Tabela 2: 1. Recursos Humanos

	Orçamento	Compromissos	Despesas	% execução
1. Human Resources	2 542 337,38	2 483 538,59	2 483 538,59	97,7%
1.1 Salaries (gross salaries including social security charges and other related costs, local staff)	0,00	0,00	0,00	0,0%
1.1.1 Technical	0,00	0,00	0,00	0,0%
1.1.2 Administrative/ support staff	0,00	0,00	0,00	0,0%
1.2 Salaries (gross salaries including social security charges and other related costs)	942 864,68	938 414,65	938 414,65	99,5%
1.2.1 Chief Technical Advisor	386 506,78	384 943,85	384 943,85	99,6%
1.2.2 Technical Assistant	225 380,99	224 530,47	224 530,47	99,6%
1.2.3 Communication Expert	112 347,98	112 280,73	112 280,73	
1.2.4 Administrative/ support staff	218 628,93	216 659,60	216 659,60	
1.3 Per diems for missions/ travel including short mission costs	1 599 472,70	1 545 123,94	1 545 123,94	96,6%
Subtotal Human Resources	2 542 337,38	2 483 538,59	2 483 538,59	97,7%

A não realização de missões de formação planeadas refletiu-se igualmente no menor custo de viagens.

Tabela 3: 2. Viagens

	Orçamento	Compromissos	Despesas	% execução
2. Travel	1 768 025,37	1 759 142,09	1 759 142,09	99,5%
2.1 International Travel	1 571 144,05	1 566 149,24	1 566 149,24	99,7%
2.2 Local transportation	196 881,33	192 992,84	192 992,84	98,0%
Subtotal Travel	1 768 025,37	1 759 142,09	1 759 142,09	99,5%

A aquisição de computadores para o Conselho Superior de Magistratura Judicial de Cabo Verde, parceiro que não tinha sido apoiado anteriormente com equipamentos pelo projeto PACED, acabou por superar ligeiramente o valor previsto.

Tabela 4: 3. Equipamentos e utensílios

	Orçamento	Compromissos	Despesas	% execução
3. Equipment and supplies	558 903,69	564 004,95	564 004,95	100,9%
3.1 Purchase or rent of vehicles	123 144,61	123 144,61	123 144,61	100,0%
3.2 Furniture, computer equipment	62 447,48	67 254,08	67 254,08	107,7%
3.3 Machines, tools, machines, tools to support legislation DB, plus equipment to support the unit management	771,35	771,35	771,35	100,0%
3.4 Spare parts/ equipment for machines, tools	987,72	987,72	987,72	100,0%
3.5 Other related to training and seminars (cell phone cards, fax, internet)	0,00	0,00	0,00	0,0%
3.6 Equipment	371 552,53	371 847,19	371 847,19	100,1%
Subtotal equipment and supplies	558 903,69	564 004,95	564 004,95	100,9%

A maior variação das diferentes rubricas orçamentais ocorreu na rubrica 4, com execução +12,4 p.p. acima do previsto. A previsão de custos com comunicações locais em missão, sobretudo na conferência de Luanda, quedou-se significativamente aquém dos custos reais.

Tabela 5: 4. Escritório

	Orçamento	Compromissos	Despesas	% execução
4. Local office	13 180,59	14 814,48	14 814,48	112,4%
4.1 Vehicle costs (fuel insurance, maintenance, rent-a-car)	3 600,00	3 600,00	3 600,00	100,0%
4.2 Office rent	0,00	0,00	0,00	0,0%
4.3 Consumables-office supplies	7 303,35	7 303,35	7 303,35	100,0%
4.4 Other services (tel/fax/heating, maintenance)	2 277,24	3 911,13	3 911,13	171,7%
Subtotal local office	13 180,59	14 814,48	14 814,48	112,4%

A não realização da 3ª fase presencial da formação dos oficiais de justiça de Angola, que teria lugar em Luanda, originando uma poupança de 34.000 EUR. A poupança nos custos financeiros é derivada de um menor número de presenças e como tal de transferências bancárias nas i) formações CEJ/EPJ e na ii) não realização da formação de oficiais de justiça em Angola.

Tabela 6: 5. Outros custos e serviços

	Orçamento	Compromissos	Despesas	% execução
5. Other costs, services	1 641 186,72	1 590 187,98	1 590 187,98	96,9%
5.1 Publications	279 515,27	278 660,42	278 660,42	99,7%
5.2 Studies, research	0,00	0,00	0,00	0,0%
5.3 Expenditure verification/audit	22 693,50	22 693,50	22 693,50	100,0%
5.4 Evaluation costs	0,00	0,00	0,00	0,0%
5.5 Translation, interpreters	3 640,16	278,56	278,56	7,7%
5.6 Financial services (bank guarantee costs, etc)	19 322,87	13 298,08	13 298,08	68,8%
5.7 Costs of conference/seminars/training	568 358,58	534 080,24	534 080,24	94,0%
5.8 Visibility actions	177 323,64	176 152,61	176 152,61	99,3%
5.9 Peritos, formadores e outros	570 332,70	565 024,57	565 024,57	99,1%

Por atividades

O Resultado 2 “Capacidades institucionais e humanas das instituições relevantes dos PALOP e de TL fortalecidas e os seus procedimentos operacionais são atualizados/modernizados” representa o maior investimento realizado pelo projeto PACED, totalizando 3,1 milhões EUR, sobretudo através de capacitação dos quadros das entidades beneficiárias com formações nacionais nas áreas de “organização e gestão dos tribunais e dos serviços do Ministério Público”, “corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes – investigação criminal”, “capacitação dos agentes de investigação criminal no reforço das metodologias científicas”, a realização de encontros de conhecimento e partilha entre os PALOP e TL, o fornecimento de equipamentos específicos e finalmente ações de divulgação.

Seguidamente, o resultado 3 “Cooperação e a colaboração entre instituições homólogas dos PALOP e de TL, bem como entre si e das organizações externas e internacionais relevantes, reforçadas com base em diretrizes comuns, nos temas do projeto” teve um investimento de 1,5 milhões de EUR, através da realização de fóruns de reflexão e partilha para profissionais das UIF, polícias de investigação criminal, magistrados do ministério público e juizes bem como garantir a formação para representantes dos PALOP e de TL destacados para funções de representação nas organizações regionais e internacionais competentes nas áreas de intervenção do projeto.

Finalmente o resultado 1 “O quadro jurídico e a organização administrativa dos PALOP e de TL em matéria de prevenção e luta contra a corrupção, branqueamento de capitais e crime organizado, especialmente tráfico de estupefacientes são reforçados e modernizados em conformidade com as melhores práticas internacionais” representou um investimento aproximado de 850.000 EUR, com a inserção na base de dados LegisPALOP da legislação relevante sobre corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de estupefacientes existente nos seis PALOP e em TL, a realização de conferências internacionais do projeto

em todos os PALOP e TL assim como a harmonização e identificação da legislação a criar ou a fortalecer nas áreas da corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes nos PALOP e TL.

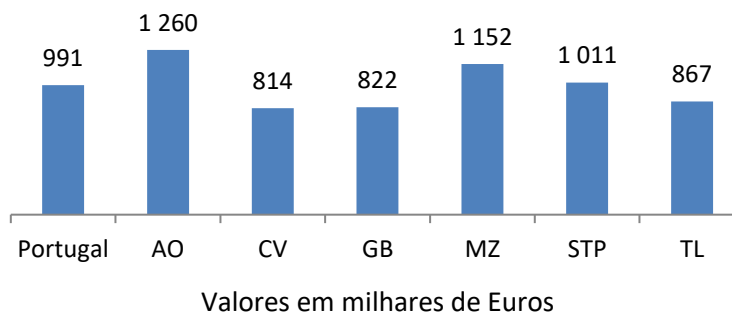
Investimento global do PACED por Resultado



Por país

Os maiores beneficiários do investimento do projeto são os países mais populosos Angola e Moçambique, mas foi igualmente prestada atenção aos que apresentavam maiores fragilidades bem como aos menos populosos que, per capita, acabam por apresentar melhor cobertura pelo apoio do projeto PACED. Formaram-se 2 clusters por volume de investimento, Angola/Moçambique e São Tomé e Príncipe/Cabo Verde/Timor-Leste/Guiné-Bissau, com valores homogéneos entre si.

Execução do projeto por país



Beneficiários nos países PALOP-TL

Outra métrica adicional do projeto PACED foi o benefício direto em EUR entregue a entidades residentes nos países beneficiários, neste caso medido em percentagem do investimento global do projeto. Assim, foram entregues a entidades beneficiárias do projeto cerca de 54,1% das despesas incorridas pelo projeto PACED.

Por fontes de financiamento

Da execução total de 7.303.009,55 EUR, que inclui custos indiretos de 328.499,43 EUR¹⁴, resulta um total de despesas de 5.859.382,14 EUR imputadas ao orçamento de 6.650.000,00 EUR disponibilizado pela Comissão Europeia, cabendo os restantes 1.443.627,41 EUR ao co-financiamento do Camões I.P..

Como reflete a tabela, 100% das três primeiras tranches recebidas foram já comprometidas, bem como 104,10% da 4.ª tranche.

	Orçamento		Valor desembolsado	
	(em EUR)	%	(em EUR)	%
ORIGEM DE FUNDOS				
Contribuição da UE	6 650 000,00	82,61%	5 859 382,14	88,11%
Contribuição do Camões, I.P.	1 400 000,00	17,39%	1 443 627,41	103,12%
TOTAL	8 050 000,00	100,00%	7 303 009,55	90,72%

Contribuição da UE – tranches pagas	Recebida a:	
Tranche 1	20/03/2015	€ 1 450 000,00
Tranche 2	27/06/2017	€ 1 450 000,00
Tranche 3.1	24/05/2018	€ 1 096 496,93
Tranche 3.2	29/11/2018	€ 353 503,07
Tranche 4	26/12/2019	€ 1 450 000,00
Tranche final		
Total		€ 5 800 000,00

11. Auditoria

No decorrer do projeto foram realizadas 8 auditorias, por 4 entidades. Passamos a descrever resumidamente as constatações de cada uma delas e as ações tomadas para ir de encontro às recomendações:

Auditoria 1 – Grupo Your – 1 de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2016, 2º relatório

“O mapa de execução orçamental inclui o montante total de despesas de 196.599,64 euros (187.756,32 euros de compromissos celebrados e 8.843,32 euros de custos indiretos), que correspondem a compromissos legais cujo desembolso ainda não foi efetuado e, portanto, não corresponde a um custo já incorrido. Realça-se que esta situação foi exposta à União Europeia, através do Gestor de Projeto e foi aceite a inclusão da totalidade dos valores contratados no mapa de execução, independentemente do seu desembolso”.

¹⁴ Os custos indiretos efetivamente pagos ascenderam a 243.513,74 EUR.

O mapa de execução financeira foi separado em dois mapas distintos, um para medir a execução financeira (desembolsos) e outro para medir compromissos financeiros.

“No decurso do nosso trabalho, verificámos que os documentos de despesa não apresentam qualquer carimbo de identificação e aprovação, de acordo com os requisitos enunciados no parágrafo 3 acima.” A recomendação dos auditores foi seguida através da aquisição de carimbo em dezembro de 2017, a ser apostado nas faturas pagas através das contas locais do projeto, caso em que não são contabilizadas pelo Camões IP.

Auditoria 2 – BDO – 1 de outubro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, 3º relatório

“Carimbo com identificação do projeto

No decurso do nosso trabalho verificámos que os documentos de despesas analisados não apresentam o carimbo com identificação do projeto, medida a que são relativos e percentagem de imputação da despesa, procedimento que tem como finalidade impossibilitar a apresentação do mesmo documento para financiamento em mais do que um projeto.”

Conforme ponto apontado na auditoria anterior, a aquisição do carimbo ocorreu em dezembro de 2017.

“Despesa com passagem aérea

As despesas apresentadas incluem 973,57 euros correspondentes ao custo de uma passagem aérea paga no âmbito do primeiro encontro de Pontos Focais, realizado a 22 de junho de 2016, a um participante que não compareceu. Esta despesa foi considerada elegível mediante a respetiva ausência ter sido justificada pelo Tribunal Supremo de Angola.”

Todas as situações em que um passageiro não compareça sem que a devida justificação tenha sido prestada, nomeadamente por motivos de saúde, implicam que a respetiva despesa seja considerada inelegível. A não comparência num evento do projeto fica registada em lista de presenças.

Auditoria 3 – BDO – 1 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, 4º relatório – sem reservas - “Com base no trabalho efetuado, verificámos que o Relatório Financeiro e a respetiva demonstração financeira apresentam de forma verdadeira e apropriada a execução do projeto no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2017.

Auditoria 4 – Ernst & Young pela Comissão Europeia – 1 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2017, 2º, 3º e 4º relatórios

“Sem afetar a opinião expressa acima, chamamos a atenção para as situações detetadas totalizam EUR 1.168,57 conforme evidenciado na secção 1 (Resumo das situações detetadas) do nosso relatório.” (...) E (pág. 16) “Contudo, consideramos todos os custos relacionados com o Dr. José Nunes como não elegíveis, uma vez que não tivemos acesso a nenhum atestado médico que comprovasse as razões médicas mencionadas no documento do Tribunal Supremo da República de Angola. Nesse sentido, o valor do voo internacional (EUR 973,57) e o valor do hotel em Lisboa (EUR 195,00) foram considerados como não elegíveis.”

Esta situação, reportada no âmbito da auditoria 2 da BDO, mereceu a concordância do Camões I.P. que procurou obter o comprovativo médico atestando a impossibilidade de comparência, embora tal documento não nos tenha sido remetido. Adicionalmente, a Comissão Europeia foi devidamente reembolsada deste valor através da Nota de Débito nº. 4940190256 de 10/05/2019.

“Ineficiência no processo de aquisição de passagens aéreas (...) Ao longo da nossa auditoria, verificamos e validamos múltiplas despesas com agências de viagens com o objetivo de serem adquiridas passagens aéreas e alojamentos. Os valores analisados das passagens aéreas foram todos considerados razoáveis e justificados, exceção para uma despesa: (...) Verificamos que algumas passagens aéreas (assinados a verde no quadro abaixo) da despesa ID 2017_116, apresentavam valores acima dos valores médios do mercado no trajeto Luanda-Lisboa-Luanda”

Concorda-se com a necessidade de acautelar uma maior eficiência na utilização dos recursos financeiros. Não obstante esta necessidade, entende-se que não está em risco a eficácia do sistema de controlo interno.

“Ausência de reconciliação eficaz dos fluxos de caixa (...) Recomendamos que para efeitos de controlo, se proceda à elaboração da reconciliação de fluxos de caixa sempre que seja preparado um relatório financeiro, a qual deverá incluir as entradas monetárias recebidas da Comissão Europeia, assim como as respetivas saídas (pagamentos e transferências) no período a que se refere o relatório financeiro. Desta forma ficam demonstradas as fontes de financiamento, os valores envolvidos e as respetivas aplicações.”

Concorda-se que a introdução de uma única reconciliação de fluxos de caixa beneficiará a demonstração das fontes de financiamento, os valores envolvidos e as respetivas aplicações de todas as contas bancárias. No entanto, considera-se tratar-se de uma situação que não tem impacto negativo no projeto, pelo que se discorda com a prioridade atribuída.

Auditoria 5 – Ernst & Young – 1 de janeiro de 2018 a 30 de setembro de 2019, 5º e 6º relatórios

“Identificámos despesas reconhecidas em montante superior ao suporte documental e despesas reconhecidas não pertencentes à Ação, representando um total de exceção de EUR 82.836,71 (EUR 79,269,58 x 1,045) com um impacto potencial na contribuição da EU de EUR 69.027,83, conforme discriminado abaixo.” (...) E

“Constatámos as seguintes situações:

- a) Despesas reconhecidas em montante superior ao suporte documental, o que configura uma exceção de acordo com o artigo 18, nº 1 das Condições Gerais do acordo de delegação, com impacto ao nível das sub-rubricas orçamentais, conforme detalhado no quadro abaixo.

AD	Rubrica Orçamental	Data	Descrição	Registado pela Entidade		Suporte Documental verificado		Impacto potencial na contribuição da EU (83,33% x 1,045)	
				Valor em moeda original - MZM	Valor em EUR	Valor em moeda original - MZM	Valor em EUR	Valor em moeda original - MZM	Valor em EUR
2018_398	1.3.3	10/12/18	Fórum dos Magistrados do Ministério Público_Activ. 3.5.3_Viagens internacionais	2.250.500	33.188,32	0	0	1.959.732,02	28.900,34
2018_398	2.1	10/12/18	Fórum dos Magistrados do Ministério Público_Activ. 3.5.3_Viagens internacionais	3.922.428	57.844,39	1.281.242	18.894,59	2.299.940,81	33.917,43
2018_398	2.2	10/12/18	Fórum dos Magistrados do Ministério Público_Activ. 3.5.3_Viagens internacionais	441.813	6.515,46	0	0	384.730,10	5.673,65
Valor Total				6.614.741	97.548,17	1.281.242	18.894,59	4.644.402,93	68.491,42

b) Despesa com encargos com transferências (conforme quadro abaixo) que não diz respeito à Ação e, o que configura uma exceção de acordo com o artigo 18, n.º 1 das Condições Gerais do acordo de delegação, com impacto ao nível da sub-rubrica 5.6, conforme detalhado no quadro abaixo.

AD	Rubrica Orçamental	Data	Descrição	Registado pela Entidade		Suporte Documental verificado		Impacto potencial na contribuição da EU (83,33% x 1,045)	
				Montante em moeda original (EUR)	Valor em EUR	Montante em moeda original (EUR)	Valor em EUR	Montante em moeda original (EUR)	Valor em EUR
2018_237	5.6	28/03/2018	Encargos com transferências Fevereiro 2018 (357)	616	616	0	0	536,41	536,41
Valor Total				616	616	0,00	0,00	536,41	536,41

Consequentemente, o impacto total potencial na contribuição da UE é de EUR 69.027,83 (EUR 68.491,42 + EUR 536,41).”

Todas estas questões foram respondidas em ofício CICL-S/2021/1583 dirigido à Delegação da União Europeia em Angola, cujo conteúdo se apresenta transcrito abaixo, embora, sucintamente, não tenha ocorrido qualquer duplicação de pagamento apenas duplicação de entrada no ficheiro de controlo do projeto. Esta situação foi corrigida com base na reconciliação das contas locais, refletidas no ficheiro de controlo do projeto.

“

Explicação:

1. O montante de 69.027,83 EUR, considerado como despesa inelégível, decorre do exercício de verificação financeira, realizada pela Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., no âmbito da auditoria efetuada ao 6º Relatório Financeiro do PACED, contratada por este instituto e submetida em tempo a essa Delegação.
2. Este montante (69.027,83 EUR) corresponde ao somatório de despesas de natureza distinta:

- a) O valor de 68.491,42 EUR, que se inscreve na atividade 3.5.3 (Fórum de reflexão, partilha e criação de redes colaborativas entre magistrados do Ministério Público), permitindo a realização do Fórum dos Magistrados do Ministério Público, na República de Moçambique, em 2018;
 - b) O valor de 536,41 EUR, que corresponde a despesas inseparáveis da concretização de ordens de transferência bancárias.
3. O montante referido na alínea a), do número anterior, corresponde à contratualização do fornecimento das viagens e outros serviços, cuja adjudicação à sociedade Novo Mundo Viagens e Turismo, Lda. foi efetuada pelo montante máximo de 7.619.290 MZN, contravalor de 112.362,34 EUR (Documento n.º 1), ou seja, o valor final global desta atividade tem como limite máximo aquele valor, podendo ser inferior em função, designadamente, dos preços das viagens aéreas.
4. No âmbito da adjudicação suprarreferida e na execução do contrato que posteriormente a conforma, foram emitidas e pagas 3 faturas, no montante global de 6.614.745 MZN, valor este que corresponde ao valor final global da atividade:
 - a) Fatura n.º 461/2018, de 15/10/2018, no montante de 3.809.645 MZN, correspondente a 50 % da adjudicação (7.619.290 MZN) (Documento n.º 2), paga a 25/10/2018 através da conta local denominada em MZN, em Maputo, recibo n.º 386/2018 emitido pelo cocontratante a 10/12/2018 (Documento n.º 3);
 - b) Fatura n.º 502/2018, de 01/11/2018, no montante de 1.523.858 MZN, correspondente a 20 % da adjudicação (Documento n.º 4), paga a 14/11/2018 através da conta local denominada em MZN, em Maputo, recibo n.º 387/2018 emitido pela cocontratante a 10/12/2018 (Documento n.º 5);
 - c) Fatura n.º 563/2018, de 10/12/2018, no montante de 1.281.242 MZN, correspondente ao remanescente do montante (Documento n.º 6), paga a 14/12/2018 através da conta local denominada em MZN, em Maputo, recibo n.º 397/2018 emitido pelo cocontratante a 17/12/2018 (Documento n.º 7).
5. A fatura n.º 563/2018, de 10/12/2018, sendo a fatura final da atividade, integrava todas as viagens e alojamentos dos diferentes participantes.
6. A soma das diferentes parcelas totalizava 6.614.745 MZN, sendo que os montantes já anteriormente faturados (e pagos) constantes das faturas n.º 461/2018 (Documento n.º 2) e n.º 502/2018 (Documento

n.º 4), encontravam-se descontados na sua última página, pelo que o montante real da fatura era 1.281.242 MZN.

7. Todavia, por lapso, não foi o valor real da última fatura aquele que foi lançado no sistema de gestão financeira do projeto, ou seja, em vez de se terem lançado 1.281.242 MZN foi lançado o valor 6.614.745 MZN.
8. Tal duplicação contabilística no sistema de gestão do projeto, não significou, no entanto, a duplicação de qualquer pagamento à referida entidade prestadora de serviços, uma vez que, no decurso do circuito de controlo financeiro, não qualificou para validação de para pagamento.
9. À sociedade comercial Novo Mundo Viagens e Turismo, Lda. foi apenas liquidado o valor em falta, no montante de 1.281.242 MZN, perfazendo o valor total de 6.614.745 MZN, conforme quadro síntese *infra*.

Valores contabilizados no ficheiro de controlo		Montante	Moeda	Comentário	Montante
Orçamento original		7 619 290,00	MZN		112 362,34
Valor real total faturado		6 614 745,00	MZN	Faturas 461, 502 e 563/2018	
Valores registados no ficheiro de controlo:					
Agência Novo Mundo fatura 461/2018 de 15/10/2018		3 809 645,00	MZN	Adiantamento 50%	55 012,93
Agência Novo Mundo fatura 502/2018 de 01/11/2018		1 523 858,00	MZN	Adiantamento 20%	22 139,45
Agência Novo Mundo fatura 563/2018 de 10/12/2018		6 614 745,00	MZN	Fatura total	97 548,16
Total		11 948 248,00	MZN		174 700,54
Registos duplicados		5 333 503,00	MZN	= faturas 461/2018 + 502/2018	
Registos duplicados contravalor		77 152,37	EUR		77 152,37

Valores pagos		Montante	Moeda	Comentário
Orçamento original		7 619 290,00	MZN	
Valor real total pago		6 614 745,00	MZN	Faturas 461, 502 e 563/2018
Agência Novo Mundo fatura 461/2018 paga a 25/10/2018		3 809 645,00	MZN	
Agência Novo Mundo fatura 502/2018 paga a 14/11/2018		1 523 858,00	MZN	
Agência Novo Mundo fatura 563/2018 paga a 14/12/2018		1 281 242,00	MZN	
Total		6 614 745,00	MZN	
Registos duplicados		0,00	MZN	
Registos duplicados contravalor		0,00	EUR	

10. Acresce que, tendo sido detetado o lapso em causa, a equipa de auditoria foi informada ainda no decurso da análise documental, conforme se poderá verificar no documento em anexo (Documento n.º 9).
11. Assim, da factualidade apurada e dos respetivos documentos de suporte, conclui-se que se está perante um lapso na contabilização da fatura n.º 563/2018, de 10/12/2018, com reflexo no relatório auditado, e não perante uma verdadeira situação de não elegibilidade resultante de uma duplicação de pagamentos.

12. Esta conclusão é, ainda, corroborada pela análise dos extratos bancários (Documento n.º 8), onde se confirma a não ocorrência de qualquer pagamento duplicado e indevido.
13. Refira-se, complementarmente, que a correção desta situação já se encontra devidamente espelhada no 7º relatório financeiro, que se encontra em fase final de conclusão e que será, nos termos contratualmente estabelecidos, objeto de auditoria independente.
14. Já no que respeita ao valor referido na alínea b), do n.º 1, respeitante a despesas de realização de transferências bancárias inerentes às atividades do projeto, as mesmas estão considerados no orçamento do projeto na sub-rubrica “5.6 serviços financeiros”, não se identificando, quer no clausulado da Condições Especiais, quer no clausulado das Condições Gerais do *Indirect Management Delegation Agreement* (IMDA) em apreço, qualquer cláusula que permita concluir pela não elegibilidade destas despesas, designadamente nos critérios de elegibilidade de custos definidos no artigo 18.º das Condições Gerais.
15. Adicionalmente, e ainda no que respeita às despesas bancárias, importa lembrar que a última auditoria, realizada em 2019, não tomou em consideração o precedente estabelecido nos anteriores relatórios, onde sucessivas auditorias consideraram as despesas bancárias como elegíveis, com base na já referida rubrica orçamental 5.6.

“

Auditoria 6 – KPMG e Associados, SROC, S.A. – 1 de outubro de 2019 a 31 de dezembro de 2020, 7º relatório

“2.1.5 Taxas de câmbio

Verificámos que o relatório financeiro considera na sua preparação a moeda indicada nas condições especiais, exceto quanto a três despesas efetuadas em moeda diferente da utilizada pela organização que não foram convertidas de acordo com o artigo 4.14 das Condições Gerais e que se detalham como segue:

Conferência e Assembleia Geral UIJLP + Seminário de formação em Bissau moeda USD -434,06 EUR

Formação Gestão dos Tribunais, Lisboa moeda USD 346,93 EUR

Fórum dos juízes – Angola moeda AKZ 444,90 EUR”

A gestão cambial foi corrigida com base na reconciliação das contas locais, com o cálculo do respetivo câmbio médio ponderado e aplicação aos movimentos da conta.

“Identificamos uma despesa não elegível relativa a ajudas de custo consideradas na execução relativa ao período em análise na rubrica “1.3.3 Seminar/conference participants”. Esta despesa diz respeito a Custos de participação associados a uma ação de formação de organização e gestão dos tribunais, ministério público e serviços de investigação criminal. Foram considerados na execução do projeto custos

com a participação de 31 convidados no montante total de 14.824,35 euros. Apenas se verificou pagamento a 30 destes convidados, no montante de 14.386,56 euros. Desta forma, os custos com o Sr. Gilberto Mizalake Balanga Vunge, no montante de 437,85 euros e cujo impacto potencial na contribuição da EU ascende a 390,42 euros (83,333% x 1,07), não são considerados elegíveis atendendo a que o pagamento não se efetivou.”

Tratou-se de um lapso de comunicação entre o projeto e a direção financeira do Camões I.P., após devolução das verbas pelo banco recipiente à conta bancária do Camões I.P. por incorreção dos dados bancários. Por este motivo, passaram a pedir-se comprovativos de dados bancários às entidades (para confirmar os dados da ficha de entidade) bem como informação sobre a reconciliação da conta bancária transitória sobre potenciais devoluções.

Auditoria 7 – KPMG e Associados, SROC, S.A. – 1 de janeiro de 2021 a 31 de setembro de 2021, 8º relatório

“2.3.1.1 Identificámos uma despesa, no montante de 562,95 euros, que de acordo com a sua natureza não se encontra corretamente registada na subrubrica a que diz respeito. Esta despesa dizia respeito a Ajudas de custo associados à terceira fase de formações CEJ e EPJ em Moçambique. A despesa referida foi registada na subrubrica “1.2 Salaries (including social security charges)” ao invés da subrubrica “1.3 Per Diem for missions / travels”.”

“2.3.1.2 Identificámos duas despesas, no montante de 750,60 euros e 375,30 euros, registadas na subrubrica “1.3 Per Diem for missions / travels” cuja data da ação ocorreu em data anterior ao presente Relatório de verificação. Estas despesas diziam respeito a Custos de participação associados à participação numa formação administrada em São Tomé e Príncipe por um especialista da PJ portuguesa que ocorreu em outubro de 2020 e a Ajudas de custo referentes à Cerimónia de entrega de equipamento, conferência e lançamento oficial do Comentário à Carta Africana que ocorreu em Moçambique em dezembro de 2020, respetivamente, mas cujo pagamento apenas ocorreu a 8 de março de 2021 e que, por essa razão apenas foram incluídas neste Relatório de Verificação.”

“2.3.1.3 Identificámos uma despesa, no montante de 351,66 euros, registada na rubrica “1.2 Salaries (including social security charges)” cuja data da ação e de pagamento ocorreram em data anterior ao presente Relatório de verificação. Esta despesa diz respeito à segurança social da Assistente Técnica Administrativa Ana Cristina Santiago de dezembro de 2019 que não tinha sido incluída no 7º Relatório de verificação.”

“2.3.6.1 No Relatório de verificação anterior, identificámos uma despesa não elegível relativa a ajudas de custo consideradas na execução relativa àquele período na rubrica “1.3.3 Seminar/conference participants”. Esta despesa dizia respeito a Custos de participação associados a uma ação de formação de organização e gestão dos tribunais, ministério público e serviços de investigação criminal. Foram considerados na execução do projeto custos com a participação de 31 convidados no montante total de 14.824,35 euros. Apenas se verificou pagamento a 30 destes convidados, no montante de 14.386,56 euros. Desta forma, os custos com o Sr. Gilberto Mizalake Balanga Vunge, no montante de 437,85 euros e cujo impacto potencial na contribuição da EU ascende a 390,42 euros (83,333% x 1,07), não são considerados elegíveis atendendo a que o pagamento não se efetivou. No presente Relatório de verificação a despesa não elegível identificada anteriormente foi corrigida pelo que o seu efeito não deverá ser igualmente considerado elegível.”

Tratam-se de ajustamentos e correções de períodos anteriores derivados de reconciliação de valores efetivamente pagos vs registados, por esse motivo apenas incluídos neste relatório.

“2.3.1.4 Identificámos uma despesa, no montante de 2,34 euros, registada na rubrica “1.2 Salaries (including social security charges)” que foi paga em excesso. Esta despesa diz respeito à alteração das contribuições derivadas da mudança do regime de segurança social, de Seguro Social Voluntário para Regime Geral, da Assistente Técnica Administrativa Ana Cristina Santiago desde o respetivo recrutamento em agosto de 2019 até abril de 2021.”

Tratou-se de um movimento de regularização de regime de Segurança Social, efetuado apenas para esta colaboradora, gerando uma pequena diferença.

12. Pagamentos incorretamente realizados ou utilizados de forma indevida que a entidade executora não conseguiu recuperar

Não foram realizados quaisquer pagamentos indevidos.

13. Página eletrónica

Em conformidade com o artigo 22.º (ponto 22.1), os dados relativos aos beneficiários de subvenções e aos contratantes no âmbito do projeto podem ser consultados no seguinte endereço:

[LISTA CONTRATOS CAMÕES POR ANO E PROJETO](#)

14. Transferência da propriedade dos bens

Nos termos do artigo 11.3 das Condições Gerais do citado Acordo de Delegação, "the equipment, vehicles and major supplies purchased with the EU contribution in the framework of the Action shall be transferred to local authorities, local Sub-delegatees, local Grant Beneficiaries or to the Final Beneficiaries, at the latest when submitting the Final Report".

As transferências de equipamentos e restante material importante adquiridos no âmbito do projeto PACED encontram-se em arquivo do projeto bem como os respetivos autos de transferência. Os equipamentos em posse da EAT foram entregues às seguintes entidades.

Quantidade	Designação do equipamento	Data de aquisição	Valor de aquisição unitário	Beneficiário	Estado de conservação
1	Máquina fotográfica	24/04/2017	476,39 EUR	Unidade de informação financeira São Tomé e Príncipe	Bom

5	Computador portátil, ecrã, rato, mochila, teclado, docking station	16/03/2021	1.346,85 EUR		Bom
---	--	------------	--------------	--	-----

15. Ações multi-doadores

Tratando-se de um projeto implementado em modalidade de gestão indireta e sendo uma Ação de cariz multidoador, confirma-se que a contribuição da União Europeia foi utilizada de acordo com as obrigações constantes do Acordo de Delegação, e que os (potenciais) custos inelegíveis foram suportados pela contribuição de outros doadores.

16. Local onde se encontram os registos, a contabilidade e os documentos comprovativos

Os registos, a contabilidade e os documentos comprovativos encontram-se na sede do Camões I.P., em Lisboa.

A. TABELA DE CUSTOS EFETIVAMENTE INCORRIDOS

Contrato N.º IMDA-FED/2014/341-147

Período de execução do contrato (de 01/10/2014 até 30/06/2022)

Relatório financeiro intercalar:

De 01/10/2021 até 30/06/2022

Orçamento analítico

Despesas	Orçamento segundo Adenda				Reafetação autorizada (n.º4, artigo 13.º, das CG)	Execução do Período (em EUR)		Execução de períodos anteriores acumulada (antes presente relatório) (em EUR)	Execução total		
	Unidade	# Unidades	Custo unitário (em EUR)	Custo total (em EUR)		Pago (entre 01/10/2021 e 30/12/2022)	Pago (entre 01/10/2021 e 30/12/2022)		Execução acumulada (até presente relatório, inclusive) (em EUR)	Saldo (até presente relatório, inclusive) (em EUR)	Taxa de execução (%)
1. Human Resources				2 542 337,38		195 141,64	195 141,64	2 288 396,95	2 483 538,59	58 798,79	97,69%
1.1 Salaries (gross salaries including social security charges and other related costs, local staff)				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.1 Technical						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.2 Administrative/ support staff				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2 Salaries (gross salaries including social security charges and other related costs)				942 864,68		98 347,48	98 347,48	840 067,17	938 414,65	4 450,03	
1.2.1 Chief Technical Advisor	Por mês	79,00	4 892,49	386 506,78		42 590,52	42 590,52	342 353,33	384 943,85	1 562,93	
1.2.2 Technical Assistant				225 380,99		33 978,72	33 978,72	190 551,75	224 530,47	850,52	
Technical Assistant I	Por mês	12,00	5 658,96	67 907,53		0,00	0,00	67 907,53	67 907,53	0,00	
Technical Assistant II	Por mês	47,00	3 350,50	157 473,46		33 978,72	33 978,72	122 644,22	156 622,94	850,52	
1.2.3 Communication Expert	Por mês	41,00	2 740,19	112 347,98		9 030,52	9 030,52	103 250,21	112 280,73	67,25	
1.2.4 Administrative/ support staff	Por mês	88,00	2 484,42	218 628,93		12 747,72	12 747,72	203 911,88	216 659,60	1 969,33	
1.3 Per diems for missions/ travel including short mission costs				1 599 472,70		96 794,16	96 794,16	1 448 329,78	1 545 123,94	54 348,76	
1.3.1 Abroad (staff assigned to the Action)- Technical assistance and training				557 778,72		26 117,97	26 117,97	514 968,65	541 086,62	16 692,10	
1.3.2 Local (staff assigned to the Action)- Technical assistance and training				179 981,98		61 856,64	61 856,64	106 739,64	168 596,28	11 385,70	
1.3.3 Seminar/ conference participants				861 712,00		8 819,55	8 819,55	826 621,49	835 441,04	26 270,96	
Subtotal Human Resources				2 542 337,38		195 141,64	195 141,64	2 288 396,95	2 483 538,59	58 798,79	97,69%
2. Travel				1 768 025,37		136 099,06	136 099,06	1 623 043,03	1 759 142,09	8 883,29	99,50%
2.1 International Travel	Por dia	938,39	1 674,29	1 571 144,05		127 536,05	127 536,05	1 438 613,20	1 566 149,24	4 994,80	
2.2 Local transportation	Por mês	653,35	301,34	196 881,33		8 563,02	8 563,02	184 429,83	192 992,84	3 888,48	
Subtotal Travel				1 768 025,37		136 099,06	136 099,06	1 623 043,03	1 759 142,09	8 883,29	99,50%
3. Equipment and supplies				558 903,69		56 458,47	56 458,47	507 546,47	564 004,95	-5 101,25	100,91%
3.1 Purchase or rent of vehicles	Por veículo	9,00	13 682,73	123 144,61		0,00	0,00	123 144,61	123 144,61	0,00	
3.2 Furniture, computer equipment	vg			62 447,48		15 575,37	15 575,37	51 678,70	67 254,08	-4 806,60	
3.3 Machines, tools, machines, tools to support legislation DB, plus equipment to support the unit management				771,35		0,00	0,00	771,35	771,35	0,00	
3.4 Spare parts/ equipment for machines, tools				987,72		0,00	0,00	987,72	987,72	0,00	
3.5 Other related to training and seminars (cell phone cards, fax, internet)				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.6 Equipment		16,00	23 222,03	371 552,53		40 883,10	40 883,10	330 964,09	371 847,19	-294,65	
Subtotal equipment and supplies				558 903,69		56 458,47	56 458,47	507 546,47	564 004,95	-5 101,25	100,91%
4. Local office				13 180,59		3 798,89	3 798,89	11 015,59	14 814,48	-1 633,89	112,40%
4.1 Vehicle costs (fuel insurance, maintenance, rent-a-car)	Por dia	30,00	120,00	3 600,00		0,00	0,00	3 600,00	3 600,00	0,00	
4.2 Office rent				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.3 Consumables-office supplies	vg			7 303,35		0,00	0,00	7 303,35	7 303,35	0,00	
4.4 Other services (tel/fax/heating, maintenance)	vg			2 277,24		3 798,89	3 798,89	112,24	3 911,13	-1 633,89	
Subtotal local office				13 180,59		3 798,89	3 798,89	11 015,59	14 814,48	-1 633,89	112,40%

5. Other costs, services				1 641 186,72		199 473,15	199 473,15	1 390 714,83	1 590 187,98	50 998,74	96,89%
5.1 Publications	Por produto	20,00	13 975,76	279 515,27		6 340,65	6 340,65	272 319,77	278 660,42	854,85	
5.2 Studies, research				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5.3 Expenditure verification/audit	Auditoria	6,00	3 782,25	22 693,50		9 840,00	9 840,00	12 853,50	22 693,50	0,00	
5.4 Evaluation costs				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5.5 Translation, interpreters	Por dia	1,00	3 640,16	3 640,16		0,00	0,00	278,56	278,56	3 361,60	
5.6 Financial services (bank guarantee costs, etc)	Por transferência	878,02	22,01	19 322,87		4 767,56	4 767,56	8 530,51	13 298,08	6 024,80	
5.7 Costs of conference/seminars/training	Por dia	414,00	1 372,85	568 358,58		53 615,63	53 615,63	480 464,61	534 080,24	34 278,34	
5.8 Visibility actions		56,00	3 166,49	177 323,64		11 516,44	11 516,44	164 636,17	176 152,61	1 171,03	
5.9 Peritos, formadores e outros				570 332,70		113 392,87	113 392,87	451 631,70	565 024,57	5 308,13	
Pacote de formação para a aquisição de conhecimentos e competências em instrumentos legais, administrativos e procedimentais nas áreas da corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de estupefacientes	Pacotes de formação	0,00	0,00	87 250,00		21 800,00	21 800,00	64 950,00	86 750,00	500,00	
Pacote de formação para o fortalecimento de competências e conhecimentos em metodologias científicas, análise estratégica e operacional para a identificação de casos de corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de estupefacientes	Pacotes de formação	0,00	0,00	71 578,80		15 912,00	15 912,00	55 666,80	71 578,80	0,00	
Serviços para a organização e facilitação de workshops entre instituições envolvidas no combate à corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de estupefacientes com o objetivo de aumentar o conhecimento em separação de competências - atividade 2.1.1 do plano global	Contrato	0,00	0,00	208 593,04		69 530,87	69 530,87	139 062,04	208 592,91	0,13	
Serviços a aduair no âmbito da atividade 3.2 do Plano Global de Atividades: seminários sobre governação para a prevenção e combate à corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de estupefacientes	Pacotes de formação	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Serviços a aduair no âmbito da atividade 3.5 do Plano Global de Atividades: forums	Forums	0,00	0,00	11 120,00		0,00	0,00	11 120,00	11 120,00	0,00	
Pagamento de subsídios/honorários pela prestação de serviços a formadores nacionais	Perito	0,00	0,00	92 430,00		6 150,00	6 150,00	86 280,00	92 430,00	0,00	
Pagamento de serviços: Perito de comunicação	Contrato	0,00	0,00	29 520,04		0,00	0,00	29 520,04	29 520,04	0,00	
Outros				69 840,82		0,00	0,00	65 032,82	65 032,82	4 808,00	
Subtotal Other costs, services				1 641 186,72		199 473,15	199 473,15	1 390 714,83	1 590 187,98	50 998,74	96,89%
6. Other				987 344,74		45 138,91	45 138,91	517 683,13	562 822,03	424 522,71	57,00%
6.1 LegisPALOP				417 100,00		0,00	0,00	417 100,00	417 100,00	0,00	
6.2 Coordination system in portuguese (development platform, hosting communications, portal management)				570 244,74		45 138,91	45 138,91	100 583,13	145 722,03	424 522,71	
Subtotal Other				987 344,74		45 138,91	45 138,91	517 683,13	562 822,03	424 522,71	57,00%
7. subtotal direct eligible costs of the Action				7 510 978,50		636 110,12	636 110,12	6 338 400,00	6 974 510,12	536 468,38	92,86%
8. Indirect costs (maximum 7% of 7, subtotal of direct eligible costs of the Action)				350 000,00		100 421,31	100 421,31	228 078,11	328 499,43	21 500,57	
9. Total eligible costs of the Action (7+8)				7 860 978,50		736 531,44	736 531,44	6 566 478,11	7 303 009,55	557 968,95	92,90%
10. Provision for contingency reserve (maximum 5% of 7, subtotal of direct eligible costs of the action)				189 021,50		0,00	0,00	0,00	0,00	189 021,50	
11. Total eligible costs				8 050 000,00		736 531,44	736 531,44	6 566 478,11	7 303 009,55	746 990,45	90,72%
12. Taxes, contributions in kind				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
13. Total accepted costs of the Action (11+12)				8 050 000,00		736 531,44	736 531,44	6 566 478,11	7 303 009,55	746 990,45	90,72%

B. TABELA DE COMPROMISSOS

Despesas	Orçamento segundo Adenda				Reafetação autorizada (n.º4, artigo 13.º, das CG)	Compromissos do período (EUR)		Compromissos acumulados anteriores ao período do relatório (em EUR)	Execução total		
	Unidade	# Unidades	Custo unitário (em EUR)	Custo total (em EUR)		Pago (entre 01/10/2021 e 30/12/2022)	Pago (entre 01/10/2021 e 30/12/2022)		Compromissos acumulados até presente relatório, inclusive (em EUR)	Saldo (até presente relatório, inclusive) (em EUR)	Taxa de execução (%)
						(a)	(b)				
1. Human Resources				2 542 337,38		131 008,81	131 008,81	2 352 529,78	2 483 538,59	58 798,79	97,69%
1.1 Salaries (gross salaries including social security charges and other related costs, local staff)				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.1 Technical						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.2 Administrative/ support staff				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2 Salaries (gross salaries including social security charges and other related costs)				942 864,68		48 807,93	48 807,93	889 606,72	938 414,65	4 450,02	
1.2.1 Chief Technical Advisor	Por mês	79,00	4 892,49	386 506,78		28 061,07	28 061,07	356 882,78	384 943,85	1 562,93	
1.2.2 Technical Assistant				225 380,99		22 919,79	22 919,79	201 610,68	224 530,47	850,51	
Technical Assistant I	Por mês	12,00	5 658,96	67 907,53		0,00	0,00	67 907,53	67 907,53	0,00	
Technical Assistant II	Por mês	47,00	3 350,50	157 473,46		22 919,79	22 919,79	133 703,15	156 622,94	850,51	
1.2.3 Communication Expert	Por mês	41,00	2 740,19	112 347,98		-247,25	-247,25	112 527,98	112 280,73	67,25	
1.2.4 Administrative/ support staff	Por mês	88,00	2 484,42	218 628,93		-1 925,68	-1 925,68	218 585,28	216 659,60	1 969,33	
1.3 Per diems for missions/ travel including short mission costs				1 599 472,70		82 200,88	82 200,88	1 462 923,06	1 545 123,94	54 348,76	
1.3.1 Abroad (staff assigned to the Action)- Technical assistance and training		0,00	0,00	557 778,72		14 904,02	14 904,02	526 182,60	541 086,62	16 692,10	
1.3.2 Local (staff assigned to the Action)- Technical assistance and training				179 981,98		61 471,64	61 471,64	107 124,64	168 596,28	11 385,70	
1.3.3 Seminar/ conference participants	Por dia	0,00	0,00	861 712,00		5 825,22	5 825,22	829 615,82	835 441,04	26 270,96	
Subtotal Human Resources				2 542 337,38		131 008,81	131 008,81	2 352 529,78	2 483 538,59	58 798,79	97,69%
2. Travel				1 768 025,37		119 167,94	119 167,94	1 639 974,15	1 759 142,09	8 883,29	99,50%
2.1 International Travel	Por dia	938,39	1 674,29	1 571 144,05		112 761,17	112 761,17	1 453 388,07	1 566 149,24	4 994,80	
2.2 Local transportation	Por mês	653,35	301,34	196 881,33		6 406,77	6 406,77	186 586,08	192 992,84	3 888,48	
Subtotal Travel				1 768 025,37		119 167,94	119 167,94	1 639 974,15	1 759 142,09	8 883,29	99,50%
3. Equipment and supplies				558 903,69		22 291,77	22 291,77	541 713,18	564 004,95	-5 101,25	100,91%
3.1 Purchase or rent of vehicles	Por veículo	9,00	13 682,73	123 144,61		0,00	0,00	123 144,61	123 144,61	0,00	
3.2 Furniture, computer equipment	vg		0,00	62 447,48		0,00	0,00	67 254,08	67 254,08	-4 806,60	
3.3 Machines, tools, machines, tools to support legislation DB, plus equipment to support the unit management				771,35		0,00	0,00	771,35	771,35	0,00	
3.4 Spare parts/ equipment for machines, tools				987,72		0,00	0,00	987,72	987,72	0,00	
3.5 Other related to training and seminars (cell phone cards, fax, internet)		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.6 Equipment		16,00	23 222,03	371 552,53		22 291,77	22 291,77	349 555,42	371 847,19	-294,65	
Subtotal equipment and supplies				558 903,69		22 291,77	22 291,77	541 713,18	564 004,95	-5 101,25	100,91%
4. Local office				13 180,59		2 283,89	2 283,89	12 530,59	14 814,48	-1 633,89	112,40%
4.1 Vehicle costs (fuel insurance, maintenance, rent-a-car)	Por dia	30,00	120,00	3 600,00		0,00	0,00	3 600,00	3 600,00	0,00	
4.2 Office rent						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.3 Consumables-office supplies	vg		0,00	7 303,35		0,00	0,00	7 303,35	7 303,35	0,00	
4.4 Other services (tel/fax/heating, maintenance)	vg		0,00	2 277,24		2 283,89	2 283,89	1 627,24	3 911,13	-1 633,89	
Subtotal local office				13 180,59		2 283,89	2 283,89	12 530,59	14 814,48	-1 633,89	112,40%
5. Other costs, services				1 641 186,72		61 109,34	61 109,34	1 529 078,64	1 590 187,98	50 998,74	96,89%
5.1 Publications	Por produto	20,00	13 975,76	279 515,27		-856,06	-856,06	279 516,48	278 660,42	854,85	
5.2 Studies, research						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5.3 Expenditure verification/audit	Auditoria	6,00	3 782,25	22 693,50		4 305,00	4 305,00	18 388,50	22 693,50	0,00	
5.4 Evaluation costs						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

5.5 Translation, interpreters	Por dia	1,00	3 640,16	3 640,16		-2 361,60	-2 361,60	2 640,16	278,56	3 361,60	
5.6 Financial services (bank guarantee costs, etc)	Por transferência	878,02	22,01	19 322,87		4 767,56	4 767,56	8 530,51	13 298,08	6 024,80	
5.7 Costs of conference/seminars/training	Por dia	414,00	1 372,85	568 358,58		47 928,13	47 928,13	486 152,11	534 080,24	34 278,34	
5.8 Visibility actions		56,00	3 166,49	177 323,64		7 826,44	7 826,44	168 326,17	176 152,61	1 171,03	
5.9 Peritos, formadores e outros				570 332,70		-500,13	-500,13	565 524,70	565 024,57	5 308,13	
5.9.1 Pacote de formação para a aquisição de conhecimentos e competências em instrumentos legais, administrativos e procedimentais nas áreas da corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de estupefacientes	Pacotes de formação	0,00	0,00	87 250,00		-500,00	-500,00	87 250,00	86 750,00	500,00	
5.9.2 Pacote de formação para o fortalecimento de competências e conhecimentos em metodologias científicas, análise estratégica e operacional para a identificação de casos de corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de estupefacientes	Pacotes de formação	0,00	0,00	71 578,80		0,00	0,00	71 578,80	71 578,80	0,00	
5.9.3 Serviços para a organização e facilitação de workshops entre instituições envolvidas no combate à corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de estupefacientes com o objetivo de aumentar o conhecimento em separação de competências - atividade 2.1.1 do plano global	Contrato	0,00	0,00	208 593,04		-0,13	-0,13	208 593,04	208 592,91	0,13	
5.9.4 Serviços a adquirir no âmbito da atividade 3.2 do Plano Global de Atividades: seminários sobre governação para a prevenção e combate à corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de estupefacientes	Pacotes de formação	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5.9.5 Serviços a adquirir no âmbito da atividade 3.5 do Plano Global de Atividades: forums	Forums	0,00	0,00	11 120,00		0,00	0,00	11 120,00	11 120,00	0,00	
5.9.10 Pagamento de subsídios/honorários pela prestação de serviços a formadores nacionais	Perito	0,00	0,00	92 430,00		0,00	0,00	92 430,00	92 430,00	0,00	
5.9.11 Pagamento de serviços: Perito de comunicação	Contrato	0,00	0,00	29 520,04		0,00	0,00	29 520,04	29 520,04	0,00	
5.9.12 Outros				69 840,82		0,00	0,00	65 032,82	65 032,82	4 808,00	
Subtotal Other costs, services				1 641 186,72		61 109,34	61 109,34	1 529 078,64	1 590 187,98	50 998,74	96,89%
6. Other				987 344,74		-167 710,09	-167 710,09	730 532,13	562 822,03	424 522,71	57,00%
6.1 LegisPALOP				417 100,00		0,00	0,00	417 100,00	417 100,00	0,00	
6.2 Coordination system in portuguese (development platform, hosting communications, portal management)				570 244,74		-167 710,09	-167 710,09	313 432,13	145 722,03	424 522,71	
Subtotal Other				987 344,74		-167 710,09	-167 710,09	730 532,13	562 822,03	424 522,71	57,00%
7. subtotal direct eligible costs of the Action				7 510 978,50		168 151,66	168 151,66	6 806 358,47	6 974 510,12	536 468,38	92,86%
8. Indirect costs (maximum 7% of 7, subtotal of direct eligible costs of the Action)				350 000,00		75 871,32	75 871,32	252 628,11	328 499,43	21 500,57	
9. Total eligible costs of the Action (7+8)				7 860 978,50		244 022,97	244 022,97	7 058 986,58	7 303 009,55	557 968,95	92,90%
10. Provision for contingency reserve (maximum 5% of 7, subtotal of direct eligible costs of the action)				189 021,50			0,00	0,00	0,00	189 021,50	0,00%
11. Total eligible costs				8 050 000,00		244 022,97	244 022,97	7 058 986,58	7 303 009,55	746 990,45	90,72%
12. Taxes, contributions in kind				0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	
13. Total accepted costs of the Action (11+12)				8 050 000,00		244 022,97	244 022,97	7 058 986,58	7 303 009,55	746 990,45	90,72%

C. TABELA DE FONTES DE FINANCIAMENTO

Contrato n.º IMDA-FED/2014/341-147

Período de execução do contrato (de 01/10/2014 até 30/06/2022)

Relatório financeiro intercalar:

De 01/10/2021 até 30/06/2022

Origem e Aplicação de Fundos
Sintética

	Orçamento		Valor desembolsado		Execução total de compromissos			
	(em EUR)	%	Valor absoluto		(em EUR)	% (em relação ao valor desembolsado)	% (em relação ao valor de desembolso imediatamente precedente)	% (em relação ao valor de desembolso anteriores)
			Anteriores (em EUR)	%				
ORIGEM DE FUNDOS								
Contribuição da UE	6 650 000,00	82,61%	5 859 382,14	88,11%	5 859 382,14	100,00%	104,10%	100,00%
Contribuição do Camões, I.P.	1 400 000,00	17,39%	1 443 627,41	103,12%	1 443 627,41	100,00%	100,00%	100,00%
TOTAL	8 050 000,00	100,00%	7 303 009,55	90,72%	7 303 009,55			

Contribuição da UE	Recebida a:	
Tranche 1	20/03/2015	€ 1 450 000,00
Tranche 2	27/06/2017	€ 1 450 000,00
Tranche 3.1	24/05/2018	€ 1 096 496,93
Tranche 3.2	29/11/2018	€ 353 503,07
Tranche 4	26/12/2019	€ 1 450 000,00
Tranche final		
Total		€ 5 800 000,00

LISTA DE ANEXOS

- Anexo 1 - Roadmap de novembro 2021
- Anexo 2 - Roadmap de fevereiro 2022
- Anexo 3 - Roadmap de maio 2022
- Anexo 4 – Declaração de Gestão
- Anexo 5 – Pedido de Pagamento

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplo de divulgação de Manual através de QR code (2022)	26
Figura 2 - Brochuras produzidas no âmbito da atividade 2.4.1.1 (com Qr Code)	26
Figura 3 - Pormenor de cartaz de atividade com QR Code (2022)	27
Figura 4 - Exemplo de atividade desenvolvida em ambiente digital (2022)	28
Figura 5 - Informações úteis distribuídas no âmbito da Formação de Especialistas (Lisboa, 2019)	29
Figura 6 - 1.º Comité de Pilotagem (Lisboa, 23.6.2016)	51
Figura 7 - 4.º Comité de Pilotagem (online, 9.6.2021)	56
Figura 8 - Participação PACED no Dia da Europa em Angola (Luanda, 8.5.2019)	57
Figura 9 - Participação do PACED na mostra de projetos de cooperação financiados pela União Europeia, integrada na II Edição do Díli Film Festival (Díli, 10.10.2020)	59
Figura 10 - Participação do PACED nas comemorações do Dia da Europa em Timor-Leste (Díli, 27 e 28 de maio de 2022).....	60
Figura 11 - Participação do PACED nas Reuniões dos Ordenadores Nacionais dos PALOP e Timor-Leste com a União Europeia (Bissau, 24.11.2021)	61
Figura 12 - Participação do PACED nas Reuniões dos Ordenadores Nacionais dos PALOP e Timor-Leste com a União Europeia (Maputo, 8.3.2019).....	62
Figura 13 - Exemplo de um dos <i>Roadmap</i> periódicos partilhado	63
Figura 14 - Conferência Internacional de encerramento (Luanda, 16.11.2021).....	64
Figura 15 - Micro site Conferência Internacional (2021).....	66
Figura 16 - Desagregada por sexos da participação (Conferência Internacional, Luanda (2021)).....	67
Figura 17 - Nível de satisfação geral (Conferência Internacional, Luanda (2021))	67
Figura 18 - Conferência “Perda de bens e recuperação de ativos” (Luanda, 25.9.2018)	68
Figura 19 - Conferência “Estado de Direito e Criminalidade organizada” (Praia, Cabo Verde, 29 e 30.11.2016)	70
Figura 20 - Conferência “Cooperação judiciária e policial” (Bissau, 3 e 4.5.2017)	72
Figura 21 - Programa da Conferência (Maputo, 3 e 4.6.2018).....	75
Figura 22 - Conferência “Prevenção e combate ao branqueamento de capitais: sistema financeiro e penal” (São Tomé e Príncipe, 11 e 12.3.2020).....	77
Figura 23 - Conferência “Tribunais no Estado de Direito” (Díli, 27 a 29.7.2021)	79
Figura 24 - Vista da página de acesso à Plataforma de seguimento das operações financeiras da Unidade de Informação Financeira (UIF) de São Tomé e Príncipe	83

Figura 25 - Vista da página de acesso à Plataforma LegisPALOP+TL.....	85
Figura 26 - Apresentação das edições «Guia para Investir nos PALOP e Timor-Leste» e «Quadro jurídico sobre o branqueamento de capitais, combate à corrupção e ao tráfico de droga nos PALOP e em Timor-Leste» (Luanda13.7.2021)	86
Figura 27 - Cartões QR Code das Edições LegisPALOP+TL.....	87
Figura 28 - Projeto de Harmonização do Regime Legal no Espaço das Ordens Jurídicas dos PALOP/TL nas temáticas do PACED	90
Figura 29 - Reunião do Grupo de Trabalho de Harmonização Legislativa dos crimes de corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes (2020)	92
Figura 30 - Seminário realizado por videoconferência "Ensaio para um plano estratégico de prevenção e repressão à corrupção em Angola" (Luanda, 17.6.2021).....	94
Figura 31 - 1º Encontro de conhecimento e partilha (Díli, 8.3.2018)	95
Figura 32 - II Encontros de conhecimento e partilha (Bissau, 12.2.2020), os últimos que seriam realizados em formato presencial	97
Figura 33 - Última sessão dos Encontros de conhecimento e partilha (Díli, 27 de abril de 2022).....	98
Figura 34 - Imagem dos Manuais com QR Code	99
Figura 35 - Utilidade das apresentações (Conferências).....	100
Figura 36 - Conferência sobre Boa Governança, Estado de Direito e Políticas Criminais (Luanda, 5.6.2017)	101
Figura 37 - Ação de formação em organização e gestão (Maputo, 26.9.2017)	102
Figura 38 - Ação de formação conjunta em organização e gestão dos tribunais, dos serviços do Ministério Público e serviços de investigação criminal, gestão processual, incluindo estatuto das magistraturas e deontologia profissional (Lisboa, 21 a 24.10.2019)	105
Figura 39 - Seminário formativo em Organização e Gestão dos Tribunais, Serviços do Ministério Público e Serviços de Investigação Criminal, Gestão Processual, incluindo Estatuto das Magistraturas (Bissau, 28 a 30.10.2019)	107
Figura 40 - Nível de satisfação - Utilidade das apresentações (Seminários).....	111
Figura 41 - Entrega de equipamento informático à Polícia Judiciária da Guiné-Bissau (Bissau, 27.7.2019) .	112
Figura 42 - Cerimónia de entrega das viaturas de resposta rápida (Bissau, 2019)	113
Figura 43 - Viaturas de apoio à Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe (São Tomé, 7.3.2018)	114
Figura 44 - Viatura entregue na Polícia Judiciária da Ilha do Príncipe (Santo António, 10.3.2020).....	115
Figura 45 - Reforço da capacidade técnica do Laboratório da Polícia Judiciária de Cabo verde (Praia, 23.4.2018)	116
Figura 46 - Entrega de equipamento ao Serviço nacional de Investigação Criminal (SERNIC) (Maputo, 15.5.2018)	118
Figura 47 - Entrega de equipamento Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe (São Tomé,10.3.2020)	119
Figura 48 - Cerimónia entrega de equipamento/reagentes à Polícia Científica de Investigação Criminal (Díli, 18.2.2021)	120
Figura 49 - Chegada do equipamento de laboratório à PCIC (Díli, 2021).....	120
Figura 50 - Equipamento de peritagem e outros	121
Figura 51 - Lançamento do curso de Capacitação Formativa e Judiciária de Técnicos e Oficiais de Justiça de Angola (Luanda, 18.12.2020)	121
Figura 52 - Lançamento do Manual do Processo Penal Angolano (Luanda, 30.6.2022).....	123
Figura 53 - Desagregação dos participantes por sexo (1.ª Pós-Graduação)	123

Figura 54 - Abertura do 1.º Curso de Pós Graduação (Huambo, 2.9.2020)	124
Figura 55 - Seminário "O combate ao Tráfico Ilícito de Estupefacientes por Mar e a operacionalização do artigo 17.º da Convenção de Viena de 1988" (Praia, 5.3.2020)	126
Figura 56 - Entrega de equipamento ao Conselho Superior da Magistratura de Cabo Verde (Praia, 27.5.2022)	127
Figura 57 - Entrega de equipamento ao Centro Nacional de Formação Judiciária da Guiné-Bissau (CENFOJ) (Bissau, 7.6.2021)	128
Figura 58 - Curso de Formação contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados –INTERPOL (Bissau, 24 a 26.11.2021).....	129
Figura 59 - Desagregação por sexo, Curso de Formação INTERPOL (Bissau, 2021).....	129
Figura 60 - Nível de satisfação geral com o Curso de Formação INTERPOL (Bissau, 2021)	130
Figura 61 - Manual Justiça Criminal UNODC	131
Figura 62 - Entrega de equipamento ao Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Moçambique (Maputo, 9.12.2020)	132
Figura 63 - Entrega de equipamento ao Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) (Maputo, 30.8.2019)	133
Figura 64 - Lançamento do Comentário à Carta Africana (Maputo, 10.12.2020).....	134
Figura 65 - Lançamento do Comentário à Carta Africana (Bissau, 29.7.2021)	135
Figura 66 - Formação à distância para os especialistas do laboratório da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe (2020)	136
Figura 67 - Formação de técnicos de laboratório da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe (São Tomé, 19.6.2020)	136
Figura 68 - Formação IBM i2 Analyst (São Tomé, 17.9.2021)	137
Figura 69 - Entrega de bibliotecas jurídicas (Díli, 2.6.2020)	138
Figura 70 - Início da formação de formadores (Lisboa, 17.10.2016)	140
Figura 71 - Distribuição de formadores CEJ/EPJ-IPJCC.....	140
Figura 72 - Conclusão das formações nacionais (2.ª fase) (São Tomé, 14.6.2019).....	141
Figura 73 - Início da 3.ª fase das formações CEJ/IPJCC (Praia, 14.6.2021).....	142
Figura 74 - Conclusão das formações CEJ/IPJCC (Díli, 3.6.2022).....	143
Figura 75 - Pormenor da divulgação pública da Bolsa de Formadores PACED (site PACED)	144
Figura 76 - Pormenor Spot Boa Governação (Angola)	150
Figura 77 - Brochura sobre o funcionamento da justiça criminal e Boa Governação.....	152
Figura 78 - Brochura sobre o combate à corrupção, lavagem de dinheiro e criminalidade organizada	153
Figura 79 - Imagem de divulgação da iniciativa RDP África	154
Figura 80 - Pormenor do vídeo dos resultados PACED	155
Figura 81 - 15ª Conferência dos Ministros da Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que decorreu, em Brasília, na República Federativa do Brasil (27 a 29.6.2017).....	156
Figura 82 - 16ª Conferência dos Ministros da Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Santa Maria, Cabo Verde, 22.11.2019)	157
Figura 83 - 16ª Conferência dos Ministros da Justiça da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Santa Maria, Cabo Verde, 22.11.2019)	157
Figura 84 - 17.ª Conferência de Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa, que decorreu em formato híbrido (Luanda, 4.3.2022)	158
Figura 85 - 1.º Seminário Aberto (Bissau, 13.2.2020)	160

Figura 86 - Conferência inaugural do Seminário Aberto de Cabo Verde, proferida por Boaventura de Sousa Santos (23.3.2021).....	161
Figura 87 - Seminário Aberto de São Tomé e Príncipe (<i>online</i> , 7.7.2021)	162
Figura 88 - Conferência inaugural do Seminário Aberto de Angola, proferida por Carlos Lopes (20.10.2021)	163
Figura 89 - Seminário Aberto em Timor-Leste (Díli, 9.6.2022).....	164
Figura 90 - Delegação do PACED na Rede de Integridade Judiciária, UNODC (Doha (Qatar), 23 a 28.2.2020)	166
Figura 91 - Reunião preparatória do Encontro de Escolas de Formação Jurídica e Judiciária (8.6.2020)	167
Figura 92 - Seminário de Apresentação da Pesquisa Internacional do Judiciário em tempo de Pandemia (30.11.2020)	167
Figura 93 - Seminário Internacional sobre Cooperação Penal entre os Países de Língua Portuguesa (4.12.2020)	168
Figura 94 - Atividade realizada com a Network Timor - Lei & Justiça “Covid-19 e igualdade de género: impacto, medidas e respostas” (Timor-Leste, 22 de dezembro de 2020)	169
Figura 95 - Seminário online dedicado à temática «A Recuperação de Ativos, Aproximação à Realidade Jurídica Moçambicana (15.4.2021)	170
Figura 96 - Desagregação por nacionalidade (Seminário Basel)	171
Figura 97 - Desagregação por sexo (Seminário Basel)	171
Figura 98 - Nível de satisfação geral (Seminário Basel).....	172
Figura 99 - Seminário «O Estado de Direito face ao risco e à emergência: o caso de Moçambique», integrado no Ciclo COVID-19 e Estado de Direito (13.5.2021)	173
Figura 100 - Seminário de Apresentação da Pesquisa Internacional do Judiciário em tempo de Pandemia (1.7.2021)	174
Figura 101 - Reunião Regional Contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados (6 e 7.7.2021).....	174
Figura 102 - Webinar “A importância da legística na prevenção e combate à corrupção” (14.7.2021)	175
Figura 103 - “O Reforço da Investigação Financeira Paralela em casos de crimes informáticos: Tendências e desafios” (20 e 22.7.2021).....	176
Figura 104 - XVIII Encontro de Procuradores-Gerais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) (23 e 24.8.2021)	177
Figura 105 - Seminário de Pesquisas Empíricas aplicadas a Políticas Judiciárias - Impacto da Covid19 no Poder Judiciário (24.11.2021)	178
Figura 106 - Webinar intitulado “o contributo da legística para a construção do Estado de Direito” (22.2.2022)	179
Figura 107 - Seminário de Apresentação do Sistema de Gestão de Armamento e Munições - SiGAM, desenvolvido pela Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC) de Timor-Leste (8.3.2022).....	180
Figura 108 - Participação na Semana de Direitos Humanos, incluída no Programa de Apoio à Integração da Guiné-Equatorial (PAIGE) da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) (Malabo, 4 a 8.4.2022)	181
Figura 109 - 1.º Encontro Nacional de Juízes Cabo-verdianos (25 a 27.5.2022).....	182
Figura 110 - Encontro com Grupo de Trabalho angolano no âmbito do combate à corrupção (9.6.2022)...	183
Figura 111 - Apresentação do Guia de Formação e Cooperação	184
Figura 112 - 1.º Fórum UIF (25.10.2017).....	185
Figura 113 - 2.º Fórum UIF (20.11.2018).....	186

Figura 114 - 3.º Fórum UIF (26.5.2020)	187
Figura 115 - Desagregação por nacionalidade (3.º Fórum UIF)	188
Figura 116 - Desagregação por sexo (3.º Fórum UIF).....	188
Figura 117 - Melhoria de conhecimentos (3.º Fórum UIF).....	189
Figura 118 - 4.º Fórum - Seminário “O Reforço da Investigação Financeira Paralela em casos de crimes informáticos: Tendências e desafios” (20.7.2021).....	190
Figura 119 - 1.º Fórum PIC (5.12.2017)	191
Figura 120 - 2.º Fórum PIC (4.12.2018)	192
Figura 121 - 3.º Fórum PIC (9.9.2019)	192
Figura 122 - Reunião Regional Contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados (6.7.2021).....	194
Figura 123 - 1.º Fórum MP (10.10.2017).....	195
Figura 124 - 2.º Fórum MP (6.11.2018).....	195
Figura 125 - 3.º Fórum MP (27.11.2019).....	196
Figura 126 - Nível de satisfação - utilidade das apresentações (Fóruns)	197
Figura 127 - 1.º Fórum Juízes (25.9.2018).....	197
Figura 128 - 2.º Fórum Juízes (21.11.2018).....	198
Figura 129 - 3.º Fórum Juízes (17.6.2019).....	200
Figura 130 - Momento cultural durante o 3.º Fórum dos Juízes (Coimbra, 2019).....	201
Figura 131 - Pormenor cartaz 1.ª Pós-Graduação Huambo-Angola.....	206
Figura 132 - Nacionalidades dos participantes na 1.ª Pós-Graduação Huambo-Angola	207
Figura 133 - Desagregação por sexo dos participantes (1.ª Pós-Graduação Huambo-Angola)	207
Figura 134 - Nível de satisfação geral (1.ª Pós-Graduação Huambo-Angola)	207
Figura 135 - Manual do Processo Penal Angolano.....	209
Figura 136 - Pormenor dos materiais de divulgação dos Webinários COVID 19 e Estado de Direito.....	210
Figura 137 - Execução técnica FINAL.....	266

SUMÁRIO DE EXECUÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

novembro de 2021

§

PROJETO DE APOIO À
CONSOLIDAÇÃO
DO ESTADO DE DIREITO



SUMÁRIO DE EXECUÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

novembro de 2021

Execução Técnica¹

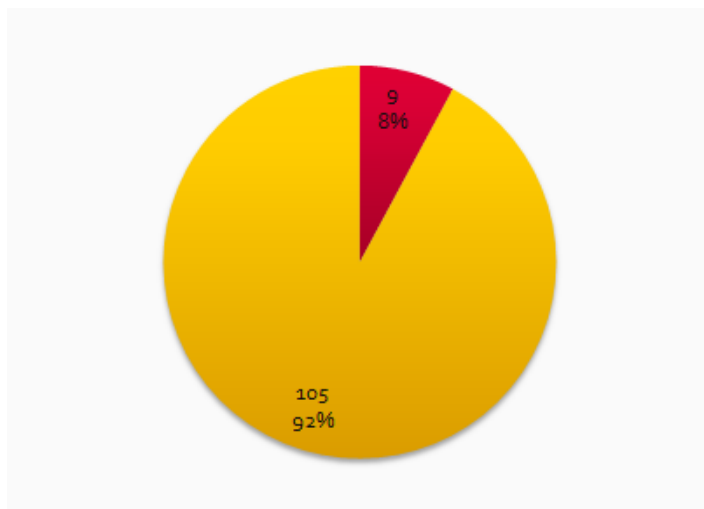
Execução tendo por referência as atividades programadas para o período:
outubro 2015 – dezembro 2021

Atividades programadas para o período: 114¹

Atividades não realizadas: 9

Atividades concluídas ou em curso: 105

Taxa de execução: 92 %

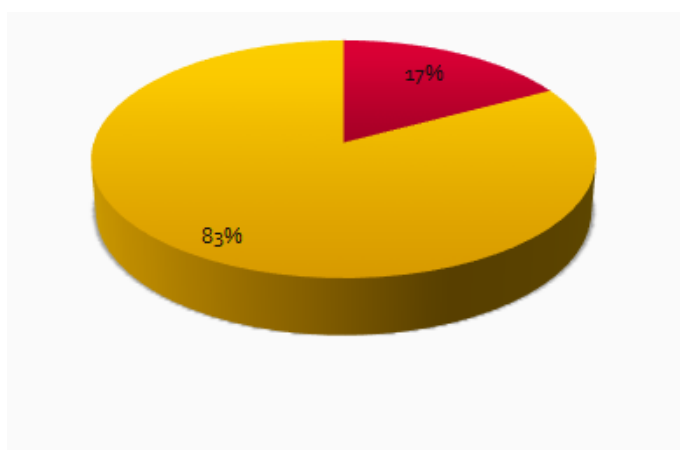


Atividades não realizadas	9
Atividades concluídas ou em curso	105

Execução Financeira

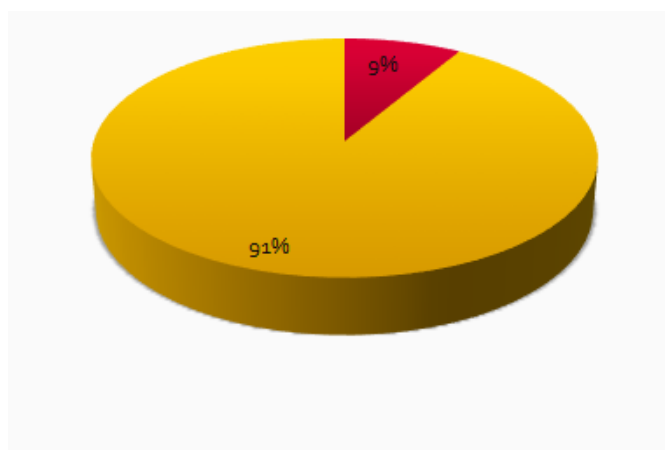
Orçamento: eur 8.050.000 | Execução: eur 6.683.988,85²

Execução financeira



Por executar	EUR	1.366.011,15
Executados	EUR	6.683.988,85

Compromissos assumidos



Por executar	EUR	652.570,64
Executados	EUR	7.397.429,36

1. Contabilização das atividades através do Plano Global de Trabalhos (87 meses), onde se incluíram as atividades 2.1.5 e 3.4.1.

2. Informação a 31 de outubro de 2021.

PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES

Atividade 1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1

Legislação – 1.3.1.3 Seguimento em cada um dos países (simultâneo com 1.3.2.3 e 1.5.1.3)

Atividade 2.1.1

«Encontros de conhecimento e de partilha de experiências/boas práticas»

Realização dos encontros em Timor-Leste.



Atividade 2.1.5

Assistência técnica à medida (em curso)



§ Ação de formação de oficiais de justiça de Angola. 2.ª fase em curso, 3.ª fase agendada para novembro de 2021. Elaboração dos manuais de formação concluída (em processo de revisão para posterior edição).

§ Aquisições para os Centros de Formação Jurídica e judiciária (ou estruturas equivalentes) - em curso aquisição para CFJ de Timor-Leste

§ Aquisições e atividades com utilização de verbas remanescentes.

Atividade 2.2.1 e 2.2.2

Formações CEJ/EPJ

Realização da 3.ª fase em Timor-Leste.



Atividade 3.2.1

Seminários abertos

realização do Seminário em Timor-Leste.

Atividade 3.3.1

Apoio à participação em iniciativas regionais e/ou internacionais (em curso)

Atividade 3.6.2

Criação de um projeto sustentável de Plataforma de Comunicação e Formação

§ Concurso internacional *em curso*. Encontra-se pendente a celebração da adjudicação.

Atividades/Parcerias em desenvolvimento para 2021 para além do Plano Global de Trabalhos

§ Encontro de Escolas de Formação dos PALOP + TL, Maputo e estudo sobre a capacitação judiciária nos países de língua portuguesa. Em estudo a realização do *needs assessment* ao Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Timor Leste.

§ 2.1.4.3 Desenvolvimento de parcerias internacionais (Interpol), atividade a desenvolver com a Polícia Judiciária da Guiné-Bissau, novembro de 2021 (em curso).

PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS

1.1.1

Conferência internacional «Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em TL» realizada em formato híbrido no dia 16 de novembro de 2021.



1.1.2.1

Conferência «Perda de bens e recuperação de ativos» setembro de 2018, Luanda, Angola

1.1.2.2

Seminário «Criminalidade Organizada e Estado de Direito» 29 e 30 novembro 2016, Praia, Cabo Verde

1.1.2.3

Seminário «Cooperação Judiciária e Policial» 3 e 4 de maio de 2017, Bissau, Guiné-Bissau

1.1.2.4

Conferência «A intervenção do Estado, da Sociedade e do Direito no combate à corrupção» 3 e 4 de julho de 2018, Maputo, Moçambique

1.1.2.5

Conferência «Prevenção e combate ao branqueamento de capitais: sistema financeiro e penal» 11 e 12 de março de 2020, São Tomé e Príncipe

1.1.2.6

Seminário «Tribunais e Estado de Direito» 27, 28 e 29 de julho 2016, Díli, Timor-Leste

1.1.3

Missão de assistência técnica à Unidade de Informação Financeira

17 a 21 abril 2017, S. Tomé e Príncipe e convertida a 2.ª fase na construção da plataforma informática de comunicação de operações suspeitas (já adjudicada e em fase de construção)

1.2.1

Consolidação da Legis-PALOP

Identificação, coleta, processamento e inserção na base de dados Legis-PALOP da legislação relevante sobre corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes.



1.2.2

Extensão da Legis-PALOP a Timor-Leste

§ Conclusão da inserção e classificação da legislação e jurisprudência publicadas em Timor-Leste nas duas últimas décadas em maio de 2019. No total foram inseridos e classificados 2284 atos normativos e 1415 acórdãos (todos sujeitos a processo de anonimização).

§ Publicação (em *ebook* e papel) das edições produzidas no âmbito do Legis-PALOP + TL

1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1

Legislação – Atividades concluídas. 1.3.1.3 Seguimento em cada um dos países (simultâneo com 1.3.2.3 e 1.5.1.3)



§ **Angola:** Acompanhamento realizado junto do Ministério da Justiça e da Assembleia Nacional. O regime harmonizado foi integrado no processo de revisão dos códigos Penais e Processo Penal.

Aprovação dos seguintes diplomas: Lei n.º 15/18, de 26 de dezembro, sobre o Repatriamento Coercivo e Perda Alargada de Bens, criando o Serviço Nacional de Recuperação de Ativos; Lei n.º 1/20, de 22 de janeiro, Lei da Proteção das Vítimas, Testemunhas e Arguidos colaboradores em Processo Penal; Lei n.º 2/20, de 22 de janeiro, Lei da Videovigilância e a Lei n.º 5/20, de 27 de janeiro, Lei de Prevenção e do Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição Massiva.

§ **Cabo Verde:** Regime harmonizado está a ser plenamente apropriado. Foi contratada uma consultoria no âmbito do PACED, por solicitação do Ministério da Justiça Trabalho, tendo em vista garantir a plena harmonização do regime de combate ao tráfico de produtos estupefacientes.

§ **Moçambique:** Acompanhamento realizado aquando da Missão EAT em dezembro de 2020. Aprovou Lei 2/2018, de 19 de Junho, que altera o diploma que cria o Gabinete de Informação Financeira de Moçambique – GiFIM; a Lei n.º 5/2018, de 2 de Agosto, estabelece o regime jurídico de Prevenção, Repressão e Combate ao Terrorismo e Ações Conexas; a Lei n.º 21/2019, de 11 de Novembro, que estabelece os princípios de cooperação Jurídica e Judiciária Internacional em Matéria Penal. As revisões do Código Penal e do Código Processual Penal tal como a aprovação do Código de Execução de Penas foram promulgadas em dezembro de 2019 (Lei n.º 24/2019, de 24 de Dezembro; Lei n.º 25/2019, de 26 de Dezembro e Lei n.º 26/2019, de 27 de Dezembro).

§ **São Tomé e Príncipe:** Acompanhamento dos trabalhos juntos do Ministério da Justiça e da Assembleia Nacional. O pacote legislativo de combate à corrupção foi submetido pelo Governo à Assembleia Nacional em setembro de 2021.

§ **Timor-Leste:** Missão de seguimento realizada em setembro de 2019. Promulgada nova lei contra a Corrupção em agosto de 2020.

§ **Reunião do Grupo de Trabalho de Harmonização Legislativa dos crimes de corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes**, realizada a 16 de julho de 2020, por videoconferência, fazendo um balanço bastante positivo acerca dos níveis de transposição do projeto de harmonização legislativa nos ordenamentos jurídicos nacionais.

2.1.1.1

«Encontros de conhecimento e de partilha de experiências / boas práticas»



Realizada a 1.ª edição dos encontros em todos os países.

Realizada 2.ª edição dos encontros em todos os países, faltando apenas Timor-Leste.

2.1.2.1 e 2.1.2.2

Publicação de manuais



§ Organização e gestão para a área da investigação criminal

§ Organização e gestão para a área do sistema judicial

§ Manual de formação de formadores CEJ

2.1.3

Conferências e seminários formativos sobre organização e gestão da justiça criminal



§ Angola, 5 a 8 de junho de 2017

§ Moçambique, 26 a 28 de setembro de 2017

§ Timor-Leste, 6 a 9 de março de 2018

§ Cabo Verde, 17, 18 e 19 de outubro de 2018

§ Guiné-Bissau, de 28 a 31 de outubro de 2019

§ São Tomé e Príncipe, 9 a 11 de março de 2020

2.1.3.8

Formação de especialistas



(formação assegurada pelo Centro de Estudos Judiciários).

Lisboa, de 21 a 25 de outubro de 2019

2.1.4.1

Fornecimento de viaturas de resposta rápida para a PJ (Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe)

2.1.4.2

Fornecimento de equipamentos para o laboratório da PJ STP e fornecimento de equipamento informático à PJ de CV

2.1.5

Assistências Técnicas à Medida

§ Aquisição de serviços de uma consultoria jurídica para proceder à revisão global da "Proposta Final de Anteprojeto" da nova lei sobre o tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas de Cabo Verde

§ Aquisição de serviços de uma consultoria jurídica para proceder à apreciação do plano de transparência e gestão de risco na Administração Pública de Angola e Revisão da proposta de Lei Moralidade Pública de Angola

§ Missão de um especialista da Polícia Judiciária de Portugal para instalação de equipamento de laboratório recebido pela Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, bem como formação de funcionamento do mesmo por parte do especialista. 1 a 15 de fevereiro de 2020

§ Aquisição de 2 motorizadas (e capacetes) para a Delegação da Polícia Judiciária da Região Autónoma do Príncipe (São Tomé e Príncipe)

§ Aquisição de três acervos bibliográficos de obras fundamentais para os 3 juízes estagiários da República Democrática de Timor Leste – cerimónia de entrega realizada a 2 de junho de 2020

§ Aquisição de 12 acervos bibliográficos de obras fundamentais para 6 entidades parceiras do PACED na República Democrática de Timor Leste - a entrega ocorreu em fevereiro e outubro de 2021

§ Aquisição de equipamento informático para os Centros de Formação - Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste.

§ Celebração de protocolo de parceria editorial com a Universidade Católica Editora (UC Editora) tendo em vista a edição do livro "Comentário à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e do Protocolo adicional do Tribunal Africano - PACED" por parte desta editora; foi lançada em dezembro de 2020 pelo Presidente da República de Moçambique

§ Formação à distância para os especialistas do laboratório da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, entre 19 e 22 de junho de 2020

§ I Curso de Pós-Graduação online Sobre o Regime Jurídico da Prevenção e da Luta Contra a Corrupção, o Branqueamento de Capitais e o Crime Organizado (setembro e novembro de 2020)

§ Aquisição de computador portátil para a Unidade de Informação Financeira (UIF) de São Tomé e Príncipe

§ Aquisição de três máquinas fotográficas e respetivos acessórios (objetivas, baterias, cartões de memória SD, tripés, sacos, cabos, outros) para a Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe

§ Formação à distância de especialistas do Laboratório da PJ de STP - março/abril de 2021, por videoconferência e presencial (concluída)

§ Fornecimento de material informático ao Ministério da Justiça e Trabalho de Cabo Verde e às Procuradorias-Gerais da República de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde

§ Seminário e estudo sobre os Planos Estratégicos Nacionais contra a Corrupção

§ Desenvolvimento de parcerias internacionais (Interpol, Basel Institute on Governance, Glacy +, IACA)

§ Parceria com o Observatório da Legislação Portuguesa - Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

2.1.5

Assistências Técnicas à Medida (continuação)

§ Capacitação de oficiais de justiça no âmbito da tramitação processual em Processo Penal aplicável à criminalidade organizada, em especial ao tráfico de estupefacientes, à corrupção e à lavagem de dinheiro Formação de Formadores para Oficiais de Justiça da República de Angola, a 1.ª fase decorreu entre 23 de novembro e 27 de novembro e entre 14 de dezembro e 18 de dezembro de 2020.

§ Formação prática conjunta (assegurada por peritos de Cabo Verde e de Portugal) para os especialistas do laboratório da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, novembro de 2020

§ Aquisição de equipamento de rede informática (*switch*, router, cablagem, fichas de rede e respetiva instalação) para a Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe

§ Realização do seminário "O enquadramento jurídico-internacional do combate ao tráfico ilícito estupefacientes por mar e a operacionalização do art.º 17.º da Convenção das Nações Unidas sobre o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas (Viena, 1988)". Encontro Anual dos Magistrados do Ministério Público. Praia (Cabo Verde), 5 e 6 de março de 2020

§ Formação em IBM iz Analyst Notebook destinada a seis técnicos da Procuradoria-Geral da República de São Tomé e Príncipe

2.2.1 e 2.2.2

Formações Nacionais (CE) e EPJ)

Concluída em todos os países a 2.ª fase e 3.ª fase das formações nacionais, faltando apenas Timor-Leste.



2.4.1

Ações para divulgação ampla ao cidadão do quadro legislativo, institucional e procedimental aplicável

Processo concluído. Campanha assumida como publicidade institucional por parte de Angola e São Tomé e Príncipe. Nos restantes países esta possibilidade encontra-se a ser igualmente equacionada. Realizada parceria com a RTP África e Internacional, bem como com a RDP África para a transmissão gratuita dos *spots*.

3.1.1

Participação em encontro de alto nível

§ Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa – decorreu em outubro de 2019, na Ilha do Sal, em Cabo Verde, que recebeu a titularidade da Plataforma de Comunicação e Formação, em desenvolvimento no âmbito do PACED.

3.2.1

Realização de seminários abertos à sociedade nas temáticas do Projeto

- § Guiné-Bissau, fevereiro de 2020;
- § Moçambique, outubro de 2020, por videoconferência, devido às medidas de contingência impostas pela COVID-19
- § Cabo Verde, fevereiro de 2021
- § São Tomé e Príncipe, julho de 2021
- § Angola, outubro de 2021

3.3.1

Assegurada a participação em iniciativas regionais



- § V Congresso Internacional de Direito, Porto, junho 2017
- § Apoio à participação de 15 formandos no curso de ensino à distância – CES
- § Apoio à participação de um magistrado guineense no FONAJUC, Brasília
- § Apoio à participação de um magistrado moçambicano no workshop «Train the trainers», Bruxelas
- § Apoio à participação de orador no Ciclo de apresentação das Leis Constitucionais e Penais, São Tomé
- § Apoio à participação no curso «Globalização, Direito e Justiça Criminal»
- § Conferência regional sobre corrupção – Gaborone – BW
- § Conferência em Cabo Verde – participação de Moçambique
- § Conferência em Moçambique – participação de Cabo Verde
- § 4.ª Formação Global da Associação Internacional de Procuradores
- § CES Summer School
- § Conferência Associação internacional para a Administração da Justiça, Brasil
- § Apoio à deslocação de um participante de Angola a Lisboa e a Viena
- § IAJ – Marraquexe
- § V Jornada Açoriana de Direito
- § Conferência e Assembleia Geral da UIJLP – novembro de 2019, Guiné-Bissau
- § Reunião mundial da Rede de Integridade Judiciária, da UNODC Doha (Qatar), 23 a 28 de fevereiro
- § XVIII Encontro de Procuradores-Gerais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), organizado pela Procuradoria-Geral da República de São Tomé e Príncipe, com o apoio do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito (PACED) nos PALOP e Timor-Leste, 23 e 24 de agosto de 2021, em São Tomé e Príncipe

3.4.1

Guia de Formação e Cooperação

§ Publicado o guia que possibilita a sistematização das recomendações saídas dos Fóruns, a análise das estruturas institucionais existentes e a organização dos diversos instrumentos jurídicos aplicáveis - versão ebook e papel

3.5

Fóruns de Reflexão, Criação e Partilha de Redes Colaborativas (Juizes, Ministério Público, UIF e PIQ)

O 3.º Fórum das UIF, o último das 12 edições, foi realizado por videoconferência nos dias 26 e 27 de maio de 2020
O Seminário das UIF dos PALOP e Timor-Leste decorreu entre os dias 20 e 22 de julho de 2021, dedicado ao tema "O Reforço da Investigação Financeira Paralela em casos de crimes informáticos: Tendências e desafios".

3.6.1 e 3.6.2

Plataforma de Comunicação e Formação

- § Concluído o estudo preliminar com realização de missão circular
- § Lançado o concurso internacional para o desenvolvimento da Plataforma
- § Em novembro de 2019, a sua titularidade foi atribuída à CMJPLOP, na sua XVI reunião, que decorreu em Cabo Verde
- § Em fevereiro de 2021 foram assinados os Acordos de Delegação relativos à Plataforma de Formação e Cooperação. O desenvolvimento pedagógico e didático será assegurado pelo CEJ, cabendo ao IGFEJ, garantir o alojamento e a manutenção tecnológica da Plataforma, durante 10 anos.

Disponibilização e atualização do sítio do PACED www.paced-paloptl.com nas seguintes valências



- § PACED em números em PDF (gravação e impressão)
- § Nova área temática COVID-19 e Estado de Direito
- § Criação de separador PACED em Inglês
- § Nova funcionalidade de inserção de vídeos e concomitante criação do canal PACED no Youtube
- § Inserção dos logós com destaque na *homepage* dos parceiros nas ações de formação
- § Criação de separador com *spots* da campanha de visibilidade PACED
- § Criação de separador para comunicados de imprensa
- § Melhoria geral do funcionamento do *site* com correção de pequenos *bugs* e atualização de funcionalidades em *back office*
- § Execução atualizada, no PACED em números
- § *Spots* temáticos
- § Novo separador resultados/ testemunhos
- § Bolsa de formadores PACED
- § Documentos do Projeto

Comunicação



- § Publicações digitais das conferências realizadas em Cabo Verde, Timor-Leste e Guiné-Bissau
- § Transmissão em direto e disponibilização em linha do 3.º Fórum dos Juizes (Justiça TV: www.justicativ.com)
- § Participação na XIII Reunião dos Ordenadores Nacionais do FEDdos PALOP e Timor-Leste com a União Europeia, em Maputo, março 2019
- § Contribuição para o evento comemorativo do Dia da Europa, em Bissau, maio 2020 – #FeiraProjetosUEGuineBissau
- § Criação da *newsletter* (bimestral)
- § Serviço de *clipping* (diário para a EAT e semanal para as UTN)
- § Participação na Mostra de Projetos da UE em Timor-Leste, outubro de 2020
- § Reforço da capacidade *online* de formação/ divulgação através de parceria com a Justiça TV, no âmbito da situação pandémica
- § Apresentação sobre os resultados do PACED aos Serviços de Apoio ao Ordenador Nacional do FEDde Angola (Ministério da Economia e Planeamento), em outubro de 2020.
- § Apresentação sobre os resultados do PACED aos Serviços do Ordenador Nacional do FEDde Timor-Leste, fevereiro de 2021.
- § Produção de vídeo síntese dos resultados do projeto -fevereiro de 2021 (disponível no site PACED).
- § Lançamento do programa de rádio «Estado de Direito Somos Nós», (disponível no site PACED), resultante de uma parceria entre a RDP África e o PACED, foi emitido entre os dias 3 e 14 de maio de 2021, dando voz aos pontos focais e entidades parceiras do projeto, com o objetivo de contribuir para a sensibilização sobre as problemáticas do Estado de Direito e Boa Governação.

Plano de contingência face à situação atual da pandemia da COVID-19



- § Lançamento de material de sinalética do Projeto de prevenção da COVID 19 e envio aos parceiros
- § Entregue e atualizado Plano geral: Adaptação das atividades já programadas, com a manutenção dos contratos em curso e a conclusão dos processos aquisitivos
- § Neste âmbito sublinhamos a realização do 3.º Fórum das Unidades de Informação Financeira por videoconferência, a entrega de bibliotecas jurídicas aos novos juizes de Timor-Leste e a inauguração da rede informática da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe
- § Criação de nova área temática no *site* «COVID-19 e Estado de Direito» (documentos de interesse, coletânea de legislação em parceria com Legis-PALOP + TL, partilha de experiências através de texto e vídeo)
- § Ciclo de Conferências *online* «COVID-19 e Estado de Direito» com transmissão em direto e disponibilização em linha na Justiça TV: www.justicativ.com
- § I Ciclo dos Seminários Lei & Justiça, *online*, nos dias 18, 21, 22 e 23 de dezembro de 2020, às 10h em Lisboa, 19h em Díli, uma iniciativa em parceria com a Network Timor - Lei & Justiça: Painel 1: 18 de dezembro - COVID-19: Estado de Direito, legislação de emergência e a restrição de direitos fundamentais); Painel 2: 21 de dezembro - Covid-19 e a utilização dos meios e plataformas digitais no sistema judicial: desafios e oportunidades; Painel 3: 22 de dezembro - Covid-19 e igualdade de género: impacto, medidas e respostas; Painel 4: 23 de dezembro (edição especial em Tétum) - Covid-19 no limitasaun direitu fundamentál sira iha Timor-Leste, com transmissão em direto e disponibilização em linha na Justiça TV: www.justicativ.com

Atividades/Parcerias em desenvolvimento para 2021 para além do Plano Global de Trabalhos

- § Parceria com a Interpol/Polícia Judiciária da Guiné-Bissau (a realizar em novembro de 2021 - em curso)
- § Aquisições de maior envergadura solicitadas pelas Procuradorias-Gerais da República de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde, assim como pelo Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos de São Tomé e Príncipe e Polícia Científica de Investigação Criminal de Timor-Leste e que carecem de realocação de verbas eventualmente sobranes da não realização das viagens inicialmente previstas.

Com duração até dezembro de 2021, o PACED tem um orçamento global de 8,4 milhões de euros (7 milhões financiados pela União Europeia ao abrigo do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento e 1,4 milhões de euros pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.), dos quais 8,05 milhões de euros administrados diretamente pelo Camões, I. P.

Mais informações:

Sofia Cochat-Osório
Comunicação PACED
Rua Rodrigues Sampaio, 3, 1150-278 Lisboa · Portugal
+351 213 176 788 | +351 910 055 378 | +351 962 821 336
scochat.paced@camoes.mne.pt
www.paced-paloptl.com

O PACED conta com a participação financeira da União Europeia. As opiniões expressas neste documento não refletem necessariamente a posição oficial da União Europeia.

SUMÁRIO DE EXECUÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

fevereiro de 2022

§

PROJETO DE APOIO À
CONSOLIDAÇÃO
DO ESTADO DE DIREITO



SUMÁRIO DE EXECUÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

fevereiro de 2022

Execução Técnica¹

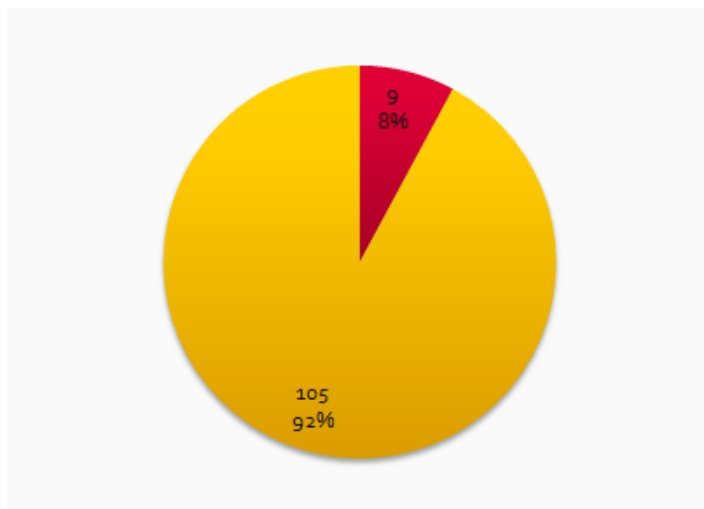
Execução tendo por referência as atividades programadas para o período: outubro 2015 – junho 2022

Atividades programadas para o período: 114¹

Atividades não realizadas: 9

Atividades concluídas ou em curso: 105

Taxa de execução: 92 %

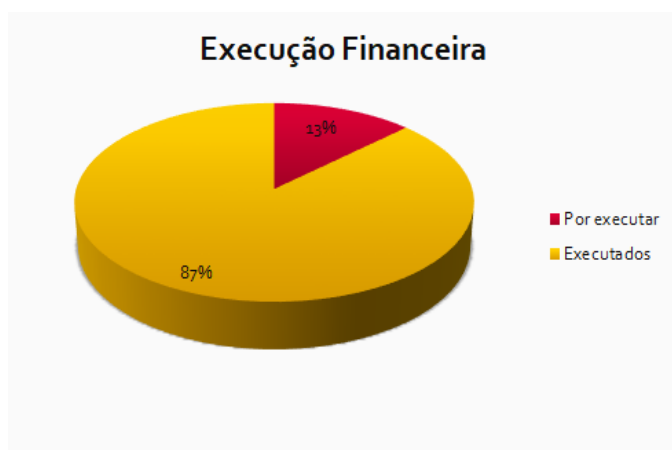


Atividades não realizadas	9
Atividades concluídas ou em curso	105

Execução Financeira

Orçamento: eur 8.050.000 | Execução: 7.007.108,34²

Execução financeira



Por executar	EUR	1.042.891,66
Executados	EUR	7.007.108,34

Compromissos assumidos



Por executar	EUR	676.581,40
Executados	EUR	7.373.418,60

1. Contabilização das atividades através do Plano Global de Trabalhos (93 meses), onde se incluíram as atividades 2.1.5 e 3.4.1.

2. Informação a 31 de dezembro de 2021.

PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES

Atividade 1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1

Legislação – 1.3.1.3 Seguimento em cada um dos países (simultâneo com 1.3.2.3 e 1.5.1.3)

Atividade 2.1.1

«Encontros de conhecimento e de partilha de experiências/boas práticas»

Realização dos encontros em Timor-Leste.



Atividade 2.1.5

Assistência técnica à medida (em curso)



§ Ação de formação de oficiais de justiça de Angola. 2.ª fase em curso, 3.ª fase agendada para novembro de 2021. Elaboração dos manuais de formação concluída (em processo de revisão para posterior edição).

§ Aquisições para os Centros de Formação Jurídica e judiciária (ou estruturas equivalentes) - em curso aquisição para CFJ de Timor-Leste

§ Aquisições e atividades com utilização de verbas remanescentes.

Atividade 2.2.1 e 2.2.2

Formações CEJ/EPJ

Realização da 3.ª fase em Timor-Leste.



Atividade 3.2.1

Seminários abertos

realização do Seminário em Timor-Leste.

Atividade 3.3.1

Apoio à participação em iniciativas regionais e/ou internacionais (em curso)

Atividade 3.6.2

Criação de um projeto sustentável de Plataforma de Comunicação e Formação

§ Concurso internacional *em curso*. Encontra-se pendente a celebração da adjudicação.

Atividades/Parcerias em desenvolvimento para 2021 para além do Plano Global de Trabalhos

§ Encontro de Escolas de Formação dos PALOP + TL e estudo sobre a capacitação judiciária nos países de língua portuguesa. Em estudo a realização do *needs assessment* ao Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Timor Leste.

PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS

1.1.1

Conferência internacional «Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em TL» realizada em formato híbrido no dia 16 de novembro de 2021.



1.1.2.1

Conferência «Perda de bens e recuperação de ativos»
setembro de 2018, Luanda, Angola

1.1.2.2

Seminário «Criminalidade Organizada e Estado de Direito»
29 e 30 novembro 2016, Praia, Cabo Verde

1.1.2.3

Seminário «Cooperação Judiciária e Policial»
3 e 4 de maio de 2017, Bissau, Guiné-Bissau

1.1.2.4

Conferência «A intervenção do Estado, da Sociedade e do Direito no combate à corrupção»
3 e 4 de julho de 2018, Maputo, Moçambique

1.1.2.5

Conferência «Prevenção e combate ao branqueamento de capitais: sistema financeiro e penal»
11 e 12 de março de 2020, São Tomé e Príncipe

1.1.2.6

Seminário «Tribunais e Estado de Direito»
27, 28 e 29 de julho 2016, Díli, Timor-Leste

1.1.3

Missão de assistência técnica à Unidade de Informação Financeira

17 a 21 abril 2017, S. Tomé e Príncipe e convertida a 2.ª fase na construção da plataforma informática de comunicação de operações suspeitas (já adjudicada e em fase de construção)

1.2.1

Consolidação da Legis-PALOP

Identificação, coleta, processamento e inserção na base de dados Legis-PALOP da legislação relevante sobre corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes.



1.2.2

Extensão da Legis-PALOP a Timor-Leste

§ Conclusão da inserção e classificação da legislação e jurisprudência publicadas em Timor-Leste nas duas últimas décadas em maio de 2019. No total foram inseridos e classificados 2284 atos normativos e 1415 acórdãos (todos sujeitos a processo de anonimização).

§ Publicação (em *ebook* e papel) das edições produzidas no âmbito do Legis-PALOP + TL

1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1

Legislação – Atividades concluídas. 1.3.1.3 Seguimento em cada um dos países (simultâneo com 1.3.2.3 e 1.5.1.3)



§ **Angola:** Acompanhamento realizado junto do Ministério da Justiça e da Assembleia Nacional. O regime harmonizado foi integrado no processo de revisão dos códigos Penais e Processo Penal.

Aprovação dos seguintes diplomas: Lei n.º 15/18, de 26 de dezembro, sobre o Repatriamento Coercivo e Perda Alargada de Bens, criando o Serviço Nacional de Recuperação de Ativos; Lei n.º 1/20, de 22 de janeiro, Lei da Proteção das Vítimas, Testemunhas e Arguidos colaboradores em Processo Penal; Lei n.º 2/20, de 22 de janeiro, Lei da Videovigilância e a Lei n.º 5/20, de 27 de janeiro, Lei de Prevenção e do Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição Massiva.

§ **Cabo Verde:** Regime harmonizado está a ser plenamente apropriado. Foi contratada uma consultoria no âmbito do PACED, por solicitação do Ministério da Justiça Trabalho, tendo em vista garantir a plena harmonização do regime de combate ao tráfico de produtos estupefacientes.

§ **Moçambique:** Acompanhamento realizado aquando da Missão EAT em dezembro de 2020. Aprovou Lei 2/2018, de 19 de Junho, que altera o diploma que cria o Gabinete de Informação Financeira de Moçambique – GiFIM; a Lei n.º 5/2018, de 2 de Agosto, estabelece o regime jurídico de Prevenção, Repressão e Combate ao Terrorismo e Ações Conexas; a Lei n.º 21/2019, de 11 de Novembro, que estabelece os princípios de cooperação Jurídica e Judiciária Internacional em Matéria Penal. As revisões do Código Penal e do Código Processual Penal tal como a aprovação do Código de Execução de Penas foram promulgadas em dezembro de 2019 (Lei n.º 24/2019, de 24 de Dezembro; Lei n.º 25/2019, de 26 de Dezembro e Lei n.º 26/2019, de 27 de Dezembro).

§ **São Tomé e Príncipe:** Acompanhamento dos trabalhos juntos do Ministério da Justiça e da Assembleia Nacional. O pacote legislativo de combate à corrupção foi submetido pelo Governo à Assembleia Nacional em setembro de 2021.

§ **Timor-Leste:** Missão de seguimento realizada em setembro de 2019. Promulgada nova lei contra a Corrupção em agosto de 2020.

§ **Reunião do Grupo de Trabalho de Harmonização Legislativa dos crimes de corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes**, realizada a 16 de julho de 2020, por videoconferência, fazendo um balanço bastante positivo acerca dos níveis de transposição do projeto de harmonização legislativa nos ordenamentos jurídicos nacionais.

2.1.1.1

«Encontros de conhecimento e de partilha de experiências / boas práticas»



Realizada a 1.ª edição dos encontros em todos os países.

Realizada 2.ª edição dos encontros em todos os países, faltando apenas Timor-Leste.

2.1.2.1 e 2.1.2.2

Publicação de manuais



§ Organização e gestão para a área da investigação criminal

§ Organização e gestão para a área do sistema judicial

§ Manual de formação de formadores CEJ

2.1.3

Conferências e seminários formativos sobre organização e gestão da justiça criminal



§ Angola, 5 a 8 de junho de 2017

§ Moçambique, 26 a 28 de setembro de 2017

§ Timor-Leste, 6 a 9 de março de 2018

§ Cabo Verde, 17, 18 e 19 de outubro de 2018

§ Guiné-Bissau, de 28 a 31 de outubro de 2019

§ São Tomé e Príncipe, 9 a 11 de março de 2020

2.1.3.8

Formação de especialistas



(formação assegurada pelo Centro de Estudos Judiciários).

Lisboa, de 21 a 25 de outubro de 2019

2.1.4.1

Fornecimento de viaturas de resposta rápida para a PJ (Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe)

2.1.4.2

Fornecimento de equipamentos para o laboratório da PJ STP e fornecimento de equipamento informático à PJ de CV

2.1.4.3

Curso de Formação contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados, 24 e 26 de novembro de 2021, Bissau, Guiné-Bissau, em parceria com a Polícia Judiciária da Guiné-Bissau e o Programa de Armas de Fogo da INTERPOL.

2.1.5

Assistências Técnicas à Medida

§ Aquisição de serviços de uma consultoria jurídica para proceder à revisão global da "Proposta Final de Anteprojeto" da nova lei sobre o tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas de Cabo Verde

§ Aquisição de serviços de uma consultoria jurídica para proceder à apreciação do plano de transparência e gestão de risco na Administração Pública de Angola e Revisão da proposta de Lei Moralidade Pública de Angola

§ Missão de um especialista da Polícia Judiciária de Portugal para instalação de equipamento de laboratório recebido pela Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, bem como formação de funcionamento do mesmo por parte do especialista. 1 a 15 de fevereiro de 2020

§ Aquisição de 2 motorizadas (e capacetes) para a Delegação da Polícia Judiciária da Região Autónoma do Príncipe (São Tomé e Príncipe)

§ Aquisição de três acervos bibliográficos de obras fundamentais para os 3 juízes estagiários da República Democrática de Timor Leste – cerimónia de entrega realizada a 2 de junho de 2020

§ Aquisição de 12 acervos bibliográficos de obras fundamentais para 6 entidades parceiras do PACED na República Democrática de Timor Leste - a entrega ocorreu em fevereiro e outubro de 2021

§ Aquisição de equipamento informático para os Centros de Formação - Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste.

§ Celebração de protocolo de parceria editorial com a Universidade Católica Editora (UC Editora) tendo em vista a edição do livro "Comentário à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e do Protocolo adicional do Tribunal Africano - PACED" por parte desta editora; foi lançada em dezembro de 2020 pelo Presidente da República de Moçambique

§ Formação à distância para os especialistas do laboratório da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, entre 19 e 22 de junho de 2020

§ I Curso de Pós-Graduação online Sobre o Regime Jurídico da Prevenção e da Luta Contra a Corrupção, o Branqueamento de Capitais e o Crime Organizado (setembro e novembro de 2020)

§ Aquisição de computador portátil para a Unidade de Informação Financeira (UIF) de São Tomé e Príncipe

§ Aquisição de três máquinas fotográficas e respetivos acessórios (objetivas, baterias, cartões de memória SD, tripés, sacos, cabos, outros) para a Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe

§ Formação à distância de especialistas do Laboratório da PJ de STP - março/abril de 2021, por videoconferência e presencial (concluída)

§ Fornecimento de material informático ao Ministério da Justiça e Trabalho de Cabo Verde e às Procuradorias-Gerais da República de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde

§ Seminário e estudo sobre os Planos Estratégicos Nacionais contra a Corrupção

§ Desenvolvimento de parcerias internacionais (Interpol, Basel Institute on Governance, Glacy +, IACA)

§ Parceria com o Observatório da Legislação Portuguesa - Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

2.1.5

Assistências Técnicas à Medida (continuação)

§ Capacitação de oficiais de justiça no âmbito da tramitação processual em Processo Penal aplicável à criminalidade organizada, em especial ao tráfico de estupefacientes, à corrupção e à lavagem de dinheiro Formação de Formadores para Oficiais de Justiça da República de Angola, a 1.ª fase decorreu entre 23 de novembro e 27 de novembro e entre 14 de dezembro e 18 de dezembro de 2020.

§ Formação prática conjunta (assegurada por peritos de Cabo Verde e de Portugal) para os especialistas do laboratório da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, novembro de 2020

§ Aquisição de equipamento de rede informática (*switch*, router, cablagem, fichas de rede e respetiva instalação) para a Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe

§ Realização do seminário "O enquadramento jurídico-internacional do combate ao tráfico ilícito estupefacientes por mar e a operacionalização do art.º 17.º da Convenção das Nações Unidas sobre o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas (Viena, 1988)". Encontro Anual dos Magistrados do Ministério Público. Praia (Cabo Verde), 5 e 6 de março de 2020

§ Formação em IBM iz Analyst Notebook destinada a seis técnicos da Procuradoria-Geral da República de São Tomé e Príncipe

2.2.1 e 2.2.2

Formações Nacionais (CE) e EPJ)

Concluída em todos os países a 2.ª fase e 3.ª fase das formações nacionais, faltando apenas Timor-Leste.



2.4.1

Ações para divulgação ampla ao cidadão do quadro legislativo, institucional e procedimental aplicável

Processo concluído. Campanha assumida como publicidade institucional por parte de Angola e São Tomé e Príncipe. Nos restantes países esta possibilidade encontra-se a ser igualmente equacionada. Realizada parceria com a RTP África e Internacional, bem como com a RDP África para a transmissão gratuita dos *spots*.

3.1.1

Participação em encontro de alto nível

§ Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa – decorreu em outubro de 2019, na Ilha do Sal, em Cabo Verde, que recebeu a titularidade da Plataforma de Comunicação e Formação, em desenvolvimento no âmbito do PACED.

3.2.1

Realização de seminários abertos à sociedade nas temáticas do Projeto

- § Guiné-Bissau, fevereiro de 2020;
- § Moçambique, outubro de 2020, por videoconferência, devido às medidas de contingência impostas pela COVID-19
- § Cabo Verde, fevereiro de 2021
- § São Tomé e Príncipe, julho de 2021
- § Angola, outubro de 2021

3.3.1

Assegurada a participação em iniciativas regionais



- § V Congresso Internacional de Direito, Porto, junho 2017
- § Apoio à participação de 15 formandos no curso de ensino à distância – CES
- § Apoio à participação de um magistrado guineense no FONAJUC, Brasília
- § Apoio à participação de um magistrado moçambicano no workshop «Train the trainers», Bruxelas
- § Apoio à participação de orador no Ciclo de apresentação das Leis Constitucionais e Penais, São Tomé
- § Apoio à participação no curso «Globalização, Direito e Justiça Criminal»
- § Conferência regional sobre corrupção – Gaborone – BW
- § Conferência em Cabo Verde – participação de Moçambique
- § Conferência em Moçambique – participação de Cabo Verde
- § 4.ª Formação Global da Associação Internacional de Procuradores
- § CES Summer School
- § Conferência Associação internacional para a Administração da Justiça, Brasil
- § Apoio à deslocação de um participante de Angola a Lisboa e a Viena
- § IAJ – Marraquexe
- § V Jornada Açoriana de Direito
- § Conferência e Assembleia Geral da UIJLP – novembro de 2019, Guiné-Bissau
- § Reunião mundial da Rede de Integridade Judiciária, da UNODC Doha (Qatar), 23 a 28 de fevereiro
- § XVIII Encontro de Procuradores-Gerais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), organizado pela Procuradoria-Geral da República de São Tomé e Príncipe, com o apoio do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito (PACED) nos PALOP e Timor-Leste, 23 e 24 de agosto de 2021, em São Tomé e Príncipe

3.4.1

Guia de Formação e Cooperação

§ Publicado o guia que possibilita a sistematização das recomendações saídas dos Fóruns, a análise das estruturas institucionais existentes e a organização dos diversos instrumentos jurídicos aplicáveis - versão ebook e papel

3.5

Fóruns de Reflexão, Criação e Partilha de Redes Colaborativas (Juizes, Ministério Público, UIF e PIQ)

O 3.º Fórum das UIF, o último das 12 edições, foi realizado por videoconferência nos dias 26 e 27 de maio de 2020
O Seminário das UIF dos PALOP e Timor-Leste decorreu entre os dias 20 e 22 de julho de 2021, dedicado ao tema "O Reforço da Investigação Financeira Paralela em casos de crimes informáticos: Tendências e desafios".

3.6.1 e 3.6.2

Plataforma de Comunicação e Formação

- § Concluído o estudo preliminar com realização de missão circular
- § Lançado o concurso internacional para o desenvolvimento da Plataforma
- § Em novembro de 2019, a sua titularidade foi atribuída à CMJPLOP, na sua XVI reunião, que decorreu em Cabo Verde
- § Em fevereiro de 2021 foram assinados os Acordos de Delegação relativos à Plataforma de Formação e Cooperação. O desenvolvimento pedagógico e didático será assegurado pelo CEJ, cabendo ao IGFEJ, garantir o alojamento e a manutenção tecnológica da Plataforma, durante 10 anos.

Disponibilização e atualização do sítio do PACED www.paced-paloptl.com nas seguintes valências



- § PACED em números em PDF (gravação e impressão)
- § Nova área temática COVID-19 e Estado de Direito
- § Criação de separador PACED em Inglês
- § Nova funcionalidade de inserção de vídeos e concomitante criação do canal PACED no Youtube
- § Inserção dos logós com destaque na *homepage* dos parceiros nas ações de formação
- § Criação de separador com *spots* da campanha de visibilidade PACED
- § Criação de separador para comunicados de imprensa
- § Melhoria geral do funcionamento do *site* com correção de pequenos *bugs* e atualização de funcionalidades em *back office*
- § Execução atualizada, no PACED em números
- § *Spots* temáticos
- § Novo separador resultados/ testemunhos
- § Bolsa de formadores PACED
- § Documentos do Projeto

Comunicação



- § Publicações digitais das conferências realizadas em Cabo Verde, Timor-Leste e Guiné-Bissau
- § Transmissão em direto e disponibilização em linha do 3.º Fórum dos Juízes (Justiça TV: www.justicativ.com)
- § Participação na XIII Reunião dos Ordenadores Nacionais do FEDdos PALOP e Timor-Leste com a União Europeia, em Maputo, março 2019
- § Contribuição para o evento comemorativo do Dia da Europa, em Bissau, maio 2020 – #FeiraProjetosUEGuineBissau
- § Criação da *newsletter* (bimestral)
- § Serviço de *clipping* (diário para a EAT e semanal para as UTN)
- § Participação na Mostra de Projetos da UE em Timor-Leste, outubro de 2020
- § Reforço da capacidade *online* de formação/ divulgação através de parceria com a Justiça TV, no âmbito da situação pandémica
- § Apresentação sobre os resultados do PACED aos Serviços de Apoio ao Ordenador Nacional do FEDde Angola (Ministério da Economia e Planeamento), em outubro de 2020.
- § Apresentação sobre os resultados do PACED aos Serviços do Ordenador Nacional do FEDde Timor-Leste, fevereiro de 2021.
- § Produção de vídeo síntese dos resultados do projeto -fevereiro de 2021 (disponível no site PACED).
- § Lançamento do programa de rádio «Estado de Direito Somos Nós», (disponível no site PACED), resultante de uma parceria entre a RDP África e o PACED, foi emitido entre os dias 3 e 14 de maio de 2021, dando voz aos pontos focais e entidades parceiras do projeto, com o objetivo de contribuir para a sensibilização sobre as problemáticas do Estado de Direito e Boa Governação.

Plano de contingência face à situação atual da pandemia da COVID-19



- § Lançamento de material de sinalética do Projeto de prevenção da COVID 19 e envio aos parceiros
- § Entregue e atualizado Plano geral: Adaptação das atividades já programadas, com a manutenção dos contratos em curso e a conclusão dos processos aquisitivos
- § Neste âmbito sublinhamos a realização do 3.º Fórum das Unidades de Informação Financeira por videoconferência, a entrega de bibliotecas jurídicas aos novos juízes de Timor-Leste e a inauguração da rede informática da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe
- § Criação de nova área temática no *site* «COVID-19 e Estado de Direito» (documentos de interesse, coletânea de legislação em parceria com Legis-PALOP + TL, partilha de experiências através de texto e vídeo)
- § Ciclo de Conferências *online* «COVID-19 e Estado de Direito» com transmissão em direto e disponibilização em linha na Justiça TV: www.justicativ.com
- § I Ciclo dos Seminários Lei & Justiça, *online*, nos dias 18, 21, 22 e 23 de dezembro de 2020, às 10h em Lisboa, 19h em Díli, uma iniciativa em parceria com a Network Timor - Lei & Justiça: Painel 1: 18 de dezembro - COVID-19: Estado de Direito, legislação de emergência e a restrição de direitos fundamentais); Painel 2: 21 de dezembro - Covid-19 e a utilização dos meios e plataformas digitais no sistema judicial: desafios e oportunidades; Painel 3: 22 de dezembro - Covid-19 e igualdade de género: impacto, medidas e respostas; Painel 4: 23 de dezembro (edição especial em Tétum) - Covid-19 no limitasaun direitu fundamentál sira iha Timor-Leste, com transmissão em direto e disponibilização em linha na Justiça TV: www.justicativ.com

Atividades/Parcerias em desenvolvimento para 2022 para além do Plano Global de Trabalhos

- § Apresentação do Sistema de Gestão de Armamento e Munições – SiGAM, desenvolvido pela PCIC. Atividade desenvolvida em parceria com o Programa de Armas de Fogo da INTERPOL.
- § Aquisições de maior envergadura solicitadas pelas Procuradorias-Gerais da República de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde, assim como pelo Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos de São Tomé e Príncipe e Polícia Científica de Investigação Criminal de Timor-Leste e que carecem de realocação de verbas eventualmente sobranes.

Com duração até junho de 2022, o PACED tem um orçamento global de 8,4 milhões de euros (7 milhões financiados pela União Europeia ao abrigo do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento e 1,4 milhões de euros pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.), dos quais 8,05 milhões de euros administrados diretamente pelo Camões, I. P.

Mais informações:

João Pedro Campos
Cordenação-Geral do PACED
Rua Rodrigues Sampaio, 3, 1150-278 Lisboa · Portugal
+351 213 176 871 +351 913 059 254
jpcampos.paced@camoes.mne.pt
www.paced-paloptl.com

O PACED conta com a participação financeira da União Europeia. As opiniões expressas neste documento não refletem necessariamente a posição oficial da União Europeia.

SUMÁRIO DE EXECUÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

maio de 2022

§

PROJETO DE APOIO À
CONSOLIDAÇÃO
DO ESTADO DE DIREITO



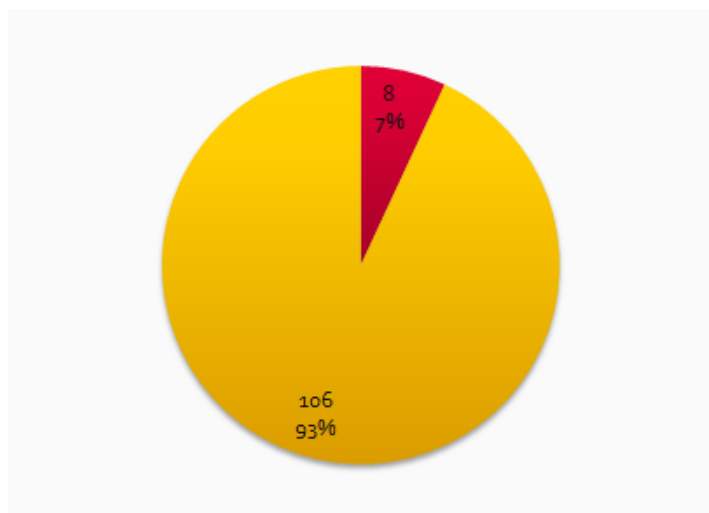
SUMÁRIO DE EXECUÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA

maio de 2022

Execução Técnica

Execução tendo por referência as atividades programadas para o período:
outubro 2015 – junho 2022

Atividades programadas para o período: 114¹
Atividades não realizadas: 8
Atividades concluídas ou em curso: 106
Taxa de execução: 93,1 %

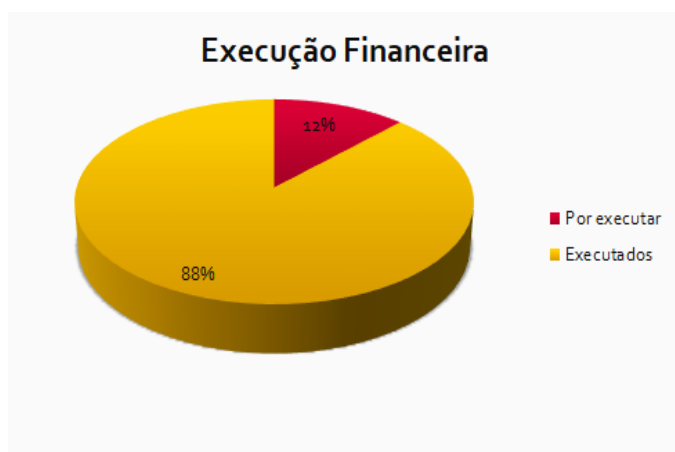


Atividades não realizadas	8
Atividades concluídas ou em curso	106

Execução Financeira

Orçamento: eur 8.050.000 | Execução: 7.055.740,61²

Execução financeira



Por executar	EUR	994.259,39
Executados	EUR	7.055.740,61

Compromissos assumidos



Por executar	EUR	822.200,53
Executados	EUR	7.227.799,47

1. Contabilização das atividades através do Plano Global de Trabalhos (93 meses), onde se incluíram as atividades 2.1.5 e 3.4.1.
2. Informação a 31 de março de 2022.

PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES

Atividade 1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1

Legislação – 1.3.1.3 Seguimento em cada um dos países (simultâneo com 1.3.2.3 e 1.5.1.3)



Atividade 2.1.5

Assistência técnica à medida (em curso)

- § Ação de formação de oficiais de justiça de Angola. 1.ª e 2.ª fase concluída, 3.ª fase em agendamento até ao final de junho de 2022. Elaboração dos manuais de formação concluída.
- § Aquisições para os Centros de Formação Jurídica e Judiciária (ou estruturas equivalentes) - em curso aquisição para CFJ) de Timor-Leste.
- § Aquisições para o Conselho Superior da Magistratura Judicial de Cabo Verde (em curso).

Atividade 2.2.1 e 2.2.2

Formações CEJ/EPJ

Realização da 3.ª fase em Timor-Leste, entre 30 de maio e 3 de junho de 2022.

Atividade 3.2.1

Seminários abertos

Realização do Seminário em Timor-Leste, 9 de junho de 2022.

Atividade 3.3.1

Apoio à participação em iniciativas regionais e/ou internacionais (participação no 1.º Encontro Anual de Juizes Caboverdianos, 25 a 27 de maio de 2022).

Atividade 3.6.2

Criação de um projeto sustentável de Plataforma de Comunicação e Formação

§ Concurso internacional (por concluir).

Atividades/Parcerias em desenvolvimento para 2022 para além do Plano Global de Trabalhos

§ Encontro de Escolas de Formação dos PALOP + TL e estudo sobre a capacitação judiciária nos países de língua portuguesa. Em estudo a realização do *needs assessment* ao Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Timor Leste.



PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS

1.1.1

Conferência internacional «Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e em TL» realizada em formato híbrido no dia 16 de novembro de 2021.



1.1.2.1

Conferência «Perda de bens e recuperação de ativos»
setembro de 2018, Luanda, Angola

1.1.2.2

Seminário «Criminalidade Organizada e Estado de Direito»
29 e 30 novembro 2016, Praia, Cabo Verde

1.1.2.3

Seminário «Cooperação Judiciária e Policial»
3 e 4 de maio de 2017, Bissau, Guiné-Bissau

1.1.2.4

Conferência «A intervenção do Estado, da Sociedade e do Direito no combate à corrupção»
3 e 4 de julho de 2018, Maputo, Moçambique

1.1.2.5

Conferência «Prevenção e combate ao branqueamento de capitais: sistema financeiro e penal»
11 e 12 de março de 2020, São Tomé e Príncipe

1.1.2.6

Seminário «Tribunais e Estado de Direito»
27, 28 e 29 de julho 2016, Díli, Timor-Leste

1.1.3

Missão de assistência técnica à Unidade de Informação Financeira

17 a 21 abril 2017, S. Tomé e Príncipe e convertida a 2.ª fase na construção da plataforma informática de comunicação de operações suspeitas (já adjudicada e em fase de construção)

1.2.1

Consolidação da Legis-PALOP

Identificação, coleta, processamento e inserção na base de dados Legis-PALOP da legislação relevante sobre corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes.



1.2.2

Extensão da Legis-PALOP a Timor-Leste

§ Conclusão da inserção e classificação da legislação e jurisprudência publicadas em Timor-Leste nas duas últimas décadas em maio de 2019. No total foram inseridos e classificados 2284 atos normativos e 1415 acórdãos (todos sujeitos a processo de anonimização).

§ Publicação (em *ebook* e papel) das edições produzidas no âmbito do Legis-PALOP + TL

1.3.1, 1.3.2 e 1.5.1

Legislação – Atividades concluídas. 1.3.1.3 Seguimento em cada um dos países (simultâneo com 1.3.2.3 e 1.5.1.3)



§ **Angola:** Acompanhamento realizado junto do Ministério da Justiça e da Assembleia Nacional. O regime harmonizado foi integrado no processo de revisão dos códigos Penais e Processo Penal.

Aprovação dos seguintes diplomas: Lei n.º 15/18, de 26 de dezembro, sobre o Repatriamento Coercivo e Perda Alargada de Bens, criando o Serviço Nacional de Recuperação de Ativos; Lei n.º 1/20, de 22 de janeiro, Lei da Proteção das Vítimas, Testemunhas e Arguidos colaboradores em Processo Penal; Lei n.º 2/20, de 22 de janeiro, Lei da Videovigilância e a Lei n.º 5/20, de 27 de janeiro, Lei de Prevenção e do Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição Massiva.

§ **Cabo Verde:** Regime harmonizado está a ser plenamente apropriado. Foi contratada uma consultoria no âmbito do PACED, por solicitação do Ministério da Justiça Trabalho, tendo em vista garantir a plena harmonização do regime de combate ao tráfico de produtos estupefacientes.

§ **Moçambique:** Acompanhamento realizado aquando da Missão EAT em dezembro de 2020. Aprovou Lei 2/2018, de 19 de Junho, que altera o diploma que cria o Gabinete de Informação Financeira de Moçambique – GiFIM; a Lei n.º 5/2018, de 2 de Agosto, estabelece o regime jurídico de Prevenção, Repressão e Combate ao Terrorismo e Ações Conexas; a Lei n.º 21/2019, de 11 de Novembro, que estabelece os princípios de cooperação Jurídica e Judiciária Internacional em Matéria Penal. As revisões do Código Penal e do Código Processual Penal tal como a aprovação do Código de Execução de Penas foram promulgadas em dezembro de 2019 (Lei n.º 24/2019, de 24 de Dezembro; Lei n.º 25/2019, de 26 de Dezembro e Lei n.º 26/2019, de 27 de Dezembro).

§ **São Tomé e Príncipe:** Acompanhamento dos trabalhos juntos do Ministério da Justiça e da Assembleia Nacional. O pacote legislativo de combate à corrupção foi submetido pelo Governo à Assembleia Nacional em setembro de 2021.

§ **Timor-Leste:** Missão de seguimento realizada em setembro de 2019. Promulgada nova lei contra a Corrupção em agosto de 2020.

§ **Reunião do Grupo de Trabalho de Harmonização Legislativa dos crimes de corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de estupefacientes**, realizada a 16 de julho de 2020, por videoconferência, fazendo um balanço bastante positivo acerca dos níveis de transposição do projeto de harmonização legislativa nos ordenamentos jurídicos nacionais.

2.1.1.1

«Encontros de conhecimento e de partilha de experiências / boas práticas»

Realizada a 1.ª edição dos encontros em todos os países.

Realizada a 2.ª edição dos encontros em todos os países.



2.1.2.1 e 2.1.2.2

Publicação de manuais

§ Organização e gestão para a área da investigação criminal

§ Organização e gestão para a área do sistema judicial

§ Manual de formação de formadores CEJ



2.1.3

Conferências e seminários formativos sobre organização e gestão da justiça criminal

§ Angola, 5 a 8 de junho de 2017

§ Moçambique, 26 a 28 de setembro de 2017

§ Timor-Leste, 6 a 9 de março de 2018

§ Cabo Verde, 17, 18 e 19 de outubro de 2018

§ Guiné-Bissau, de 28 a 31 de outubro de 2019

§ São Tomé e Príncipe, 9 a 11 de março de 2020



2.1.3.8

Formação de especialistas

(formação assegurada pelo Centro de Estudos Judiciários).

Lisboa, de 21 a 25 de outubro de 2019



2.1.4.1

Fornecimento de viaturas de resposta rápida para a PJ (Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe)

2.1.4.2

Fornecimento de equipamentos para o laboratório da PJ STP e fornecimento de equipamento informático à PJ de CV

2.1.4.3

Curso de Formação contra o Tráfico de Armas de Fogo e Crimes Associados, 24 e 26 de novembro de 2021, Bissau, Guiné-Bissau, em parceria com a Polícia Judiciária da Guiné-Bissau e o Programa de Armas de Fogo da INTERPOL.

2.1.5

Assistências Técnicas à Medida

§ Aquisição de serviços de uma consultoria jurídica para proceder à revisão global da "Proposta Final de Anteprojeto" da nova lei sobre o tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas de Cabo Verde

§ Aquisição de serviços de uma consultoria jurídica para proceder à apreciação do plano de transparência e gestão de risco na Administração Pública de Angola e Revisão da proposta de Lei Moralidade Pública de Angola

§ Missão de um especialista da Polícia Judiciária de Portugal para instalação de equipamento de laboratório recebido pela Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, bem como formação de funcionamento do mesmo por parte do especialista. 1 a 15 de fevereiro de 2020

§ Aquisição de 2 motorizadas (e capacetes) para a Delegação da Polícia Judiciária da Região Autónoma do Príncipe (São Tomé e Príncipe)

§ Aquisição de três acervos bibliográficos de obras fundamentais para os 3 juízes estagiários da República Democrática de Timor Leste – cerimónia de entrega realizada a 2 de junho de 2020

§ Aquisição de 12 acervos bibliográficos de obras fundamentais para 6 entidades parcerias do PACED na República Democrática de Timor Leste - a entrega ocorreu em fevereiro e outubro de 2021

§ Aquisição de equipamento informático para os Centros de Formação - Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste.

§ Celebração de protocolo de parceria editorial com a Universidade Católica Editora (UC Editora) tendo em vista a edição do livro "Comentário à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e do Protocolo adicional do Tribunal Africano - PACED" por parte desta editora; foi lançada em dezembro de 2020 pelo Presidente da República de Moçambique

§ Formação à distância para os especialistas do laboratório da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, entre 19 e 22 de junho de 2020

§ I Curso de Pós-Graduação online Sobre o Regime Jurídico da Prevenção e da Luta Contra a Corrupção, o Branqueamento de Capitais e o Crime Organizado (setembro e novembro de 2020)

§ Aquisição de computador portátil para a Unidade de Informação Financeira (UIF) de São Tomé e Príncipe

§ Aquisição de três máquinas fotográficas e respetivos acessórios (objetivas, baterias, cartões de memória SD, tripés, sacos, cabos, outros) para a Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe

§ Formação à distância de especialistas do Laboratório da PJ de STP - março/abril de 2021, por videoconferência e presencial (concluída)

§ Fornecimento de material informático ao Ministério da Justiça e Trabalho de Cabo Verde e às Procuradorias-Gerais da República de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde

§ Seminário e estudo sobre os Planos Estratégicos Nacionais contra a Corrupção

§ Desenvolvimento de parcerias internacionais (Interpol, Basel Institute on Governance, Glacy +, IACA)

§ Parceria com o Observatório da Legislação Portuguesa - Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

2.1.5

Assistências Técnicas à Medida (continuação)

§ Capacitação de oficiais de justiça no âmbito da tramitação processual em Processo Penal aplicável à criminalidade organizada, em especial ao tráfico de estupefacientes, à corrupção e à lavagem de dinheiro Formação de Formadores para Oficiais de Justiça da República de Angola, a 1.ª fase decorreu entre 23 de novembro e 27 de novembro e entre 14 de dezembro e 18 de dezembro de 2020.

§ Formação prática conjunta (assegurada por peritos de Cabo Verde e de Portugal) para os especialistas do laboratório da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe, novembro de 2020

§ Aquisição de equipamento de rede informática (*switch*, router, cablagem, fichas de rede e respetiva instalação) para a Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe

§ Realização do seminário "O enquadramento jurídico-internacional do combate ao tráfico ilícito estupefacientes por mar e a operacionalização do art.º 17.º da Convenção das Nações Unidas sobre o Tráfico Ilícito de Drogas Narcóticas e Substâncias Psicotrópicas (Viena, 1988)". Encontro Anual dos Magistrados do Ministério Público. Praia (Cabo Verde), 5 e 6 de março de 2020

§ Formação em IBM iz Analyst Notebook destinada a seis técnicos da Procuradoria-Geral da República de São Tomé e Príncipe

2.2.1 e 2.2.2

Formações Nacionais (CE) e EPJ)

Concluída em todos os países a 2.ª fase e 3.ª fase das formações nacionais, faltando apenas Timor-Leste.



2.4.1

Ações para divulgação ampla ao cidadão do quadro legislativo, institucional e procedimental aplicável

Processo concluído. Campanha assumida como publicidade institucional por parte de Angola e São Tomé e Príncipe. Nos restantes países esta possibilidade encontra-se a ser igualmente equacionada. Realizada parceria com a RTP África e Internacional, bem como com a RDP África para a transmissão gratuita dos *spots*.

3.1.1

Participação em encontro de alto nível

§ Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa – decorreu em outubro de 2019, na Ilha do Sal, em Cabo Verde, que recebeu a titularidade da Plataforma de Comunicação e Formação, em desenvolvimento no âmbito do PACED.

3.2.1

Realização de seminários abertos à sociedade nas temáticas do Projeto

- § Guiné-Bissau, fevereiro de 2020;
- § Moçambique, outubro de 2020, por videoconferência, devido às medidas de contingência impostas pela COVID-19
- § Cabo Verde, fevereiro de 2021
- § São Tomé e Príncipe, julho de 2021
- § Angola, outubro de 2021

3.3.1

Assegurada a participação em iniciativas regionais



- § V Congresso Internacional de Direito, Porto, junho 2017
- § Apoio à participação de 15 formandos no curso de ensino à distância – CES
- § Apoio à participação de um magistrado guineense no FONAJUC, Brasília
- § Apoio à participação de um magistrado moçambicano no workshop «Train the trainers», Bruxelas
- § Apoio à participação de orador no Ciclo de apresentação das Leis Constitucionais e Penais, São Tomé
- § Apoio à participação no curso «Globalização, Direito e Justiça Criminal»
- § Conferência regional sobre corrupção – Gaborone – BW
- § Conferência em Cabo Verde – participação de Moçambique
- § Conferência em Moçambique – participação de Cabo Verde
- § 4.ª Formação Global da Associação Internacional de Procuradores
- § CES Summer School
- § Conferência Associação internacional para a Administração da Justiça, Brasil
- § Apoio à deslocação de um participante de Angola a Lisboa e a Viena
- § IAJ – Marraquexe
- § V Jornada Açoriana de Direito
- § Conferência e Assembleia Geral da UIJLP – novembro de 2019, Guiné-Bissau
- § Reunião mundial da Rede de Integridade Judiciária, da UNODC Doha (Qatar), 23 a 28 de fevereiro
- § XVIII Encontro de Procuradores-Gerais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), organizado pela Procuradoria-Geral da República de São Tomé e Príncipe, com o apoio do Projeto de Apoio à Consolidação do Estado de Direito (PACED) nos PALOP e Timor-Leste, 23 e 24 de agosto de 2021, em São Tomé e Príncipe

3.4.1

Guia de Formação e Cooperação

§ Publicado o guia que possibilita a sistematização das recomendações saídas dos Fóruns, a análise das estruturas institucionais existentes e a organização dos diversos instrumentos jurídicos aplicáveis - versão ebook e papel

3.5

Fóruns de Reflexão, Criação e Partilha de Redes Colaborativas (Juizes, Ministério Público, UIF e PIQ)

O 3.º Fórum das UIF, o último das 12 edições, foi realizado por videoconferência nos dias 26 e 27 de maio de 2020
O Seminário das UIF dos PALOP e Timor-Leste decorreu entre os dias 20 e 22 de julho de 2021, dedicado ao tema "O Reforço da Investigação Financeira Paralela em casos de crimes informáticos: Tendências e desafios".

3.6.1 e 3.6.2

Plataforma de Comunicação e Formação

- § Concluído o estudo preliminar com realização de missão circular
- § Lançado o concurso internacional para o desenvolvimento da Plataforma
- § Em novembro de 2019, a sua titularidade foi atribuída à CMJPLOP, na sua XVI reunião, que decorreu em Cabo Verde
- § Em fevereiro de 2021 foram assinados os Acordos de Delegação relativos à Plataforma de Formação e Cooperação. O desenvolvimento pedagógico e didático será assegurado pelo CEJ, cabendo ao IGFEJ, garantir o alojamento e a manutenção tecnológica da Plataforma, durante 10 anos.

Disponibilização e atualização do sítio do PACED www.paced-paloptl.com nas seguintes valências



- § PACED em números em PDF (gravação e impressão)
- § Nova área temática COVID-19 e Estado de Direito
- § Criação de separador PACED em Inglês
- § Nova funcionalidade de inserção de vídeos e concomitante criação do canal PACED no Youtube
- § Inserção dos logós com destaque na *homepage* dos parceiros nas ações de formação
- § Criação de separador com *spots* da campanha de visibilidade PACED
- § Criação de separador para comunicados de imprensa
- § Melhoria geral do funcionamento do *site* com correção de pequenos *bugs* e atualização de funcionalidades em *back office*
- § Execução atualizada, no PACED em números
- § *Spots* temáticos
- § Novo separador resultados/ testemunhos
- § Bolsa de formadores PACED
- § Documentos do Projeto

Comunicação



- § Publicações digitais das conferências realizadas em Cabo Verde, Timor-Leste e Guiné-Bissau
- § Transmissão em direto e disponibilização em linha do 3.º Fórum dos Juízes (Justiça TV: www.justicativ.com)
- § Participação na XIII Reunião dos Ordenadores Nacionais do FEDdos PALOP e Timor-Leste com a União Europeia, em Maputo, março 2019
- § Contribuição para o evento comemorativo do Dia da Europa, em Bissau, maio 2020 – #FeiraProjetosUEGuineBissau
- § Criação da *newsletter* (bimestral)
- § Serviço de *clipping* (diário para a EAT e semanal para as UTN)
- § Participação na Mostra de Projetos da UE em Timor-Leste, outubro de 2020
- § Reforço da capacidade *online* de formação/ divulgação através de parceria com a Justiça TV, no âmbito da situação pandémica
- § Apresentação sobre os resultados do PACED aos Serviços de Apoio ao Ordenador Nacional do FEDde Angola (Ministério da Economia e Planeamento), em outubro de 2020.
- § Apresentação sobre os resultados do PACED aos Serviços do Ordenador Nacional do FEDde Timor-Leste, fevereiro de 2021.
- § Produção de vídeo síntese dos resultados do projeto -fevereiro de 2021 (disponível no site PACED).
- § Lançamento do programa de rádio «Estado de Direito Somos Nós», (disponível no site PACED), resultante de uma parceria entre a RDP África e o PACED, foi emitido entre os dias 3 e 14 de maio de 2021, dando voz aos pontos focais e entidades parceiras do projeto, com o objetivo de contribuir para a sensibilização sobre as problemáticas do Estado de Direito e Boa Governação.

Plano de contingência face à situação atual da pandemia da COVID-19



- § Lançamento de material de sinalética do Projeto de prevenção da COVID 19 e envio aos parceiros
- § Entregue e atualizado Plano geral: Adaptação das atividades já programadas, com a manutenção dos contratos em curso e a conclusão dos processos aquisitivos
- § Neste âmbito sublinhamos a realização do 3.º Fórum das Unidades de Informação Financeira por videoconferência, a entrega de bibliotecas jurídicas aos novos juízes de Timor-Leste e a inauguração da rede informática da Polícia Judiciária de São Tomé e Príncipe
- § Criação de nova área temática no *site* «COVID-19 e Estado de Direito» (documentos de interesse, coletânea de legislação em parceria com Legis-PALOP + TL, partilha de experiências através de texto e vídeo)
- § Ciclo de Conferências *online* «COVID-19 e Estado de Direito» com transmissão em direto e disponibilização em linha na Justiça TV: www.justicativ.com
- § I Ciclo dos Seminários Lei & Justiça, *online*, nos dias 18, 21, 22 e 23 de dezembro de 2020, às 10h em Lisboa, 19h em Díli, uma iniciativa em parceria com a Network Timor - Lei & Justiça: Painel 1: 18 de dezembro - COVID-19: Estado de Direito, legislação de emergência e a restrição de direitos fundamentais); Painel 2: 21 de dezembro - Covid-19 e a utilização dos meios e plataformas digitais no sistema judicial: desafios e oportunidades; Painel 3: 22 de dezembro - Covid-19 e igualdade de género: impacto, medidas e respostas; Painel 4: 23 de dezembro (edição especial em Tétum) - Covid-19 no limitasaun direitu fundamentál sira iha Timor-Leste, com transmissão em direto e disponibilização em linha na Justiça TV: www.justicativ.com

Atividades/Parcerias em desenvolvimento para 2022 para além do Plano Global de Trabalhos

- § Apresentação do Sistema de Gestão de Armamento e Munições – SiGAM, desenvolvido pela PCIC. Atividade desenvolvida em parceria com o Programa de Armas de Fogo da INTERPOL.
- § Aquisições de maior envergadura solicitadas pelas Procuradorias-Gerais da República de São Tomé e Príncipe e de Cabo Verde, assim como pelo Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos de São Tomé e Príncipe e Polícia Científica de Investigação Criminal de Timor-Leste e que carecem de realocação de verbas eventualmente sobranes.

Com duração até junho de 2022, o PACED tem um orçamento global de 8,4 milhões de euros (7 milhões financiados pela União Europeia ao abrigo do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento e 1,4 milhões de euros pelo Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.), dos quais 8,05 milhões de euros administrados diretamente pelo Camões, I. P.

Mais informações:

João Pedro Campos
Cordenação-Geral do PACED
Rua Rodrigues Sampaio, 3, 1150-278 Lisboa · Portugal
+351 213 176 871 +351 913 059 254
jpcampos.paced@camoes.mne.pt
www.paced-paloptl.com

O PACED conta com a participação financeira da União Europeia. As opiniões expressas neste documento não refletem necessariamente a posição oficial da União Europeia.